



Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina

Edição N° 872

Quinta-feira - 24 de Novembro de 2011

Florianópolis/SC

Sumário

Municípios

Água Doce.....	1
Antônio Carlos	1
Arroio Trinta.....	2
Bela Vista do Toldo.....	3
Braço do Trombudo	4
Caçador.....	14
Campo Alegre	14
Campos Novos	18
Canoinhas.....	18
Capinzal	18
Catanduvas.....	22
Chapadão do Lageado	23
Concórdia	25
Cordilheira Alta	26
Coronel Martins.....	28
Corupá	28
Curitibanos	28
Forquilha.....	29
Fraiburgo.....	29
Garopaba.....	38
Gaspar	38
Governador Celso Ramos	46
Guaramirim.....	46
Herval do Oeste	47
Imbituba	47
Iomerê	55
Irineópolis	56
Itapoá	66
Joaçaba.....	66
Lages	71
Lauro Muller	72
Leoberto Leal.....	73
Lindóia do Sul	94
Macieira.....	94
Massaranduba.....	94
Meleiro	95
Monte Carlo	95
Morro da Fumaça	102
Nova Trento.....	103
Novo Horizonte	103
Palhoça	104
Palmitos	105
Pinheiro Preto	105
Porto Belo.....	106
Porto União.....	107
Rio do Sul.....	110
São Bento do Sul.....	112
São Lourenço do Oeste.....	113
Schroeder.....	117
Timbó	120

Tunápolis.....	133
Videira.....	137

Associações de municípios

EGEM	142
------------	-----

Consórcios

CIGA	143
CIS/AMOSC.....	144

Água Doce

PREFEITURA

Edital de Convocação N° 014/2011

EDITAL DE CONVOCAÇÃO N° 014/2011

NELCI FÁTIMA TRENTA BORTOLINI, Prefeita Municipal de Água Doce - Santa Catarina, convida os Senhores Vereadores, Secretários Municipais, Associações de Bairros e munícipes em geral, para participar de AUDIÊNCIA PÚBLICA referente a INDICAÇÃO DE EMENDAS PARLAMENTARES DE INICIATIVA POPULAR, a realizar-se no dia 02 de dezembro de 2011, sexta-feira, as 14 horas, no Plenário da Câmara Municipal de Vereadores, sito na Praça João Macagnan, 322, com o objetivo de demonstrar, discutir e escolher ações a serem apresentadas à Câmara dos Deputados, visando inclusão no orçamento Geral da União - OGU 2012.

Contamos com a presença.

Água Doce, 22 de novembro de 2011.

NELCI FÁTIMA TRENTA BORTOLINI

Prefeita

Antônio Carlos

PREFEITURA

Decreto N° 134/2011

DECRETO N° 134/2011

Abre Crédito Adicional Suplementar - Anulação de Dotação no Orçamento
Programa de 2011.

GERALDO PAULI, Prefeito Municipal de Antônio Carlos, no uso de suas atribuições e de conformidade com a Lei nº. 1303/10 de 14 de Dezembro de 2010.

DECRETA:

CIGA - Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal

João Romão - Presidente • Edinando Brustolin - Diretor Executivo

Emerson Souto - Gerente de Tecnologias da Informação • Dantes Guilherme e Guilherme Noronha - Diagramadores

Rua Santos Saraiva, nº 1546, Estreito - CEP 88070-101 - Florianópolis / Santa Catarina - Fone/Fax (48) 3221 8800

diagramador@diariomunicipal.sc.gov.br

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Artigo 1º - Fica aberto no corrente exercício Crédito no valor de R\$ 97,12 para as seguintes dotações orçamentárias:

06 - SECRETARIA TRANSP., OBRAS E SERV. PUBLICOS
06.01 - SECRETARIA TRANSP., OBRAS E SERV. PUBLICOS
06.01.26.782.0008.2.038-4.4.90.00.00.00.00 - Aplicações Diretas 97,12

Artigo 2º - Para atendimento da Suplementação que trata o artigo anterior, serão utilizados recursos provenientes da anulação parcial e/ou total das seguintes dotações orçamentárias:

06 - SECRETARIA TRANSP., OBRAS E SERV. PUBLICOS
06.01 - SECRETARIA TRANSP., OBRAS E SERV. PUBLICOS
06.01.26.782.0008.2.038-3.3.90.00.00.00.00 - Aplicações Diretas 97,12

Artigo 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Antônio Carlos, em 22 de Novembro de 2011.
GERALDO PAULI
Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto na Secretaria da Prefeitura Municipal de Antônio Carlos, em 22 de Novembro de 2011.

MAURO CEZAR DA SILVEIRA
Secretário de Administração e Finanças

Portaria Nº 422/2011

PORTARIA Nº 422/2011
Dispensa servidor ACT.

GERALDO PAULI - Prefeito Municipal de Antônio Carlos, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Artigo 1º - Dispensar, a pedido, REGINA JULIETA NAVARRO DE ALMEIDA, do Cargo Temporário de FARMACEUTICO BIOQUIMICO, a partir de 23 de Novembro de 2011.

Artigo 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Artigo 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Antônio Carlos, em 23 de Novembro de 2011.
GERALDO PAULI
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria, na Secretaria Municipal, em 23 de Novembro de 2011.

MAURO CEZAR DA SILVEIRA
Secretário de Administração e Finanças

Extrato de Dispensa de Licitação Nº 025/2011

EXTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

Dispensa nº.: 025/2011; Processo nº.: 151/2011; Objeto: locação de peças de enfeites natalinos para o Município de Antônio Carlos; Fundamento Legal: Artigo 24, inciso II, da Lei 8.666/93; Gilberto Bertoldo Elias: Ordenador de Despesas. Ratificação em 23/11/2011; Rudinei Goedert: Presidente da Comissão de Licitação; Valor: R\$ 7.883,10; Contratada: Acácia Ltda ME.

Antônio Carlos, 23 de Novembro de 2011.
GERALDO PAULI
Prefeito Municipal

Extrato de Contrato Nº 236/2011

EXTRATO DE CONTRATO

Contrato nº. 236/2011; Origem: Processo Licitatório nº. 146/2011 - Carta Convite nº. 016/2011; Contratante: Prefeitura Municipal de Antônio Carlos; Contratada: Clássica Cultural Comércio de Livros Ltda; Objeto: aquisição de coleção de livros para a Secretaria de Educação e Cultura do Município de Antônio Carlos; Valor: R\$ 4.367,60 (Quatro mil trezentos e sessenta e sete reais e sessenta centavos).

Antônio Carlos, 05 de Novembro de 2011.
GERALDO PAULI
Prefeito Municipal

Extrato de Contrato Nº 237/2011

EXTRATO DE CONTRATO

Contrato nº. 237/2011; Origem: Processo Licitatório nº. 146/2011 - Carta Convite nº. 016/2011; Contratante: Prefeitura Municipal de Antônio Carlos; Contratada: Ilha Mágica Editora, Livraria e Distribuidora Ltda Me; Objeto: aquisição de coleção de livros para a Secretaria de Educação e Cultura do Município de Antônio Carlos; Valor: R\$ 7.285,30 (Sete mil duzentos e oitenta e cinco reais e trinta centavos).

Antônio Carlos, 05 de Novembro de 2011.
GERALDO PAULI
Prefeito Municipal

Arroio Trinta

PREFEITURA

Tomada de Preços Nº 0018/2011.

AVISO DE LICITAÇÃO

O Município de Arroio Trinta, Estado de Santa Catarina, torna público, para o conhecimento dos interessados, que fará realizar licitação, conforme descrição abaixo:

Modalidade: Tomada de Preços nº 0018/2011.

Tipo: Menor preço global.

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PRIVADA, PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS E AQUISIÇÃO DE MATERIAL DIDÁTICO. TRATA-SE DE UM CONJUNTO DE RECURSOS DIDÁTICO-PEDAGÓGICOS, CONTENDO MATERIAL DIDÁTICO PARA O ALUNO, MATERIAL DE APOIO E PALESTRAS AOS PAIS, MATERIAL E ASSESSORAMENTO PEDAGÓGICO PARA OS PROFESSORES, EQUIPES TÉCNICO-PEDAGÓGICAS DAS ESCOLAS E SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, REFERENTE AO PROCESSO DE ENSINO/APRENDIZAGEM DOS ALUNOS DE EDUCAÇÃO INFANTIL E ENSINO FUNDAMENTAL PARA O ANO LETIVO DE 2012.

Regimento: Lei 8.666 de 21 de junho de 1993, consolidada.

Entrega dos Envelopes: Até às 09:45h do dia 12/12/2011.

Abertura dos Envelopes: Às 10:00h do dia 12/12/2011.

Retirada do Edital: O Edital poderá ser consultado e obtido junto ao Departamento de Licitações da Prefeitura Municipal, sito a Rua XV de Novembro, 26, de Segunda a Sexta feira, no horário normal de Expediente.

Informações e esclarecimentos no endereço acima ou pelo fone/fax: (0xx 49) 35356000.

Arroio Trinta, 22 de novembro de 2011.
Claudio Sprícigo
Prefeito Municipal

Bela Vista do Toldo

PREFEITURA

Homologação de AMPLIAÇÃO de CARGA HORARIA

Resultado Final do processo de Ampliação de Carga Horária nº 001/2011.

Classificação dos Professores de acordo com análise efetuada nos termos do item 5 do edital, documento que faz parte do anexo I do presente.

Escola	Quantidade de vaga	Portaria do Servidor e ano de efetivação.	Professores	Classificado
1- Centro de Educação Infantil Raios de Sol	04 vespertino	226/01 de 8 de outubro de 2001 036/02 de 28 de fevereiro de 2002 039/02 de 01 de março 2002 0128/04 de 02 de março de 2004	1-Maristela Medeiros Franco Damaso 2-Janete Munhoz Stelzner 3-Luciane B.R.Simões de Oliveira 4-Alice Arnaldo de Lima	Sim Sim Sim Sim
2-Escola Municipal Paulo Schiessl	01 Matutino	232/01 de 8 de outubro de 2001	1-Maria Cristina Schiessl Gelinski	Sim
3-Núcleo Escolar Municipal João Pedro Alberti	04 vespertino	225/01 de 8 de outubro de 2001 220/01 de 08 de outubro de 2001 221/01 de 8 de outubro de 2001	1-Maria Francisca Kucarz Koggi 2-Lenira Correa da Maia Neves 3-Roberta Tischler Mielke	Sim Sim Não
4- Escola Municipal Juliana Tomporoski Krull	04 Vespertino	245/01 de 17 de outubro de 2001	1- Sonia dos Anjos Ferreira	Sim
5- N.E.M. João Batista Pontarolo	0	021/02 de 14 de fevereiro de 2002	1-Geneci Gontarek Munhoz	Não

Bela Vista do Toldo, 11 de novembro de 2011.

ANEXO I

Parecer da Comissão de Análise da Ampliação da carga Horária do cargo de professor.

A partir da análise da documentação entregue pelos professores inscritos para ampliação de carga horária para professores efetivos no magistério público de Bela Vista do Toldo e lotados na unidade escolar para o qual solicitaram a sua ampliação, a comissão, seguindo os termos do edital nº 001/2011, apresenta o seguinte resultado.

1-Maristela Medeiros Franco Damaso – classificada devido à disposição de vaga no C.E.I. Raios de Sol e atendendo as exigências do item 3 do edital de ampliação de carga horária.

2-Janete Munhoz Stelzner - classificada devido à disposição de vaga no C.E.I. Raios de Sol e atendendo as exigências do item 3 do edital de ampliação de carga horária.

3-Luciane B.R. Simões de Oliveira - classificada devido à disposição de vaga no C.E.I. Raios de Sol e atendendo as exigências do item 3 do edital de ampliação de carga horária.

4-Alice Arnaldo de Lima - classificada devido à disposição de vaga no C.E.I. Raios de Sol e atendendo as exigências do item 3 do edital de ampliação de carga horária.

5-Maria Cristina Schiessl Gelinski - classificada devido a disposição de vaga no E.M Paulo Schiessl e atendendo as exigências do item 3 do edital de ampliação de carga horária.

6-Maria Francisca Kucarz Koggi - classificada devido a disposição de vaga no N.E.M. João Pedro Alberti e atendendo as exigências do item 3 do edital de ampliação de carga horária.

7-Lenira Correa da Maia Neves - classificada devido a disposição de vaga no N.E.M. João Pedro Alberti e atendendo as exigências do item 3 do edital de ampliação de carga horária.

8-Roberta Tischler Mielke – não classificada por não haver vaga no horário matutino, uma vez que a candidata já atua 20 horas no período vespertino do N.E.M. João Pedro Alberti, conforme os termos do edital 001/2011.

9-Sônia dos Anjos Ferreira - classificada devido à disposição de vaga no N.E.M. Juliana Tomporoski Krull e atendendo as exigências do item 3 do edital de ampliação de carga horária.

10- Geneci Gontarek Munhoz - não classificada por não existir vaga no N.E.M. João Batista Pontarolo.

Bela Vista do Toldo 11 de novembro de 2011.

Comissão:

Carlos Eduardo Moreira
Andressa Caroline Knorek
Adriane Figura
Andréia Cristina Dumke Tisczka

Braço do Trombudo

PREFEITURA

Decreto 058/2011

DECRETO 058/2011 18.11.2011

SUPLEMENTA DOTAÇÃO DO ORÇAMENTO VIGENTE DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE.

Vilberto Muller Shovinder, Prefeito Municipal de Braço do Trombudo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, baseado na Lei 0666/2010 de 16.12.2010, etc

DECRETA:

Art. 1º. Fica aberto um crédito adicional, suplementar no valor de R\$ 1.850,00 (hum mil, oitocentos e cinqüenta reais), destinado a suplementar a seguinte dotação do orçamento vigente:

07.01 - Fundo Municipal de Saúde

10.301.0100.1.003 - Construção/Ampliação/Reforma de Unidade Sanit.

4490.00.00.00.00.00.0002 - Aplicações Diretas R\$ 1.850,00

- Total R\$ 1.850,00

Art. 2º. Utilizar-se-á como fonte de recursos, o superávit financeiro do exercício de 2010.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade á publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 3º da Lei 0597/2008 de 09.07.2008.

Braço do Trombudo, em 18 de novembro de 2011.

VILBERTO MULLER SCHOVINDER

Prefeito Municipal

Decreto 059/2011

DECRETO 059/2011 22.11.2011

SUPLEMENTA DOTAÇÃO DO ORÇAMENTO VIGENTE.

Vilberto Muller Shovinder, Prefeito Municipal de Braço do Trombudo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, baseado na Lei 0666/2010 de 16.12.2010, etc

DECRETA:

Art. 1º. Fica aberto um crédito adicional, suplementar no valor de R\$ 50.000,00 (cinqüenta mil reais), destinado a suplementar a seguinte dotação do orçamento vigente:

06.01 - Secret./Obras/Estr.Serv.Urb.Agropecuários

26.782.0260.1.032 - Reequipamento da Secretaria de Obras

4490.00.00.00.00.00.0000 - Aplicações Diretas R\$ 50.000,00

- Total R\$ 50.000,00

Art. 2º. Utilizar-se-á como fonte de recursos, o superávit financeiro do exercício de 2010.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade á publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 3º da Lei 0597/2008 de 09.07.2008.

Braço do Trombudo, em 22 de novembro de 2011.

VILBERTO MULLER SCHOVINDER

Prefeito Municipal

Decreto 060/2011

DECRETO Nº 060/2011

Nomeia Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.

Vilberto Müller Schovinder, prefeito do município de Braço do Trombudo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e amparado no artigo 7º da Lei Municipal nº 121/94 de 25.08.94, e suas alterações etc

D E C R E T A :

Art. 1º - O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente do município de Braço do Trombudo, em conformidade com a Lei Municipal nº 121/94, de 25.08.94, e sua alteração na Lei nº 0532/2006 de 18.10.2006, composto por 08 (oito) membros, com a seguinte composição:

I - quatro (04) conselheiros titulares, com os respectivos suplentes, indicados pelo poder executivo e representando os seguintes órgãos e entidades governamentais do município:

a) Secretaria Municipal de Educação:

Titular: Scheila Andreia Klug

Suplente: Silvania R. Goede

b) Secretaria Municipal de Saúde e Assistência Social:

Titular: Adelir Silveira

Suplente: Rosana Baade Leonhardt

c) Secretaria Municipal da Administração e Finanças:

Titular: Mônica Dalila Sell Dalmarco

Suplente: Carlos Alberto Mathias

d) Secretaria Municipal de Cultura, do Turismo e Lazer:

Titular : Janaina Carneiro Rodrigues

Suplente: Carice E. Larsen Wolniewicz

II - quatro (04) conselheiros titulares, com os respectivos suplentes, representantes de entidades não governamentais."

a) Lar Beneficente João 3.16

Titular: Adenildo Fagundes

Suplente: Jessica da Silva Fagundes

b) Grupo de Mães e Oase

Titular: Norma Ristow

Suplente: Ida Marian

c) (A.P.P) Associação de Pais e Professores

Titular: Soelene Mara de Souza

Suplente: Sonia Felga Bruch

d) Folclore

Titular: Cassiano Douglas Gerber

Suplente: Jair Teske

Art.2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade á publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 3º da Lei 0597/2008 de 09.07.2008.

Art.3º - Fica revogado o Decreto nº 041/2009 de 02.12.2009.

Braço do Trombudo, em 23 de novembro de 2011.

VILBERTO MÜLLER SCHOVINDER

Prefeito Municipal

Editais de Eleição Conselheiros Tutelares

CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

PRAÇA DA INDEPENDÊNCIA Nº 25 - CENTRO -

FONE/ FAX: 47 3547 0179

CEP: 89.178-000 - BRAÇO DO TROMBUDO - SC

EDITAL**INSCRIÇÃO E REGULAMENTO****PARA A ELEIÇÃO DO CONSELHO TUTELAR**

O conselho municipal dos direitos da criança e do adolescente do município de Braço do Trombudo, estado de Santa Catarina, através do seu presidente abaixo assinado, comunica a quem interessar possa, que se encontram abertas às inscrições para candidatos a eleição de conselheiro tutelar, em conformidade com as determinações constantes em ata do livro próprio e lei municipal nº. 121/94 de 25.08.94. Conforme segue.

I - Requisitos para candidatar-se e exercer as funções de conselheiro tutelar:

- Atestado de idoneidade
- Idade superior a 21 anos
- Residir no Município
- Certificado de conclusão de ensino médio

II - Os conselheiros serão escolhidos pelo voto facultativo dos cidadãos do Município.

III - A candidatura deverá ser registrada no período de 24 de novembro a 02 de dezembro de 2011, mediante preenchimento da ficha de inscrição de candidato, na Casa da cultura com Carlos Alberto Mathias, acompanhado de provas dos requisitos estabelecidos no item I, apresentando ainda:

- Cópia dos documentos pessoais - CPF e RG
- Cópia do comprovante de residência
- Cópia do certificado de conclusão do ensino médio.
- Atestado de idoneidade fornecido pela Delegacia de Polícia Civil local.

IV - Ao assinar a ficha de inscrição, o candidato declara que está ciente das normas que regerão o processo eleitoral e que concorda com elas.

V - Até o dia 06 de dezembro do corrente, o conselho dos direitos publicará a relação oficial dos candidatos.

VI - Até o dia 17 de Dezembro de 2011 é o prazo para os candidatos realizarem sua campanha eleitoral.

VII - Dia 18 de Dezembro de 2011 ocorrerá à eleição para o conselho tutelar. A eleição terá início às 9:00 horas, encerrando-se às 16:00 horas. A votação será realizada em duas (2) urnas no município, sendo, uma na Escola Municipal Adriano Mosimman, localidade de Serril e outra na E. E. B. Adolfo Boving, centro de Braço do Trombudo.

VIII - As cédulas eleitorais serão confeccionadas pela Prefeitura Municipal, mediante modelo previamente aprovado pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.

IX - Implica-se no que couber, o disposto na legislação eleitoral em vigor, quanto ao exercício do sufrágio, à apuração de votos e propaganda eleitoral.

X - À medida que os votos forem apurados, poderão os candidatos

apresentar impugnações, que serão decididas pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, em caráter definitivo. Cada candidato terá um fiscal de votação para cada urna e fiscal único de apuração, que poderá ser o próprio candidato.

XI - Concluída a apuração dos votos, de imediato o Conselho dos Direitos, proclamará o resultado da eleição com os nomes dos candidatos e o número de sufrágios recebidos.

XII - Os primeiros cinco candidatos mais votados serão considerados eleitos, ficando os demais, pela ordem de votação, como 1º, 2º, 3º, 4º e 5º suplentes.

XIII - Havendo empate na votação será considerado eleito o candidato mais idoso.

XIV - Os eleitos serão empossados pelo poder executivo municipal ou pelo conselho dos direitos da criança e do adolescente, sendo o juramento tomado pelo Presidente do CMDCA, imediatamente após a divulgação do resultado oficial.

XV - Ocorrendo a vacância no cargo, substituição temporária por férias ou licença do titular, assumirá o suplente que houver obtido maior número de votos, e se este não desejar assumir o segundo colocado e assim por diante.

XVI - Durante a substituição temporária, terá o substituto direito a mesma gratificação do substituído.

XVII - São impedidos de servir no mesmo conselho marido e mulher, ascendentes e descendentes, sogros, genro, nora, irmãos, cunhados durante o cunhadio, tio, sobrinho, padrasto e enteado.

XVIII - Estende-se o impedimento do conselheiro, na forma da autoridade judiciária e ao representante do Ministério Público, com atuação na justiça da infância e juventude, em exercício na comarca, foro regional ou distrital.

Braço do Trombudo, em 18 de novembro de 2011.

ADENILDO FAGUNDES

Presidente - CMDCA

(Conselho Municipal do Direito da Criança e do Adolescente)

Ata de Registro de Preço 7/2011**ESTADO DE SANTA CATARINA**

Página: 1/8

PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 7/2011****Número do Registro de Preços: 7/2011****Data do Registro: 10/02/2011****Válido até: 10/02/2012****Objeto da Compra:** Aquisição de peças e serviço de mão de obra para manutenção de tratores agrícolas do Departamento da Agricultura

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
1	ROLAMENTO DA EMBREAGEM (396)	PC	RIOFRAS COM.TRAT.E IMPL.LTDA. (6044)	AGCOPARTS	0	95,0000	1
2	ANEL (2187)	UND	RIOFRAS COM.TRAT.E IMPL.LTDA. (6044)	AGCOPARTS	0	2,0000	1
3	PARAFUSO DE RODA (2792)	UND	RIOFRAS COM.TRAT.E IMPL.LTDA. (6044)	AGCOPARTS	0	9,0000	1
4	CONTRA PINO (3517)	UND	RIOFRAS COM.TRAT.E IMPL.LTDA. (6044)	AGCOPARTS	0	1,0000	1
5	PINO DE AÇO (3519)	UND	RIOFRAS COM.TRAT.E IMPL.LTDA. (6044)	AGCOPARTS	0	11,0000	1
6	PORCA DO PINHÃO (3689)	UND	RIOFRAS COM.TRAT.E IMPL.LTDA. (6044)	AGCOPARTS	0	28,0000	1
7	PINO (3696)	UND	RIOFRAS COM.TRAT.E IMPL.LTDA. (6044)	AGCOPARTS	0	6,0000	1
8	ROLAMENTO AGULHAS (3698)	UND	RIOFRAS COM.TRAT.E IMPL.LTDA. (6044)	AGCOPARTS	0	22,0000	1
9	JUNTA COLETOR ESCAPE AMIANTO (3707)	UND	RIOFRAS COM.TRAT.E IMPL.LTDA. (6044)	AGCOPARTS	0	15,0000	1
10	PARAFUSO RODA TRASEIRA (3708)	UND	RIOFRAS COM.TRAT.E IMPL.LTDA. (6044)	AGCOPARTS	0	7,0000	1
11	PORCA RODA TRASEIRA MF ANTIGO (3709)	UND	RIOFRAS COM.TRAT.E IMPL.LTDA. (6044)	AGCOPARTS	0	4,0000	1
12	TAMPA DO RADIADOR (3710)	UND	RIOFRAS COM.TRAT.E IMPL.LTDA. (6044)	AGCOPARTS	0	11,0000	1
13	PARAFUSO AÇO FIXAÇÃO (3715)	UND	RIOFRAS COM.TRAT.E IMPL.LTDA. (6044)	AGCOPARTS	0	16,0000	1
14	CRUZETA DIFERENCIAL NITRETADA (3716)	UND	RIOFRAS COM.TRAT.E IMPL.LTDA. (6044)	AGCOPARTS	0	315,0000	1
15	ENGRENAGEM DE AÇO (3717)	JG	RIOFRAS COM.TRAT.E IMPL.LTDA. (6044)	AGCOPARTS	0	1.150,0000	1
16	CAIXA DIFERENCIAL (3718)	UND	RIOFRAS COM.TRAT.E IMPL.LTDA. (6044)	AGCOPARTS	0	1.100,0000	1
17	JUNTA PAPEL (3719)	UND	RIOFRAS COM.TRAT.E IMPL.LTDA. (6044)	AGCOPARTS	0	8,0000	1
18	GUARDA PÓ BORRACHA (3720)	UND	RIOFRAS COM.TRAT.E IMPL.LTDA. (6044)	AGCOPARTS	0	12,0000	1
19	ROLAMENTO ROLOS CONICOS (3727)	UND	RIOFRAS COM.TRAT.E IMPL.LTDA. (6044)	AGCOPARTS	0	195,0000	1
20	EIXO (3731)	UND	RIOFRAS COM.TRAT.E IMPL.LTDA. (6044)	AGCOPARTS	0	108,0000	1
21	TERMINAL DIREÇÃO (4056)	UND	RIOFRAS COM.TRAT.E IMPL.LTDA. (6044)	AGCOPARTS	0	61,0000	1
22	LUVA ACOPLAMENTO BLOQUEIO (4236)	UND	RIOFRAS COM.TRAT.E IMPL.LTDA. (6044)	AGCOPARTS	0	195,0000	1

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO

Página: 2/8

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 7/2011**Número do Registro de Preços: 7/2011****Data do Registro: 10/02/2011****Válido até: 10/02/2012****Objeto da Compra:** Aquisição de peças e serviço de mão de obra para manutenção de tratores agrícolas do Departamento da Agricultura

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
23	CARCAÇA DE ACOPLAMENTO (4237)	UND	RIOFRAS COM.TRAT.E IMPL.LTDA. (6044)	AGCOPARTS	0	285,0000	1
24	ARRUELA COBRE (4238)	UND	RIOFRAS COM.TRAT.E IMPL.LTDA. (6044)	AGCOPARTS	0	22,0000	1
25	VALVULA TERMOSTATICA MOTOR 4236 (4242)	UND	RIOFRAS COM.TRAT.E IMPL.LTDA. (6044)	AGCOPARTS	0	48,0000	1
26	ENGRENAGEM REDUTOR FINAL (4243)	UND	RIOFRAS COM.TRAT.E IMPL.LTDA. (6044)	AGCOPARTS	0	265,0000	1
27	FAROL AUXILIAR (4251)	UND	RIOFRAS COM.TRAT.E IMPL.LTDA. (6044)	AGCOPARTS	0	110,0000	1
28	LAMPADA DE PAINEL (4252)	UND	RIOFRAS COM.TRAT.E IMPL.LTDA. (6044)	AGCOPARTS	0	2,0000	1
29	LAMPADA DE IODO H3 12V 55W (4253)	UND	RIOFRAS COM.TRAT.E IMPL.LTDA. (6044)	AGCOPARTS	0	10,0000	1
30	JUNTA COLETOR ESCAPE MOTOR 4236 (4255)	UND	RIOFRAS COM.TRAT.E IMPL.LTDA. (6044)	AGCOPARTS	0	8,0000	1
31	BOMBA D'AGUA MOTOR 4236 S/ POLIA (4263)	UND	RIOFRAS COM.TRAT.E IMPL.LTDA. (6044)	AGCOPARTS	0	285,0000	1
32	KIT MOLAS ASSENTO (4265)	UND	RIOFRAS COM.TRAT.E IMPL.LTDA. (6044)	AGCOPARTS	0	72,0000	1
33	BRAÇO FUNDIDO (4267)	UND	RIOFRAS COM.TRAT.E IMPL.LTDA. (6044)	AGCOPARTS	0	295,0000	1
34	PRE FILTRO (4269)	UND	RIOFRAS COM.TRAT.E IMPL.LTDA. (6044)	AGCOPARTS	0	89,0000	1
35	FAROL DIANTEIRO QUADRADO S/LAMPADA (4270)	UND	RIOFRAS COM.TRAT.E IMPL.LTDA. (6044)	AGCOPARTS	0	45,0000	1
36	RETENTOR PLACA FREIO UMIDO (4277)	UND	RIOFRAS COM.TRAT.E IMPL.LTDA. (6044)	AGCOPARTS	0	42,0000	1
37	INDICADOR COMBUSTIVEL (4287)	UND	RIOFRAS COM.TRAT.E IMPL.LTDA. (6044)	AGCOPARTS	0	69,0000	1
38	BOIA INDICADORA (4292)	UND	RIOFRAS COM.TRAT.E IMPL.LTDA. (6044)	AGCOPARTS	0	68,0000	1
39	HELICE MOTOR 4236-4248 (4302)	UND	RIOFRAS COM.TRAT.E IMPL.LTDA. (6044)	AGCOPARTS	0	120,0000	1
40	TUBO RETORNO FILTRO COMBUSTIVEL (4304)	UND	RIOFRAS COM.TRAT.E IMPL.LTDA. (6044)	AGCOPARTS	0	115,0000	1
41	ROLAMENTO DE APOIO MANGA EIXO (4307)	UND	RIOFRAS COM.TRAT.E IMPL.LTDA. (6044)	AGCOPARTS	0	20,0000	1
42	ROLAMENTO ROLOS CONICO 3780/20 (4315)	UND	RIOFRAS COM.TRAT.E IMPL.LTDA. (6044)	AGCOPARTS	0	99,0000	1
43	PINHAO DE AÇO MARCHA RE Z-13/21 (4321)	UND	RIOFRAS COM.TRAT.E IMPL.LTDA. (6044)	AGCOPARTS	0	195,0000	1
44	BUCHA EIXO DE DIREÇÃO (4324)	UND	RIOFRAS COM.TRAT.E IMPL.LTDA. (6044)	AGCOPARTS	0	17,0000	1

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO

Página: 3/8

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 7/2011**Número do Registro de Preços: 7/2011****Data do Registro: 10/02/2011****Válido até: 10/02/2012****Objeto da Compra:** Aquisição de peças e serviço de mão de obra para manutenção de tratores agrícolas do Departamento da Agricultura

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
45	BUCHA DA BALANÇA (4325)	UND	RIOFRAS COM.TRAT.E IMPL.LTDA. (6044)	AGCOPARTS	0	24,0000	1
46	TRATOMETRO (4327)	UND	RIOFRAS COM.TRAT.E IMPL.LTDA. (6044)	AGCOPARTS	0	145,0000	1
47	DISCO FREIO U ORIGINAL (4330)	UND	RIOFRAS COM.TRAT.E IMPL.LTDA. (6044)	AGCOPARTS	0	79,0000	1
48	ESTABILIZADOR MF 275/285/290 (5279)	CJ	RIOFRAS COM.TRAT.E IMPL.LTDA. (6044)	AGCOPARTS	0	145,0000	1
49	SILENCIOSO MF 265/275/290 (5284)	PC	RIOFRAS COM.TRAT.E IMPL.LTDA. (6044)	AGCOPARTS	0	90,0000	1
50	PARAFUSO (5295)	PC	RIOFRAS COM.TRAT.E IMPL.LTDA. (6044)	AGCOPARTS	0	10,0000	1
51	ESPELHO EMBREAGEM 12" (5298)	PC	RIOFRAS COM.TRAT.E IMPL.LTDA. (6044)	AGCOPARTS	0	225,0000	1
52	DISCO INTERMEDIÁRIO FREIO (5306)	PC	RIOFRAS COM.TRAT.E IMPL.LTDA. (6044)	AGCOPARTS	0	43,0000	1
53	PARAFUSO DE AÇO (5318)	PC	RIOFRAS COM.TRAT.E IMPL.LTDA. (6044)	AGCOPARTS	0	5,0000	1
54	EIXO PRINCIPAL (5324)	PC	RIOFRAS COM.TRAT.E IMPL.LTDA. (6044)	AGCOPARTS	0	485,0000	1
55	RETENTOR TRASEIRO (5331)	PC	RIOFRAS COM.TRAT.E IMPL.LTDA. (6044)	AGCOPARTS	0	145,0000	1
56	COXIM PAINEL (5333)	PC	RIOFRAS COM.TRAT.E IMPL.LTDA. (6044)	AGCOPARTS	0	15,0000	1
57	ROLAMENTO DE AGULHAS (5383)	UND	RIOFRAS COM.TRAT.E IMPL.LTDA. (6044)	AGCOPARTS	0	28,0000	1
58	VALVULA ALIVIO MODERNA (5396)	UND	RIOFRAS COM.TRAT.E IMPL.LTDA. (6044)	AGCOPARTS	0	238,0000	1
59	CONTRA PINO LUVIA (5398)	UND	RIOFRAS COM.TRAT.E IMPL.LTDA. (6044)	AGCOPARTS	0	2,0000	1
60	CILINDRO 3.3/8" (5402)	UND	RIOFRAS COM.TRAT.E IMPL.LTDA. (6044)	AGCOPARTS	0	415,0000	1
61	PINO ELASTICO (5403)	UND	RIOFRAS COM.TRAT.E IMPL.LTDA. (6044)	AGCOPARTS	0	4,0000	1
62	EMBOLO CILINDRO LEVANTE HIDR (5405)	UND	RIOFRAS COM.TRAT.E IMPL.LTDA. (6044)	AGCOPARTS	0	215,0000	1
63	BUCHA AÇO EIXO DO LEVANTE HIDR (5406)	UND	RIOFRAS COM.TRAT.E IMPL.LTDA. (6044)	AGCOPARTS	0	34,0000	1
64	VEDANTE LIQUIDO (5407)	UND	RIOFRAS COM.TRAT.E IMPL.LTDA. (6044)	AGCOPARTS	0	48,0000	1
65	EIXO PINHÃO DA RE (5412)	UND	RIOFRAS COM.TRAT.E IMPL.LTDA. (6044)	AGCOPARTS	0	118,0000	1
66	JUNTA SUPORTE BOMBA HIDRAULICA (5415)	UND	RIOFRAS COM.TRAT.E IMPL.LTDA. (6044)	AGCOPARTS	0	1,0000	1

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO

Página: 4/8

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 7/2011**Número do Registro de Preços: 7/2011****Data do Registro: 10/02/2011****Válido até: 10/02/2012****Objeto da Compra:** Aquisição de peças e serviço de mão de obra para manutenção de tratores agrícolas do Departamento da Agricultura

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
67	ANEL "O" BORRACHA PISTÃO HIDRAULICO (5416)	UND	RIOFRAS COM.TRAT.E IMPL.LTDA. (6044)	AGCOPARTS	0	5,0000	1
68	ANEL TEFLON SISTEMA HIDRAULICO (5420)	PC	RIOFRAS COM.TRAT.E IMPL.LTDA. (6044)	AGCOPARTS	0	15,0000	1
69	ANEL BORRACHA PISTAO HIDRAULICO (5421)	UND	RIOFRAS COM.TRAT.E IMPL.LTDA. (6044)	AGCOPARTS	0	6,0000	1
70	ANEL "O" BORRACHA BRAÇO HIDRAULICO (5422)	UND	RIOFRAS COM.TRAT.E IMPL.LTDA. (6044)	AGCOPARTS	0	4,0000	1
71	ANEL "O" BORRACHA CAIXA TRANSMISSÃO (5423)	PC	RIOFRAS COM.TRAT.E IMPL.LTDA. (6044)	AGCOPARTS	0	3,0000	1
72	BIELETA (5951)	UND	RIOFRAS COM.TRAT.E IMPL.LTDA. (6044)	AGCOPARTS	0	18,0000	1
73	COMANDO FREIO (5952)	UND	RIOFRAS COM.TRAT.E IMPL.LTDA. (6044)	AGCOPARTS	0	355,0000	1
74	BUCHA DA MANGA (5955)	UND	RIOFRAS COM.TRAT.E IMPL.LTDA. (6044)	AGCOPARTS	0	17,0000	1
75	JOGO REPARO EMBREAGEM DUPLA (5961)	JG	RIOFRAS COM.TRAT.E IMPL.LTDA. (6044)	AGCOPARTS	0	375,0000	1
76	LAMPADA DIANTEIRA (5962)	UND	RIOFRAS COM.TRAT.E IMPL.LTDA. (6044)	AGCOPARTS	0	8,0000	1
77	SEMI EIXO TRASEIRO (5972)	UND	RIOFRAS COM.TRAT.E IMPL.LTDA. (6044)	AGCOPARTS	0	1.050,0000	1
78	ENGRENAGEM SATÉLITE Z=12 (5974)	UND	RIOFRAS COM.TRAT.E IMPL.LTDA. (6044)	AGCOPARTS	0	158,0000	1
79	TAMPA DA REDUÇÃO (5975)	UND	RIOFRAS COM.TRAT.E IMPL.LTDA. (6044)	AGCOPARTS	0	465,0000	1
80	GRADE PROTETORA (5976)	UND	RIOFRAS COM.TRAT.E IMPL.LTDA. (6044)	AGCOPARTS	0	110,0000	1
81	EMBREAGEM DUPLA (6904)	CJ	RIOFRAS COM.TRAT.E IMPL.LTDA. (6044)	AGCOPARTS	0	1.695,0000	1
82	DISCO EMBREAGEM 12" ESTRIA GROSSA (6906)	UND	RIOFRAS COM.TRAT.E IMPL.LTDA. (6044)	AGCOPARTS	0	385,0000	1
83	ANEL "O" DIFERENCIAL (6908)	UND	RIOFRAS COM.TRAT.E IMPL.LTDA. (6044)	AGCOPARTS	0	7,0000	1
84	RETENTOR DA REDUÇÃO (6909)	UND	RIOFRAS COM.TRAT.E IMPL.LTDA. (6044)	AGCOPARTS	0	52,0000	1
85	ARVORE TRANSMISSÃO Z=15 (6910)	UND	RIOFRAS COM.TRAT.E IMPL.LTDA. (6044)	AGCOPARTS	0	685,0000	1
86	VALVULA CONTROLE HIDRAULICO MF (6911)	UND	RIOFRAS COM.TRAT.E IMPL.LTDA. (6044)	AGCOPARTS	0	165,0000	1
87	EIXO REDUÇÃO (6912)	UND	RIOFRAS COM.TRAT.E IMPL.LTDA. (6044)	AGCOPARTS	0	45,0000	1
88	BRAÇO COMANDO DA DIREÇÃO (6913)	UND	RIOFRAS COM.TRAT.E IMPL.LTDA. (6044)	AGCOPARTS	0	155,0000	1

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO

Página: 5/8

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 7/2011

Número do Registro de Preços: 7/2011

Data do Registro: 10/02/2011

Válido até: 10/02/2012

Objeto da Compra: Aquisição de peças e serviço de mão de obra para manutenção de tratores agrícolas do Departamento da Agricultura

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
89	BRAÇO NIVELADOR C/ 1 FURO 3/4 (6914)	UND	RIOFRAS COM.TRAT.E IMPL.LTDA. (6044)	AGCOPARTS	0	345,0000	1
90	Reparo BBA d'água 4236 c/ rolamento (7875)	UND	RIOFRAS COM.TRAT.E IMPL.LTDA. (6044)	AGCOPARTS	0	140,0000	1
91	Junta da bomba d'água motor D423 (7876)	UND	RIOFRAS COM.TRAT.E IMPL.LTDA. (6044)	AGCOPARTS	0	9,0000	1
92	Disco tomada forca linha 200/5200 (7877)	UND	RIOFRAS COM.TRAT.E IMPL.LTDA. (6044)	AGCOPARTS	0	285,0000	1
93	Rolamento de embreagem permanente (7878)	UND	RIOFRAS COM.TRAT.E IMPL.LTDA. (6044)	AGCOPARTS	0	320,0000	1
94	Rolamento esferas 17mm prisa (7879)	UND	RIOFRAS COM.TRAT.E IMPL.LTDA. (6044)	AGCOPARTS	0	28,0000	1
95	Coberta embreagem dupla 12/13" (7880)	UND	RIOFRAS COM.TRAT.E IMPL.LTDA. (6044)	AGCOPARTS	0	225,0000	1
96	Placa fricção 6 pontas (7881)	UND	RIOFRAS COM.TRAT.E IMPL.LTDA. (6044)	AGCOPARTS	0	235,0000	1
97	Junta retentor traseiro moderno (7882)	UND	RIOFRAS COM.TRAT.E IMPL.LTDA. (6044)	AGCOPARTS	0	16,0000	1
98	Tampa do bocal (7883)	UND	RIOFRAS COM.TRAT.E IMPL.LTDA. (6044)	AGCOPARTS	0	28,0000	1
99	Vareta óleo MF 265/275/283 ano apar. (7884)	UND	RIOFRAS COM.TRAT.E IMPL.LTDA. (6044)	AGCOPARTS	0	26,0000	1
100	Tampa tanque combustível (7885)	UND	RIOFRAS COM.TRAT.E IMPL.LTDA. (6044)	AGCOPARTS	0	38,0000	1
101	Amortecedor assento (7886)	JG	RIOFRAS COM.TRAT.E IMPL.LTDA. (6044)	AGCOPARTS	0	145,0000	1
102	Roldana da válvula bomba hidráulica (7887)	UND	RIOFRAS COM.TRAT.E IMPL.LTDA. (6044)	AGCOPARTS	0	7,0000	1
103	Válvula contr. hidr. haste quadrada (7888)	UND	RIOFRAS COM.TRAT.E IMPL.LTDA. (6044)	AGCOPARTS	0	225,0000	1
104	Válvula aço pressão (7889)	UND	RIOFRAS COM.TRAT.E IMPL.LTDA. (6044)	AGCOPARTS	0	110,0000	1
105	Anel proteção braço levante. (7890)	UND	RIOFRAS COM.TRAT.E IMPL.LTDA. (6044)	AGCOPARTS	0	9,0000	1
106	Reparo bomba hidráulica c/ anel ferr. (7891)	UND	RIOFRAS COM.TRAT.E IMPL.LTDA. (6044)	AGCOPARTS	0	55,0000	1
107	Reparo válvula bomba hidráulica (7892)	JG	RIOFRAS COM.TRAT.E IMPL.LTDA. (6044)	AGCOPARTS	0	120,0000	1
108	Filtro óleo hidráulico (7893)	UND	RIOFRAS COM.TRAT.E IMPL.LTDA. (6044)	AGCOPARTS	0	135,0000	1
109	Elemento filtro bomba hidráulica (7894)	UND	RIOFRAS COM.TRAT.E IMPL.LTDA. (6044)	AGCOPARTS	0	38,0000	1
110	Interruptor freio (7895)	UND	RIOFRAS COM.TRAT.E IMPL.LTDA. (6044)	AGCOPARTS	0	62,0000	1

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO

Página: 6/8

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 7/2011**Número do Registro de Preços: 7/2011****Data do Registro: 10/02/2011****Válido até: 10/02/2012****Objeto da Compra:** Aquisição de peças e serviço de mão de obra para manutenção de tratores agrícolas do Departamento da Agricultura

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
111	Eixo acionador braço hydr. (7896)	UND	RIOFRAS COM.TRAT.E IMPL.LTDA. (6044)	AGCOPARTS	0	715,0000	1
112	Braço do cilindro do hidráulico (7897)	UND	RIOFRAS COM.TRAT.E IMPL.LTDA. (6044)	AGCOPARTS	0	608,0000	1
113	Interruptor de partida (7898)	UND	RIOFRAS COM.TRAT.E IMPL.LTDA. (6044)	AGCOPARTS	0	55,0000	1
114	Braço levante hidráulico. (7899)	UND	RIOFRAS COM.TRAT.E IMPL.LTDA. (6044)	AGCOPARTS	0	285,0000	1
115	Braço nivelador moderno (7900)	UND	RIOFRAS COM.TRAT.E IMPL.LTDA. (6044)	AGCOPARTS	0	345,0000	1
116	Alavanca de marchas (7901)	UND	RIOFRAS COM.TRAT.E IMPL.LTDA. (6044)	AGCOPARTS	0	295,0000	1
117	Retentor estreito tomada força (7902)	UND	RIOFRAS COM.TRAT.E IMPL.LTDA. (6044)	AGCOPARTS	0	22,0000	1
118	Retentor tomada força labial (7903)	UND	RIOFRAS COM.TRAT.E IMPL.LTDA. (6044)	AGCOPARTS	0	51,0000	1
119	Tirante freio (7904)	UND	RIOFRAS COM.TRAT.E IMPL.LTDA. (6044)	AGCOPARTS	0	89,0000	1
120	Porca aço (7905)	UND	RIOFRAS COM.TRAT.E IMPL.LTDA. (6044)	AGCOPARTS	0	3,0000	1
121	Luva fusível (curta) 84mm (7906)	UND	RIOFRAS COM.TRAT.E IMPL.LTDA. (6044)	AGCOPARTS	0	80,0000	1
122	Luva fusível (média) 96mm (7907)	UND	RIOFRAS COM.TRAT.E IMPL.LTDA. (6044)	AGCOPARTS	0	138,0000	1
123	Rolamento agulhas 31.75 mm (7908)	UND	RIOFRAS COM.TRAT.E IMPL.LTDA. (6044)	AGCOPARTS	0	55,0000	1
124	Retentor. (7909)	UND	RIOFRAS COM.TRAT.E IMPL.LTDA. (6044)	AGCOPARTS	0	15,0000	1
125	Rolamento agulha (7910)	UND	RIOFRAS COM.TRAT.E IMPL.LTDA. (6044)	AGCOPARTS	0	33,0000	1
126	Porca autotravante (7911)	UND	RIOFRAS COM.TRAT.E IMPL.LTDA. (6044)	AGCOPARTS	0	3,0000	1
127	Haste da ponta de eixo 38mm (7912)	UND	RIOFRAS COM.TRAT.E IMPL.LTDA. (6044)	AGCOPARTS	0	115,0000	1
128	Arruela calço eixo dianteiro (7913)	UND	RIOFRAS COM.TRAT.E IMPL.LTDA. (6044)	AGCOPARTS	0	12,0000	1
129	Calço eixo dianteiro 1.25-11.30mm (7914)	UND	RIOFRAS COM.TRAT.E IMPL.LTDA. (6044)	AGCOPARTS	0	11,0000	1
130	Calço eixo dianteiro 0.87-0.92 mm (7915)	UND	RIOFRAS COM.TRAT.E IMPL.LTDA. (6044)	AGCOPARTS	0	12,0000	1
131	Calço eixo dianteiro 0.99-1.04 mm (7916)	UND	RIOFRAS COM.TRAT.E IMPL.LTDA. (6044)	AGCOPARTS	0	12,0000	1
132	Braço inferior direção (7917)	UND	RIOFRAS COM.TRAT.E IMPL.LTDA. (6044)	AGCOPARTS	0	135,0000	1

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO

Página: 7/8

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 7/2011**Número do Registro de Preços: 7/2011****Data do Registro: 10/02/2011****Válido até: 10/02/2012****Objeto da Compra:** Aquisição de peças e serviço de mão de obra para manutenção de tratores agrícolas do Departamento da Agricultura

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
133	Retentor de borracha (7918)	UND	RIOFRAS COM.TRAT.E IMPL.LTDA. (6044)	AGCOPARTS	0	22,0000	1
134	Garfo do bloqueio (7919)	UND	RIOFRAS COM.TRAT.E IMPL.LTDA. (6044)	AGCOPARTS	0	166,0000	1
135	Garfo do pedal bloqueio (7920)	UND	RIOFRAS COM.TRAT.E IMPL.LTDA. (6044)	AGCOPARTS	0	61,0000	1
136	Arruela boleada (7921)	UND	RIOFRAS COM.TRAT.E IMPL.LTDA. (6044)	AGCOPARTS	0	15,0000	1
137	Junta triangulo (7922)	UND	RIOFRAS COM.TRAT.E IMPL.LTDA. (6044)	AGCOPARTS	0	10,0000	1
138	Rolamneto tomada força tipo novo (7923)	UND	RIOFRAS COM.TRAT.E IMPL.LTDA. (6044)	AGCOPARTS	0	58,0000	1
139	Pino aço (7924)	UND	RIOFRAS COM.TRAT.E IMPL.LTDA. (6044)	AGCOPARTS	0	6,0000	1
140	Roletes pinhão re (7925)	JG	RIOFRAS COM.TRAT.E IMPL.LTDA. (6044)	AGCOPARTS	0	52,0000	1
141	Luva engate reduzida (7926)	UND	RIOFRAS COM.TRAT.E IMPL.LTDA. (6044)	AGCOPARTS	0	185,0000	1
142	Cabo tratometro (7927)	UND	RIOFRAS COM.TRAT.E IMPL.LTDA. (6044)	AGCOPARTS	0	26,0000	1
143	Acionador cabo tratometro (7928)	UND	RIOFRAS COM.TRAT.E IMPL.LTDA. (6044)	AGCOPARTS	0	99,0000	1
144	Porca roda traseira MF novo (7929)	UND	RIOFRAS COM.TRAT.E IMPL.LTDA. (6044)	AGCOPARTS	0	3,0000	1
145	Coroa aço redutor (7930)	UND	RIOFRAS COM.TRAT.E IMPL.LTDA. (6044)	AGCOPARTS	0	695,0000	1
146	Tampa da redução moderna (7931)	UND	RIOFRAS COM.TRAT.E IMPL.LTDA. (6044)	AGCOPARTS	0	495,0000	1
147	Semi eixo traseiro tipo novo (7933)	UND	RIOFRAS COM.TRAT.E IMPL.LTDA. (6044)	AGCOPARTS	0	1.395,0000	1
148	Terminal longo grosso (7934)	UND	RIOFRAS COM.TRAT.E IMPL.LTDA. (6044)	AGCOPARTS	0	88,0000	1
149	Terminal tubolar (7935)	UND	RIOFRAS COM.TRAT.E IMPL.LTDA. (6044)	AGCOPARTS	0	135,0000	1

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO

Página: 8/8

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 7/2011**Número do Registro de Preços: 7/2011****Data do Registro: 10/02/2011****Válido até: 10/02/2012****Objeto da Compra:** Aquisição de peças e serviço de mão de obra para manutenção de tratores agrícolas do Departamento da Agricultura

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
150	Serviço de mão de obra, (7936)	HR	RIOFRAS COM.TRAT.E IMPL.LTDA. (6044)	RIOFRAS	0	35,0000	1

BRACO DO TROMBUDO , 10 de Fevereiro de 2011.

Caçador

PREFEITURA

Suspensão De Licitar Veramed

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAÇADOR
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
SUSPENSÃO DE LICITAR

O Fundo Municipal de Saúde Caçador, SC, torna público a suspensão de participar de licitação e impedimento de contratar com esta Administração pelo prazo de 05 anos da VERAMED DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 93.423.994/0001-30, com sede na cidade de Porto Alegre, RS, pelo não cumprimento das obrigações assumidas na Ata de Registro de Preços nº 57/11 - FMS. Maiores Informações poderão ser obtidas na Coord. de Licitações e Contratos do Fundo Municipal de Saúde, Sítio Rua Brasília, 1.111, e-mail:licitacoes.saude@cacador.sc.gov.br, das 13:00 às 19:00 horas ou pelo site www.cacador.sc.gov.br.

Caçador, 22 de novembro de 2011.

DINAMAR APARECIDA GOMES
Secretaria Municipal de Saúde

Ata SRP 112-2011 SAÚDE

Ata SRP 112/2011 FMS - registro de preços para prestação dos serviços de manutenção preventiva e corretiva, com a aplicação e fornecimento de peças e acessórios para a manutenção da frota de veículos referente ao processo licitatório nº 45/2011, PR 35/2011. Contratado: AUTO ELITE LTDA. Valor estimado: R\$ 45.000,00. Prazo: 22/05/2012, sendo:
LOTE 01 VOLKSWAGEM

ITEM	PLACA	MARCA/MODELO	% DESCONTO NAS PEÇAS	R\$ HORA TRABALHADA
01	MHE 4856	GOL FLEX	5%	R\$ 40,00
02	MGZ 1066	KOMBI FLEX	5%	R\$ 40,00

Ata SRP 113-2011 SAÚDE

Ata SRP 113/2011 FMS - registro de preços para prestação dos serviços de manutenção preventiva e corretiva, com a aplicação e fornecimento de peças e acessórios para a manutenção da frota de veículos referente ao processo licitatório nº 45/2011, PR 35/2011. Contratado: MAGAVEL MAGARINOS VEÍCULOS LTDA. Valor estimado: R\$ 120.000,00. Prazo: 22/05/2012, sendo:
LOTE 03 FORD

ITEM	PLACA	MARCA/MODELO	% DESCONTO NAS PEÇAS	R\$ HORA TRABALHADA
09	MFO 9501	FIESTA GASOLINA	10%	R\$ 30,00
10	MHL 8456	FIESTA FLEX	10%	R\$ 30,00
11	MHF 2196	FIESTA FLEX	10%	R\$ 30,00
12	MDF 5587	CORRIER GASOLINA	10%	R\$ 30,00
13	MDM 9313	RANGER GASOLINA	10%	R\$ 30,00

CÂMARA MUNICIPAL

Processo Licitatório Nº 21/2011 Pregão Presencial Nº 05/2011

Câmara Municipal de Caçador/SC

Publicação Resumida:

Processo Licitatório nº 21/2011 Pregão Presencial nº 05/2011-

Objeto:

Contratação de empresa que detém autorização para prestar o serviço de telefonia móvel pessoal (STMP), no estado de Santa Catarina, conforme descrito no processo licitatório nº 21/2011 - Pregão Presencial nº 05/2011. Data da abertura: 07/12/2011 às 14:00 hrs e entrega dos envelopes até as 14:00 do mesmo dia. Maiores Informações por email: licitacao@camaracacador.sc.gov.br

Caçador (SC), 22 de novembro de 2011.

SIRLEY DE FÁTIMA TIBES CECCATTO

Presidente

Campo Alegre

PREFEITURA

Lei Nº 3.768 de 22 de Novembro de 2011

LEI Nº 3.768 DE 22 DE NOVEMBRO DE 2011

AUTORIZA A DESMONTAGEM DE BEM MUNICIPAL DECLARADO INSERVÍVEL E A DOAÇÃO DE MATERIAIS REMANESCENTES.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art.1º) Fica autorizada a desmontagem e a doação dos materiais remanescentes, de uma casa de madeira contendo 30m² (trinta metros quadrados), edificada sobre área do Cemitério Municipal do Distrito de Bateias de Baixo, cadastrada sob n.º 22029 no rol de Bens Públicos Municipais, declarada inservível ao Poder Público Municipal, através do Decreto Municipal nº. 6.687, parte integrante desta lei.

Parágrafo único - A pequena benfeitoria de que trata o caput deste artigo, caracteriza-se como uma antiga edificação em madeira, coberta com telhas de barro.

Art.2º) A doação dos materiais remanescentes, possui caráter social e será efetuada em favor de Laudelino Alves da Rocha, brasileiro, vendedor ambulante, portador do RG 4.415.079-4 - SSP/SC, inscrito no CPF/MF sob o nº. 670.294.779-87, para que o mesmo edifique novamente a casa de madeira em outra área, ficando expressamente vedada a comercialização dos referidos materiais, sob pena de revogação da doação e devolução destes ao Município de Campo Alegre/SC.

Parágrafo único - Efetuada a desmontagem e a doação de que trata o artigo anterior, o Serviço de Patrimônio do Município de Campo Alegre/SC, deverá proceder a baixa do registro da edificação de que trata a presente lei, destinando a área à ampliação do estacionamento do Cemitério Municipal do Distrito de Bateias de Baixo.

Art.3º) Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.



Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC, 22 de novembro de 2011.

VILMAR GROSSKOPF

Prefeito Municipal

AURIENE ROEPKE

Secretária Municipal de Administração Interina

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em: 22/11/2011

PEDRO FAGUNDES DOS SANTOS JUNIOR

Chefe de Gabinete do Prefeito

Lei Nº 3.769 de 22 de Novembro de 2011

LEI Nº 3.769 DE 22 DE NOVEMBRO DE 2011

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DE ANULAÇÃO PARCIAL DE DOTAÇÕES DO ORÇAMENTO VIGENTE

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art.1º) Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir Crédito Suplementar no valor de R\$ 58.000,00 (cinquenta e oito mil reais), a fim de suplementar a seguinte Dotações do Orçamento Vigente:

91.00 - Fundo da Municipal de Saúde
 91.04 - Manutenção das Atividades de Assistência Médica e Terapêutica
 2.028 - Realização de Diagnósticos dos Pacientes
 300000.00.000 - Despesas Correntes
 330000.00.000 - Outras Despesas Correntes
 339000.00.000 - Aplicações Diretas
 339039.00.119 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica R\$ 6.000,00
 339039.00.124 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica R\$ 10.000,00
 91.05 - Manutenção das Atividades de Assist. Hospitalar e Ambulatorial
 2.118 - Manutenção dos Atendimentos Básicos Hospitalares
 300000.00.124 - Despesas Correntes
 330000.00.124 - Outras Despesas Correntes
 339000.00.124 - Aplicações Diretas
 339039.00.124 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica R\$ 30.000,00
 91.06 - Manutenção das Atividades de Assistência Farmacêutica
 2.030 - Aquisição e Distribuição de Medicamentos Eletivos
 300000.00.119 - Despesas Correntes
 330000.00.119 - Outras Despesas Correntes
 339000.00.119 - Aplicações Diretas
 339032.00.119 - Material de Distribuição Gratuita R\$ 12.000,00
 TOTAL R\$ 58.000,00

Art.2º) Os créditos a que se referem o Artigo primeiro desta Lei, correrão por conta de Anulação Parcial das seguintes Dotações do Orçamento vigente:

91.00 - Fundo da Municipal de Saúde
 91.01 - Manutenção das Atividades de Administrativas
 2.055 - Remuneração de Pessoal da Saúde - FMS
 300000.00.119 - Despesas Correntes
 310000.00.119 - Pessoal e Encargos Sociais
 319000.00.119 - Aplicações Diretas
 319004.00.119 - Contratação por Tempo Determinado R\$ 11.000,00
 330000.00.119 - Outras Despesas Correntes
 339000.00.119 - Aplicações Diretas

339046.00.119 - Auxílio-Alimentação R\$ 7.000,00
 91.02 - Manutenção das Atividades Básicas de Saúde
 2.115 - Manutenção e Coordenação da Assistência Básica de Saúde
 300000.00.124 - Despesas Correntes
 330000.00.124 - Outras Despesas Correntes
 339000.00.124 - Aplicações Diretas
 339030.00.124 - Material de Consumo R\$ 10.000,00
 400000.00.124 - Despesas de Capital
 440000.00.124 - Investimentos
 449000.00.124 - Aplicações Diretas
 449052.00.124 - Equipamentos e Material Permanente R\$ 5.000,00
 2.133 - Manutenção e Coordenação do Programa Saúde Bucal
 300000.00.124 - Despesas Correntes
 330000.00.124 - Outras Despesas Correntes
 339000.00.124 - Aplicações Diretas
 339030.00.124 - Material de Consumo R\$ 10.000,00
 400000.00.124 - Despesas de Capital
 440000.00.124 - Investimentos
 449000.00.124 - Aplicações Diretas
 449052.00.124 - Equipamentos e Material Permanente R\$ 15.000,00
 TOTAL R\$ 58.000,00

Art.3º) Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC", 22 de novembro de 2011.

VILMAR GROSSKOPF

Prefeito Municipal

AURIENE ROEPKE

Secretária Municipal de Administração Interina

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em: 22/11/2011

PEDRO FAGUNDES DOS SANTOS JUNIOR

Chefe de Gabinete do Prefeito

Lei Nº 3.770 de 22 de Novembro de 2011

GABINETE DO PREFEITO

LEI Nº 3.770 DE 22 DE NOVEMBRO DE 2011

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DE EXCESSO DE ARRECAÇÃO DO ORÇAMENTO VIGENTE.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art.1º) Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir Crédito Suplementar no valor de R\$ 97.000,00 (noventa e sete mil reais) no Orçamento Vigente.

08.00 - Secretaria Municipal de Planejamento, Transporte e Obras.
 08.01 - Serviço de Planejamento e Obras
 2.052 - Pessoal da Secretaria Municipal de Planejamento, Transporte e Obras.
 300000.00.136 - Despesas Correntes
 310000.00.136 - Pessoal e Encargos Sociais
 319000.00.136 - Aplicações Diretas
 319016.00.136 - Outras Despesas Variáveis - Pessoal Civil R\$ 15.000,00
 08.02 - Serviço de Transporte e Frota
 2.112 - Manutenção da Frota Municipal
 300000.00.136 - Despesas Correntes
 330000.00.136 - Outras Despesas Correntes
 339000.00.136 - Aplicações Diretas
 339030.00.136 - Material de Consumo R\$ 40.000,00

339039.00.136 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica R\$ 10.000,00
 08.03 - Serviço de Obras e Serviços Públicos
 2.023 - Vias Públicas e Logradouros
 300000.00.136 - Despesas Correntes
 330000.00.136 - Outras Despesas Correntes
 339000.00.136 - Aplicações Diretas
 339030.00.136 - Material de Consumo R\$ 20.000,00
 339093.00.136 - Indenizações e Restituições R\$ 12.000,00
 TOTAL R\$ 97.000,00

Art.2º) Os créditos a que se referem o Artigo primeiro desta Lei, correrão por conta de Excesso de Arrecadação do Orçamento Vigente dos Recursos Ordinários Municipais (Cód. 136).

Art.3º) Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC", 21 de novembro de 2011.

VILMAR GROSSKOPF

Prefeito Municipal

AURIENE ROEPKE

Secretária Municipal de Administração Interina

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em: 22/11/2011

PEDRO FAGUNDES DOS SANTOS JUNIOR

Chefe de Gabinete do Prefeito

Decreto Nº 6.715 de 22 de Novembro de 2011

DECRETO Nº 6.715 DE 22 DE NOVEMBRO DE 2011

DECLARA DE UTILIDADE PÚBLICA ÁREA QUE DECLARA, PARA FINS DE CONSTITUIÇÃO DE SERVIDÃO ADMINISTRATIVA E DISPÕE OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições, que lhe são conferidas por Lei, em especialmente o Artigo 71 Inciso VII e 91 da Lei Orgânica Municipal, DECRETA:

Art.1º - Fica declarada de utilidade pública, pelo prazo de 20 (vinte) anos, para fins de constituição de servidão administrativa pelo Município de Tijucas do Sul/PR, a área de terra abaixo descrita, com fulcro nos Artigos 2º, 5º, "E" e "H" e 6º, do Decreto-Lei nº 3365 de 21 de junho de 1941, alterado pela Lei nº 2.786 de 21 de maio de 1956. Área: 1.337.534,034m² desta Comarca; Proprietário: Aurora Mineração e Comércio Ltda., ou a quem de direito pertencer; Situação: constante da matrícula nº 18.576, do Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de São Bento do Sul, Santa Catarina, uma faixa de servidão da rede coletora de água, com área de 1.337.534,034m², com a seguinte descrição: O ponto de partida ficou definido em um marco de pedra, colocado a 14,00m de um arroio, onde seguiu-se por uma cerca velha de arame farpado, confrontando com terras de João Moreira, com o rumo de 34º 45'SO e distância de 376,70 m até a estação de n. 1; seguindo agora, confrontando com terras de Antonio Bastos, com o rumo de 49º 55'SO e distância de 363,40m até a estação de n. 2, acompanhando um córrego existente; seguindo agora o córrego Tijucu Preto abaixo confrontando com terras de Victor Rocha, seguiu-se com os seguintes rumos e distâncias: 08º 40'SE 236,80m: 72º 58'SE 26,85m; 47º 07'SE 426,40m; 65º 53'SE 48,85m; 62º 02'SE 34,45m; 02º 37'SE 17,54m; 33º 16'SE com 205,90m; 45º 19'SE com 168,60m; 81º 56'SE com 94,00m; 68º 03'NE com 421,60m; 45º 19'SE com 168,60m; 81º 56'SE com 94,00m; 68º 03'NE com 421,60m; 45º 36'SE com 92,85m até a estação de n 13, colocada junto a margem direita do rio Quiriri. Subindo agora o referido rio e confrontando com terras de Dorico Simões da Rocha, seguiu-se com o rumo de 29º 45'NE e distancia de 910,00m até a estação

de n. 14; desta estação seguiu-se confrontando-se com terras de Pedro Claudino com rumo de 67º 23'NE e distância de 1.185,00m até a estação onde deu início esta medição

Art.2º - Fica autorizado o Município de Tijucas do Sul PR - a promover todos os atos judiciais ou extrajudiciais necessários para a efetivação da servidão administrativa na área descrita no art. 1º deste Decreto, na forma da legislação vigente.

Parágrafo único - Na impossibilidade do Município de Tijucas do Sul/PR instituir a referida servidão no prazo máximo de 01 (um) ano, através da efetiva implantação da Rede Coletora de Água no local, o presente decreto perderá automaticamente sua vigência, deixando de haver interesse público sobre a área delimitada no Art. 1º.

Art.3º - Fica reconhecida a conveniência da constituição de servidão administrativa, pelo prazo de 20 (vinte) anos, em favor do Município de Tijucas do Sul/PR, para o fim indicado, o qual compreende o direito atribuído ao Município de praticar todos os atos de reconhecimento e medição da área da Faixa de Servidão de Passagem da Rede Coletora de Água.

Art.4º - O(s) proprietário(s) da(s) área(s) atingida(s) pelo ônus da servidão administrativa limitará o uso e gozo da mesma, pelo prazo de 20 (vinte) anos, ao que for compatível com a existência da servidão, abstendo-se, conseqüentemente, da prática dentro da referida área, de quaisquer atos que causem danos à mesma.

Art.5º - O Município de Tijucas do Sul/PR, poderá invocar em juízo, quando necessário, a urgência a que se refere o artigo 15 do Decreto-lei nº 3.365, de 1º de junho de 1.941 e suas alterações.

Art.6º - O ônus decorrente da constituição da servidão administrativa da área a que se refere o art. 1º deste Decreto ficará por conta do Município de Tijucas do Sul/ PR.

Art.7º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC", 22 de novembro de 2011.

VILMAR GROSSKOPF

Prefeito Municipal

AURIENE ROEPKE

Secretária Municipal de Administração Interina

Registrado e publicado na forma da Lei Municipal nº. 2.416 em: 22/11/2011

PEDRO FAGUNDES DOS SANTOS JUNIOR

Chefe de Gabinete do Prefeito

Decreto Nº 6.716 de 22 de Novembro de 2011

DECRETO Nº 6.716 DE 22 DE NOVEMBRO DE 2011

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DE ANULAÇÃO PARCIAL DE DOTAÇÕES DO ORÇAMENTO VIGENTE DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial a Lei Municipal nº 3.769 de 22 de novembro de 2011; DECRETA: Art.1º) Abre crédito Suplementar no valor de R\$ 58.000,00 (cinquenta e oito mil reais), a fim de suplementar a seguinte Dotações do Orçamento Vigente do Fundo Municipal de Saúde.

91.00 - Fundo da Municipal de Saúde

91.04 - Manutenção das Atividades de Assistência Médica e Terapêutica

2.028 - Realização de Diagnósticos dos Pacientes

300000.00.000 - Despesas Correntes

330000.00.000 - Outras Despesas Correntes

339000.00.000 - Aplicações Diretas

339039.00.119 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica R\$ 6.000,00
 339039.00.124 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica R\$ 10.000,00
 91.05 - Manutenção das Atividades de Assist. Hospitalar e Ambulatorial
 2.118 - Manutenção dos Atendimentos Básicos Hospitalares
 300000.00.124 - Despesas Correntes
 330000.00.124 - Outras Despesas Correntes
 339000.00.124 - Aplicações Diretas
 339039.00.124 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica R\$ 30.000,00
 91.06 - Manutenção das Atividades de Assistência Farmacêutica
 2.030 - Aquisição e Distribuição de Medicamentos Eletivos
 300000.00.119 - Despesas Correntes
 330000.00.119 - Outras Despesas Correntes
 339000.00.119 - Aplicações Diretas
 339032.00.119 - Material de Distribuição Gratuita R\$ 12.000,00
TOTAL R\$ 58.000,00

Art.2º) Os créditos a que se referem o Artigo primeiro deste Decreto, correrão por conta de Anulação Parcial das seguintes Dotações do Orçamento vigente do Fundo Municipal de Saúde.

91.00 - Fundo da Municipal de Saúde
 91.01 - Manutenção das Atividades de Administrativas
 2.055 - Remuneração de Pessoal da Saúde - FMS
 300000.00.119 - Despesas Correntes
 310000.00.119 - Pessoal e Encargos Sociais
 319000.00.119 - Aplicações Diretas
 319004.00.119 - Contratação por Tempo Determinado R\$ 11.000,00
 330000.00.119 - Outras Despesas Correntes
 339000.00.119 - Aplicações Diretas
 339046.00.119 - Auxílio-Alimentação R\$ 7.000,00
 91.02 - Manutenção das Atividades Básicas de Saúde
 2.115 - Manutenção e Coordenação da Assistência Básica de Saúde
 300000.00.124 - Despesas Correntes
 330000.00.124 - Outras Despesas Correntes
 339000.00.124 - Aplicações Diretas
 339030.00.124 - Material de Consumo R\$ 10.000,00
 400000.00.124 - Despesas de Capital
 440000.00.124 - Investimentos
 449000.00.124 - Aplicações Diretas
 449052.00.124 - Equipamentos e Material Permanente R\$ 5.000,00
 2.133 - Manutenção e Coordenação do Programa Saúde Bucal
 300000.00.124 - Despesas Correntes
 330000.00.124 - Outras Despesas Correntes
 339000.00.124 - Aplicações Diretas
 339030.00.124 - Material de Consumo R\$ 10.000,00
 400000.00.124 - Despesas de Capital
 440000.00.124 - Investimentos
 449000.00.124 - Aplicações Diretas
 449052.00.124 - Equipamentos e Material Permanente R\$ 15.000,00
TOTAL R\$ 58.000,00

Art.3º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC", 22 de novembro de 2011.
VILMAR GROSSKOPF
 Prefeito Municipal

AURIENE ROEPKE
 Secretária Municipal de Administração Interina
 Publicado e registrado na forma da Lei Municipal nº 2.416 em:

22/11/2011

PEDRO FAGUNDES DOS SANTOS JUNIOR
 Chefe de Gabinete do Prefeito

Decreto Nº 6.717 de 22 de Novembro de 2011

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO Nº 6.717 DE 22 DE NOVEMBRO DE 2011
ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DE EXCESSO
DE ARRECADAÇÃO DO ORÇAMENTO VIGENTE.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial a lei Municipal nº 3.770 de 22 de novembro de 2011; DECRETA:

Art.1º) Abre Crédito Suplementar no valor de R\$ 97.000,00 (noventa e sete mil reais) no Orçamento Vigente.
 08.00 - Secretaria Municipal de Planejamento, Transporte e Obras.
 08.01 - Serviço de Planejamento e Obras
 2.052 - Pessoal da Secretaria Municipal de Planejamento, Transporte e Obras.

300000.00.136 - Despesas Correntes
 310000.00.136 - Pessoal e Encargos Sociais
 319000.00.136 - Aplicações Diretas
 319016.00.136 - Outras Despesas Variáveis - Pessoal Civil R\$ 15.000,00

08.02 - Serviço de Transporte e Frota
 2.112 - Manutenção da Frota Municipal
 300000.00.136 - Despesas Correntes
 330000.00.136 - Outras Despesas Correntes
 339000.00.136 - Aplicações Diretas
 339030.00.136 - Material de Consumo R\$ 40.000,00
 339039.00.136 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica R\$ 10.000,00

08.03 - Serviço de Obras e Serviços Públicos
 2.023 - Vias Públicas e Logradouros
 300000.00.136 - Despesas Correntes
 330000.00.136 - Outras Despesas Correntes
 339000.00.136 - Aplicações Diretas
 339030.00.136 - Material de Consumo R\$ 20.000,00
 339093.00.136 - Indenizações e Restituições R\$ 12.000,00
TOTAL R\$ 97.000,00

Art.2º) Os créditos a que se referem o Artigo primeiro deste Decreto, correrão por conta de Excesso de Arrecadação do Orçamento Vigente dos Recursos Ordinários Municipais (Cód. 136).

Art.3º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC", 21 de novembro de 2011.

VILMAR GROSSKOPF
 Prefeito Municipal

AURIENE ROEPKE
 Secretária Municipal de Administração Interina

Publicado e registrado na forma da Lei Municipal nº 2.416 em: 22/11/2011

PEDRO FAGUNDES DOS SANTOS JUNIOR
 Chefe de Gabinete do Prefeito

Campos Novos

PREFEITURA

Decreto Nº 6.410 de 22/11/2011

DECRETO Nº 6.410 DE 22/11/2011

DECRETA VACÂNCIA DE CARGO QUE MENCIONA

Vilivaldo Erich Schmid, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica, e considerando a Portaria nº 549 de 28/02/2011,

DECRETA:

Art. 1º - Fica declarado vago o cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, integrante do Anexo IV do quadro de pessoal - Lei nº 1.981/93 - Plano de Cargos e Salários dos Servidores Públicos do Município, em decorrência da aposentadoria por invalidez do titular, NALMIR NERES DA SILVA, a partir da data de sua publicação.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura de Campos Novos, registrado e publicado o presente Decreto em, 22 de novembro de 2011.

VILIBALDO ERICH SCHMID

Prefeito Municipal

Canoinhas

PREFEITURA

Declara De Utilidade Pública E Dá Outras Providências

DECRETO Nº. 296/2011

DECLARA DE UTILIDADE PÚBLICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

LEOBERTO WEINERT, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o art. 66, VI, da Lei Orgânica do Município;

CONSIDERANDO assegurar a continuidade na condução das águas pluviais oriundas do Centro, Bairro Campo da Água Verde, adjacentes e regiões circunvizinhas;

CONSIDERANDO proteger fisicamente contra assoreamento as galerias a jusante; as atividades de segurança nacional e proteção sanitária;

CONSIDERANDO garantir as condições de salubridade do terreno urbano quanto às proliferações de doenças oriundas de sistemas de esgotos possivelmente ligados à galeria de águas pluviais de forma clandestina;

CONSIDERANDO se tratar de uma área alagadiça a qual ocasiona prejuízos sociais e materiais em decorrência de enchentes;

CONSIDERANDO as melhorias a serem realizadas relacionadas a formação de uma bacia de contenção das águas a montante e jusante, minimizando os impactos das enchentes;

CONSIDERANDO a efetiva melhora na qualidade de vida dos munícipes que poderão usufruir de um espaço de lazer;

CONSIDERANDO ser um espaço a ser recuperado constituindo patrimônio ambiental;

CONSIDERANDO conforme a Medida Provisória nº 2.166-67 de 24/08/2001 que altera os art. 1º, 4º, 14º, 16º e 44º, e acrescenta dispositivos à Lei nº 4.771, de 15 de setembro de 1965, que institui o Código Florestal, bem como altera o art. 10 da Lei nº

9.393, de 19 de dezembro de 1996, que dispõe sobre o Imposto a Propriedade Territorial Rural - ITR, e dá outras providências; RESOLVE:

DECRETAR

Art.1º - Fica decretado de utilidade pública uma área de terras de 207.476,00 m² (duzentos e sete mil, quatrocentos e setenta e seis metros quadrados), composta por 02 (dois) terrenos, um com área de 48.400,00 m² (quarenta e oito mil e quatrocentos metros quadrados), matriculado junto ao Cartório de Registro de Imóveis desta Comarca sob o nº. 24.417, e outro com área de 159.076,00 m² (cento e cinquenta e nove mil e setenta e seis metros quadrados), matriculado junto ao Cartório de Registro de Imóveis desta Comarca sob o nº. 395, situados no Bairro Campo da Água Verde, no Município de Canoinhas/SC.

Art.2º - Fica autorizado o Poder Executivo Municipal autorizado a promover os atos administrativos e judiciais, se necessário em caráter de urgência, com vistas à efetivação da desapropriação de que trata este Decreto, e a imitir-se na posse respectiva, providenciando, inclusive, a liquidação e o pagamento da indenização, utilizando-se, para tanto, dos recursos de que dispuser.

Art.3º - O presente decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art.4º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 07 de novembro de 2011.

LEOBERTO WEINERT

Prefeito

Este Decreto foi registrado e publicado na Secretaria Municipal de Administração e Finanças, em 07/11/2011.

DALSON LUIS SALOMON

Secretário Municipal de Administração e Finanças

Anulação do edital de Tomada de Preços n.º 44/2011

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS

PROCESSO LICITATÓRIO N.º 179/2011

TOMADA DE PREÇOS N.º 44/2011

AVISO DE ANULAÇÃO DE LICITAÇÃO

O Prefeito do Município de Canoinhas, no uso de suas atribuições legais, torna público a anulação da Tomada de Preços n.º 44/2011, que tem por objeto a contratação de empresa especializada para execução dos serviços relativos a elaboração dos projetos complementares para ampliação e reforma das Escolas Básicas Municipais Evaldo Dranka, Reinaldo Kruger e Frei Fabiano Gadzinski e C.E.I. Ruth Rocha. Assim, conforme autoriza o art. 49 da lei 8.666/93, fica a licitação ANULADA. Informações de Segunda a Sexta-feira, das 08h00 às 12h00 e das 13h30 às 15h30min, fone (47) 3621 7705.

LEOBERTO WEINERT

Prefeito

Capinzal

PREFEITURA

Decreto 097.2011

DECRETO Nº 097, DE 21 DE NOVEMBRO DE 2011.

Anula Processo Licitatório na Modalidade Convite para Obras e Serviços de Engenharia nº 0013/2011, na forma que especifica.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE CAPINZAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 58, V, da Lei Orgânica Municipal, e;

CONSIDERANDO a Lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores, em seu artigo 49, que autoriza a autoridade competente anular a licitação por ilegalidade por provocação de terceiros, mediante parecer escrito e devidamente fundamentado;

CONSIDERANDO a Lei nº 9.784/99 em seu art. 53 que preconiza o dever da Administração de anular seus próprios atos, quando eivados de vício de ilegalidade;

CONSIDERANDO o Parecer Jurídico nº 053/2011, anexo;

DECRETA:

Art. 1º Fica anulado o Processo Licitatório na modalidade Convite para Obras e Serviços de Engenharia nº 0013/2011, com o objetivo de implantação do sistema de energia elétrica no Ginásio de Esportes do CECON (Centro de Convivência da Criança e Adolescente) localizado no Loteamento Santa Terezinha.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Capinzal, em 21 de novembro de 2011.

LEONIR BOARETTO

Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto na data supra.

EDSON ANTONIO CASSIANO

Secretário da Administração e Finanças

Termo Aditivo 001/2011 - Contrato Superior 0048/2011FMSC

EXTRATO DE CONTRATO

TERMO ADITIVO 001/2011

CONTRATO SUPERIOR 0048/2011FMSC

Pregão Eletrônico 0016/2011

CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CAPINZAL

CONTRATADA: MARIOLECI CASAGRANDE & CIA LTDA

OBJETO: Aquisição de Material Ambulatorial, de Consumo e Permanente, para uso da Secretaria da Saúde, durante o ano de 201, Recursos Próprios.

VALOR R\$: 9.337,19

VIGÊNCIA: 22/11/2011 A 31/12/2011

Termo Aditivo 001/2011 - Contrato Superior 0202/2011

EXTRATO DE CONTRATO

TERMO ADITIVO 001/2011

CONTRATO SUPERIOR 0202/2011

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CAPINZAL

CONTRATADA: CONSTRUTORA CIDADE ALTA LTDA

OBJETO: O Objeto do presente TERMO ADITIVO, é a prorrogação da vigência do contrato original, findando em 30/06/2012, conforme justificativas em anexo.

VALOR R\$: 0,00

VIGÊNCIA: 22/11/2011 A 30/06/2012

Termo Aditivo 001/2011 - Contrato SUPERIOR 0206/2011

EXTRATO DE CONTRATO

TERMO ADITIVO 001/2011

CONTRATO SUPERIOR 0206/2011

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CAPINZAL

CONTRATADA: CONSTRUTORA CIDADE ALTA LTDA

OBJETO: O Objeto do presente TERMO ADITIVO, é a prorrogação da vigência do contrato original, findando em 30/06/2012, conforme justificativas em anexo.

VALOR R\$: 0,00

VIGÊNCIA: 22/11/2011 A 30/06/2012

Parecer dos Recursos Concurso Público 22.2011



RESPOSTAS AOS PROTOCÓLOS DO EDITAL 022/2011 – CAPINZAL –SC

Parte 01

PROTOCÓLO – 4495
PROF. EDUCAÇÃO INFANTIL

Em resposta ao recurso interposto pela candidata, a sua pontuação atingida de acordo com o preenchido no cartão resposta é: CE-9 questões (3,6) + CG-5 (1,0) + CP-3 (0,6) + CM-4 (0,8) = 6,0. **Pedido INDEFERIDO.**

M.F	INSC.	RESPOSTA CANDIDATO	CORREÇÃO
6,0	0445	DCDBCDABDBXABBCBAABDCBXDBDABCCBDCBCDBCAA	CCCCCECCCCCECCCEEECECEEECECEEECECEEECE

PROTOCÓLO – 4496
PROFESSOR DE ARTES

Em resposta ao recurso interposto pela candidata, defere-se o pedido, em conformidade ao item 8.4 do Edital 022/2011. **Pedido DEFERIDO.** Tendo sua recolocação na segunda posição.

PROTOCÓLO - 4494
AUXILIAR DE PROFESSOR

Em resposta ao recurso interposto, informamos que por algum motivo desconhecido a leitura do cartão resposta não ocorreu de forma completa, motivo este levando a uma média equivocada. **Pedido DEFERIDO.**

PROTOCÓLO - 4499
PROFESSOR EDUCAÇÃO INFANTIL

Em resposta ao recurso interposto pela candidata, a sua pontuação atingida de acordo com o preenchido no cartão resposta é Média de 5,8. Lembramos a candidata que em seu cartão resposta, a questão de nº 36 está com duas alternativas pintadas, considerando-se assim, questão anulada, sem soma de ponto. **Pedido INDEFERIDO.**

PROTOCÓLO – 4500
PSICÓLOGO

Em resposta ao recurso interposto pelo candidato, a sua pontuação atingida de acordo com o preenchido no cartão resposta permanece com Média Final de 5,8. **Pedido INDEFERIDO.**

M.F	INSC.	RESPOSTA CANDIDATO	CORREÇÃO
5,8	635	ACDXAAAACDDABCDACABDXDBABBACBBDAXBBBDAB	ECECECECCCCCEEECCCCCECECECECECECECEEE

PROTOCÓLO – 4506
AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE

Em resposta ao recurso interposto pelo candidato e analisado pela comissão, ocorreu um erro de nota, onde a média final do candidato soma 7,6. **Pedido DEFERIDO.**

PROTOCÓLO – 4510
PROFESSOR EDUCAÇÃO INFANTIL

Em resposta ao recurso interposto pela candidata, observa-se que a nota divulgada permanece a mesma. Lembramos a candidata, que em seu cartão resposta, há 2(duas) questões assinaladas de forma incorreta – Nº 01 com duas alternativas pintadas e Nº 07 que ao invés da alternativa pintada, observa-se o nº da questão pintado. Desta forma, não sendo processado o peso das mesmas. **Pedido INDEFERIDO.**

M.F	INSC.	RESPOSTA DO CANDIDATO	CORREÇÃO
4,0	0443	XBDBCAXBADXCDA DCCABCBXDDBCDCCBDDAAAADA	EECCCECECCCECECECEEECECEEECECECEEE



RESPOSTAS AOS PROTOCÓLOS DO EDITAL 022/2011 – CAPINZAL – SC
Parte 02

PROTÓCOLO – 8516
AUXILIAR DE PROFESSOR

Em resposta ao recurso interposto pela candidata, informarmos que houve realmente uma folha na classificação em decorrência da correção equivocada do sistema ao não zerar as variáveis de peso. **Pedido Deferido.**

PROTÓCOLO – 8517
AUXILIAR DE PROFESSOR

Em resposta ao recurso interposto pela candidata, o cartão foi novamente recorrigido, obtendo-se a mesma média divulgada na relação anterior. **Pedido INDEFERIDO.**

M.F	INSC.	RESPOSTA CANDIDATO	CORREÇÃO
5,4	423	DCDCDDABABXCDCCBDBCDXCBADACBBBCBADACAC	CCCEEECCCECCCECEEEEECCCEEEEECCCECECECCC

PROTÓCOLO – 4526
MOTORISTA

Em resposta ao recurso interposto pelo candidato, observa-se que a prova prática foi feita de maneira justa para todos os candidatos, sendo todos avaliados da mesma forma, os mesmos critérios e os mesmos níveis de dificuldades, não se destacando nenhuma nota acima da média no coletivo geral. Lembrando sempre ao candidato, que muitos obtiveram a mesma nota, porém alçaram uma melhor colocação em virtude da nota obtida na prova escrita. **Pedido INDEFERIDO.**

PROTÓCOLO – 4527
MOTORISTA

Em resposta ao recurso interposto pelo candidato, faz-se em primeiro lugar uma observação: Nenhum candidato assistiu o teste prático do outro, sendo a afirmação do mesmo, inconsistente. As notas foram atribuídas pelo fiscal segundo desempenho de cada candidato no circuito proposto. Lembramos outro sim, que o candidato logo no início do circuito, cometeu uma infração ao dar marcha ré no veículo de prova, batendo na baliza que servia como guia. **Pedido INDEFERIDO.**

Para que não se alegue desconhecimento, faz-se baixar a presente homologação que será afixado no Mural Público da Prefeitura e endereço eletrônico www.capinzal.sc.gov.br

Joaçaba-SC, 21 de Novembro de 2011.

Termo de Homologação Concurso Público 22.2011
CONCURSO PÚBLICO
EDITAL Nº 22/2011
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO

O Prefeito Municipal de Capinzal Sr. Leonir Boaretto, faz saber que, à vista do Relatório Final apresentado pela Comissão Especial do Concurso Público, homologa o resultado final do Concurso Público originado pelo Edital nº 22, de 19 de agosto de 2011, para provimento de vagas para os cargos de Agente Comunitário de Saúde, Agente de Serviços Gerais - Secretaria de Infra-estrutura, Agente de Serviços Gerais - Demais Secretarias, Assistente Social, Escriturário, Farmacêutico / Bioquímico, Fonoaudiólogo, Motorista, Operador de Máquinas Pesadas, Operador de Máquinas Leves, Pedreiro, Carpinteiro, Psicólogo, Professor de: Arte, Ciências, Educação Física, Geografia, História, Informática, Língua Portuguesa, Língua Inglesa, Matemática, Pedagogia - Séries Iniciais do Ensino Fundamental, Pedagogia - Educação Infantil, Secretário de Escola, Auxiliar de Professor, Engenheiro Civil, Fisioterapeuta, Fiscal de Saneamento, Cobrador de Tarifas do Transporte Coletivo e Nutricionista, cuja lista dos aprovados encontra-se afixada no Mural Público do Centro Administrativo Municipal de Capinzal e publicada no DOM/SC edição nº 870 de 22 de novembro de 2011.

Para que surtam todos os efeitos legais e de direito, faz publicar o presente.

Capinzal - SC, em 22 de novembro de 2011.

LEONIR BOARETTO

Prefeito Municipal

Registrado e publicado a presente Homologação na data supra

EDSON ANTONIO CASSIANO

Secretário de Administração e Finanças

SIMAE

Extrato de Contrato Nº CAO/31/2011

EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO Nº CAO/31/2011

CONTRATANTE: SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO

CONTRATADO: VERSÃO AUTOMAÇÃO LTDA.

CNPJ DO CONTRATADO: 04.019.708/0001-45

OBJETO: TERMO DO PRIMEIRO ADITIVO AO CONTRATO Nº CAO/27/2011, PARA PRORROGAÇÃO DO PRAZO DE VIGÊNCIA.

DATA DA ASSINATURA: 07/11/2011

VIGÊNCIA: 08/11/2011 A 07/12/2011

Catanduvas

PREFEITURA

Aviso de Licitação - Processo Licitatório Nº 0103/2011
- Edital de Tomada de Preços Nº 0006/2011

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0103/2011

EDITAL DE TOMADA DE PREÇOS Nº 0006/2011

Objeto: O objeto da presente licitação consiste na aquisição de equipamentos agrícolas visando o cumprimento do convênio a ser celebrado com o Estado, bem como o desenvolvimento das

atividades da Secretaria Municipal de Infraestrutura. Abertura das Propostas: às 9 horas e 30 minutos do dia 08 de dezembro de 2011.

Da disponibilização do edital: o edital estará disponível em 25 de novembro de 2011 no endereço <http://www.catanduvas.sc.gov.br/> e na Prefeitura Municipal de Catanduvas - SC.

Informações: maiores informações, assim como cópia do Edital, poderão ser obtidas no site: www.catanduvas.sc.gov.br e no Setor de Licitações da Prefeitura Municipal de Catanduvas - SC, das 8:00 às 12:00 e das 13:30 às 17:30, de segunda a sexta-feira, ou pelo telefone (049) 3525-1144 ramal 229.

Catanduvas - SC, 23 de novembro de 2011.

GISA APARECIDA GIACOMIN

Prefeita Municipal.

Aviso de Licitação - Processo Licitatório Nº 0104/2011 - Edital de PREGAO PRESENCIAL Nº 0034/2011

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0104/2011

EDITAL DE PREGAO PRESENCIAL Nº 0034/2011

Objeto: O objeto da presente licitação consiste na aquisição de 1 (um) veículo automotivo com capacidade mínima para cinco passageiros (passeio), visando o desempenho das atividades do Corpo de Bombeiros - FUNREBOM.

Abertura das Propostas: às 09 horas e 30 minutos do dia 07 de dezembro de 2011.

Da disponibilização do edital: o edital estará disponível em 25 de novembro de 2011 no endereço <http://www.catanduvas.sc.gov.br/> e na Prefeitura Municipal de Catanduvas - SC.

Informações: maiores informações, assim como cópia do Edital, poderão ser obtidas no site: www.catanduvas.sc.gov.br e no Setor de Licitações da Prefeitura Municipal de Catanduvas - SC, das 8:00 às 12:00 e das 13:30 às 17:30, de segunda a sexta-feira, ou pelo telefone (049) 3525-1144 ramal 229.

Catanduvas - SC, 23 de novembro de 2011.

GISA APARECIDA GIACOMIN

Prefeita Municipal.

Extrato de Contrato FMS Nº 0099/2011

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE CATANDUVAS

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

EXTRATO DE CONTRATO FMS Nº 0099/2011

Pregão nº 0032/2011 (Processo Licitatório nº 093/2011)

Objeto: Aquisição de combustível Óleo Diesel e Gasolina, visando o desenvolvimento das atividades das Secretarias de Educação, Cultura e Desporto, Assistência Social, Saúde e Desenvolvimento Social, Infraestrutura e Administração.

Contratante: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CATANDUVAS- SC.

Contratado (a): AUTO POSTO GEMELLI LTDA.

Valor global contratado: R\$ 37.650,00 (trinta e sete mil, seiscentos e cinquenta reais).

Prazo de vigência: de 04 de novembro de 2011 até 31 de dezembro de 2011.

Data e assinatura do contrato: 04 de novembro de 2011.

ELIZETE CARDOZO DA SILVA

Secretária Municipal de Saúde.

Extrato de Contrato Nº 0154/2011

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE CATANDUVAS

EXTRATO DE CONTRATO Nº 0154/2011

Pregão nº 0032/2011 (Processo Licitatório nº 093/2011)

Objeto: Aquisição de combustível Óleo Diesel e Gasolina, visando o desenvolvimento das atividades das Secretarias de Educação, Cultura e Desporto, Assistência Social, Saúde e Desenvolvimento Social, Infraestrutura e Administração.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CATANDUVAS - SC.

CONTRATADO: AUTO POSTO GEMELLI LTDA.

Valor global contratado: R\$ 2.336,00 (dois mil, trezentos e trinta e seis reais).

Prazo de vigência: de 04 de novembro de 2011 até 31 de dezembro de 2011.

Data e assinatura do contrato: 04 de novembro de 2011.

GISA APARECIDA GIACOMIN

Prefeita Municipal

Extrato de Contrato Nº 0155/2011

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE CATANDUVAS

EXTRATO DE CONTRATO Nº 0155/2011

Pregão nº 0032/2011 (Processo Licitatório nº 093/2011)

Objeto: Aquisição de combustível Óleo Diesel e Gasolina, visando o desenvolvimento das atividades das Secretarias de Educação, Cultura e Desporto, Assistência Social, Saúde e Desenvolvimento Social, Infraestrutura e Administração.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CATANDUVAS - SC.

CONTRATADO: AUTO POSTO GEMELLI LTDA.

Valor global contratado: R\$ 36.290,00 (trinta e seis mil, duzentos e noventa reais).

Prazo de vigência: de 04 de novembro de 2011 até 31 de dezembro de 2011.

Data e assinatura do contrato: 04 de novembro de 2011.

GISA APARECIDA GIACOMIN

Prefeita Municipal

Extrato de Contrato Nº 0156/2011

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE CATANDUVAS

EXTRATO DE CONTRATO Nº 0156/2011

Pregão nº 0032/2011 (Processo Licitatório nº 093/2011)

Objeto: Aquisição de combustível Óleo Diesel e Gasolina, visando o desenvolvimento das atividades das Secretarias de Educação, Cultura e Desporto, Assistência Social, Saúde e Desenvolvimento Social, Infraestrutura e Administração.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CATANDUVAS - SC.

CONTRATADO: AUTO POSTO GEMELLI LTDA.

Valor global contratado: R\$ 35.880,00 (trinta e cinco mil, oitocentos e oitenta reais).

Prazo de vigência: de 04 de novembro de 2011 até 31 de dezembro de 2011.

Data e assinatura do contrato: 04 de novembro de 2011.

GISA APARECIDA GIACOMIN

Prefeita Municipal

Terceiro Termo Aditivo ao Contrato Nº 0096/2010

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE CATANDUVAS

TERCEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 0096/2010

Tomada de Preços nº 0006/2010 (Processo Licitatório nº 0078/2010)

Objeto: Contratação de empresa de engenharia e construção civil para execução do projeto de Pavimentação em paralelepípedos na Rua Tiradentes, deste município, visando cumprir com convênio a ser celebrado com o Governo Federal e o município de Catanduvás

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE CATANDUVAS- SC.

Contratado (a): MATERIAIS DE CONSTRUÇÕES TRELISSA LTDA ME.

Para altera-lo nos seguintes termos:

CONSIDERANDO, parecer técnico de supressão expedido pela Associação dos Municípios do Meio Oeste Catarinense - AMMOC; e CONSIDERANDO, que na execução da obra não foram executados os meios fios internos dos passeios públicos, uma vez que a não execução dos meios fios não prejudicou a qualidade dos passeios, DECIDEM:

CLAUSULA PRIMEIRA - Reduzir do valor contratado a importância de R\$ 6.020,00 (seis mil e vinte reais), portanto, o valor contratado passa de R\$ 161.440,04 (cento e sessenta e um mil, quatrocentos e quarenta reais e quatro centavos), para R\$ 155.420,04 (cento e cinquenta e cinco mil, quatrocentos e vinte reais e quatro centavos).

CLAUSULA SEGUNDA - Permanecem inalteradas as demais cláusulas do contrato.

Fundamento jurídico: O presente termo de rescisão contratual tem amparo no arts. 65 da Lei Federal nº 8.666 de 21 de julho de 1993.

Data e assinatura do contrato: 20 de setembro de 2011.

GISA APARECIDA GIACOMIN

Prefeita Municipal

Chapadão do Lageado

PREFEITURA

Decreto Nº 74/2011

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DO MUNICIPIO DE CHAPADAO DO LAGEADO

DECRETO Nº 74/2011

"PRORROGA O DECRETO Nº 041/2011, DE 11 DE AGOSTO DE 2011, QUE DECLAROU SITUAÇÃO ANORMAL, CARACTERIZADA COMO SITUAÇÃO DE EMERGÊNCIA, A ÁREA DO MUNICÍPIO, AFETADA POR ENXURRADA".

O Prefeito do Município de Chapadão do Lageado - SC, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo art. 50, inciso XVIII da Lei Orgânica do Município, pelo art. 7º do Decreto Federal no 7.257, de 04 de agosto de 2010, pela Lei Estadual nº 10.925, de 22 de setembro de 1998, pelo Decreto Estadual nº 3.924, de 11 de janeiro de 2006 e pela Resolução no 3 do Conselho Nacional de Defesa Civil.

CONSIDERANDO:

- a continuidade dos efeitos da enxurrada, ocorrida nos dias 7, 8 e 9 de agosto de 2011, atingindo todo o município, resultando em danos e prejuízos, constantes do Formulário de Avaliação de Danos e Mapa das Áreas Afetadas pelo Desastre, anexos a este Decreto.

- a recomendação da Comissão Municipal de Defesa Civil, que

reavaliou os efeitos do desastre e recomendou a prorrogação da situação de Emergência, em acordo com a Resolução nº 3 do Conselho Nacional de Defesa Civil - CONDEC;

- concorrem como critérios agravantes da situação de anormalidade: o grau de vulnerabilidade do cenário e da população afetada, agravado pelo despreparo da defesa civil local frente ao desastre.

DECRETA:

Art. 1º Fica prorrogado o Decreto nº 041/2011 de 11 de agosto de 2011, que decretou Situação de Emergência por desastre.

Parágrafo único. Esta situação de anormalidade é válida para todas as áreas deste Município, comprovadamente afetadas pelo desastre, conforme prova documental estabelecida pelo Formulário de Avaliação de Danos e pelo Croqui da Área Afetada, anexos a este Decreto.

Art. 2º Confirma-se a mobilização do Sistema Nacional de Defesa Civil, no âmbito do Município, sob a coordenação da Comissão Municipal de Defesa Civil - COMDEC e autoriza-se o desencadeamento do Plano Emergencial de Resposta aos Desastres, após adaptado à situação real desse desastre.

Art. 3º Autoriza-se a convocação de voluntários, para reforçar as ações de resposta aos desastres, e a realização de campanhas de arrecadação de recursos, junto à comunidade, com o objetivo de facilitar as ações de assistência à população afetada pelo desastre.

Parágrafo único. Essas atividades serão coordenadas pela Secretaria Executiva da COMDEC.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos legais a partir de 10/11/2011, devendo vigorar por um prazo de 90 (noventa) dias.

Art. 5º Fica revogado o Decreto nº 070/2011 de 17.11.2011 e demais disposições em contrário.

PREFEITURA DO MUNICIPIO DE CHAPADÃO DO LAGEADO, 22 de novembro de 2011.

JOSÉ BRAULIO INÁCIO
Prefeito Municipal

Portaria Nº 443 de 22.11.2011

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CHAPADÃO DO LAGEADO
P O R T A R I A Nº 443/2011

- CONSIDERANDO a apresentação de certificado de conclusão do curso de Pós Graduação em Gestão de Recursos Hídricos em Áreas Urbanas, com carga horária de 435 horas/aula.

O Prefeito do Município de Chapadão do Lageado, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições legais conferidas pelo art.50, VII, da Lei Orgânica Municipal, e de acordo com o art. 18 inciso III §4º, da Lei Complementar 007 de 23.12.99, com redação da Lei Complementar nº049 de 09.12.10 e, conforme Parecer Jurídico;

RESOLVE:

Art.1º Conceder progressão funcional do Nível V para o Nível VIII, por nova habilitação ou titulação, a Servidora AVANESA KERSCHBAUM WILL, matrícula nº 229/02 (Código 3.3.04), ocupante do cargo efetivo de Auxiliar Administrativo - 40 horas.

Art. 2º A progressão corresponderá a três (3) níveis, por habilitação de Pós Graduação em nível de Especialização, com fundamento no art. 22, incisos IV, da Lei Complementar 007 de 23.12.99,

com redação da Lei Complementar nº049 de 09.12.10.

Art. 3º A servidora passará a receber o vencimento correspondente ao Nível VIII, código 3.3.04, do anexo IV da Lei Complementar 007 de 23.12.99.

Art. 4º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CHAPADÃO DO LAGEADO, 22 de novembro de 2011.

JOSE BRAULIO INACIO
Prefeito Municipal

Portaria Nº 444 de 23.11.2011

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CHAPADÃO DO LAGEADO
P O R T A R I A Nº 444/2011

- CONSIDERANDO a apresentação de certificado de conclusão do curso de Pós Graduação "Latu Sensu" em Família e Práticas Interativas, com carga horária de 360 horas/aula.

O Prefeito do Município de Chapadão do Lageado, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições legais conferidas pelo art.50, VII, da Lei Orgânica Municipal, e de acordo com o art. 18 inciso III §4º, da Lei Complementar 007 de 23.12.99, com redação da Lei Complementar nº049 de 09.12.10 e, conforme Parecer Jurídico;

RESOLVE:

Art.1º Conceder progressão funcional do Nível I para o Nível IV, por nova habilitação ou titulação, a Servidora JOICI DEMETRIO CAOVIALLA, matrícula nº 2609/01 (Código 1.1.16), ocupante do cargo efetivo de Psicóloga - 20 horas.

Art. 2º A progressão corresponderá a três (3) níveis, por habilitação de Pós Graduação em nível de Especialização, com fundamento no art. 22, incisos IV, da Lei Complementar 007 de 23.12.99, com redação da Lei Complementar nº049 de 09.12.10.

Art. 3º A servidora passará a receber o vencimento correspondente ao Nível IV, código 1.1.16, do anexo IV da Lei Complementar 007 de 23.12.99.

Art. 4º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CHAPADÃO DO LAGEADO, 23 de novembro de 2011.

JOSE BRAULIO INACIO
Prefeito Municipal

Errata do Extrato de Contrato nº 84/2011 - PM

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE CHAPADAO DO LAGEADO
ERRATA DO EXTRATO DE CONTRATO nº 86/2011 - PM
PUBLICADO NO DIA 23 DE NOVEMBRO DE 2011

Onde lia-se: Contratado/Credenciado: GLECIO LUIZ VENTURI AUTO PEÇAS.

Passa a ler-se: Contratado/Credenciado: SEMATEL SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO E INSTALAÇÃO ELETRICAS LTDA.

Chapadão do Lageado, 24 de novembro de 2011.

JOSÉ BRAULIO INÁCIO
Prefeito Municipal

Extrato de Contrato nº 87/2011 - PM

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICIPIO DE CHAPADAO DO LAGEADO

EXTRATO DE CONTRATO nº 87/2011 - PM

Nº. do Contrato: 87/2011.

Vigência: 01/11/2011 à 31/12/2011.

Processo Licitatório: 63/2011 - PM

Contratante: Prefeitura Municipal de Chapadão do Lageado.

Contratado/Credenciado: MARIO MACHADO E CIA LTDA - ME.

Valor: R\$ 150,00 (cento e cinquenta reais), por Km, totalizando R\$ 7.500,00 (sete mil e quinhentos reais).

Objeto: O presente contrato tem por objeto a Contratação de serviços de escavadeira hidráulica PC 150, com operador, combustível e/ou qualquer outra despesa referente ao serviço prestado, para auxiliar nas atividades desenvolvidas pela Secretaria dos Transportes, Obras e Serviços Urbanos.

DATA DA ASSINATURA: 01 de novembro de 2011.

JOSÉ BRAULIO INÁCIO

Prefeito Municipal

Extrato de Contrato nº 89/2011 - PM

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICIPIO DE CHAPADAO DO LAGEADO

CONTRATO Nº 89/2011 - PM

EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO DO CONTRATO nº 078/2011

Número do contrato: 078/2011

Processo Licitatório nº 051/2011

Contratante: Prefeitura Municipal de Chapadão do Lageado

Contratado/Credenciado: JOAO PEDRO MACHADO ME

Valor: R\$ 3.718,27 (três mil setecentos e dezoito reais e vinte e sete centavos)

Objeto: A Administração Municipal, na forma do Art. 65, Inciso I, alínea "a", da Lei nº 8.666, de 21/06/1993, alterada pela Lei 8.883, de junho de 1994, resolve alterar quantitativos, parte integrante do Objeto do Processo licitatório nº 051/2011; mais precisamente as especificações para melhor adequação técnica aos objetivos da Administração;

Data da assinatura: 03 de novembro de 2011

JOSÉ BRAULIO INÁCIO

Prefeito Municipal

Extrato de Contrato nº 90/2011 - PM

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICIPIO DE CHAPADAO DO LAGEADO

EXTRATO DE CONTRATO nº 90/2011 - PM

Nº. do Contrato: 90/2011.

Vigência: 10/11/2011 à 31/12/2011.

Contratante: Prefeitura Municipal de Chapadão do Lageado.

Contratado/Credenciado: ROMIL DECORAÇÕES LTDA.

Valor: R\$ 1.500,00 (um mil e quinhentos reais)

Objeto: O presente contrato tem por objeto a locação de um grupo Gerador 180 KVA, sendo que o mesmo será utilizado na Festa de Emancipação Político-Administrativa do Município de Chapadão do Lageado, a realizar-se dia 27 de novembro de 2011, no Salão Comunitário de Rio Lageado.

DATA DA ASSINATURA: 10 de novembro de 2011.

JOSÉ BRAULIO INÁCIO

Prefeito Municipal

Extrato de Contrato nº 91/2011 - PM

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICIPIO DE CHAPADAO DO LAGEADO

EXTRATO DE CONTRATO nº 91/2011 - PM

Nº. do Contrato: 91/2011.

Vigência: 18/11/2011 à 31/12/2011.

Processo Licitatório nº 60/2011

Contratante: Prefeitura Municipal de Chapadão do Lageado.

Contratado/Credenciado: JULIO SESAR DA SILVA ME.

Valor: R\$ 169.595,99 (cento e sessenta e nove mil quinhentos e noventa e cinco reais e noventa e nove centavos).

Objeto: O presente contrato tem por objeto a AQUISIÇÃO DE MATERIAIS E CONTRATAÇÃO DE MÃO-DE-OBRA PARA REFORMA DA PRAÇA PÚBLICA (1ª ETAPA), COM 1.205,03M2 E PALCO COM 115,96M2, LOCALIZADA NO CENTRO DESTA MUNICÍPIO DE CHAPADÃO DO LAGEADO-SC, conforme projetos, memorial descritivo, quadro de quantidades e cronograma físico-financeiros.

DATA DA ASSINATURA: 18 de novembro de 2011.

JOSÉ BRAULIO INÁCIO

Prefeito Municipal

Concórdia

PREFEITURA

Aviso de Licitação Modalidade Pregão Eletrônico SRP Nº 8/2011 - FMS

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CONCÓRDIA - SC

AVISO DE LICITAÇÃO MODALIDADE

PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº 8/2011 - FMS

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS para a aquisição de materiais de consumo médico para as unidades do Fundo Municipal de Saúde, durante o exercício de 2012.

Forma de Pregão: Eletrônico

Tipo: Menor Preço Por Item.

Recebimento das propostas: até as 08 h e 15 min do dia 08/12/2011.

Início da Sessão: dia 08/12/2011, às 08h e 30min, no endereço eletrônico www.cidadecompras.com.br, horário de Brasília - DF

Informações complementares: o Edital em inteiro teor estará à disposição dos interessados no site www.cidadecompras.com.br. Quaisquer informações poderão ser obtidas na Diretoria de Compras da Prefeitura Municipal de Concórdia, situada à Rua Leonel Mosele, nº 62, 1º andar, Centro, de 2ª a 6ª feira, das 08:00 às 11:30 e das 13:30 às 17:00, ou pelo fone (0**49) 3442-0252.

Concórdia, SC, 23 de novembro de 2011.

GENAIR LOURDES BOGONI

Gestora do Fundo Municipal de Saúde

Aviso Errata Nº 001 ao Edital de Pregão Presencial Nº 19/2011 - FMS

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CONCÓRDIA - SC

ERRATA Nº 001 AO EDITAL DE

PREGÃO PRESENCIAL Nº 19/2011 - FMS

O Fundo Municipal de Saúde de Concórdia, por intermédio da sua Gestora, leva ao conhecimento dos interessados que o Edital da licitação em referência, cujo objeto é a aquisição de equipamentos de informática novos para equipar as unidades do Fundo Municipal

de Saúde, sofreu alteração no descritivo do item nº 01, constante do Anexo "C" do Edital em referência.

Informações complementares: o Edital e a alteração em questão, em inteiro teor, estão à disposição dos interessados na home page www.concordia.sc.gov.br, link "Licitações". Quaisquer informações poderão ser obtidas na Diretoria de Compras da Prefeitura Municipal de Concórdia, situada à Rua Leonel Mosele, nº 62, 1º andar, Centro, de 2ª à 6ª feira das 08:00 às 11:30 e das 13:30 às 17:00, ou pelo telefone (0 ** 49) 3442-0252.

Concórdia, SC, 23 de Novembro de 2011.

GENAIR LOURDES BOGONI

Gestora do Fundo Municipal de Saúde

Extrato do Resultado da Habilitação, Tomada de Preços Nº 30/2011 - PMC

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA - SC

TOMADA DE PREÇOS Nº 30/2011 - PMC

OBJETO: Contratação de empresa do ramo de engenharia e/ou construção civil, em regime de empreitada global (material, mão de obra e equipamentos) para execução de obra de pavimentação asfáltica e drenagem pluvial das Ruas 29 de julho, Alemanha, Haiti, rua "D" no Distrito de Santo Antonio e Ernesto Lorenzetti, neste Município, de acordo com os Projetos Básicos constantes no Anexo "D" do Edital.

EXTRATO DO RESULTADO DA HABILITAÇÃO

Em cumprimento ao disposto no §1º, artigo 109, da Lei Federal nº 8.666/1993, e posteriores alterações, torna-se público o resultado do julgamento da fase de habilitação da licitação em epígrafe, nos seguintes termos: foram julgadas HABILITADAS as licitante: SETEP CONSTRUÇÕES S.A., DALLAGNOL ENGENHARIA DE OBRAS LTDA e BRITTER RODOVIAS LTDA. Outrossim, ficam as licitantes participantes notificadas que dentro do prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados da data da publicação deste extrato, a Comissão Permanente de Licitações dará vistas ao respectivo processo licitatório as proponentes participantes, para se tiver interesse, interpor recurso. Não havendo interposição de recursos, ficam as licitantes habilitadas desde já convocadas a participar da sessão de abertura de seus Envelopes nº 02 - Propostas de Preços, no dia 02 (dois) de dezembro de 2011, às 10h00min (dez horas), na Sala de Licitações da Prefeitura de Concórdia, situada à Rua Leonel Mosele, 62, 1º andar, Centro.

Concórdia, SC, 22 de novembro de 2011.

NAIR KOPPE

Vice Presidente da C.P.L.

Edital de Notificação Fundo a Fundo/SST/FEAS/FMAS/Alta Complexidade

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO

Em cumprimento ao disposto na Lei nº 9.452, de 20 de março de 1997, notificamos os partidos políticos, os sindicatos de trabalhadores e as entidades empresariais com sede neste Município, a liberação de recursos proveniente do Repasse Fundo a Fundo/SST/FEAS/FMAS/Alta Complexidade - Custeio, no valor de R\$ 29.040,00 (vinte e nove mil e quarenta reais), e mais o valor de R\$ 39.930,00 (trinta e nove mil e novecentos e trinta reais), para investimento, totalizando um montante de R\$ 68.970,00 (sessenta e oito mil e novecentos e setenta reais).

Concórdia SC, 23 de novembro de 2011.

MAURO KICHEL

Gestor do Fundo Municipal de Assistência Social

Edital de Notificação Repasse Fundo a Fundo -SST/FEAS/FMAS/CREAS Média Complexidade

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO

Em cumprimento ao disposto na Lei nº 9.452, de 20 de março de 1997, notificamos os partidos políticos, os sindicatos de trabalhadores e as entidades empresariais com sede neste Município, a liberação de recursos proveniente Repasse Fundo a Fundo -SST/FEAS/FMAS/CREAS Média Complexidade - custeio, no valor de R\$ 52.272,00 (cinquenta e dois mil e duzentos e setenta e dois reais), e mais o valor de R\$ 38.016,00 (trinta e oito mil e dezesseis reais), para investimento, totalizando o montante R\$ 90.288,00 (noventa mil e duzentos e oitenta e oito reais).

Concórdia SC, 23 de novembro de 2011.

MAURO KICHEL

Gestor do Fundo Municipal de Assistência Social

Cordilheira Alta

PREFEITURA

Portaria Nº 455/2011

PORTARIA Nº 455/2011, DE 21 DE NOVEMBRO DE 2011

"DISPÕE SOBRE A DEMISSÃO DE SERVIDORA MUNICIPAL - ACT E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

RIBAMAR ALEXANDRE ASSONALIO, Prefeito Municipal de Cordilheira Alta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, em especial ao disposto no Art.11º da Lei Municipal nº 468/2001 e Lei Municipal 858/2011:

RESOLVE:

Art. 1º. Demitir, por término de contrato, a Sra. BRUNA MAGNANTI, ocupante do cargo de Professora de Dança - ACT, lotada na Secretaria Municipal de Cultura e Esporte.

Art. 2º. As despesas decorrentes da aplicação da presente portaria correrão por conta do orçamento municipal vigente.

Art. 3º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, surtindo efeitos a partir de 30 de novembro de 2011.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Cordilheira Alta SC, 21 de novembro de 2011.

RIBAMAR ALEXANDRE ASSONALIO

Prefeito Municipal

CLOVIS FIDELIS GRANDO

Secretário Municipal de Administração, Fazenda e Planejamento

Registrado e publicado em data supra.

Portaria Nº 456/2011

PORTARIA Nº 456/2011, DE 21 DE NOVEMBRO DE 2011

"DISPÕE SOBRE A DEMISSÃO DE SERVIDOR MUNICIPAL - ACT E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

RIBAMAR ALEXANDRE ASSONALIO, Prefeito Municipal de Cordilheira Alta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, em especial ao disposto no Art.11º da Lei Municipal nº 468/2001 e Lei Municipal 858/2011:

RESOLVE:

Art. 1º. Demitir, por término de contrato, o Sr. FABIO DANIEL VIEIRA, ocupante do cargo de Professor de Artes Visuais - ACT, lotado na Secretaria Municipal de Cultura e Esporte.

Art. 2º. As despesas decorrentes da aplicação da presente portaria correrão por conta do orçamento municipal vigente.

Art. 3º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, surtindo efeitos a partir de 30 de novembro de 2011.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Cordilheira Alta SC, 21 de novembro de 2011.
RIBAMAR ALEXANDRE ASSONALIO
Prefeito Municipal

CLOVIS FIDELIS GRANDO
Secretário Municipal de Administração, Fazenda e Planejamento

Registrado e publicado em data supra.

Portaria Nº 457/2011

PORTARIA Nº 457/2011, DE 21 DE NOVEMBRO DE 2011
"DISPÕE SOBRE A DEMISSÃO DE SERVIDOR MUNICIPAL - ACT E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

RIBAMAR ALEXANDRE ASSONALIO, Prefeito Municipal de Cordilheira Alta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, em especial ao disposto no Art.11º da Lei Municipal nº 468/2001 e Lei Municipal 858/2011:

RESOLVE:

Art. 1º. Demitir, por término de contrato, o Sr. VLADMIR CÉSAR DA SILVA, ocupante do cargo de Professor de Atividade Esportiva - Karatê - ACT, lotado na Secretaria Municipal de Cultura e Esporte.

Art. 2º. As despesas decorrentes da aplicação da presente portaria correrão por conta do orçamento municipal vigente.

Art. 3º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, surtindo efeitos a partir de 30 de novembro de 2011.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Cordilheira Alta SC, 21 de novembro de 2011.
RIBAMAR ALEXANDRE ASSONALIO
Prefeito Municipal

CLOVIS FIDELIS GRANDO
Secretário Municipal de Administração, Fazenda e Planejamento

Registrado e publicado em data supra.

Portaria Nº 458/2011

PORTARIA Nº 458/2011, DE 21 DE NOVEMBRO DE 2011
"DISPÕE SOBRE A DEMISSÃO DE SERVIDOR MUNICIPAL - ACT E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

RIBAMAR ALEXANDRE ASSONALIO, Prefeito Municipal de Cordilheira Alta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, em especial ao disposto no Art.11º da Lei Municipal nº 468/2001 e Lei Municipal 858/2011:

RESOLVE:

Art. 1º. Demitir, por término de contrato, o Sr. PAULO HENRIQUE CRUZ LAGAGGIO, ocupante do cargo de Professor de Atividade

Esportiva - Futebol - ACT, lotado na Secretaria Municipal de Cultura e Esporte.

Art. 2º. As despesas decorrentes da aplicação da presente portaria correrão por conta do orçamento municipal vigente.

Art. 3º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, surtindo efeitos a partir de 30 de novembro de 2011.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Cordilheira Alta SC, 21 de novembro de 2011.
RIBAMAR ALEXANDRE ASSONALIO
Prefeito Municipal

CLOVIS FIDELIS GRANDO
Secretário Municipal de Administração, Fazenda e Planejamento

Registrado e publicado em data supra.

Portaria Nº 459/2011

PORTARIA N.º 459/2011, DE 22 DE NOVEMBRO DE 2011
"CONCEDE ADICIONAL DE TITULAÇÃO À SERVIDORA MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

RIBAMAR ALEXANDRE ASSONALIO, Prefeito Municipal de Cordilheira Alta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições Legais, em especial os Arts. 13 e 14 da Lei Complementar nº 17/2001:

RESOLVE:

Art. 1o. Conceder 15% (quinze por cento) sobre o vencimento, a Título de Adicional de Titulação, a Servidora Municipal, Sra. LUISA HELENA BURIGO PINTO, ocupante do cargo efetivo de Professora - 20hs semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação, conforme Diploma em anexo de conclusão do curso de Pós-Graduação.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Revogam as disposições em contrário.

Cordilheira Alta - SC, 22 de novembro de 2011.
RIBAMAR ALEXANDRE ASSONALIO
Prefeito Municipal

CLOVIS FIDELIS GRANDO
Secretário Municipal de Administração, Fazenda e Planejamento

Registrada e Publicada em data supra.

Edital de Pregão Presencial

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CORDILHEIRA ALTA
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
AVISO DE LICITAÇÃO

O Município de Cordilheira Alta, SC, através do Fundo Municipal de Saúde torna público a todos os interessados, que estará realizando licitação na modalidade de Pregão Presencial, de acordo com a Lei 10.520/02 e Decreto Municipal 017/2007, e Lei 8.666/93 atualizada.

Processo Adm. Nº.: 11/2011 FMS
Edital: Pregão Presencial Nº.: 09/2011 FMS
Tipo: Menor Preço Unitário por item.

Objeto: Aquisição de Climatizadores de Ar, Geladeiras e Bebedouros,

a serem instalados na Unidade de Saúde deste Município.

Entrega dos Envelopes: até às 09:20 horas do dia 07/12/2011.
Abertura dos Envelopes e início da seção, às :09:30 horas do dia 07/12/2011.

O Edital e esclarecimentos poderão ser obtido no seguinte endereço e horário: Rua Celso Tozzo, nos dias úteis, de Segunda à Sexta, durante o horário de expediente, ou pelo fone (049) 3358-9100.

Cordilheira Alta em 22 de novembro de 2011
RIBAMAR ALEXANDRE ASSONALIO
Prefeito

Coronel Martins

PREFEITURA

Decreto Nº. 164, de 22 de Novembro de 2011

DECRETO Nº. 164, DE 22 DE NOVEMBRO DE 2011.
EXONERAR SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Coronel Martins, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo inciso VI, do artigo 94, da Lei Orgânica Municipal de 28/10/1994, resolve;

EXONERAR:

Art. 1º A Servidora Pública Sra. Lucila Bresolin Carasek ocupante do Cargo Temporário de Professor Educação Geral, enquadrada na Estrutura Administrativa desta Prefeitura, pelo Regime Jurídico Estatutário, a partir de 25 novembro de 2011.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação

Gabinete do Prefeito Municipal de Coronel Martins SC, em 22 de novembro de 2011.
DARCI CABRAL DE MEDEIROS
Prefeito Municipal.

Este Decreto foi registrado e publicado em data supra.

LUCAS CUCHI
Chefe de Gabinete

Decreto Nº. 165, de 22 de Novembro de 2011

DECRETO Nº. 165, DE 22 DE NOVEMBRO DE 2011.
EXONERAR SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Coronel Martins, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo inciso VI, do artigo 94, da Lei Orgânica Municipal de 28/10/1994, resolve;

EXONERAR:

Art. 1º A Servidora Pública Sra. Dilce Ap. de Medeiros Cadore ocupante do Cargo Temporário de Professor Educação Geral, enquadrada na Estrutura Administrativa desta Prefeitura, pelo Regime Jurídico Estatutário, a partir de 25 novembro de 2011.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação

Gabinete do Prefeito Municipal de Coronel Martins SC, em 22 de

novembro de 2011.

DARCI CABRAL DE MEDEIROS
Prefeito Municipal.

Este Decreto foi registrado e publicado em data supra.

LUCAS CUCHI
Chefe de Gabinete

Corupá

PREFEITURA

Pregão Presencial 042/11 - Registro de Preço

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CORUPÁ
AVISO DE LICITAÇÃO - REGISTRO DE PREÇOS
MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL 042/11

OBJETO: O objeto desta licitação consiste no Registro de preço para eventuais aquisições de remanufaturas de toner e cartuchos de tinta para uso em periféricos de diversas Secretarias do Município de Corupá-SC, conforme as especificações e quantidades de cada item constante no Anexo I que acompanha este edital. RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: das 09:00 horas do dia 24/11/2011, às 09:00 horas do dia 06/12/11.

INÍCIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE PREÇOS: 09h30min do dia 06/12/11

TIPO: Menor Preço Por Item.

INFORMAÇÕES E ENTREGA DO PROCESSO LICITATÓRIO: No endereço Prefeitura Municipal de Corupá - Av. Getúlio Vargas, 443 - Junto a Gerência de Administração e também no site [Http://www.corupa.sc.gov.br](http://www.corupa.sc.gov.br).

HORÁRIO: Das 08h às 12hs e das 14h às 17hs
Telefone (47) 3375-6500

Corupá, 24 de Novembro de 2011.
LUIZ CARLOS TAMANINI
Prefeito Municipal

Curitibanos

PREFEITURA

Edital de Pregão Presencial Nº 133/2011

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 133/2011

O Município de Curitibanos, por intermédio de seu Pregoeiro e sua Equipe de Apoio torna público que se encontra aberta licitação na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL, com julgamento Pelo Menor Preço Global, regida pela Lei Federal 10.520/02, pela Lei 8.666/93, entre outros dispositivos legais aplicados a espécie, com o fim específico de escolher a proposta mais vantajosa a esta administração, para CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇO TELEFONICO FIXO COMUTADO - STFC. DESTINADO AO USO DAS UNIDADES DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA DO MUNICIPIO DE CURITIBANOS, CONFORME ANEXO I - TERMO DE REFERENCIA E II, conforme condições estabelecidas neste edital.

Os interessados em participar do certame deverão entregar o envelope contendo a Proposta de Preços e o envelope

contendo a Documentação de Habilitação até as 13:30 horas do dia 07/12/2011, no Protocolo Central da Prefeitura, sito a Rua Coronel Vidal Ramos, 860.

A partir das 14:00 horas do dia 07/12/2011, será realizada sessão pública para a classificação das propostas e em seguida a fase de lances das propostas classificadas, no Setor de Licitação e Contratos.

O inteiro teor deste ato convocatório e de seus anexos encontram-se à disposição dos interessados que o solicitarem no Setor de Licitações e Contratos da Prefeitura de Curitiba sito a rua Cel. Vidal Ramos, 860 no horário de expediente(13:00 as 19:00) e/ou na pagina da Prefeitura www.curitiba.sc.gov.br.

Curitiba, 16 de Setembro de 2011.
WANDERLEY TEODORO AGOSTINI
Prefeito

ADAILTON ALVES
Pregoeiro

Pregão Presencial Nº 63/2011

PREGÃO PRESENCIAL Nº 63/2011.

O Fundo Municipal de Educação, por intermédio de seu Pregoeiro e sua Equipe de Apoio torna público que se encontra aberta licitação na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL, com julgamento Pelo Menor Preço por item, regida pela Lei Federal 10.520/02, pela Lei Nº 8.666/93, entre outros dispositivos legais aplicados a espécie, com o fim específico de escolher a proposta mais vantajosa a esta administração, para AQUISIÇÃO DE BRINQUEDOS E MATERIAIS EDUCATIVOS PARA OS CENTROS DE EDUCAÇÃO INFANTISA REDE MUNICIPAL DE ENSINO, CONFORME ANEXO I DESTE EDITAL. Os interessados em participar do certame deverão entregar o envelope contendo a Proposta de Preços e o envelope contendo a Documentação de Habilitação até as 13:30 horas do dia 12/12/2011, no Protocolo Central da Prefeitura Municipal de Curitiba, sito a Rua Cel. Vidal Ramos, 860, não sendo autorizado qualquer outra forma de protocolo.

A partir das 14:00 horas do dia 12/12/2011, será realizada sessão pública para a classificação das propostas e em seguida a fase de lances das propostas classificadas, no Setor de Licitações e Contratos junto a Prefeitura de Curitiba na Rua Cel. Vidal Ramos, 860.

O inteiro teor deste convocatório e de seus anexos, encontram-se à disposição dos interessados que o solicitarem no Setor de Licitações e Contratos da Prefeitura de Curitiba no horário das 13:00 horas as 19:00 horas e na página da Prefeitura www.curitiba.sc.gov.br.

Curitiba, 18 de novembro de 2011.
CRISTINA MARIA A. MORAES EHRHARDT
Presidente do Fundo

ADAILTON ALVES
Pregoeiro

Forquilha

PREFEITURA

Extrato de Contrato PMF Nº. 179/2011

EXTRATO DE CONTRATO PMF Nº. 179/2011
CONTRATANTE - MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA
CONTRADADO - ESTEIO PAVIMENTAÇÃO E CONSTRUÇÃO LTDA

OBJETO - execução de forma parcelada, de revestimento com Concreto Asfáltico Usinado a Quente (CAUQ) em ruas, avenidas e demais logradouros públicos municipais de Forquilha/SC.
VALOR - R\$ 416.517,64 (quatrocentos e dezesseis mil quinhentos e dezessete reais e sessenta e quatro centavos).

VIGÊNCIA - 31/12/2012

FUNDAMENTO LEGAL - Lei Federal 8.666/93 e Tomada de Preço nº. 111/PMF/2011.

DOTAÇÃO - 0702.1033.4490(108)

DATA DA ASSINATURA - 31 de outubro de 2011

VANDERLEI ALEXANDRE
Prefeito Municipal

Fraiburgo

PREFEITURA

Decreto Nº 0343/2011

DECRETO Nº. 0343, DE 23 DE NOVEMBRO DE 2011.

DIVULGA A CLASSIFICAÇÃO FINAL DO EDITAL DE SELEÇÃO PARA CONTRATAÇÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO - ACT Nº. 0031 DE 20 DE OUTUBRO DE 2011.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, Estado de Santa Catarina no uso de suas atribuições legais;

DECRETA:

Art. 1º. Fica homologado a classificação final do processo de seleção para contratação em caráter temporário nº. 0031, de 20 de outubro de 2011, conforme listas anexas.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO
FRAIBURGO, SC, 23 DE NOVEMBRO DE 2011.
NELMAR PINZ
Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA
Secretário de Administração e Planejamento

Portaria Nº 2015/2011

PORTARIA N.º 2.015 DE 23 DE NOVEMBRO DE 2011.

Dispõe sobre a contratação por prazo determinado

NELMAR PINZ, Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital n.º 0029 de 19 de outubro de 2011 e Contrato Administrativo;

Considerando a necessidade de contratação temporária de AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS, para atender excepcional interesse público, na área da Educação;

Considerando que a contratação é de profissional habilitado para a prestação de serviço;

RESOLVE:

Art. 1º Contratar, em caráter temporário, DENIR CORREA DE FIGUEIREDO, brasileira, casada, inscrita no CPF sob o n.º 516.334.429-34, na função de AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS,

com carga horária de 40 horas semanais, no período de 24 de novembro de 2011 até 16 de dezembro de 2011.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 23 de novembro de 2011.

NELMAR PINZ

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

Portaria Nº 2016/2011

PORTARIA N.º 2.016 DE 23 DE NOVEMBRO DE 2011.

Rescinde o contrato administrativo por prazo determinado

NELMAR PINZ, Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais;

RESOLVE:

Art. 1º Rescindir, a pedido, o contrato de JACIRA MENDES DOS SANTOS, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o nº. 737.624.669-04, contratada em caráter temporário na função de AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS, por 40 horas semanais, a partir de 22 de novembro de 2011.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 23 de novembro de 2011.

NELMAR PINZ

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

Portaria Nº 2017/2011

PORTARIA Nº 2.017, DE 23 DE NOVEMBRO DE 2011.

Exonera servidor público municipal

NELMAR PINZ, Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais;

RESOLVE:

Art. 1º - Exonerar, a pedido, a servidora TEOLIDES PIRES DE LIMA GOEIS, brasileira, casada, inscrita no CPF sob o nº 038.807.309-89, nomeada no cargo de provimento efetivo de AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS, por 40 horas semanais, em 21 de novembro de 2011.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 23 de novembro de 2011.

NELMAR PINZ

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

Portaria Nº 2018/2011

PORTARIA N.º 2.018 DE 23 DE NOVEMBRO DE 2011.

Nomeia Servidor Municipal

NELMAR PINZ, Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a Lei Complementar n.º 0110, de 03 de março de 2010;

RESOLVE:

Art. 1º Nomear LUIZ FERNANDO RALDI, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob o n.º 007.140.999-88, no cargo de provimento em comissão de DIRETOR GERAL DE DEPARTAMENTO, com carga horária de 40 horas semanais, a partir de 24 de novembro de 2011.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 23 de novembro de 2011.

NELMAR PINZ

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

Aviso da Tomada de Preços Nº 0033/2011

MUNICÍPIO DE FRAIBURGO

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO ADMINISTRATIVO LICITATÓRIO Nº 0236/2011 - PMF

TOMADA DE PREÇOS Nº 0033/2011 - PMF

Objeto: Contratação de empresa do ramo para execução dos serviços de pavimentação CAUQ na Av. Renê Frey, nesta cidade de Fraiburgo, com extensão de 259,98m, de acordo com os Projetos, Memorial Descritivo e Quantitativo (anexos ao PAL) Modalidade: Tomada de Preços. Tipo: Menor Preço Global. Protocolo dos Envelopes: Até às 09:00 horas do dia 09/12/2011. Abertura do Certame: No mesmo dia às 09:15 horas. O Edital poderá ser retirado na Prefeitura Municipal de Fraiburgo, na Av. Rio das Antas, 185, ou no site www.fraiburgo.sc.gov.br. Informações pelo fone (49) 3256-3000-ramais 3023/3039. E-mail: compras@fraiburgo.sc.gov.br.

Fraiburgo(SC), 23 de novembro de 2011.

NELMAR PINZ

Prefeito Municipal

TA 0436/2011

TERMO ADITIVO Nº 0436, DE 31 DE OUTUBRO DE 2011.

SEGUNDO TERMO ADITIVO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO POR PRAZO DETERMINADO Nº 191/2011

As partes constantes no contrato de trabalho por tempo determinado, para o período de 07/02/2011 a 01/11/2011, acordam aditá-lo, prorrogando o prazo de vigência da cláusula segunda, até 16/12/2011.

Ficam mantidas as demais cláusulas e disposições contratuais.

Assim, acordados, firmam o presente aditivo, em duas vias, na presença de duas testemunhas.

Fraiburgo, 31 de outubro de 2011.

NELMAR PINZ

Prefeito Municipal

VALEICA CLEIA BAHR DA SILVA

Contratado

TA 0437/2011

TERMO ADITIVO Nº 0437, DE 31 DE OUTUBRO DE 2011.
SEGUNDO TERMO ADITIVO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO
POR PRAZO DETERMINADO Nº 314/2011

As partes constantes no contrato de trabalho por tempo determinado, para o período de 25/04/2011 a 01/11/2011, acordam aditá-lo, prorrogando o prazo de vigência da cláusula segunda, até 16/12/2011.

Ficam mantidas as demais cláusulas e disposições contratuais.

Assim, acordados, firmam o presente aditivo, em duas vias, na presença de duas testemunhas.

Fraiburgo, 31 de outubro de 2011.
NELMAR PINZ
Prefeito Municipal

MAGALI DOS SANTOS ROCHA
Contratado

TA 0438/2011

TERMO ADITIVO Nº 0438, DE 31 DE OUTUBRO DE 2011.
TERCEIRO TERMO ADITIVO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO
POR PRAZO DETERMINADO Nº 239/2011

As partes constantes no contrato de trabalho por tempo determinado, para o período de 23/02/2011 a 01/11/2011, acordam aditá-lo, prorrogando o prazo de vigência da cláusula segunda, até 16/12/2011.

Ficam mantidas as demais cláusulas e disposições contratuais.

Assim, acordados, firmam o presente aditivo, em duas vias, na presença de duas testemunhas.

Fraiburgo, 31 de outubro de 2011.
NELMAR PINZ
Prefeito Municipal

ANA SCHEILA BUYNO GOMES
Contratado

TA 0439/2011

TERMO ADITIVO Nº 0439, DE 31 DE OUTUBRO DE 2011.
PRIMEIRO TERMO ADITIVO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO
POR PRAZO DETERMINADO Nº 411/2011

As partes constantes no contrato de trabalho por tempo determinado, para o período de 03/10/2011 a 03/11/2011, acordam aditá-lo, prorrogando o prazo de vigência da cláusula segunda, até 16/12/2011.

Ficam mantidas as demais cláusulas e disposições contratuais.

Assim, acordados, firmam o presente aditivo, em duas vias, na presença de duas testemunhas.

Fraiburgo, 31 de outubro de 2011.
NELMAR PINZ
Prefeito Municipal

SUZANA CRISTINA DOS SANTOS GENUINO
Contratado

TA 0440/2011

TERMO ADITIVO Nº 0440, DE 31 DE OUTUBRO DE 2011.
QUARTO TERMO ADITIVO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO POR
PRAZO DETERMINADO Nº 102/2011

As partes constantes no contrato de trabalho por tempo determinado, para o período de 01/02/2011 a 01/11/2011, acordam aditá-lo, prorrogando o prazo de vigência da cláusula segunda, até 16/12/2011.

Ficam mantidas as demais cláusulas e disposições contratuais.

Assim, acordados, firmam o presente aditivo, em duas vias, na presença de duas testemunhas.

Fraiburgo, 31 de outubro de 2011.
NELMAR PINZ
Prefeito Municipal

LUCIANA FRANÇA MORAES
Contratado

TA 0441/2011

TERMO ADITIVO Nº 0441, DE 31 DE OUTUBRO DE 2011.
SEGUNDO TERMO ADITIVO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO
POR PRAZO DETERMINADO Nº 322/2011

As partes constantes no contrato de trabalho por tempo determinado, para o período de 18/04/2011 a 01/11/2011, acordam aditá-lo, prorrogando o prazo de vigência da cláusula segunda, até 16/12/2011.

Ficam mantidas as demais cláusulas e disposições contratuais.

Assim, acordados, firmam o presente aditivo, em duas vias, na presença de duas testemunhas.

Fraiburgo, 31 de outubro de 2011.
NELMAR PINZ
Prefeito Municipal

ROSANGELA DORNELLES
Contratado

TA 0443/2011

TERMO ADITIVO Nº 0443, DE 31 DE OUTUBRO DE 2011.
SEXTO TERMO ADITIVO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO POR
PRAZO DETERMINADO Nº 177/2011

As partes constantes no contrato de trabalho por tempo determinado, para o período de 02/02/2011 a 01/11/2011, acordam aditá-lo, prorrogando o prazo de vigência da cláusula segunda, até 16/12/2011.

Ficam mantidas as demais cláusulas e disposições contratuais.

Assim, acordados, firmam o presente aditivo, em duas vias, na presença de duas testemunhas.

Fraiburgo, 31 de outubro de 2011.
NELMAR PINZ
Prefeito Municipal

SOLANGE BUSSATTO
Contratado

TA 0444/2011

TERMO ADITIVO Nº 0444, DE 31 DE OUTUBRO DE 2011.
OITAVO TERMO ADITIVO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO POR
PRAZO DETERMINADO Nº 093/2011

As partes constantes no contrato de trabalho por tempo determinado, para o período de 01/02/2011 a 01/11/2011, acordam aditá-lo, prorrogando o prazo de vigência da cláusula segunda, até 16/12/2011.

Ficam mantidas as demais cláusulas e disposições contratuais.

Assim, acordados, firmam o presente aditivo, em duas vias, na presença de duas testemunhas.

Fraiburgo, 31 de outubro de 2011.
NELMAR PINZ
Prefeito Municipal

ANDRESSA MATIAS
Contratado

TA 0446/2011

TERMO ADITIVO Nº 0446, DE 31 DE OUTUBRO DE 2011.
NONO TERMO ADITIVO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO POR
PRAZO DETERMINADO Nº 203/2011

As partes constantes no contrato de trabalho por tempo determinado, para o período de 08/02/2011 a 01/11/2011, acordam aditá-lo, prorrogando o prazo de vigência da cláusula segunda, até 16/12/2011.

Ficam mantidas as demais cláusulas e disposições contratuais.

Assim, acordados, firmam o presente aditivo, em duas vias, na presença de duas testemunhas.

Fraiburgo, 31 de outubro de 2011.
NELMAR PINZ
Prefeito Municipal

TERESINHA FORTES MELLO
Contratado

TA 0447/2011

TERMO ADITIVO Nº 0447, DE 31 DE OUTUBRO DE 2011.
QUARTO TERMO ADITIVO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO POR
PRAZO DETERMINADO Nº 353/2011

As partes constantes no contrato de trabalho por tempo determinado, para o período de 14/06/2011 a 03/11/2011, acordam aditá-lo, prorrogando o prazo de vigência da cláusula segunda, até 16/12/2011.

Ficam mantidas as demais cláusulas e disposições contratuais.

Assim, acordados, firmam o presente aditivo, em duas vias, na presença de duas testemunhas.

Fraiburgo, 31 de outubro de 2011.
NELMAR PINZ
Prefeito Municipal

MAURICIO FRANCESCATO
Contratado

TA 0448/2011

TERMO ADITIVO Nº 0448, DE 31 DE OUTUBRO DE 2011.
QUARTO TERMO ADITIVO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO POR
PRAZO DETERMINADO Nº 319/2011

As partes constantes no contrato de trabalho por tempo determinado, para o período de 04/04/2011 a 18/11/2011, acordam aditá-lo, prorrogando o prazo de vigência da cláusula segunda, até 16/12/2011.

Ficam mantidas as demais cláusulas e disposições contratuais.

Assim, acordados, firmam o presente aditivo, em duas vias, na presença de duas testemunhas.

Fraiburgo, 31 de outubro de 2011.
NELMAR PINZ
Prefeito Municipal

NICÉLI GOMES SCOLARO
Contratado

TA 0449/2011

TERMO ADITIVO Nº 0449, DE 31 DE OUTUBRO DE 2011.
SEXTO TERMO ADITIVO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO POR
PRAZO DETERMINADO Nº 288/2011

As partes constantes no contrato de trabalho por tempo determinado, para o período de 17/03/2011 a 01/11/2011, acordam aditá-lo, prorrogando o prazo de vigência da cláusula segunda, até 16/12/2011.

Ficam mantidas as demais cláusulas e disposições contratuais.

Assim, acordados, firmam o presente aditivo, em duas vias, na presença de duas testemunhas.

Fraiburgo, 31 de outubro de 2011.
NELMAR PINZ
Prefeito Municipal

ARICLER DOMINGUES PEPES
Contratado

TA 0451/2011

TERMO ADITIVO Nº 0451, DE 31 DE OUTUBRO DE 2011.
SEGUNDO TERMO ADITIVO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO
POR PRAZO DETERMINADO Nº 399/2011

As partes constantes no contrato de trabalho por tempo determinado, para o período de 12/09/2011 a 03/11/2011, acordam aditá-lo, prorrogando o prazo de vigência da cláusula segunda, até 16/12/2011.

Ficam mantidas as demais cláusulas e disposições contratuais.

Assim, acordados, firmam o presente aditivo, em duas vias, na presença de duas testemunhas.

Fraiburgo, 31 de outubro de 2011.
NELMAR PINZ
Prefeito Municipal

MARIA VALDOMIRA PALHANO DE SOUZA
Contratado

TA 0452/2011

TERMO ADITIVO Nº 0452, DE 31 DE OUTUBRO DE 2011.
SEGUNDO TERMO ADITIVO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO
POR PRAZO DETERMINADO Nº 395/2011

As partes constantes no contrato de trabalho por tempo determinado, para o período de 08/09/2011 a 01/11/2011, acordam aditá-lo, prorrogando o prazo de vigência da cláusula segunda, até 16/12/2011.

Ficam mantidas as demais cláusulas e disposições contratuais.

Assim, acordados, firmam o presente aditivo, em duas vias, na presença de duas testemunhas.

Fraiburgo, 31 de outubro de 2011.
NELMAR PINZ
Prefeito Municipal

VALECIR CONSOLADORA ROSA BONATO
Contratado

TA 0453/2011

TERMO ADITIVO Nº 0453, DE 31 DE OUTUBRO DE 2011.
PRIMEIRO TERMO ADITIVO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO
POR PRAZO DETERMINADO Nº 402/2011

As partes constantes no contrato de trabalho por tempo determinado, para o período de 15/09/2011 a 01/11/2011, acordam aditá-lo, prorrogando o prazo de vigência da cláusula segunda, até 16/12/2011.

Ficam mantidas as demais cláusulas e disposições contratuais.

Assim, acordados, firmam o presente aditivo, em duas vias, na presença de duas testemunhas.

Fraiburgo, 31 de outubro de 2011.
NELMAR PINZ
Prefeito Municipal

JANICE LOPES KOHAUT DA SILVA
Contratado

TA 0454/2011

TERMO ADITIVO Nº 0454, DE 31 DE OUTUBRO DE 2011.
PRIMEIRO TERMO ADITIVO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO
POR PRAZO DETERMINADO Nº 417/2011

As partes constantes no contrato de trabalho por tempo determinado, para o período de 07/10/2011 a 01/11/2011, acordam aditá-lo, prorrogando o prazo de vigência da cláusula segunda, até 16/12/2011.

Ficam mantidas as demais cláusulas e disposições contratuais.

Assim, acordados, firmam o presente aditivo, em duas vias, na presença de duas testemunhas.

Fraiburgo, 31 de outubro de 2011.
NELMAR PINZ
Prefeito Municipal

IBIANI CABRAL BORGES
Contratado

TA 0455/2011

TERMO ADITIVO Nº 0455, DE 31 DE OUTUBRO DE 2011.
PRIMEIRO TERMO ADITIVO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO
POR PRAZO DETERMINADO Nº 418/2011

As partes constantes no contrato de trabalho por tempo determinado, para o período de 10/10/2011 a 01/11/2011, acordam aditá-lo, prorrogando o prazo de vigência da cláusula segunda, até 16/12/2011.

Ficam mantidas as demais cláusulas e disposições contratuais.

Assim, acordados, firmam o presente aditivo, em duas vias, na presença de duas testemunhas.

Fraiburgo, 31 de outubro de 2011.
NELMAR PINZ
Prefeito Municipal

JÉSSICA FERNANDA VICENTE
Contratado

TA 0456/2011

TERMO ADITIVO Nº 0456, DE 31 DE OUTUBRO DE 2011.
PRIMEIRO TERMO ADITIVO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO
POR PRAZO DETERMINADO Nº 391/2011

As partes constantes no contrato de trabalho por tempo determinado, para o período de 05/09/2011 a 04/11/2011, acordam aditá-lo, prorrogando o prazo de vigência da cláusula segunda, até 31/12/2011.

Ficam mantidas as demais cláusulas e disposições contratuais.

Assim, acordados, firmam o presente aditivo, em duas vias, na presença de duas testemunhas.

Fraiburgo, 31 de outubro de 2011.
NELMAR PINZ
Prefeito Municipal

CLAUDIO DE SOUZA
Contratado

TA 0457/2011

TERMO ADITIVO Nº 0457, DE 03 DE NOVEMBRO DE 2011.
PRIMEIRO TERMO ADITIVO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO
POR PRAZO DETERMINADO Nº 414/2011

As partes constantes no contrato de trabalho por tempo determinado, para o período de 03/10/2011 a 03/11/2011, acordam aditá-lo, prorrogando o prazo de vigência da cláusula segunda, até 31/12/2011.

Ficam mantidas as demais cláusulas e disposições contratuais.

Assim, acordados, firmam o presente aditivo, em duas vias, na presença de duas testemunhas.

Fraiburgo, 03 de novembro de 2011.
NELMAR PINZ
Prefeito Municipal

ADILSON RODRIGUES
Contratado

Anexos do RREO do Município de Fraiburgo 5º Bimestre 2011**DECRETO Nº. 0343, DE 23 DE NOVEMBRO DE 2011.**

DIVULGA A CLASSIFICAÇÃO FINAL DO EDITAL DE SELEÇÃO PARA CONTRATAÇÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO – ACT Nº. 0031 DE 20 DE OUTUBRO DE 2011.

O **Prefeito Municipal de Fraiburgo**, Estado de Santa Catarina no uso de suas atribuições legais;

DECRETA:

Art. 1º. Fica homologado a classificação final do processo de seleção para contratação em caráter temporário nº. 0031, de 20 de outubro de 2011, conforme listas anexas.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO

FRAIBURGO, SC, 23 DE NOVEMBRO DE 2011.

NELMAR PINZ

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento



Estado de Santa Catarina
Prefeitura Municipal de Fraiburgo

**EDITAL DE SELEÇÃO PARA CONTRATAÇÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO –
ACT Nº 0031 DE 20 DE OUTUBRO DE 2011**

**Classificação dos Candidatos Inscritos por Ordem de Código dos Quadros de Inscrições, Vinculados com a Área de Atuação e Disciplina
Ordem Decrescente da Soma Total dos Pontos Obtidos e Desempate**

Cargo: **Guarda do Patrimônio** Quadro: **I - QUADRO GERAL DE INSCRIÇÃO**

Código: **1** Área de Atuação: **Geral**

Disciplina: **Guarda do Patrimônio**

CrITÉRIOS de Desempate

1º 2º 3º 4º 5º

Ordem Classific.	Número Inscrição	Nome do Candidato	Habilit.	Soma de Pontos
1	17	ILDO ANTONIO COUTO		26
2	6	JOÃO FRANCISCO RODRIGUES DE BARROS		24
3	10	GILBERTO ANTUNES DE LIMA		24
4	34	PEDRO EORICO CHAGAS DE OLIVEIRA		24
5	25	OSVALDIR CAMARGO		20
6	36	MARLI APARECIDA XAVIER		20
7	19	VILSON MENEGAZZO		20
8	28	DARCI DE OLIVEIRA		19
9	7	KARICE REGINA DE SOUZA		19
10	64	DARCI RIBEIRO		16
11	55	DEJACIR CAMARGO		16
12	38	LUCIANA CAMPOLIN DOS SANTOS		16
13	15	ANTONIO EVALDIR GONÇALVES DE ARAÚJO		15
14	26	CRISTIANE APARECIDA RODRIGUES		15
15	12	ALTAIR GRACIOLLI		15
16	24	VALDEVINO BENTO		15
17	45	PEDRO ARCANGELO PEREIRA		15
18	21	ONAIN DE BATISTIANI		14
19	57	ADRIANO GONÇALVES DA SILVA		13
20	43	ADRIANA FERREIRA MARTINS		13
21	20	ERONDINA DOS SANTOS		11
22	42	TIAGO DA ROSA SILVA		11

Cursos Esp.	Cursos Área.	Núm. Filhos	Portador Defic.	Data Nascimento
10	6	3	NÃO	7/1/1972
10	6	0	NÃO	2/9/1958
10	5	1	NÃO	23/10/1970
10	4	1	NÃO	4/11/1958
10	4	0	NÃO	7/3/1967
10	0	1	NÃO	11/6/1973
10	0	0	NÃO	12/8/1966
10	5	0	NÃO	23/1/1956
10	0	1	NÃO	22/1/1988
10	0	1	NÃO	3/10/1960
10	0	1	NÃO	6/1/1973
10	0	0	NÃO	19/9/1985
10	0	2	NÃO	19/11/1966
10	0	2	NÃO	3/7/1979
10	0	1	NÃO	17/11/1988
10	0	0	NÃO	16/10/1949
10	0	0	NÃO	10/9/1951
10	0	2	NÃO	26/2/1986
10	0	3	NÃO	29/8/1981
10	0	2	NÃO	15/8/1988
10	0	2	NÃO	29/12/1975
10	0	1	NÃO	7/10/1981

23	47	MARIA LUCIA DE FÁTIMA GAEDCKE	10
24	8	MARIA ROSÁRIA RIBEIRO DA SILVA	10
25	33	DAIANE CRISTINA NISSEL	10
26	9	MARCIA TEREZINHA HUNING	8
27	39	ZÉLIA APARECIDA MOREIRA	7
28	51	IVAN BAIRROS DA SILVA	7
29	60	JULIANA APARECIDA VICENTE	6
30	11	MISCHELI FAGUNDES	6
31	32	GECIANE XAVIER	6
32	29	ANTONIO NAZARIO	5
33	58	LUIZ CARLOS COSTA DA SILVA	5
34	5	JOÃO NELSON SIQUEIRA ALVES	5
35	3	ANTONINHO DOS SANTOS	5
36	50	CLARISSE MOREIRA	5
37	18	LIDIANE MOREIRA CORREA	5
38	2	FRANCISCO ADAIR MARIANO FARIAS	5
39	1	ANTONIO LUIZ BLEICHVHL	5
40	62	ALECSANDRO MACHADO	5
41	49	THAISE ANTUNES	5
42	27	CLAUDINEI PADILHA DE GOIS	4
43	52	GISELE DE PROENÇA DA SILVA	4
44	4	JOSÉ DE FREITAS	3
45	14	ALZEMIRO DA SILVA	3
46	13	IVONETE RIBEIRO DA SILVA PIRES	3
47	30	JONES ALBERTO DE VARGAS JÚNIOR	3
48	31	JAYSON PRATES SANTANA	3
49	48	RICLEG CLAYTON XAVIER	3
50	63	ADEMIR BORGES DO AMARAL	1
51	22	LUCIANE DA SILVA PINTO	1
52	54	SIRLEI DIAS DE ALMEIDA	1
53	23	SOLANGE FONTOURA LEMES	0
54	46	IVONETE MOREIRA ALVES FERREIRA	0
55	44	LUIZ CARLOS DE SOUZA	0
56	35	ALCIDES ALVES PEREIRA	0
57	53	ALOIR RICHTER	0
58	37	JOSÉ VILMAR CAMPOLIN DOS SANTOS	0
59	16	SEBASTIÃO DE OLIVEIRA	0

10	0	0	NÃO	25/11/1988
0	0	2	NÃO	4/9/1974
0	0	1	NÃO	5/6/1985
0	0	1	NÃO	10/2/1987
0	0	1	NÃO	13/11/1967
0	0	1	NÃO	23/5/1974
0	0	1	NÃO	28/3/1985
0	0	0	NÃO	15/5/1987
0	0	0	NÃO	8/4/1992
0	0	2	NÃO	26/7/1953
0	0	2	NÃO	10/6/1976
0	0	2	NÃO	30/6/1980
0	0	1	NÃO	26/3/1971
0	0	1	NÃO	25/6/1985
0	0	1	NÃO	17/8/1985
0	0	0	NÃO	24/5/1959
0	0	0	NÃO	24/2/1966
0	0	0	NÃO	12/4/1983
0	0	0	NÃO	7/12/1988
0	0	1	NÃO	10/6/1979
0	0	1	NÃO	2/2/1984
0	0	0	NÃO	17/6/1949
0	0	0	NÃO	17/1/1982
0	0	0	NÃO	31/7/1985
0	0	0	NÃO	12/10/1990
0	0	0	NÃO	23/1/1991
0	0	0	NÃO	14/6/1993
0	0	2	NÃO	17/10/1977
0	0	2	NÃO	5/4/1982
0	0	1	NÃO	14/11/1980
0	0	5	NÃO	4/3/1979
0	0	4	NÃO	12/5/1979
0	0	2	NÃO	4/6/1969
0	0	2	NÃO	11/8/1974
0	0	2	NÃO	16/8/1981
0	0	1	NÃO	2/11/1962
0	0	1	NÃO	23/2/1965

60	61	KÁTIA DE SOUZA		0
61	59	LUZIANE DE OLIVEIRA		0
62	56	ATANIR SCHISSI		0
63	40	ITACIR ANTUNES DE LIMA		0
64	41	VILMAR TOFFOLO		0

0	0	1	NÃO	24/6/1981
0	0	1	NÃO	4/6/1983
0	0	0	NÃO	4/1/1945
0	0	0	NÃO	29/7/1959
0	0	0	NÃO	26/2/1969

Garopaba

PREFEITURA

Extrato de Ata de Registro de Preço Nº 81/2011

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA

AVISO DE EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 81.2011 PMG

Ata nº. 81/2011; Processo nº. 218/2011; Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA; Contratada: PERSONALIT INDUSTRIA E COMERCIO LTDA ME. Objeto: Aquisição de camisas para os usuários dos Programas e Projetos da Secretaria de Desenvolvimento Social. Valor: 40.200,00; Data da Assinatura da Ata: 04/11/2011.

Gaspar

PREFEITURA

Decreto Nº. 4.601, de 18 de Novembro de 2011.

DECRETO Nº. 4.601, DE 18 DE NOVEMBRO DE 2011.

EXONERA SOLANGE TOMIO DO CARGO EM COMISSÃO DE DIRETOR DE CAPACITAÇÃO E CAPTAÇÃO DE RECURSOS.

PEDRO CELSO ZUCHI, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe confere o art. 72 da Lei Orgânica do Município, e com fundamento no art. 10 da Lei Municipal nº 1.357, de 28 de maio de 1992,

DECRETA

Art. 1º Fica exonerada, a partir desta data, SOLANGE TOMIO, portadora do CPF nº 060.431.729-84 e da CI nº 5.358.756, do cargo de Diretor de Capacitação e Captação de Recursos, Nível CC, Ref. 55, com 40 horas semanais.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gaspar, 18 de novembro de 2011.

PEDRO CELSO ZUCHI

Prefeito do Município de Gaspar

Decreto Nº. 4.602, de 18 de Novembro de 2011.

DECRETO Nº. 4.602, DE 18 DE NOVEMBRO DE 2011.

NOMEIA SOLANGE TOMIO DO CARGO EM COMISSÃO DE ASSESSOR ADMINISTRATIVO.

PEDRO CELSO ZUCHI, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe confere o art. 72 da Lei Orgânica do Município, e com base na Lei Municipal nº 3.224 de 09 de junho de 2010,

DECRETA

Art. 1º Fica nomeada, a partir de 19 de novembro, SOLANGE TOMIO, portadora do CPF nº 060.431.729-84 e da CI nº 5.358.756, para o cargo em comissão de Assessor Administrativo no Gabinete do Prefeito - Nível CC, Ref. 64, com 40 horas semanais.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gaspar, 18 de novembro de 2011.

PEDRO CELSO ZUCHI

Prefeito do Município de Gaspar

CÂMARA MUNICIPAL

Extrato Contrato n.º 011/2011.

CÂMARA MUNICIPAL DE GASPAR

EXTRATO DE CONTRATO

Contrato n.º 011/2011.

Origem: Mesa Diretora da Câmara Municipal de Gaspar.

Contratado: Helioprint Locadora de Equipamentos Ltda.

Objeto: Aquisição de peças e equipamentos de informática, conforme Licitação nº 003/2011, Convite nº 002/2011, em especial: Item 5 - Multifuncional (Copiadora, Impressora, Fax e Scanner), pelo valor unitário de R\$ 3.041,40 (três mil, quarenta e um reais e quarenta centavos), quantidade 01 (uma).

Valor do Contrato: R\$ 3.041,40 (três mil e quarenta e um reais e quarenta centavos).

Dotação: Órgão - 01 Câmara Municipal de Gaspar; Unidade - 01 Câmara Municipal de Gaspar; Função - 01 Legislativa; Subfunção - 031 Ação Legislativa; Programa - 0001 Manutenção do Legislativo; Projeto - 1.100001 Compra de Mobiliário e Atualização da Biblioteca; Despesa - 3.4.4.9.00.00.00 Aplicações Diretas.

Prazo: Inicia-se com as necessárias assinaturas e terá vigência até o prazo final da última garantia da peça ou do equipamento cotado pela contratada e adquirido pela contratante.

Data: 24 de novembro de 2011.

Extrato Contrato n.º 012/2011.

CÂMARA MUNICIPAL DE GASPAR

EXTRATO DE CONTRATO

Contrato n.º 012/2011.

Origem: Mesa Diretora da Câmara Municipal de Gaspar.

Contratado: Zoom Indústria e Comércio de Computadores Ltda EPP.

Objeto: Aquisição de peças e equipamentos de informática, conforme Licitação nº 003/2011, Convite nº 002/2011, em especial: Item 4 - Notebook 14" - 2 Núcleos - 2.1GHZ - 4GB - HD 250GB, pelo valor unitário de R\$ 2.350,00 (dois mil, trezentos e cinquenta reais), quantidade 03 (três).

Valor do Contrato: R\$ 7.050,00 (sete mil e cinquenta reais).

Dotação: Órgão - 01 Câmara Municipal de Gaspar; Unidade - 01 Câmara Municipal de Gaspar; Função - 01 Legislativa; Subfunção - 031 Ação Legislativa; Programa - 0001 Manutenção do Legislativo; Projeto - 1.100001 Compra de Mobiliário e Atualização da Biblioteca; Despesa - 3.4.4.9.00.00.00 Aplicações Diretas.

Prazo: Inicia-se com as necessárias assinaturas e terá vigência até o prazo final da última garantia da peça ou do equipamento cotado pela contratada e adquirido pela contratante.

Data: 24 de novembro de 2011.

Extrato Contrato n.º 013/2011.

CÂMARA MUNICIPAL DE GASPAR

EXTRATO DE CONTRATO

Contrato n.º 013/2011.

Origem: Mesa Diretora da Câmara Municipal de Gaspar.

Contratado: Negócios de Informática RW Ltda EPP.

Objeto: Aquisição de peças e equipamentos de informática,

conforme Licitação nº 003/2011, Convite nº 002/2011, em especial: Item 1 - Microcomputador - 2 Núcleos - 2.90GHZ - 4GB - HD 250GB pelo valor unitário de R\$ 1.727,05 (um mil, setecentos e vinte e sete reais e cinco centavos), quantidade 02 (dois); Item 2 - Microcomputador - 4 Núcleos - 2.8GHZ - 4GB - HD 2 x 1 TB pelo valor unitário de R\$ 3.120,80 (três mil, cento e vinte reais e oitenta centavos), quantidade 02 (dois); Item 3 - Monitor de LED - 18,5" pelo valor unitário de R\$ 329,76 (trezentos e vinte e nove reais e setenta e seis centavos), quantidade 04 (quatro); Item 6 - No-break - 1.2 KVA pelo valor unitário de R\$ 342,97 (trezentos e quarenta e dois reais e noventa e sete centavos), quantidade 08 (oito); Item 7 - Impressora - Jato de Tinta - 15.000 páginas mês pelo valor unitário de R\$ 387,30 (trezentos e oitenta e sete reais e trinta centavos), quantidade 01 (uma); Item 13 - Apresentador Multimídia pelo valor unitário de R\$ 239,72 (duzentos e trinta e nove reais e setenta e dois centavos), quantidade 01 (um); Item 14 - Roteador Wirelles pelo valor unitário de R\$ 198,18 (cento e noventa e oito reais e dezoito centavos) quantidade 01 (um); e Item 15 - Estabilizador 2000VA pelo valor unitário de R\$ 389,49 (trezentos e oitenta e nove reais e quarenta e nove centavos), quantidade 01 (um).

Valor do Contrato: R\$ 14.973,19 (quatorze mil, novecentos e setenta e três reais e dezenove centavos).

Dotação: Órgão - 01 Câmara Municipal de Gaspar; Unidade - 01 Câmara Municipal de Gaspar; Função - 01 Legislativa; Subfunção - 031 Ação Legislativa; Programa - 0001 Manutenção do Legislativo; Projeto - 1.100001 Compra de Mobiliário e Atualização da Biblioteca; Despesa - 3.4.4.9.00.00.00.00 Aplicações Diretas.

Prazo: Inicia-se com as necessárias assinaturas e terá vigência até o prazo final da última garantia da peça ou do equipamento cotado pela contratada e adquirido pela contratante.

Data: 24 de novembro de 2011.

SAMAE

Resumo da Ata de Registro de Preços Nº 27/2011 oriunda do Pregão Presencial Nº 48/2011 - SAMAE

RESUMO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 27/2011
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 48/2011

Aos vinte e dois dias do mês de novembro do ano de 2011, no Departamento de Compras, localizado no Serviço Autônomo Municipal de água e Esgoto - SAMAE, em face da classificação das propostas apresentadas no Pregão Presencial nº. 48/2011 para o Registro de Preços para aquisição de tubos e conexões visando a manutenção, ampliação e reparos necessários ao funcionamento dos sistemas e redes de água existentes no Município, conforme registradas na Ata de Sessão homologada em 22/11/2011, RESOLVE registrar os preços das empresas, nas quantidades estimadas, de acordo com a classificação por elas alcançadas, atendendo as condições previstas no Edital de Licitação e seus Anexos, e em conformidade com as disposições a seguir.

OBJETO: A presente ata tem por objeto o Aquisição de tubos e conexões visando a manutenção, ampliação e reparos necessários ao funcionamento dos sistemas e redes de água existentes no Município., conforme especificações constantes no Anexo V do Edital de Pregão Presencial nº. 48/2011. As licitantes registradas para os itens cotados são as seguintes:

SUL AR E ÁGUA EQUIPAMENTOS LTDA. (80.706.492/0001-74)

Item:	Unidade de medida:	Quantidade registrada:	Valor unitário registrado:	Valor total registrado:
	Descrição do item:			

6	pç BUCHA DE REDUÇÃO PVC SOLDÁVEL LONGA - DE 32 X 20MM BUCHA DE REDUÇÃO LONGA PVC MARROM, INJETADA, COM PONTA E BOLSA, SOLDÁVEL, FABRICADA DE ACORDO COM A NBR 5626 E ROSCAS CONFORME NBR NM ISO 7-1, PARA APLICAÇÃO SOB PRESSÃO NOMINAL DE 0,50 MPA E PRESSÃO MÁXIMA DE SERVIÇO DE 0,75 MPA, FABRICA- DO DE ACORDO COM A NORMA ABNT NBR 5648 PARA INSTALAÇÕES PREDIAIS DE ÁGUA FRIA.	200	R\$ 0,60	R\$ 120,00
7	pç CAP PVC SOLDÁVEL - DE 32 mm Cap de PVC injetado, soldável, para aplicação sob pressão nominal de 0,50 Mpa e máxima pressão de serviço de 0,75 Mpa, Classe 15, fabricado de acordo com as Normas ABNT NBR 5648, para instalações prediais de água fria.	50	R\$ 0,45	R\$ 22,50
9	pç JOELHO PVC SOLDAVEL (0,50/0,75 Mpa) - DE 20MM JOELHO 90º DE PVC MARROM, INJETADO COM BOLSAS DE JUNTA SOLDÁVEL PARA APLI- CAÇÃO SOB PRESSÃO NOMINAL DE 0,50 Mpa E PRESSÃO MÁXIMA DE SERVIÇO DE 0,75 Mpa, FABRICADO DE ACORDO COM A NORMA ABNT NBR 5648 PARA INSTALAÇÕES PREDIAIS DE ÁGUA FRIA	600	R\$ 0,11	R\$ 66,00
11	pç LUVA PVC SOLDÁVEL (0,50/0,75 MPA) - DE 20 MM LUVA DE PVC MAR- ROM, INJETADO, COM BOLSAS DE JUNTA SOLDÁVEL, PARA APLI- CAÇÃO SOB PRESSÃO NOMINAL DE 0,50 MPA E PRESSÃO MÁXIMA DE SERVIÇO DE 0,75 MPA, FABRICADO DE ACORDO COM A NORMA ABNT NBR 5648 PARA INSTALAÇÕES PREDIAIS DE ÁGUA FRIA.	400	R\$ 0,12	R\$ 48,00

15	pç LUVA DE CORRER PVC 12 DEFOFO (JE (1,0 Mpa) – DN 500 Luva de correr PVC 12 DEFOFO , moldada, com bolsas de junta elástica com travas do anel de vedação, fabricada de acordo com a norma ABNT 7665/2007, fornecida com anéis de borracha correspondentes, para redes de distribuição de água potável.	2	R\$ 1.009,00	R\$ 2.018,00
19	pç REGISTRO CHATO DE GAVETA FºFº DÚCTIL C/ FLANGES P/ TUBOS EM FºFº C/ PASSAGEM PLENA E CUNHA EMBORRACHADA – PN 16 – DN 300 Registro de gaveta de ferro fundido dúctil com cunha emborrachada (revestimento feito em elastômero) utilizada somente na posição aberta ou totalmente fechada, conforme especificações da NBR 14968, para pressão nominal de serviço PN 16; com corpo curto (chata, conforme a norma ISSO 5752, série 14) e tampa projetada para suportar uma pressão hidrostática interna (verificação da integridade dos fundidos) de 3,2 Mpa. Quanto as flanges, estas, deverão obedecer às normas NBR 12430, NBR 14968 e NBR 7675. Deverá possuir também, pintura em Epóxi eletrostática na cor azul. Acionamento através de (1) e extremidades (2). (1) Acionamento ? Cabeçote de Ferro Fundido Dúctil (2) Extremidades ? Com Flanges para tubos de FºFº Toda válvula deve ser entregue com a gaveta na posição fechada, com folga de duas voltas e com seus respectivos anéis de borracha e parafusos de acordo com a quantidade de furos nas flanges.	1	R\$ 2.180,00	R\$ 2.180,00

21	pç REGISTRO CHATO DE GAVETA FºFº DÚCTIL C/ FLANGES P/ TUBOS EM FºFº C/ PASSAGEM PLENA E CUNHA EMBORRACHADA – PN 16 – DN 500 Registro de gaveta de ferro fundido dúctil com cunha emborrachada (revestimento feito em elastômero) utilizada somente na posição aberta ou totalmente fechada, conforme especificações da NBR 14968, para pressão nominal de serviço PN 16; com corpo curto (chata, conforme a norma ISSO 5752, série 14) e tampa projetada para suportar uma pressão hidrostática interna (verificação da integridade dos fundidos) de 3,2 Mpa. Quanto as flanges, estas, deverão obedecer às normas NBR 12430, NBR 14968 e NBR 7675. Deverá possuir também, pintura em Epóxi eletrostática na cor azul. Acionamento através de (1) e extremidades (2). (3) Acionamento ? Cabeçote de Ferro Fundido Dúctil (2) Extremidades ? Com Flanges para tubos de FºFº Toda válvula deve ser entregue com a gaveta na posição fechada, com folga de duas voltas e com seus respectivos anéis de borracha e parafusos de acordo com a quantidade de furos nas flanges.	1	R\$ 10.682,00	R\$ 10.682,00
22	pç TOCO DE TUBO FºFº DN 500 PONTA-FLANGE - Comprimento 0,80 M Toco de tubo em ferro fundido com uma extremidade flange e outra extremidade ponta com revestimento interno e externo em pintura betuminosa ou esmalte anticorrosivo, aderente, não pegajoso, ou com pintura epóxi a pó, para redes de água potável.	1	R\$ 1.240,00	R\$ 1.240,00

Valor total registrado do Licitante: R\$ 16.376,50 (Dezesseis mil, trezentos e setenta e seis reais e cinquenta centavos).

ANGOLINI & ANGOLINI LTDA. (44.829.653/0001-53)

Item:	Unidade de medida: Descrição do item:	Quantidade de registrada:	Valor unitário registrado:	Valor total registrado:
20	pç REGISTRO CHATO DE GAVETA FºFº DÚCTIL C/ FLANGES P/ TUBOS EM FºFº C/ PASSAGEM PLENA E CUNHA EMBORRACHADA – PN 16 – DN 400 Registro de gaveta de ferro fundido dúctil com cunha emborrachada (revestimen- to feito em elastômero) utilizada somente na posição aberta ou totalmente fecha- da, conforme especificações da NBR 14968, para pressão nominal de serviço PN 16; com corpo curto (chata, conforme a norma ISSO 5752, série 14) e tampa projetada para suportar uma pressão hidrostática interna (verificação da integridade dos fundidos) de 3,2 Mpa. Quanto as flanges, estas, deverão obedecer às normas NBR 12430, NBR 14968 e NBR 7675. Deverá possuir também, pintura em Epóxi eletrostática na cor azul. Acionamento através de (1) e extremidades (2). (2) Acionamento ? Cabeçote de Ferro Fundido Dúctil (2) Extremidades ? Com Flanges para tubos de FºFº Toda válvula deve ser entregue com a gaveta na posição fechada, com folga de duas voltas e com seus respectivos anéis de borra- cha e parafusos de acordo com a quantidade de furos nas flanges.	1	R\$ 5.700,00	R\$ 5.700,00

Valor total registrado do Licitante: R\$ 5.700,00 (Cinco mil e setecentos reais).

C.E. MACEDO & CIA. LTDA. (07.965.552/0001-83)

Item:	Unidade de medida: Descrição do item:	Quantidade registrada:	Valor unitário registrado:	Valor total registrado:
-------	--	---------------------------	-------------------------------	----------------------------

2	bobinas TUBO DE POLIE- TILENO PE 80 P/ REDES DE ÁGUA - DE 110MM - PN 10 TUBO DE POLIE- TILENO PE, PARA EXECUÇÃO DE REDE DE ÁGUA POTÁVEL E APLICAÇÃO SOB PRESSÕES DE SER- VIÇO DE ATÉ 1,0 MPA COM COMPOS- TO PE 80, FABRI- CADO DE ACORDO COM A NORMA DIN 8074 E ISO 4427, FORNECIDO EM BOBINAS COM 50 METROS DE COM- PRIMENTO, COM AS EXTREMIDADES PROTEGIDAS.	10	R\$ 1.585,00	R\$ 15.850,00
10	pç JOELHO PVC SOL- DÁVEL (0,50/0,75 MPA) - DE 25 MM JOELHO 90º DE PVC MARROM, INJETA- DO, COM BOLSAS DE JUNTA SOLDÁ- VEL PARA APLICA- ÇÃO SOB PRESSÃO NOMINAL DE 0,50 MPA E PRES- SÃO MÁXIMA DE SERVIÇO DE 0,75 MPA, FABRICADO DE ACORDO COM A NORMA ABNT NBR 5648 PARA INSTA- LAÇÕES PREDIAIS DE ÁGUA FRIA.	100	R\$ 0,18	R\$ 18,00
13	pç LUVA DE CORRER PVC 12 DEFOFO (JE (1,0 Mpa) – DN 300 Luva de correr PVC 12 DEFOFO , mol- dada, com bolsas de junta elástica com travas do anel de ve- dação, fabricada de acordo com a norma ABNT 7665/2007, fornecida com anéis de borracha cor- respondentes, para redes de distribuição de água potável.	2	R\$ 100,00	R\$ 200,00

14	pç LUVIA DE CORRER PVC 12 DEFOFO (JE (1,0 Mpa) – DN 400 Luva de correr PVC 12 DEFOFO , mol- dada, com bolsas de junta elástica com travas do anel de ve- dção, fabricada de acordo com a norma ABNT 7665/2007, fornecida com anéis de borracha cor- respondentes, para redes de distribuição de água potável.	2	R\$ 319,00	R\$ 638,00
17	pç REGISTRO DE ESFERA DE PVC C/ EXTREMIDADE P/ POLIETILENO/ROS- CA MACHO/CABEÇO- TE - DNR 20 (3/4) X DE 20 (1/2). REGISTRO DE ESFERA DE PVC, DE COR AZUL, COM ACIONAMENTO C/ CABEÇOTE, FABRI- CADO DE ACORDO COM UMA A NBR 11306, COM UMA EXTREMIDADE DE JUNTA MECÂNICA DE ACORDO COM A NBR 9052, PARA TU- BOS DE POLIETILE- NO PE FABRICADOS DE ACORDO COM A NBR 8417, E OUTRA EXTREMIDADE COM ROSCA EXTERNA DE ACORDO COM A NORMA NBR NM ISO 7-1 PARA EXECU- ÇÃO OU MANUTEN- ÇÃO DE LIGAÇÃO PREDIAL DE ÁGUA FRIA. NOTA: DURANTE AS OPERAÇÕES DE INSPEÇÃO DE RE- CEBIMENTO, DEVEM SER EFETUADOS OS EXAMES DE EN- SAIOS PREVISTOS NA NBR 9052 E NA NBR 11306.	2.000	R\$ 2,87	R\$ 5.740,00

23	pç TOCO DE TUBO FºFº DN 500 PONTA-FLANGE - Comprimento 2,50 M Toco de tubo em ferro fundido dúctil com uma extremi- dade flange e outra extremidade ponta com revestimento interno e externo em pintura betuminosa ou esmalte anticor- rosivo, aderente, não pegajoso, ou com pintura epóxi a pó, para redes de água potável.	1	R\$ 2.689,00	R\$ 2.689,00
25	pç VÁLVULA BORBOLE- TA DN 150 Válvula borboleta tipo Wafer Normas: DIN EN 593 (ISO 5752) (API 609) para ser instaladas entre flanges, DIN EN 1092-2 (NBR 7675) com corpo em Ferro dúctil GJS-400 ou Ferro cinzento GG-25 com vedação em EPDM vulcanizado no corpo. Eixo em Aço Inox AISI 431 com acionamento manual.	2	R\$ 265,00	R\$ 530,00
26	pç VÁLVULA BORBOLE- TA DN 200 Válvula borboleta tipo Wafer Normas: DIN EN 593 (ISO 5752) (API 609) para ser instaladas entre flanges, DIN EN 1092-2 (NBR 7675) com corpo em Ferro dúctil GJS-400 ou Ferro cinzento GG-25 com vedação em EPDM vulcanizado no corpo. Eixo em Aço Inox AISI 431 com acionamento manual.	3	R\$ 415,00	R\$ 1.245,00

Valor total registrado do Licitante: R\$ 26.910,00 (Vinte e seis mil, novecentos e dez reais)

NICOLL INDÚSTRIA PLÁSTICA LTDA. (09.720.751/0001-57)

Item:	Unidade de medida:	Quantidade	Valor unitário	Valor total
	Descrição do item:	registrada:	registrado:	registrado:

1	m	3.000	R\$ 0,79	R\$ 2.370,00
<p>TUBO DE PVC 6,3 C/ PONTA E BOLSA SOLDÁVEL (0,50/0,75 Mpa) - DE 20 mm</p> <p>TUBO DE PVC 6,3, EXTRUDADO, MARROM, COM PONTA E BOLSA PARA JUNTA SOLDÁVEL, PARA APLICAÇÃO SOB PRESSÃO NOMINAL DE 0,50 MPA E MÁXIMAS PRESSÕES DE SERVIÇO DE 0,75 MPA, CLASSE 15, FABRICADO DE ACORDO COM AS NORMAS ABNT NBR 5648, PARA INSTALAÇÕES PREDIAIS DE ÁGUA FRIA.</p> <p>NOTA: OS TUBOS DEVEM SER FORNECIDOS EM BARRAS DE 6 (SEIS) METROS DE COMPRIMENTO.</p>				
3	m	60	R\$ 70,00	R\$ 4.200,00
<p>TUBO PVC 12 DEFOFO JEI (1,0 MPA) - DN 250</p> <p>TUBO PVC 12, EXTRUDADO, COM BOLSAS DE JUNTA ELÁSTICA INTEGRADA, FABRICADA DE ACORDO COM A NORMA ABNT NBR 7665-2007 NA COR AZUL, COM UTILIZAÇÃO EM REDES DE DISTRIBUIÇÃO DE ÁGUA POTÁVEL. DEVERÃO SER ENTREGUES EM BARRAS DE 6,00 METROS, SENDO COMPRIMENTO DE MONTAGEM DE NO MÍNIMO 5,83 METROS.</p>				

Valor total registrado do Licitante: R\$ 6.570,00 (Seis mil, quinhentos e setenta reais)

TREBIAN COMERCIAL LTDA. - ME (04.398.305/0001-54)

Item:	Unidade de medida:	Quantidade	Valor unitário	Valor total
	Descrição do item:	registrada:	registrado:	registrado:

18	pç	500	R\$ 6,42	R\$ 3.210,00
<p>REGISTRO EM POLIPROPILELO TIPO "T" PARA CAVALETE 3/4" p/ 1/2"</p> <p>Registro tipo "T" de polipropileno, fabricado de acordo com a NBR 9798, com uma bolsa de junta mecânica para tubos de polietileno PE, fabricados de acordo com a NBR 8417, e uma bolsa roscada de acordo com a NBR NM ISO 7-1, para união de componentes roscados, para execução ou manutenção de ligação predial de água fria.</p> <p>Nota: Durante as operações de inspeção de recebimento, de acordo com o composto, empregado na fabricação do adaptador, devem ser realizados os exames de ensaios previstos na NBR 9798.</p>				

Valor total registrado do Licitante: R\$ 3.210,00 (Três mil, duzentos e dez reais)

SANEMARCK COMÉRCIO DE MATERIAIS HIDRÁULICOS LTDA.
(08.164.724/0001-82)

Item:	Unidade de medida:	Quantidade	Valor unitário	Valor total
	Descrição do item:	de registrada:	registrado:	registrado:

4	<p>pç ADAPTADOR DE PP P/ POLIETILENO X COM- PONENTE ROSCADO - DE 20 (1/2) X DNR 15 (1/2) ADAPTADOR DE POLI- PROPILENO, FABRI- CADO DE ACORDO COM A NBR 9798, COM UMA BOLSA DE JUNTA MECÂNICA PARA TU- BOS DE POLIETILENO PE, FABRICADOS DE ACORDO COM A NBR 8417, E UMA PONTA ROSCADA DE ACOR- DO COM A NBR NM ISO 7-1, PARA UNIÃO DE COMPONENTES ROSCADOS, POSSUIN- DO TAMBEM REFOR- ÇO NERVURADO NA TRANSIÇÃO DE BOLSA DE JUNTA MECÂNICA PARA A PONTA ROSCA- DA, PARA EXECUÇÃO OU MANUTENÇÃO DE LIGAÇÃO PREDIAL DE ÁGUA FRIA. NOTA: DURANTE AS OPERAÇÕES DE INSPE- ÇÃO DE RECEBIMENTO, DE ACORDO COM O COMPOSTO, EMPREGA- DO NA FABRICAÇÃO DO ADAPTADOR, DEVEM SER REALIZADOS OS EXAMES DE ENSAIOS PREVISTOS NA NBR 9798</p>	2.000	R\$ 0,59	R\$ 1.180,00
---	--	-------	----------	--------------

5	<p>pç ADAPTADOR DE PP P/ POLIETILENO X COM- PONENTE ROSCADO DE 20 (1/2) mm x DNR 20 (3/4") Adaptador de poli- propileno, fabricado de acordo com a NBR 9798, com uma bolsa de junta mecânica para tubos de polietileno PE, fabricados de acordo com a NBR 8417, e uma ponta roscada de acordo com a NBR NM ISO 7-1, para união de componentes roscados, possuindo também reforço nervurado na transição da bolsa de junta mecânica para a ponta roscada, para execução ou manuten- ção de ligação predial de água fria. Nota: Durante as operações de inspeção de recebimento, de acordo com o compos- to, empregado na fa- bricação do adaptador, devem ser realizados os exames de ensaios previstos na NBR 9798.</p>	500	R\$ 0,64	R\$ 320,00
---	---	-----	----------	------------

8	un COLAR DE TOMADA FºFº DÚCTIL P/ TUBOS DE DEFºFº DN 300x DNR 20 (3/4) Colar de tomada de ferro fundido dúctil, com derivação roscada de acordo c/ a norma ABNT NBR NM ISSo 7-1, revestido integralmente c/ pintura de esmalte anti-corrosiva, aderente, não pegajoso, ou com pintura de epóxi a pó, fornecido com um conjunto de dois parafusos de cabeça sextavada, duas porcas sextavada, e quatro arruelas de aço, galvanizados a fogo de acordo com a ASTM A153 Classe C e com uma (1) guarnição (anel) de borracha p/ vedação da derivação, para execução de ligação predial em redes de distribuição de água potável com tubos de PVC 6,3 de acordo c/a NBR 5647-1/2. Nota: Os colares de tomada devem apresentar, em alto relevo, as seguintes marcações: nome e/ou marca de identificação do fabricante, DN da tubulação, DN da derivação, indicação da aplicação em PVC e a pressão nominal (PN10). O colar de tomada deve ser fabricado de acordo com o desenho técnico do fabricante.	16	R\$ 48,40	R\$ 774,40
12	pç LUVA PVC SOLDÁVEL (0,50/0,75MPA) DE 32MM LUVA PVC MARROM, INJETADO, COM BOLSAS DE JUNTA SOLDÁVEL PARA APLICAÇÃO SOB PRESSÃO NOMINAL DE 0,50 MPA E PRESSÃO MÁXIMA DE SERVIÇO DE 0,75 MPA, FABRICADO DE ACORDO COM A NORMA ABNT NBR 5648 PARA INSTALAÇÕES DE ÁGUA PREDIAIS DE ÁGUA FRIA.	100	R\$ 0,50	R\$ 50,00

16	pç REPARO PARA REGISTRO DE PRESSÃO DE PVC – DE 20 Reparo para registro de pressão de PVC, (castelo completo substituível), com acionamento manual através de volante fixo, com ensaios de estanqueidade conforme ABNT NBR 369, para instalação predial de água fria.	300	R\$ 6,10	R\$ 1.830,00
24	pç UNIÃO DE POLIPROPILENO PARA TUBOS DE POLIETILENO - DE 20 (½) UNIÃO DE POLIPROPILENO, PARA APLICAÇÃO SOB PRESSÃO DE SERVIÇO DE 1,0 MPA, FABRICADO DE ACORDO COM OS REQUISITOS DA NBR 9798, COM BOLSAS DE JUNTA MECÂNICA, PARA INTERLIGAÇÃO DE TUBOS DE POLIETILENO PE FABRICADOS DE ACORDO COM A NBR 8417, OU PARA MANUTENÇÃO DE RAMAIS PREDIAIS DE ÁGUA FRIA. NOTA: DURANTE AS OPERAÇÕES DE INSPEÇÃO DE RECEBIMENTO, DEVEM SER REALIZADOS OS EXAMES E ENSAIOS PREVISTOS NA NBR 9798.	1.000	R\$ 0,98	R\$ 980,00

Valor total registrado do Licitante: R\$ 5.134,40 (Cinco mil, cento e trinta e quatro reais e quarenta centavos).

Valor total registrado da Licitação: R\$ 63.900,90 (Sessenta e três mil, novecentos reais e noventa centavos)

Este instrumento não obriga o SAMAE a firmar contratações nas quantidades estimadas, podendo ocorrer licitações específicas para a aquisição do objeto, obedecida a legislação pertinente, sendo assegurada ao detentor do registro a preferência de fornecimento, em igualdade de condições, nos termos do Artigo 15, Parágrafo 4º. da Lei nº. 8.666/93.

VIGÊNCIA: A presente Ata vigorará por 12 (doze) meses, contados de sua assinatura.

ENTREGA: Após efetuada sua solicitação, os objetos licitados deverão ser entregues no prazo máximo de até 20 (vinte) dias, em horário de expediente, nas condições estipuladas no presente Edital e seus Anexos, no seguinte local: Rua Barão do Rio Branco, 500 - centro - Gaspar - SC.

PAGAMENTO: O pagamento será efetuado em até 20 (vinte) dias, contados a partir do recebimento dos materiais, mediante a apresentação da Nota Fiscal/fatura devidamente atestada pelo responsável do setor requerente e, observado o cumprimento integral das disposições contidas neste Edital; através de depósito

na conta corrente da licitante vencedora.

Gaspar (SC), em 22 de novembro de 2011.

COMISSÃO:

IVONETE MAIS DOS SANTOS – Pregoeira

ANA PAULA BECKER – Equipe de Apoio

MARLENE CAMPOS DA SILVA – Equipe de Apoio

Governador Celso Ramos

PREFEITURA

Aviso de licitação - Edital de pregão presencial Nº. 122/2011

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE GOVERNADOR CELSO RAMOS

SETOR DE LICITAÇÕES

AVISO DE PREGÃO PRESENCIAL Nº. 122/2011.

Objeto: Contratação de empresa para serviço de seguro para os veículos da frota municipal conforme edital e anexo. Data de Abertura da Documentação e Proposta de Preços: 06 de dezembro de 2011, às 15 horas. Local para retirada do Edital: Setor de licitações sito à Praça 06 de novembro, 01, Centro - Gov. Celso Ramos/SC. Maiores informações poderão ser obtidas pelo Fone: (48) 3262-0141 Ramal 207.

Governador Celso Ramos, 22 de novembro de 2011.

ANÍSIO ANATÓLIO SOARES

Prefeito Municipal.

Extrato do termo de permissão de uso Nº. 001/2011

PREFEITURA MUNICIPAL DE GOV. CELSO RAMOS

EXTRATO DO TERMO DE PERMISSÃO DE USO Nº. 001/2011.

CONCESSIONÁRIA: PREFEITURA MUNICIPAL DE GOV. CELSO RAMOS.

PERMISSIONÁRIO: VILSON FRANCISCO.

OBJETO: O objeto do presente TERMO é a Permissão de Uso do próprio Municipal denominado BOX 05, com área de 9 m², localizado no Mercado do Pescador, conforme descrição da planta/croqui, que compõe o Edital de Concorrência Pública Nº. 107/2011, e a proposta que ficam fazendo parte integrante deste TERMO, para que o PERMISSIONÁRIO o utilize para seu comércio de produtos colonial e caseiro, a varejo.

Governador Celso Ramos, 06 de outubro de 2011.

ANÍSIO ANATÓLIO SOARES

Prefeito Municipal.

Extrato do termo de permissão de uso Nº. 002/2011

PREFEITURA MUNICIPAL DE GOV. CELSO RAMOS

EXTRATO DO TERMO DE PERMISSÃO DE USO Nº. 002/2011.

CONCESSIONÁRIA: PREFEITURA MUNICIPAL DE GOV. CELSO RAMOS.

PERMISSIONÁRIO: MARIA REZENE DE OLIVEIRA MARQUES.

OBJETO: O objeto do presente TERMO é a Permissão de Uso do próprio Municipal denominado BOX 04, com área de 9 m², localizado no Mercado do Pescador, conforme descrição da planta/croqui, que compõe o Edital de Concorrência Pública Nº. 107/2011, e a proposta que ficam fazendo parte integrante deste TERMO, para que o PERMISSIONÁRIO o utilize para seu comércio de produtos

de artesanato.

Governador Celso Ramos, 06 de outubro de 2011.

ANÍSIO ANATÓLIO SOARES

Prefeito Municipal.

Extrato do termo de permissão de uso Nº. 003/2011

PREFEITURA MUNICIPAL DE GOV. CELSO RAMOS

EXTRATO DO TERMO DE PERMISSÃO DE USO Nº. 003/2011.

CONCESSIONÁRIA: PREFEITURA MUNICIPAL DE GOV. CELSO RAMOS.

PERMISSIONÁRIO: ROSENEYLA MELO VIEIRA.

OBJETO: O objeto do presente TERMO é a Permissão de Uso do próprio Municipal denominado BOX 03, com área de 9 m², localizado no Mercado do Pescador, conforme descrição da planta/croqui, que compõe o Edital de Concorrência Pública Nº. 107/2011, e a proposta que ficam fazendo parte integrante deste TERMO, para que o PERMISSIONÁRIO o utilize para seu comércio de produtos de alimentação.

Governador Celso Ramos, 06 de outubro de 2011.

ANÍSIO ANATÓLIO SOARES

Prefeito Municipal.

Guaramirim

PREFEITURA

Extrato de Contrato 93/2011

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAMIRIM

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

EXTRATO DO CONTRATO

Nº. 93/2011- PMG

Objeto: Locação de Imóvel para as instalações de um almoxarifado central na Rua Gerônimo Corrêa, nº 399, Centro - Guaramirim/SC

Modalidade de Licitação: Dispensa de Licitação n.º 131/2011.

Contratante: Prefeitura Municipal de Guaramirim/SC

Contratada: EMPRESA IMOBILIÁRIA BEM VIVER LTDA.

Valor do Contrato: R\$: 48.000,00 (quarenta e oito mil reais)

Vigência: Início: 03/10/2011 Término: 02/10/2012.

Guaramirim-SC, 03 de outubro de 2011

NILSON BYLAARDT

Prefeito Municipal

Ratificação de dispensa de licitação 131/2011

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAMIRIM

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

TERMO DE RATIFICAÇÃO A DISPENSA DE LICITAÇÃO

DISPENSA PROCESSO LICITATÓRIO 131/2011.

Ratifico por este termo, a dispensa de Licitação, para a Locação de Imóvel para as instalações de um almoxarifado central na Rua Gerônimo Corrêa, nº 399, Centro - Guaramirim/SC, para servir como Almoxarifado Central.

Base legal: Art. 24, inciso X, da Lei 8.666/93.

Dotação Orçamentária: 04.01. 2010. 33903910.10000

Contratado: Empresa Imobiliária Bem Viver Ltda.

Valor: R\$ 48.000,00 (quarenta e oito mil reais)

Guaramirim-SC, 03 de outubro de 2011
NILSON BYLAARDT
Prefeito Municipal

Herval do Oeste

PREFEITURA

Tomada de Preços Nº 009/2011

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE HERVAL D'OESTE
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 00109/2011
TOMADA DE PREÇOS Nº 009/2011
UNIDADE GESTORA: PREFEITURA MUNICIPAL DE HERVAL D'OESTE
TIPO: Menor Preço Global

OBJETO

Conclusão da ampliação da Escola de Educação Infantil Pequeno Príncipe, instalada na Rua Senador Euzébio, Bairro Centro, município de Herval d'Oeste

ENTREGA DOS ENVELOPES

Até às 13:30 horas do dia 09/12/2011.

LOCAL DA REALIZAÇÃO DA SESSÃO PÚBLICA

Prefeitura Municipal de Herval d'Oeste, situada na Rua Nereu Ramos, nº 389, Centro, na cidade de Herval d'Oeste (SC), Sala de Reuniões do Setor de Compras e Licitações.

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

Lei 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações posteriores, e demais legislação vigente e pertinente à matéria.

VALOR MÁXIMO ESTIMADO R\$ 177.077,13 (cento e setenta e sete mil, setenta e sete reais e treze centavos).

EDITAL NA ÍNTEGRA

O Edital na íntegra está disponível no site : www.hervaldoeste.sc.gov.br, sem custo adicional, os projetos estão à disposição dos interessados no Setor de Compras e Licitações, situado na Rua Nereu Ramos, nº 389, Centro, na cidade de Herval d'Oeste (SC), ao custo de R\$ 50,00 (cinquenta reais). Outras informações pelo fone (49) 3554 0922.

Herval d'Oeste, 21 de novembro de 2011.

NELSON GUINDANI

Prefeito Municipal

Termo Aditivo Nº 034/2011

Estado de Santa Catarina
Município de Herval d'Oeste
EXTRATO TERMO ADITIVO 034/2011
PL 18/2011 TP 002/2011 - Contrato 023/2011
Contratante: Prefeitura Municipal de Herval d'Oeste - SC
Contratada: ARG Industrial Ltda. EPP

Objeto: Prorrogação do prazo do Contrato até 31 de dezembro de 2011.

Base Legal: artigo 65, inciso I, alínea a, da Lei 8.666/93, atualizada. Herval d'Oeste em 21 de novembro de 2011.

Nelson Guindani Prefeito Municipal
LAÉRCIO MENDES
Contratado

Imbituba

PREFEITURA

Portaria DGP/SEAGP N.º 227/2011

PORTARIA DGP/SEAGP N.º 227, de 22 de novembro de 2011. Dispõe sobre a concessão de licença sem vencimentos e, dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO PÚBLICA, no uso de suas atribuições legais e com base na legislação em vigor;

Considerando o Processo Administrativo nº 12858, de 17 de outubro de 2011.

RESOLVE:

Art. 1º Conceder a servidora FERNANDA MARTINS JOÃO, inscrita no CPF sob o n.º 035.676.069-30, Agente Administrativo, matrícula n.º 4409, LICENÇA SEM VENCIMENTOS, pelo prazo de 1 (um) ano, a partir de 1º de novembro de 2011.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 17 de outubro de 2011, ficando revogadas as disposições em contrário.

Imbituba SC, 22 de novembro de 2011.

DANIEL VINÍCIO ARANTES NETO

Secretário Municipal de Administração e Gestão Pública

Registre-se e publique-se:

Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - DOM/SC

ANDREZA BARCELOS CARVALHO

Diretora de Gestão de Pessoas

Portaria DGP/SEAGP N.º 228/2011

PORTARIA DGP/SEAGP N.º 228, de 22 de novembro de 2011. Dispõe sobre concessão de licença-prêmio, e dá outras providências.

O Prefeito Municipal DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a legislação em vigor, e com base na Lei n.º 1.144, de 29 de abril de 1991, considerando ainda o disposto na legislação em vigor;

RESOLVE:

Art. 1º Conceder licença-prêmio a servidora MARIA ELIETE MARQUES MIGUEL, Agente Administrativo, inscrita no CPF sob o n.º 520.881.209-63, admitida em 12 de julho de 1985, contrato nº 328, referente ao quinquênio 12.07.2005 a 11.07.2010 remodelada para 12.05.2005 a 11.07.2011, com conversão de 1/3 em abono pecuniário e fruição conforme quadro abaixo:

Quinquênio	Período de Fruição	Conversão
2005 a 2011	02.01.2012 a 01.03.2012	Conversão de 1/3 em abono pecuniário no mês de março de 2011.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Imbituba SC, 22 de novembro de 2011.

JOSÉ ROBERTO MARTINS

Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.

Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - DOM/SC.

DANIEL VINÍCIO ARANTES NETO

Secretário Municipal de Administração e Gestão Pública

Portaria DGP/SEAGP N.º 229/2011

PORTARIA DGP/SEAGP N.º 229, de 22 de novembro de 2011.

Dispõe sobre concessão de licença-prêmio, e dá outras providências.

O Prefeito Municipal DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a legislação em vigor, e com base na Lei n.º 1.144, de 29 de abril de 1991, considerando ainda o disposto na legislação em vigor;

RESOLVE:

Art. 1º Conceder licença-prêmio ao servidor LUIZ GONZAGA DE SOUZA, Agente Administrativo, inscrito no CPF sob o n.º 417.601.079-72, admitido em 03 de março de 1986, contrato n.º 289, referente ao quinquênio devido, com conversão de 1/3 em abono pecuniário e fruição conforme quadro abaixo:

Quinquênio	Período de Fruição	Conversão
2006 a 2011	02.01.2012 a 01.03.2012	Conversão de 1/3 em abono pecuniário no mês de novembro de 2011.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Imbituba SC, 22 de novembro de 2011.

JOSÉ ROBERTO MARTINS

Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.

Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - DOM/SC.

DANIEL VINÍCIO ARANTES NETO

Secretário Municipal de Administração e Gestão Pública

Portaria DGP/SEAGP N.º 230/2011

PORTARIA DGP/SEAGP N.º 230, de 22 de novembro de 2011.

Dispõe sobre concessão de licença-prêmio, e dá outras providências.

O Prefeito Municipal DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a legislação em vigor, e com base na Lei n.º 1.144, de 29 de abril de 1991, considerando ainda o disposto na legislação em vigor;

RESOLVE:

Art. 1º Conceder licença-prêmio ao servidor JOÃO DOS SANTOS, Assistente Operacional, inscrito no CPF sob o n.º 341.750.409-00, admitido em 01 de julho de 1984, contrato n.º 223, referente ao quinquênio devido, com conversão de 1/3 em abono pecuniário e fruição conforme quadro abaixo:

Quinquênio	Período de Fruição	Conversão
2004 a 2009	01.12.2011 a 30.12.2011 02.01.2012 a 31.01.2012	Conversão de 1/3 em abono pecuniário no mês de novembro de 2011.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Imbituba SC, 22 de novembro de 2011.

JOSÉ ROBERTO MARTINS

Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.

Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - DOM/SC.

DANIEL VINÍCIO ARANTES NETO

Secretário Municipal de Administração e Gestão Pública

Portaria DGP/SEAGP N.º 231/2011

PORTARIA DGP/SEAGP N.º 231, de 22 de novembro de 2011.

Dispõe sobre concessão de licença-prêmio, e dá outras providências.

O Prefeito Municipal DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a legislação em vigor, e com base na Lei n.º 1.144, de 29 de abril de 1991, considerando ainda o disposto na legislação em vigor;

RESOLVE:

Art. 1º Conceder licença-prêmio ao servidor NILTON BERNARDES, Assistente Operacional, inscrito no CPF sob o n.º 432.907.529-68, admitido em 01 de fevereiro de 1980, contrato n.º 423, referente ao quinquênio devido, com conversão de 1/3 em abono pecuniário e fruição conforme quadro abaixo:

Quinquênio	Período de Fruição	Conversão
2001 a 2006	01.11.2011 a 30.12.2011	Conversão de 1/3 em abono pecuniário no mês de novembro de 2011.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Imbituba SC, 22 de novembro de 2011.

JOSÉ ROBERTO MARTINS

Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.

Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - DOM/SC.

DANIEL VINÍCIO ARANTES NETO

Secretário Municipal de Administração e Gestão Pública

Portaria DGP/SEAGP N.º 232/2011

PORTARIA DGP/SEAGP N.º 232, de 22 de novembro de 2011.

Dispõe sobre concessão de licença-prêmio, e dá outras providências.

O Prefeito Municipal DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a legislação em vigor, e com base na Lei n.º 1.144, de 29 de abril de 1991, considerando ainda o disposto na legislação em vigor;

RESOLVE:

Art. 1º Conceder licença-prêmio ao servidor NILTON RAMOS ANTÔNIO, Auxiliar de Serviços, inscrito no CPF sob o n.º 432.918.059-68, admitido em 04 de outubro de 1984, contrato n.º 425, referente ao quinquênio devido, com conversão de 1/3 em abono pecuniário e fruição conforme quadro abaixo:

Quinquênio	Período de Fruição	Conversão
1999 a 2004	01.11.2011 a 30.12.2011	Conversão de 1/3 em abono pecuniário no mês de novembro de 2011.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Imbituba SC, 22 de novembro de 2011.

JOSÉ ROBERTO MARTINS
Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.

Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - DOM/SC.

DANIEL VINÍCIO ARANTES NETO
Secretário Municipal de Administração e Gestão Pública

Portaria DGP/SEAGP N.º 233/2011

PORTARIA DGP/SEAGP N.º 233, de 22 de novembro de 2011.
Dispõe sobre a demissão de Servente Merendeira, e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições legais, considerando ainda o disposto na legislação em vigor;

RESOLVE:

Art.1º Demitir a pedido, a abaixo relacionada, aprovada no Processo Seletivo Simplificado Edital - 06/2009, admitida em 12/07/2010, contrato nº 5489, com carga horária de 40 horas semanais, para exercer o cargo/função, conforme descrito na tabela seguinte, com a remuneração consignada na legislação pertinente.

Nome	Cargo	CPF	Demissão
Maria Inês de Farias Ludmann	Servente Merendeira	316.825.700-10	09/11/2011

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 09 de novembro de 2011, ficando revogadas as disposições em contrário.

Imbituba SC, 22 de novembro de 2011.

DANIEL VINÍCIO ARANTES NETO
Secretário Municipal de Administração e Gestão Pública

Registre-se e Publique-se.

Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - DOM/SC.

ANDREZA BARCELOS CARVALHO
Diretora de Gestão de Pessoas

Portaria DGP/SEAGP N.º 234/2011

PORTARIA DGP/SEAGP N.º 234, de 22 de novembro de 2011.
Dispõe sobre concessão de licença-prêmio, e dá outras providências.

O Prefeito Municipal DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a legislação em vigor, e com base na Lei n.º 1.144, de 29 de abril de 1991, considerando ainda o disposto na legislação em vigor;

RESOLVE:

Art. 1º Conceder licença-prêmio a servidora ROZENILDA MATOS RODRIGUES DA ROSA, Professora, inscrita no CPF sob o n.º 560.324.639-15, admitida em 02 de março de 1998, contrato nº 491, referente ao quinquênio devido, com conversão de 1/3 em abono pecuniário e fruição conforme quadro abaixo:

Quinquênio	Período de Fruição	Conversão
1999 a 2004	01.02.2012 a 29.03.2012	Conversão de 1/3 em abono pecuniário no mês de novembro de 2011.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Imbituba SC, 22 de novembro de 2011.

JOSÉ ROBERTO MARTINS
Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.

Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - DOM/SC.

DANIEL VINÍCIO ARANTES NETO
Secretário Municipal de Administração e Gestão Pública

Portaria DGP/SEAGP N.º 235/2011

PORTARIA DGP/SEAGP N.º 235, de 22 de novembro de 2011.
Dispõe sobre a demissão de Servente Merendeira, e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições legais, considerando ainda o disposto na legislação em vigor;

RESOLVE:

Art.1º Demitir a pedido, a abaixo relacionada, aprovada no Processo Seletivo Simplificado Edital - 06/2009, admitida em 08/11/2010, contrato nº 5579, com carga horária de 40 horas semanais, para exercer o cargo/função, conforme descrito na tabela seguinte, com a remuneração consignada na legislação pertinente.

Nome	Cargo	CPF	Demissão
Viviane Vieira de Souza Rosa	Servente Merendeira	888.341.239-72	21/11/2011

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Imbituba SC, 22 de novembro de 2011.

DANIEL VINÍCIO ARANTES NETO
Secretário Municipal de Administração e Gestão Pública

Registre-se e Publique-se.

Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - DOM/SC.

ANDREZA BARCELOS CARVALHO
Diretora de Gestão de Pessoas

Publicação de Extrato de Ata de Registro de Preço de Pregão Presencial 03/2011 (Funrebom)

PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA
FUNREBOM

PROCESSO Nº. 04/2011
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 03/2011
ATA DE REGISTRO DE PREÇO.

Lote 01: Mão de obra e Peças para manutenção das Viaturas a Diesel
Empresa Vencedora: Mecânica Litoral Sul Ltda Me.
Valor: R\$ 79.564,25
Lote 02: Mão de obra e Peças para manutenção das Viaturas a Gasolina/2011
Empresa: Vilson Schlickann Schligue Me.
Valor: R\$ 19.400,00

Imbituba, 24 e novembro de 2011.

MILENE RIBEIRO

Pregoeira Oficial

Publicação de Extrato de Ata de Registro de Preço de Pregão Presencial 03/2011 (Saúde)

PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA

SAÚDE

PROCESSO Nº. 06/2011

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 03/2011

ATA DE REGISTRO DE PREÇO.

Item 01: Medicamentos básicos e não-básicos

Empresa Vencedora: Serviço Social da Indústria - FM (Farmácia).

Valor: R\$ 120.000,00

Imbituba, 24 de novembro de 2011.

MILENE RIBEIRO

Pregoeira Oficial

Publicação de Extrato de Ata de Registro de Preço de Pregão Presencial 11/2011 (Saúde)

PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA

SAÚDE

PROCESSO Nº. 14/2011

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 11/2011

ATA DE REGISTRO DE PREÇO.

Item 01: Boletim de Produção ambulatorial/ BPA (consolidado) bloco 50 fl simples.

Empresa Vencedora: Maria Madalena de Campos Me.

Valor: R\$ 2,98

Item 02: Cartão de Gestante (folha avulsa).

Empresa: Bernadete da Silva Rodrigues Me.

Valor: R\$ 0,28

Item 03: Ficha de acolhimento individual frente e verso folha simples

Empresa: Maria Madalena de Campos Me.

Valor: R\$ 0,85.

Item 04: Ficha Odontológica frente e verso folha simples.

Empresa: Bernadete da Silva Rodrigues Me.

Valor: R\$ 0,17.

Item 05: Acompanhamento de Hipertensos - em papel cartão.

Empresa: Bernadete da Silva Rodrigues Me.

Valor: R\$ 0,28.

Item 06: Boletim Diário de Atendimento Odontológico CEO I.

Empresa: Maria Madalena de Campos Me.

Valor: R\$ 3,81.

Item 07: Boletim Diário de Atendimento Enfº/Médico/Odontológico - bl 50 folhas simples.

Empresa: Bernadete da Silva Rodrigues Me.

Valor: R\$ 3,81.

Item 08: Requisição de Exame Histopatológico - Colo do útero - frente e verso folha simples.

Empresa: Maria Madalena de Campos Me.

Valor: R\$ 0,17.

Item 09: SISVAN - Mapa de Acompanhamento Nutricional - folha simples.

Empresa: Maria Madalena de Campos Me.

Valor: R\$ 0,17.

Item 10: Boletim Diário de Atendimento Enfermagem - CEREM - PSF bl 50 folhas simples.

Empresa: Bernadete da Silva Rodrigues Me.

Valor: R\$ 2,93.

Item 11: Boletim Diário de Atendimento Médico/Especializado - CEREM bl 50 folhas simples.

Empresa: Maria Madalena de Campos Me.

Valor: R\$ 5,34.

Item 12: Boletim Diário de Atendimento Odontológico - saúde Bucal - PAMM bl 50 folhas simples.

Empresa: Maria Madalena de Campos Me.

Valor: R\$ 1,99.

Item 13: Solicitação de deslocamento de Ambulância -bl 50 fls simples

Empresa: Bernadete da Silva Rodrigues Me.

Valor: R\$ 2,93.

Item 14: Laudo para solicitação de autorização de internação hospitalar - fls simples

Empresa: Bernadete da Silva Rodrigues Me.

Valor: R\$ 0,17.

Item 15: Receituário de controle especial 02 vias branca e amarela bl 50 fl.

Empresa: Maria Madalena de Campos Me.

Valor: R\$ 1,47.

Item 16: Autorização de passagem rodoviária - 2 vias branco e azul c/ 50 fls cada.

Empresa: Bernadete da Silva Rodrigues Me.

Valor: R\$ 6,87.

Item 17: Atestado Médico- bloco com 50 fls.

Empresa: Maria Madalena de Campos Me.

Valor: R\$ 2,09.

Item 18: Capa TFD.

Empresa: Bernadete da Silva Rodrigues Me.

Valor: R\$ 0,43.

Item 19: Receituário Médico Simples - bl 50 fls.

Empresa: Bernadete da Silva Rodrigues Me.

Valor: R\$ 1,41.

Item 20: Formulário de Solicitação de Medicamentos - bl com 50 fls.

Empresa: Maria Madalena de Campos Me.

Valor: R\$ 5,89.

Item 21: Requisição de sorologia para HIV - bl com 50 fls cada.

Empresa: Bernadete da Silva Rodrigues Me.

Valor: R\$ 4,50.

Item 22: Formulário de Atendimento do SI-CTA frente e verso fl avulsa.

Empresa: Maria Madalena de Campos Me.

Valor: R\$ 0,20.

Item 23: Boletim de resultado de glicose, colesterol total, HDL e triglicérides bl 50 fls.

Empresa: Maria Madalena de Campos Me.

Valor: R\$ 6,25.

Item 24: Resultado de exames de secreção vaginal - bloco 50 fls picotadas entre quatro de cada resultado de exames folhas simples.

Empresa: Bernadete da Silva Rodrigues Me.

Valor: R\$ 6,98.

Item 25: Exames de Hematológicos - bl com 50 fls cada - folha simples.

Empresa: Bernadete da Silva Rodrigues Me.

Valor: R\$ 6,19.

Item 26: Boletim de resultado de exames de VRDL - bloco com 50 fls cada.

Empresa: Bernadete da Silva Rodrigues Me.

Valor: R\$ 6,19

Item 27: Boletim de resultado de exames de urina - bloco de 50 folhas cada.

Empresa: Maria Madalena de Campos Me.

Valor: R\$ 6,19.

Item 28: Boletim de resultado de exames de fezes - bloco de 50 folhas cada.

Empresa: Maria Madalena de Campos Me.

Valor: R\$ 6,19.

Item 29: Resultado de exames de Escarro BAAR - bloco de 50 folhas cada picotadas entre quatro de cada resultado de exame, folhas simples.

Empresa: Bernadete da Silva Rodrigues Me.

Valor: R\$ 6,83.

Item 30: Resultado de exames de Baciloscopia - bloco de 50 folhas cada.

Empresa: Maria Madalena de Campos Me.

Valor: R\$ 6,19.

Item 31: Resultado de exames de Baciloscopia - bloco de 50 folhas cada.

Empresa: Bernadete da Silva Rodrigues Me.

Valor: R\$ 0,10

Item 32: Registro de Pronto atendimento - Bl com 50 folhas.

Empresa: Maria Madalena de Campos Me.

Valor: R\$ 1,33.

Item 33: Cartão de Identificação - PSF - Bl com 50 folhas Empresa: Maria Madalena de Campos Me.

Valor: R\$ 2,09.

Item 34: Ficha programa saúde da mulher - frente e verso - folha avulsa.

Empresa: Bernadete da Silva Rodrigues Me.

Valor: R\$ 0,137.

Item 35: Atestado médico para gestante - bl com 50 folhas.

Empresa: Bernadete da Silva Rodrigues Me.

Valor: R\$ 3,81.

Item 36: Roteiro de viagem - bloco com 50 folhas 01 (uma) estampa cada folha 01 via.

Empresa: Maria Madalena de Campos Me.

Valor: R\$ 2,79.

Item 37: Relatório diário de veículo - RDV - bloco com 50 folhas 02 vias carbonadas.

Empresa: Maria Madalena de Campos Me.

Valor: R\$ 6,34.

Item 38: Sistema de informação de atenção básica - PMA-2 bl com 50 folhas cada uma face.

Empresa: Bernadete da Silva Rodrigues Me.

Valor: R\$ 4,77.

Item 39: Cadastro de Hipertensos e/ou diabéticos - bl 50 folhas cada - uma face - 1 via.

Empresa: Maria Madalena de Campos Me.

Valor: R\$ 5,25.

Item 40: Pedido para tratamento fora do domicílio - frente e verso.

Empresa: Bernadete da Silva Rodrigues Me.

Valor: R\$ 0,97.

Item 41: Laudo médio TFD-fora domicílio - frente e verso 01 via - bl 50 folhas.

Empresa: Maria Madalena de Campos Me.

Valor: R\$ 5,89.

Item 42: Laudo médio TFD - dentro domicílio - 1 face - 1 via bl 50 fls.

Empresa: Maria Madalena de Campos Me.

Valor: R\$ 5,29.

Item 43: Ficha de Registro Diário dos Atendimento das gestantes no SISPRENATAL- bl 50 fls cada 01 via - 1 face.

Empresa: Bernadete da Silva Rodrigues Me.

Valor: R\$ 5,29.

Item 44: Ficha de cadastramento de gestante - bl 50 folhas - 01 via - 01 face.

Empresa: Bernadete da Silva Rodrigues Me.

Valor: R\$ 5,298.

Item 45: Comunicação Interna - bl 50 fls - 02 vias.

Empresa: Bernadete da Silva Rodrigues Me.

Valor: R\$ 4,43.

Item 46: Memorando Interno - bl 50 fls - 02 vias.

Empresa: Maria Madalena de Campos Me.

Valor: R\$ 6,19.

Item 47: Cartão de Atendimento - SUS folha avulsa frente e verso.

Empresa: Bernadete da Silva Rodrigues Me.

Valor: R\$ 0,12.

Item 48: Cartão de agendamento -SUS folha avulsa frente e verso.

Empresa: Bernadete da Silva Rodrigues Me.

Valor: R\$ 0,12.

Item 49: Requisição de material - bl 50 folhas 01 via.

Empresa: Maria Madalena de Campos Me.

Valor: R\$ 2,03.

Item 50: Ficha de controle / tratamento fora do domicílio prestação de contas - bl 50 fls 01 via.

Empresa: Bernadete da Silva Rodrigues Me.

Valor: R\$ 3,03.

Item 51: Relatório diário de veículo - RDV - PSF bl 50 fls 01 via.

Empresa: Maria Madalena de Campos Me.

Valor: R\$ 6,32.

Item 52: Folha de registro de ponto - bl 50 fls 01 via.

Empresa: Bernadete da Silva Rodrigues Me.

Valor: R\$ 6,32.

Item 53: Rol de roupas para lavanderia - bl 50 fls - 02 vias.

Empresa: Bernadete da Silva Rodrigues Me.

Valor: R\$ 4,43.

Item 54: Ficha de acompanhamento mensal - bl 50 fls - 01 via.

Empresa: Bernadete da Silva Rodrigues Me.

Valor: R\$ 5,27.

Item 55: Laudo médico para solicitação de procedimento através do BPA - 01 bl 50 fls - 01 via.

Empresa: Bernadete da Silva Rodrigues Me.

Valor: R\$ 4,22.

Item 56: Laudo médico para procedimento de alta complexidade - APAC- bl 50 fls - 01 via.

Empresa: Maria Madalena de Campos Me.

Valor: R\$ 9,39.

Item 57: Laudo p/ solicitação/autorização de medicamentos de dispensação excepcional e estratégico - LME - bl 50 fls - 01 via.

Empresa: Maria Madalena de Campos Me

Valor: R\$ 7,97.

Item 58: Requerimento de medicamentos excepcional - bl 50 fls - 01.

Empresa: Bernadete da Silva Rodrigues Me.

Valor: R\$ 7,97.

Item 59: Cadastro de paciente para medicamento excepcional - bl 50 folhas - 01 via.

Empresa: Bernadete da Silva Rodrigues Me.

Valor: R\$ 7,97.

Item 60: Recibo entrega de medicamentos excepcional - bl 50 fls - 01 via.

Empresa: Maria Madalena de Campos Me.

Valor: R\$ 7,97.

Item 61: Requisição de exames - bl 50 fls - 01 via.

Empresa: Bernadete da Silva Rodrigues Me.

Valor: R\$ 0,98.

Item 62: Requisição de Combustível - bl 50 fls - 02 vias carbonadas.

Empresa: Maria Madalena de Campos Me.

Valor: R\$ 7,09.

Item 63: Carteira de saúde vigilância sanitária - frente e verso.

Empresa: Bernadete da Silva Rodrigues Me.

Valor: R\$ 0,14.

Item 64: Ficha de visita (Dengue) 01 via 01 face.

Empresa: Maria Madalena de Campos Me.

Valor: R\$ 0,14.

Item 65: Capa de eletrocardiograma - frente e verso.

Empresa: Maria Madalena de Campos Me.

Valor: R\$ 0,123.

Item 66: Autorização p/ recebimento de diária - bl 50 fls - carbonado.

Empresa: Maria Madalena de Campos Me.
 Valor: R\$ 6,50.
 Item 67: Folder Dengue.
 Empresa: Bernadete da Silva Rodrigues Me.
 Valor: R\$ 0,18.
 Item 68: Etiquetas para laboratório (dengue) bl 50 fls - picotada.
 Empresa: Bernadete da Silva Rodrigues Me.
 Valor: R\$ 3,58.
 Item 69: Resumo Semanal do serviço antivetorial - bl 50 fls - 01 via - 01 face.
 Empresa: Bernadete da Silva Rodrigues Me.
 Valor: R\$ 6,19.
 Item 70: Folder você é o melhor vigilante de sua saúde.
 Empresa: Bernadete da Silva Rodrigues Me.
 Valor: R\$ 0,13.
 Item 71: Folder controle de cães e gatos.
 Empresa: Maria Madalena de Campos Me.
 Valor: R\$ 0,27.
 Item 72: Folder procura-se vivo ou morto.
 Empresa: Bernadete da Silva Rodrigues Me.
 Valor: R\$ 0,123.
 Item 73: Advertência - bl 50 fls - 3 vias carbonadas.
 Empresa: Maria Madalena de Campos Me.
 Valor: R\$ 8,69.
 Item 74: Alvará Sanitário - tamanho apresentado e configurado.
 Empresa: Bernadete da Silva Rodrigues Me.
 Valor: R\$ 0,23.
 Item 75: Vistorias - bl 50 fls - 01 via.
 Empresa: Maria Madalena de Campos Me.
 Valor: R\$ 5,25.
 Item 76: Formulário de petição - Anexo I - frente e verso 01 via.
 Empresa: Maria Madalena de Campos Me.
 Valor: R\$ 0,16.
 Item 77: Descrição dos Serviços Desenvolvidos - Vig. Sanitária - 01 via.
 Empresa: Bernadete da Silva Rodrigues Me.
 Valor: R\$ 0,16.
 Item 78: Ficha Vig. Sanitária 14ª Regional - 01 via.
 Empresa: Maria Madalena de Campos Me.
 Valor: R\$ 0,16.
 Item 79: Pasta Vig. Sanitária (papel cartão).
 Empresa: Bernadete da Silva Rodrigues Me.
 Valor: R\$ 0,60.
 Item 80: Ficha reclamação Vig. Sanitária - 01 via.
 Empresa: Bernadete da Silva Rodrigues Me.
 Valor: R\$ 0,103.
 Item 81: Ordem de compra/serviços - bl 50 fls carbonadas - 03 vias.
 Empresa: Maria Madalena de Campos Me.
 Valor: R\$ 11,25.
 Item 82: Ficha de cadastramento do paciente hipertenso/diabético - frente e verso 01 via.
 Empresa: Bernadete da Silva Rodrigues Me.
 Valor: R\$ 0,069.
 Item 83: Solicitação de visita domiciliar para pacientes - bl 50 fls - 01 via.
 Empresa: Maria Madalena de Campos Me.
 Valor: R\$ 5,25.
 Item 84: Programa nacional de controle a Dengue - PNCD - Resumo diário - bl 50 fls - 01 via frente e verso.
 Empresa: Maria Madalena de Campos Me.
 Valor: R\$ 3,63.
 Item 85: Requisição de exames - bl 50 fls 01 via.
 Empresa: Maria Madalena de Campos Me.
 Valor: R\$ 0,63.
 Item 86: Requisição de exames - bl 50 fls 01 via.
 Empresa: Bernadete da Silva Rodrigues Me.
 Valor: R\$ 1,92.
 Item 87: Requisição de exames - bl 50 fls 01 via.

Empresa: Bernadete da Silva Rodrigues Me.
 Valor: R\$ 1,92.
 Item 88: Requisição de exames - bl 50 fls 01 via.
 Empresa: Maria Madalena de Campos Me.
 Valor: R\$ 1,92.
 Item 89: Requisição de exames - bl 50 fls 01 via.
 Empresa: Bernadete da Silva Rodrigues Me.
 Valor: R\$ 1,92.
 Item 90: Pasta prontuário Médico.
 Empresa: Maria Madalena de Campos Me.
 Valor: R\$ 0,93.
 Item 91: Folder Higiene das Mãos Vigilância Sanitária.
 Empresa: Bernadete da Silva Rodrigues Me.
 Valor: R\$ 0,935.
 Item 92: Folder Aids e Racismo.
 Empresa: Bernadete da Silva Rodrigues Me.
 Valor: R\$ 0,935.
 Item 93: Adesivo Interditado - Vigilância Sanitária.
 Empresa: Bernadete da Silva Rodrigues Me.
 Valor: R\$ 2,55.
 Item 94: Boletim Mensal de doses aplicadas de Soros e Imunoglobulinas - bl 50 fls frente e verso.
 Empresa: Maria Madalena de Campos Me.
 Valor: R\$ 18,24.
 Item 95: Boletim Mensal de doses aplicadas de Imunobiológicos Especiais - fl avulsa frente e verso.
 Empresa: Maria Madalena de Campos Me.
 Valor: R\$ 1,47.
 Item 96: Mapa para controle diário de temperatura - bl 50 fls 01 via.
 Empresa: Maria Madalena de Campos Me.
 Valor: R\$ 18,24.
 Item 97: Boletim mensal de doses de vacinas de Rotavirus - bl 50 fls - 01 via - frente e verso.
 Empresa: Bernadete da Silva Rodrigues Me.
 Valor: R\$ 18,24.
 Item 98: Movimento Mensal de outros insumos de Imunização - bl 50 fls - 01 via.
 Empresa: Maria Madalena de Campos Me.
 Valor: R\$ 18,24.
 Item 99: Movimento Mensal de imunobiológicos - VACINAS - rede de frios num verso da folha no outro muda - bl 50 fls 01 via.
 Empresa: Bernadete da Silva Rodrigues Me.
 Valor: R\$ 18,24.
 Item 100: Movimento Mensal de imunobiológicos - VACINAS - num verso da folha no outro muda bl 50 fls 01 via.
 Empresa: Maria Madalena de Campos Me.
 Valor: R\$ 18,24.
 Item 101: Registro de Abertura e Fechamento dos Kits de Bioquímica - bl 50 fls - 01 via.
 Empresa: Maria Madalena de Campos Me.
 Valor: R\$ 18,24.
 Item 102: Ficha de acompanhamento mensal - bl 50 fls - 01 via.
 Empresa: Bernadete da Silva Rodrigues Me.
 Valor: R\$ 18,24.
 Item 103: Registro de temperatura - Bl 50 fls - 01 via.
 Empresa: Bernadete da Silva Rodrigues Me.
 Valor: R\$ 18,24.
 Item 104: Registro de Controle Interno da água Reagente - bl 50 fls - 01 via.
 Empresa: Maria Madalena de Campos Me.
 Valor: R\$ 18,24.
 Item 105: Registro de Controle Interno de Hemograma - Bl 50 fl - 01 via.
 Empresa: Maria Madalena de Campos Me.
 Valor: R\$ 18,24.
 Item 106: Registro de Controle interno de qualidade de tira para urinálise - bl 50 fl 01 via.
 Empresa: Bernadete da Silva Rodrigues Me.

Valor: R\$ 18,24.

Item 107: Listagem de Solicitação de dosagem - bl 50 fls - 01 via.

Empresa: Maria Madalena de Campos Me.

Valor: R\$ 2,81.

Item 108: Encaminhamento - Cerem - bl 50 folhas - 01 via.

Empresa: Maria Madalena de Campos Me.

Valor: R\$ 5,25.

Item 109: Cartão de Atendimento - Cerem - frente e verso.

Empresa: Bernadete da Silva Rodrigues Me.

Valor: R\$ 0,13.

Item 110: Cadastro Social - Cerem - frente e verso.

Empresa: Maria Madalena de Campos Me.

Valor: R\$ 0,26.

Item 111: Ficha de Acompanhamento Psicológico - frente e verso.

Empresa: Bernadete da Silva Rodrigues Me.

Valor: R\$ 0,26.

Item 112: Encaminhamento referenciado - Cerem - bl 50 fls - 02 vias carbonadas.

Empresa: Maria Madalena de Campos Me.

Valor: R\$ 6,51.

Item 113: Encaminhamento Desconto Social - bl 50 fls - 01 via.

Empresa: Maria Madalena de Campos Me.

Valor: R\$ 2,81.

Item 114: Liberação / Autorização de Fisioterapia - bl 50 fls.

Empresa: Maria Madalena de Campos Me.

Valor: R\$ 2,81.

Item 115: Solicitação/Liberação Ortese e Prótese - óculos - bl 50 fls - 02 vias carbonadas.

Empresa: Bernadete da Silva Rodrigues Me.

Valor: R\$ 7,09.

Item 116: Solicitação de Fisioterapia bl 50 fls - 01 via.

Empresa: Maria Madalena de Campos Me.

Valor: R\$ 2,81.

Item 117: Boletim de Produção Ambulatorial / BPA (individualizado) bl 50 fls - 01 via.

Empresa: Bernadete da Silva Rodrigues Me.

Valor: R\$ 5,25.

Item 118: Termo de Consentimento informado - Hipolipemiantes - bl 50 fls - frente e verso - 01 via.

Empresa: Maria Madalena de Campos Me.

Valor: R\$ 5,28.

Item 119: Sistema de Vigilância Alimentar e Nutricional - bl 50 fls.

Empresa: Bernadete da Silva Rodrigues Me.

Valor: R\$ 5,25.

Item 120: Cartão Nacional do SUS - folha avulsa picotada entre as margens 01 via.

Empresa: Bernadete da Silva Rodrigues Me.

Valor: R\$ 0,11.

Item 121: Ficha de encaminhamento de paciente modelo II - bl 50 fls.

Empresa: Maria Madalena de Campos Me.

Valor: R\$ 7,95.

Item 122: Boletim diário de atendimento enfermagem - PAMM - bl 50 fls.

Empresa: Maria Madalena de Campos Me.

Valor: R\$ 7,95.

Item 123: Boletim diário de atendimento - PAMM - Médico especializado / cirúrgico - bl 50 fls - 01 via.

Empresa: Bernadete da Silva Rodrigues Me.

Valor: R\$ 7,95.

Item 124: Folder CAPS I - 02 dobras - frente e verso -obs. Modificações.

Empresa: Maria Madalena de Campos Me.

Valor: R\$ 0,71.

Item 125: Folder CAPS I - 03 dobras - Dependência Química - frente e verso.

Empresa: Bernadete da Silva Rodrigues Me.

Valor: R\$ 1,27.

Item 126: Folder CAPS I - 03 dobras - Esquizofrenia Tem tratamento

- frente e verso.

Empresa: Bernadete da Silva Rodrigues Me.

Valor: R\$ 1,27.

Item 127: Folder CAPS I - 03 dobras - Depressão - frente e verso.

Empresa: Maria Madalena de Campos Me.

Valor: R\$ 1,27.

Item 128: Cartão de Atendimento CAPS I - 03 dobras - frente e verso.

Empresa: Bernadete da Silva Rodrigues Me.

Valor: R\$ 0,71.

Item 129: Requisição de exame citopatológico - colo do útero - frente e verso.

Empresa: Maria Madalena de Campos Me.

Valor: R\$ 0,18.

Item 130: Receituário Azul - Controlado Vigilância Sanitária bl 50 fls - 1 via.

Empresa: Maria Madalena de Campos Me.

Valor: R\$ 1,469.

Item 131: Prontuário Médico - CAPS-I - 4 cores - F/V.

Empresa: Bernadete da Silva Rodrigues Me.

Valor: R\$ 0,67.

Item 132: Certificados CTA - 4x0 cores - tamanho A-4 - papel 180gr offset.

Empresa: Bernadete da Silva Rodrigues Me.

Valor: R\$ 0,77.

Item 133: Bloco de Anotações com 25 fls CTA - 1x0cor - tamanho 13x17 cm - papel 75gr offset.

Empresa: Bernadete da Silva Rodrigues Me.

Valor: R\$ 0,73.

Item 134: Pastas CTA - Tamanho 31x46 cm - 4x0 cores - papel triplex 300gr - Bolsa nas medidas 10x22 cm - papel triplex 300gr Com colagem, dobra, corte/vinco.

Empresa: Bernadete da Silva Rodrigues Me.

Valor: R\$ 1,99.

Item 135: Folders CTA - 4x2 cores - tamanho 21x29,7cm - papel couchê brilho 150gr - 2 dobras.

Empresa: Maria Madalena de Campos Me.

Valor: R\$ 0,35.

Item 136: Folders CTA - 4x2 cores - tamanho 21x29,7cm - papel couchê brilho 150gr - 2 dobras.

Empresa: Maria Madalena de Campos Me.

Valor: R\$ 0,35.

Item 137: Folders CTA - 4x2 cores - tamanho 21x29,7cm - papel couchê brilho 150gr - 2 dobras.

Empresa: Bernadete da Silva Rodrigues Me.

Valor: R\$ 0,35.

Item 138: Relatório da Situação de Saúde e Acompanhamento das Famílias na área.

Empresa: Bernadete da Silva Rodrigues Me.

Valor: R\$ 0,183.

Item 139: Boletim Diário de Produção de Nível Médio.

Empresa: Maria Madalena de Campos Me.

Valor: R\$ 2,89.

Item 140: Boletim Diário de Atendimento Médico PSF.

Empresa: Bernadete da Silva Rodrigues Me.

Valor: R\$ 2,89.

Item 141: Cadastro da família - F/V.

Empresa: Bernadete da Silva Rodrigues Me.

Valor: R\$ 0,13.

Item 142: Boletim Armadilha.

Empresa: Bernadete da Silva Rodrigues Me.

Valor: R\$ 0,15.

Item 143: Ficha de Acompanhamento Psicológico - F/V.

Empresa: Maria Madalena de Campos Me.

Valor: R\$ 0,10.

Item 144: Folhas Laboratório.

Empresa: Maria Madalena de Campos Me.

Valor: R\$ 0,15.

Item 145: Mapa Mensal de Consumo de Medicamentos

- Hanseníase.

Empresa: Bernadete da Silva Rodrigues Me.

Valor: R\$ 0,15.

Item 146: Boletim de Acompanhamento Mensal - Hanseníase.

Empresa: Maria Madalena de Campos Me.

Valor: R\$ 0,15.

Item 147: Ficha de Notificação / Investigação Tuberculose.

Empresa: Bernadete da Silva Rodrigues Me.

Valor: R\$ 0,15.

Item 148: Ficha de Investigação DENGUE- F/V.

Empresa: Bernadete da Silva Rodrigues Me.

Valor: R\$ 0,17.

Item 149: Ficha de Investigação LEPTOSPIROSE - F/V.

Empresa: Maria Madalena de Campos Me.

Valor: R\$ 0,17.

Item 150: Ficha de Investigação INFLENZA Humana por novo Subtipo (Pandêmico) - F/V.

Empresa: Maria Madalena de Campos Me.

Valor: R\$ 0,17.

Item 151: Ficha de Informações Clínica e Laboratorial Vírus Respiratório.

Empresa: Bernadete da Silva Rodrigues Me.

Valor: R\$ 0,15.

Item 152: Ficha de Investigação Acidentes por Animais Peçonhentos - F/V.

Empresa: Maria Madalena de Campos Me.

Valor: R\$ 0,17.

Item 153: Ficha de Investigação Doenças Exantemáticas Febris Sarampo/Rubéola - F/V.

Empresa: Bernadete da Silva Rodrigues Me.

Valor: R\$ 0,17.

Item 154: Ficha de Investigação Atendimento Anti-Rábico Humano - F/V.

Empresa: Maria Madalena de Campos Me.

Valor: R\$ 0,17.

Item 155: Marcadores Sorológicos - Hepatite A e B.

Empresa: Bernadete da Silva Rodrigues Me.

Valor: R\$ 0,15.

Item 156: Laudo Médico para Emissão do BPA-I, Pesquisa de anticorpos contra o Vírus da Hepatite C.

Empresa: Maria Madalena de Campos Me.

Valor: R\$ 0,15.

Item 157: Boletim Mensal de Doses Aplicadas de Vacina Pneumocócica 10 Valentes (conjugada).

Empresa: Bernadete da Silva Rodrigues Me.

Valor: R\$ 0,15.

Item 158: Cartilha Cuidador Domiciliar, 20 paginas, - 5 lâminas 30x21cm aberto, 4x4 cores, papel couchê 150g..

Empresa: Maria Madalena de Campos Me.

Valor: R\$ 5,971.

Item 159: Cartilha Manicure, 8 paginas, - 2 lâminas 30x21cm aberto, 4x4 cores, papel couchê 150g.

Empresa: Bernadete da Silva Rodrigues Me.

Valor: R\$ 3,977.

Item 160: Folder Mulher, 42x25cm aberto, 4x4 cores, papel couchê.

Empresa: Bernadete da Silva Rodrigues Me.

Valor: R\$ 0,3843.

Item 161: Folder AIDS, 20x21cm aberto, 4x4 cores, papel couchê.

Empresa: Bernadete da Silva Rodrigues Me.

Valor: R\$ 0,1842.

Item 162: Banners Prevenção, lona impressão digital 1,0mtx1,50mt.

Empresa: Bernadete da Silva Rodrigues Me.

Valor: R\$ 99,90.

Item 163: Folder Adolescência, 30x21cm aberto, 4x4cores, papel couchê 150g.

Empresa: Bernadete da Silva Rodrigues Me.

Valor: R\$ 0,2865.

Item 164: Folder Gestante, 30x21cm aberto, 4x4cores, papel

couchê 150g.

Empresa: Maria Madalena de Campos Me.

Valor: R\$ 0,2865.

Item 165: Folder Idosos, 30x21cm aberto, 4x4cores, papel couchê 150g.

Empresa: Maria Madalena de Campos Me.

Valor: R\$ 0,2865.

Item 166: Adesivos, Dispenser.

Empresa: Maria Madalena de Campos Me.

Valor: R\$ 4,99.

Item 167: Canetas Campanha das DST/HIV/Aids, gravação da logo em silk 4 cores.

Empresa: Bernadete da Silva Rodrigues Me.

Valor: R\$ 1,69.

Item 168: Sacolas 100% algodão, Campanha das DST/HIV/Aids medidas L34,5/H39,5cm; alça de mão e /ou ombro em cadarço 30mm.

Empresa: Bernadete da Silva Rodrigues Me.

Valor: R\$ 11,64.

Item 169: Pins esmaltado baixo e alto relevo, gravação 3 cores para Campanha das DST/HIV/Aids.

Empresa: Maria Madalena de Campos Me.

Valor: R\$ 2,44.

Item 170: Livretos sexo Feminino.

Empresa: Bernadete da Silva Rodrigues Me.

Valor: R\$ 3,81.

Item 171: Livretos sexo Masculino.

Empresa: Bernadete da Silva Rodrigues Me.

Valor: R\$ 3,79.

Item 172: Livretos Mãe Imbitubense.

Empresa: Bernadete da Silva Rodrigues Me.

Valor: R\$ 3,79.

Item 173: Régua Campanha das DST/HIV/Aids em PVC, 20cm, gravação da logo em cores.

Empresa: Maria Madalena de Campos Me.

Valor: R\$ 1,44.

Item 174: Squeeze de 500ml, Campanha das DST/HIV/Aids, gravação em silk 4 cores.

Empresa: Bernadete da Silva Rodrigues Me.

Valor: R\$ 2,74.

Item 175: Pastas Família PSF, papel Off set 240g., 4x0 cores.

Empresa: Bernadete da Silva Rodrigues Me.

Valor: R\$ 1,19.

Imbituba, 24 de novembro de 2011.

MILENE RIBEIRO

Pregoeira Oficial

Publicação de Extrato de Dispensa 64/2011 (PMI)

PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA

PROCESSO Nº 195/2011

DISPENSAS Nº 64/2011

Objeto: Reposição de cargas de extintores e manutenção.

Empresa: Rogério e Tiago Comércio de Extintores Ltda Me.

Valor Total: R\$ 6.660,00

Fundamento: Artigo 24, II da Lei 8.666/93, e suas alterações.

Imbituba, 24 de novembro de 2011.

LEDA SUZANE DA SILVA G. PAMATO DE SOUZA

Secretaria Municipal de Educação

Iomerê

PREFEITURA

Edital de PREGÃO PRESENCIAL Nº 0012/2011

Prefeitura Municipal de Iomerê
Edital de Pregão Presencial 0012/2011

O Prefeito Municipal de Iomerê, SC, torna público a realização de Pregão Presencial nº 012/2011 para Registro de Preços para contratações futuras de pedra brita nº01, pedra brita nº 02, pedra de mão, pedra pulmão e pedrisco para o ano de 2012. A abertura das propostas se dará no dia 07/12/2012 às 09:00h na sede da Prefeitura Municipal.

Cópia do Edital ou mais informações podem ser adquiridos no site: www.iomere.sc.gov.br, ou pelo fone (49) 3539-6000.

Iomerê, 22 de novembro de 2011.
ANTONINHO BALDISSERA
Prefeito Municipal

Edital de Pregão Presencial Nº 0011/2011

Prefeitura Municipal de Iomerê
Edital de Pregão Presencial 011/2011

O Prefeito Municipal de Iomerê, SC, torna público a realização de Pregão Presencial nº 011/2011 para Registro de Preços para contratações futuras de combustíveis para abastecimento da frota municipal durante o ano de 2012. A abertura das propostas se dará no dia 06/12/2012 às 09:00h na sede da Prefeitura Municipal. Cópia do Edital ou mais informações podem ser adquiridos no site: www.iomere.sc.gov.br, ou pelo fone (49) 3539-6000.

Iomerê, 21 de novembro de 2011.
ANTONINHO BALDISSERA
Prefeito Municipal

Irineópolis

PREFEITURA

RREO - 5º BIMESTRE - 2011

Município de IRINEOPOLIS - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2011/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

RREO - ANEXO I (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e § 1º)

R\$ 1,00

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS				SALDO A REALIZAR (a - c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)	
RECEITAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	28.322.200,00	28.322.200,00	3.173.646,19	11,21	14.886.350,82	52,56	13.435.849,18
RECEITAS CORRENTES	16.444.500,00	16.444.500,00	2.886.146,19	17,55	14.592.840,82	88,74	1.851.659,18
RECEITA TRIBUTARIA	967.000,00	967.000,00	182.158,33	18,84	1.184.412,52	122,48	-217.412,52
IMPOSTOS	852.000,00	852.000,00	141.325,01	16,59	998.866,37	117,24	-146.866,37
TAXAS	113.500,00	113.500,00	40.833,32	35,98	185.546,15	163,48	-72.046,15
CONTRIBUICAO DE MELHORIA	1.500,00	1.500,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.500,00
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	230.000,00	230.000,00	26.593,02	11,56	117.439,99	51,06	112.560,01
CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS	80.000,00	80.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	80.000,00
CONTRIBUIÇÕES DE INTERVENÇÃO NO DOMÍNIO ECONÓMICO	150.000,00	150.000,00	26.593,02	17,73	117.439,99	78,29	32.560,01
RECEITA PATRIMONIAL	50.300,00	50.300,00	161,08	0,32	6.803,00	13,52	43.497,00
RECEITAS DE VALORES MOBILIARIOS	44.300,00	44.300,00	0,00	0,00	6.639,54	14,99	37.660,46
RECEITA DE CONCESSÕES E PERMISSÕES	1.500,00	1.500,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.500,00
Outras Rec. Patrimoniais	4.500,00	4.500,00	161,08	3,58	163,46	3,63	4.336,54
RECEITA DE SERVIÇOS	379.600,00	379.600,00	40.619,48	10,70	197.220,68	51,95	182.379,32
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	14.672.600,00	14.672.600,00	2.619.100,65	17,85	12.975.443,95	88,43	1.697.156,05
TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS	14.357.600,00	14.357.600,00	2.568.178,89	17,89	12.760.299,51	88,87	1.597.300,49
Transf. de Conv.	315.000,00	315.000,00	50.921,76	16,17	215.144,44	68,30	99.855,56
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	145.000,00	145.000,00	17.513,63	12,08	111.520,68	76,91	33.479,32
Multas e Juros de Mora	35.500,00	35.500,00	5.013,46	14,12	37.753,20	106,35	-2.253,20
INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	10.500,00	10.500,00	2.312,59	22,02	11.094,23	105,66	-594,23
RECEITA DA DÍVIDA ATIVA	48.000,00	48.000,00	5.036,73	10,49	35.720,68	74,42	12.279,32
RECEITAS DIVERSAS	51.000,00	51.000,00	5.150,85	10,10	26.952,57	52,85	24.047,43
RECEITAS DE CAPITAL	11.877.700,00	11.877.700,00	287.500,00	2,42	293.510,00	2,47	11.584.190,00
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	1.000.000,00	1.000.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.000.000,00
OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS	1.000.000,00	1.000.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.000.000,00
ALIENAÇÃO DE BENS	72.000,00	72.000,00	0,00	0,00	6.010,00	8,35	65.990,00
ALIENAÇÃO DE BENS MÓVEIS	72.000,00	72.000,00	0,00	0,00	6.010,00	8,35	65.990,00
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	10.805.700,00	10.805.700,00	287.500,00	2,66	287.500,00	2,66	10.518.200,00
TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS	10.805.700,00	10.805.700,00	287.500,00	2,66	287.500,00	2,66	10.518.200,00
RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	—	—	—	—	—	—	—
SUBTOTAL DAS RECEITAS (III) = (I + II)	28.322.200,00	28.322.200,00	3.173.646,19	11,21	14.886.350,82	52,56	13.435.849,18
OPERAÇÕES DE CRÉDITO - REFINANCIAMENTO (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Internas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Continua 1/3

Município de IRINEOPOLIS - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2011/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

Continuação 2/3

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS				SALDO A REALIZAR (a - c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)	
OPERAÇÕES DE CRÉDITO - REFINANCIAMENTO (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (V) = (III + IV)	28.322.200,00	28.322.200,00	3.173.646,19	11,21	14.886.350,82	52,56	13.435.849,18
DÉFICIT (VI)	—	—	—	—	—	—	—
TOTAL (VII) = (V + VI)	28.322.200,00	28.322.200,00	3.173.646,19	11,21	14.886.350,82	52,56	13.435.849,18
SALDO DE EXERCÍCIOS ANTERIORES (UTILIZADOS PARA CRÉDITOS ADICIONAIS)	—	510.322,95	—	—	510.322,95	—	—
Superávit Financeiro	—	510.322,95	—	—	510.322,95	—	—
Reabertura de Créditos Adicionais	—	0,00	—	—	0,00	—	—

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL (d)	CRÉDITOS ADICIONAIS (e)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (f) = (d + e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO A LIQUIDAR (f - g)
				No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (g)	% (g/f)	
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (VIII)	28.322.200,00	1.206.322,95	29.528.522,95	2.593.071,60	14.893.085,88	2.519.368,74	14.033.660,42	47,53	15.494.862,53
DESPESAS CORRENTES	16.295.664,00	572.688,08	16.868.352,08	2.353.640,03	12.393.788,50	2.449.588,80	12.108.257,22	71,78	4.760.094,86
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	8.211.156,00	584.288,08	8.795.444,08	1.360.604,82	6.779.429,55	1.356.193,16	6.775.017,89	77,03	2.020.426,19
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	67.976,00	0,00	67.976,00	1.207,83	37.874,50	1.207,83	37.874,50	55,72	30.101,50
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	8.016.532,00	-11.600,00	8.004.932,00	991.827,38	5.576.484,45	1.092.187,81	5.295.364,83	66,15	2.709.567,17
DESPESAS DE CAPITAL	11.903.536,00	633.634,87	12.537.170,87	239.431,57	2.499.297,38	69.779,94	1.925.403,20	15,36	10.611.767,67
INVESTIMENTOS	11.343.536,00	724.634,87	12.068.170,87	211.007,73	2.198.956,55	41.356,10	1.625.062,37	13,47	10.443.108,50
INVERSOES FINANCEIRAS	310.000,00	-218.000,00	92.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	92.000,00
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	250.000,00	127.000,00	377.000,00	28.423,84	300.340,83	28.423,84	300.340,83	79,67	76.659,17
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	123.000,00	0,00	123.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	123.000,00
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IX)	—	—	—	—	—	—	—	—	—
SUBTOTAL DAS DESPESAS (X) = (VIII + IX)	28.322.200,00	1.206.322,95	29.528.522,95	2.593.071,60	14.893.085,88	2.519.368,74	14.033.660,42	47,53	15.494.862,53

Continua 2/3

Município de IRINEOPOLIS - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2011/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

Continuação 3/3

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL (d)	CRÉDITOS ADICIONAIS (e)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (f) = (d + e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO A LIQUIDAR (f - g)
				No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (g)	% (g/f)	
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA-REFINANCIAMENTO (XI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Interna	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Externa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (XII) = (X + XI)	28.322.200,00	1.206.322,95	29.528.522,95	2.593.071,60	14.893.085,88	2.519.368,74	14.033.660,42	47,53	15.494.862,53
SUPERÁVIT (XIII)	—	—	—	—	—	—	852.690,40	—	—
TOTAL (XIV) = (XII + XIII)	28.322.200,00	1.206.322,95	29.528.522,95	2.593.071,60	14.893.085,88	2.519.368,74	14.886.350,82	47,53	15.494.862,53

FONTE: SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO

Município de IRINEOPOLIS - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2011/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

RREO – Anexo II (LRF, Art. 52, inciso II, alínea “c”)

R\$ 1,00

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS				SALDO A LIQUIDAR (a - b)
			No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/Total b)	% (b/a)	
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	28.322.200,00	29.528.522,95	2.593.071,60	14.893.085,88	2.519.368,74	14.033.660,42	100,00	47,53	15.494.862,53
Legislativa	755.040,00	755.040,00	104.472,36	522.384,99	104.472,36	522.384,99	3,72	69,19	232.655,01
Ação Legislativa	755.040,00	755.040,00	104.472,36	522.384,99	104.472,36	522.384,99	3,72	69,19	232.655,01
Administração	3.388.000,00	3.499.617,38	206.951,16	1.459.462,12	232.615,86	1.404.504,00	10,01	40,13	2.095.113,38
Planejamento e Orçamento	494.000,00	559.617,38	64.133,58	381.069,50	63.554,67	377.826,70	2,69	67,52	181.790,68
Administração Geral	2.514.000,00	2.535.000,00	100.883,29	829.694,45	123.636,65	781.366,68	5,57	30,82	1.753.633,32
Administração Financeira	380.000,00	405.000,00	41.934,29	248.698,17	45.424,54	245.310,62	1,75	60,57	159.689,38
Segurança Pública	96.500,00	91.500,00	2.456,68	16.558,47	2.576,68	16.528,47	0,12	18,06	74.971,53
Defesa Civil	96.500,00	91.500,00	2.456,68	16.558,47	2.576,68	16.528,47	0,12	18,06	74.971,53
Assistência Social	1.153.000,00	1.516.000,00	361.342,41	957.098,00	203.358,84	764.937,33	5,45	50,46	751.062,67
Assistência ao Idoso	102.500,00	102.500,00	8.682,95	56.461,23	22.567,39	55.155,88	0,39	53,81	47.344,12
Assistência ao Portador de Deficiência	13.000,00	13.000,00	1.575,52	8.665,36	1.575,52	8.665,36	0,06	66,66	4.334,64
Assistência à Criança e ao Adolescente	284.500,00	206.500,00	15.713,26	95.967,41	16.784,26	94.586,64	0,67	45,80	111.913,36
Assistência Comunitária	619.000,00	1.060.000,00	309.442,27	682.486,97	136.503,26	493.012,42	3,51	46,51	566.987,58
Previdência Básica	134.000,00	134.000,00	25.928,41	113.517,03	25.928,41	113.517,03	0,81	84,71	20.482,97
Saúde	5.098.900,00	5.356.900,00	679.834,75	3.759.564,15	661.596,98	3.698.382,61	26,35	69,04	1.658.517,39
Administração Geral	5.000,00	5.000,00	0,00	69,40	69,40	69,40	0,00	1,39	4.930,60
Atenção Básica	4.214.560,00	4.472.560,00	583.237,40	3.249.160,30	579.575,01	3.204.795,74	22,84	71,65	1.267.764,26
Assistência Hospitalar e Ambulatorial	816.000,00	816.000,00	94.144,40	489.098,88	79.086,68	472.921,90	3,37	57,96	343.078,10
Vigilância Sanitária	32.500,00	32.500,00	812,82	9.385,66	982,40	9.385,66	0,07	28,88	23.114,34
Vigilância Epidemiológica	30.840,00	30.840,00	1.640,13	11.849,91	1.883,49	11.209,91	0,08	36,35	19.630,09
Educação	7.381.125,00	8.234.827,90	918.947,96	4.943.483,75	976.394,62	4.564.314,09	32,52	55,43	3.670.513,81
Administração Geral	4.000,00	4.000,00	0,00	3.945,81	0,00	3.945,81	0,03	98,65	54,19
Alimentação e Nutrição	100.000,00	200.000,00	28.837,37	170.896,10	18.659,57	155.203,83	1,11	77,60	44.796,17
Ensino Fundamental	5.134.125,00	5.306.226,45	792.900,93	3.720.222,87	802.623,31	3.639.204,13	25,93	68,58	1.667.022,32
Ensino Médio	22.000,00	22.000,00	0,00	18.900,00	0,00	18.900,00	0,13	85,91	3.100,00
Ensino Superior	91.000,00	91.000,00	0,00	52.719,41	15.000,00	37.719,41	0,27	41,45	53.280,59
Educação Infantil	2.007.000,00	2.574.101,45	97.209,66	945.299,56	134.111,74	685.340,91	4,88	26,62	1.888.760,54
Educação de Jovens e Adultos	3.000,00	3.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	3.000,00
Educação Especial	20.000,00	34.500,00	0,00	31.500,00	6.000,00	24.000,00	0,17	69,57	10.500,00

Continua 1/2

Município de IRINEOPOLIS - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2011/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

Continuação 2/2

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS				SALDO A LIQUIDAR (a - b)
			No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/Total b)	% (b/a)	
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	28.322.200,00	29.528.522,95	2.593.071,60	14.893.085,88	2.519.368,74	14.033.660,42	100,00	47,53	15.494.862,53
Cultura	199.000,00	205.000,00	25.835,87	79.310,33	23.135,73	75.473,19	0,54	36,82	129.526,81
Difusão Cultural	87.000,00	85.000,00	8.348,73	22.868,69	8.348,73	22.868,69	0,16	26,90	62.131,31
Desporto Comunitário	112.000,00	120.000,00	17.487,14	56.441,64	14.787,00	52.604,50	0,37	43,84	67.395,50
Urbanismo	4.201.935,00	4.934.437,67	96.186,45	1.429.257,03	98.439,14	1.425.924,73	10,16	28,90	3.508.512,94
Infra-Estrutura Urbana	4.201.935,00	4.934.437,67	96.186,45	1.429.257,03	98.439,14	1.425.924,73	10,16	28,90	3.508.512,94
Habitação	618.750,00	570.750,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	570.750,00
Habitação Urbana	618.750,00	570.750,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	570.750,00
Saneamento	20.000,00	2.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.000,00
Saneamento Básico Urbano	20.000,00	2.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.000,00
Agricultura	1.574.250,00	1.409.750,00	26.926,21	500.187,15	41.505,85	356.015,80	2,54	25,25	1.053.734,20
Extensão Rural	1.574.250,00	1.409.750,00	26.926,21	500.187,15	41.505,85	356.015,80	2,54	25,25	1.053.734,20
Indústria	261.000,00	37.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	37.000,00
Promoção Industrial	261.000,00	37.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	37.000,00
Comércio e Serviços	281.000,00	63.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	63.000,00
Turismo	281.000,00	63.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	63.000,00
Energia	140.000,00	140.000,00	30.712,44	138.089,04	30.712,44	138.089,04	0,98	98,64	1.910,96
Energia Elétrica	140.000,00	140.000,00	30.712,44	138.089,04	30.712,44	138.089,04	0,98	98,64	1.910,96
Transporte	3.030.700,00	2.589.700,00	139.405,31	1.087.690,85	144.560,24	1.067.106,17	7,60	41,21	1.522.593,83
Transporte Rodoviário	3.030.700,00	2.589.700,00	139.405,31	1.087.690,85	144.560,24	1.067.106,17	7,60	41,21	1.522.593,83
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	123.000,00	123.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	123.000,00
TOTAL (III) = (I + II)	28.322.200,00	29.528.522,95	2.593.071,60	14.893.085,88	2.519.368,74	14.033.660,42	100,00	47,53	15.494.862,53

FONTE: SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO

¹ Representa uma dotação global sem destinação específica a determinado órgão, unidade orçamentária, programa ou categoria econômica, cujos recursos serão utilizados para abertura de créditos adicionais, não sendo portanto uma função. É apresentada neste demonstrativo por constar no orçamento.

MUNICÍPIO DE IRINEÓPOLIS - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2011/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

RREO - ANEXO X (LDB, art. 72)

R\$ 1,00

RECEITAS DO ENSINO

RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS (caput do art. 212 da Constituição)	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
1- RECEITAS DE IMPOSTOS	903.500,00	903.500,00	148.511,68	1.055.224,11	116,79
1.1- Receita Resultante do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - IPTU	324.500,00	324.500,00	8.875,98	257.252,91	79,28
1.1.1- IPTU	297.000,00	297.000,00	6.322,69	221.914,24	74,72
1.1.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do IPTU	13.000,00	13.000,00	1.265,68	19.792,72	152,25
1.1.3- Dívida Ativa do IPTU	14.500,00	14.500,00	1.287,61	15.545,95	107,21
1.1.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do IPTU	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.1.5- (-) Deduções da Receita do IPTU	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.2- Receita Resultante do Imposto sobre Transmissão Inter Vivos - ITBI	72.500,00	72.500,00	12.804,00	65.634,56	90,53
1.2.1- ITBI	72.000,00	72.000,00	12.804,00	65.634,56	91,16
1.2.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ITBI	500,00	500,00	0,00	0,00	0,00
1.2.3- Dívida Ativa do ITBI	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.2.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ITBI	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.2.5- (-) Deduções da Receita do ITBI	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.3- Receita Resultante do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	391.500,00	391.500,00	101.123,59	612.764,93	156,52
1.3.1- ISS	368.000,00	368.000,00	96.490,21	591.745,86	160,80
1.3.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ISS	10.000,00	10.000,00	1.784,20	8.674,23	86,74
1.3.3- Dívida Ativa do ISS	13.500,00	13.500,00	2.849,18	12.344,84	91,44
1.3.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ISS	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.3.5- (-) Deduções da Receita do ISS	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.4- Receita Resultante do Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	115.000,00	115.000,00	25.708,11	119.571,71	103,98
1.4.1- IRRF	115.000,00	115.000,00	25.708,11	119.571,71	103,98
1.4.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do IRRF	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.4.3- Dívida Ativa do IRRF	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.4.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do IRRF	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.4.5- (-) Deduções da Receita do IRRF	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5- Receita Resultante do Imposto Territorial Rural - ITR (CF, art. 153, §4º, inciso III)	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.1- ITR	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ITR	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.3- Dívida Ativa do ITR	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ITR	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.5- (-) Deduções da Receita do ITR	-	0,00	0,00	0,00	0,00
2- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS	10.485.000,00	10.485.000,00	1.910.039,84	9.782.382,67	93,30
2.1- Cota-Parte FPM	5.600.000,00	5.600.000,00	906.084,82	5.198.453,39	92,83
2.1.1- Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea b	5.600.000,00	5.600.000,00	906.084,82	5.198.453,39	92,83
2.1.2- Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea d	-	0,00	0,00	0,00	0,00
2.2- Cota-Parte ICMS	4.300.000,00	4.300.000,00	886.003,35	4.090.009,60	95,12
2.3- ICMS-Desoneração - L.C. nº87/1996	30.000,00	30.000,00	4.561,46	22.807,30	76,02
2.4- Cota-Parte IPI-Exportação	100.000,00	100.000,00	16.873,60	77.867,12	77,87
2.5- Cota-Parte ITR	20.000,00	20.000,00	21.613,76	23.549,42	117,75
2.6- Cota-Parte IPVA	435.000,00	435.000,00	74.902,85	369.695,84	84,99
2.7- Cota-Parte IOF-Curo	-	0,00	0,00	0,00	0,00
3- TOTAL DA RECEITA BRUTA DE IMPOSTOS (1 + 2)	11.388.500,00	11.388.500,00	2.058.551,52	10.837.606,78	95,16
RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
4- RECEITA DA APLICAÇÃO FINANCEIRA DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS VINC. AO ENSINO	-	0,00	0,00	0,00	0,00
5- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DO FNDE	511.000,00	511.000,00	110.643,38	467.990,95	91,58
5.1- Transferências do Salário-Educação	302.000,00	302.000,00	57.530,08	272.776,40	90,32
5.2- Outras Transferências do FNDE	209.000,00	209.000,00	53.113,30	195.214,55	93,40
5.3- Aplicação Financeira dos Recursos do FNDE	-	0,00	0,00	0,00	0,00
6- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS	2.535.000,00	2.535.000,00	50.921,76	215.144,44	8,49
6.1- Transferências de Convênios	2.535.000,00	2.535.000,00	50.921,76	215.144,44	8,49
6.2- Aplicação Financeira dos Recursos de Convênios	-	0,00	0,00	0,00	0,00
7- RECEITA DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO	-	0,00	0,00	0,00	0,00
8- OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	12.000,00	12.000,00	1.963,58	9.286,25	77,39
9- TOTAL DAS RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO (4 + 5 + 6 + 7 + 8)	3.058.000,00	3.058.000,00	163.528,72	692.421,64	22,64

FUNDEB

RECEITAS DO FUNDEB	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
10- RECEITAS DESTINADAS AO FUNDEB	2.080.000,00	2.080.000,00	382.007,53	1.956.474,39	94,06
10.1- Cota-Parte FPM Destinada ao FUNDEB - (20% de 2.1.1)	1.120.000,00	1.120.000,00	181.216,90	1.039.690,41	92,83
10.2- Cota-Parte ICMS Destinada ao FUNDEB - (20% de 2.2)	850.000,00	850.000,00	177.200,49	818.001,03	96,24
10.3- ICMS-Desoneração Destinada ao FUNDEB - (20% de 2.3)	6.000,00	6.000,00	912,28	4.561,40	76,02
10.4- Cota-Parte IPI-Exportação Destinada ao FUNDEB - (20% de 2.4)	20.000,00	20.000,00	3.374,73	15.573,45	77,87
10.5- Cota-Parte ITR ou ITR Arrecados Destinados ao FUNDEB - (20% de (1.5 + 2.5))	4.000,00	4.000,00	4.322,73	4.709,78	117,74
10.6- Cota-Parte IPVA Destinada ao FUNDEB - (20% de 2.6)	80.000,00	80.000,00	14.980,40	73.938,32	92,42
11- RECEITAS RECEBIDAS DO FUNDEB	3.400.000,00	3.400.000,00	640.209,65	3.037.605,81	89,34
11.1- Transferências de Recursos do FUNDEB	3.400.000,00	3.400.000,00	640.209,65	3.037.605,81	89,34
11.2- Complementação da União ao FUNDEB	-	0,00	0,00	0,00	0,00
11.3- Receita de Aplicação Financeira dos Recursos do FUNDEB	-	0,00	0,00	0,00	0,00
12- RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB (11.1 - 10)	1.320.000,00	1.320.000,00	258.202,12	1.081.131,42	81,90
ACRÉSCIMO RESULTANTE DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB					

MUNICÍPIO DE IRINEÓPOLIS - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2011/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

Continuação 2/3

DESPESAS DO FUNDEB	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS LIQUIDADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100
13- PAGAMENTO DOS PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO	2.044.500,00	2.044.500,00	396.917,09	1.750.355,50	85,61
13.1- Com Educação Infantil	245.000,00	245.000,00	40.487,86	56.258,58	22,96
13.2- Com Ensino Fundamental	1.799.500,00	1.799.500,00	356.429,23	1.694.096,92	94,14
14- OUTRAS DESPESAS	1.360.000,00	1.874.202,90	178.978,12	1.250.782,58	66,74
14.1- Com Educação Infantil	0,00	452.101,45	22.529,04	192.086,24	42,49
14.2- Com Ensino Fundamental	1.360.000,00	1.422.101,45	156.449,08	1.058.696,34	74,45
15- TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEB (13 + 14)	3.404.500,00	3.918.702,90	575.895,21	3.001.138,08	76,58
DEDUÇÕES PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB PARA PAGAMENTO DOS PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO					VALOR
16- RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DO FUNDEB					—
17- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DO FUNDEB					0,00
18- TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB (16 + 17)					0,00
19- MÍNIMO DE 60% DO FUNDEB NA REMUNERAÇÃO DO MAGISTÉRIO COM EDUCAÇÃO INFANTIL E ENSINO FUNDAMENTAL1 ((13 – 18) / (11) x 100) %					57,62
CONTROLE DA UTILIZAÇÃO DE RECURSOS NO EXERCÍCIO SUBSEQUENTE				VALOR	
20 – RECURSOS RECEBIDOS DO FUNDEB EM 2010 QUE NÃO FORAM UTILIZADOS				0,00	
21 – DESPESAS CUSTEADAS COM O SALDO DO ITEM 20 ATÉ O 1º TRIMESTRE DE 2011²				0,00	

MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – DESPESAS CUSTEADAS COM A RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS E RECURSOS DO FUNDEB

RECEITAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (c)=(b/a)x100
22- IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS DESTINADAS À MDE (25% de 3)³	2.847.125,00	2.847.125,00	514.637,88	2.709.401,70	95,16
DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS LIQUIDADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100
23- EDUCAÇÃO INFANTIL	677.000,00	1.244.101,45	134.111,74	685.340,91	55,09
23.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	245.000,00	697.101,45	63.016,90	248.344,82	35,63
23.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	432.000,00	547.000,00	71.094,84	436.996,09	79,89
24- ENSINO FUNDAMENTAL	3.473.125,00	3.645.226,45	670.901,55	3.031.532,03	83,16
24.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	3.159.500,00	3.221.601,45	512.878,31	2.752.793,26	85,45
24.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	313.625,00	423.625,00	158.023,24	278.738,77	65,80
25- ENSINO MÉDIO	22.000,00	22.000,00	0,00	18.900,00	85,91
26- ENSINO SUPERIOR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
27- ENSINO PROFISSIONAL NÃO INTEGRADO AO ENSINO REGULAR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
28- OUTRAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
29- TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE (23 + 24 + 25 + 26 + 27 + 28)	4.172.125,00	4.911.327,90	805.013,29	3.735.772,94	76,06
DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL					VALOR
30- RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB = (12)					1.081.131,42
31- DESPESAS CUSTEADAS COM A COMPLEMENTAÇÃO DO FUNDEB NO EXERCÍCIO					—
32- RECEITA DE APLICAÇÃO FINANCEIRA DOS RECURSOS DO FUNDEB ATÉ O BIMESTRE = (50 h)					—
33- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DO FUNDEB					124.202,94
34- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS					0,00
35- RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO⁴					—
36- CANCELAMENTO, NO EXERCÍCIO, DE RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO = (46 g)					—
37- TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL (30 + 31 + 32 + 33 + 34 + 35 + 36)					1.205.334,36
38- TOTAL DAS DESPESAS PARA FINS DE LIMITE ((23 + 24) – (37))					2.511.538,58
39- MÍNIMO DE 25% DAS RECEITAS RESULTANTES DE IMPOSTOS EM MDE5 ((38) / (3) x 100) %					23,17

OUTRAS INFORMAÇÕES PARA CONTROLE

OUTRAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS LIQUIDADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100
40- DESPESAS CUSTEADAS COM A APLICAÇÃO FINANCEIRA DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
41- DESPESAS CUSTEADAS COM A CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DO SALÁRIO-EDUCAÇÃO	302.000,00	302.000,00	57.800,00	277.180,04	91,78
42- DESPESAS CUSTEADAS COM OPERAÇÕES DE CRÉDITO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
43- DESPESAS CUSTEADAS COM OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	254.000,00	354.000,00	41.659,57	269.203,83	76,05
44- TOTAL DAS OUTRAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO (40 + 41 + 42 + 43)	556.000,00	656.000,00	99.459,57	546.383,87	83,29
45- TOTAL GERAL DAS DESPESAS COM MDE (29 + 44)	4.728.125,00	5.567.327,90	904.472,86	4.282.156,81	76,92
RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO	SALDO ATÉ O BIMESTRE		CANCELADO EM 2011 (g)		
46- RESTOS A PAGAR DE DESPESAS COM MDE	0,00		0,00		

MUNICÍPIO DE IRINEOPOLIS - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2011/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

Continuação 3/3

FLUXO FINANCEIRO DOS RECURSOS	VALOR	
	FUNDEB (h)	FUNDEF
47- SALDO FINANCEIRO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010	328.768,05	0,00
48- (+) INGRESSO DE RECURSOS ATÉ O BIMESTRE	3.037.605,81	0,00
49- (-) PAGAMENTOS EFETUADOS ATÉ O BIMESTRE	3.224.306,09	0,00
50- (+) RECEITA DE APLICAÇÃO FINANCEIRA DOS RECURSOS ATÉ O BIMESTRE	0,00	0,00
51- (=) SALDO FINANCEIRO NO EXERCÍCIO ATUAL	142.067,77	0,00

FONTE:

¹ Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício.

² Art. 21, § 2º, Lei 11.494/2007: "Até 5% dos recursos recebidos à conta dos Fundos, inclusive relativos à complementação da União recebidos nos termos do §1º do art. 6º desta Lei, poderão ser utilizados no 1º trimestre do exercício imediatamente subsequente, mediante abertura de crédito adicional."

³ Caput do art. 212 da CF/1988

⁴ Os valores referentes à parcela dos Restos a Pagar inscritos sem disponibilidade financeira vinculada à educação deverão ser informados somente no RREO do último bimestre do exercício

⁵ Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício, no âmbito de atuação prioritária, conforme LDB, art. 11, V.

O valor do saldo do superávit financeiro do exercício anterior, do FUNDEB foi de R\$ 124.202,94, e da complementação do FUNDEB foi de R\$ 0,00, e de outros recursos de impostos foi de R\$ 0,00.

Município de IRINEOPOLIS - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
**DEMONSTRATIVO DA RECEITA DE IMPOSTOS LÍQUIDA E DAS DESPESAS PRÓPRIAS COM
AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE**
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2011/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

RREO – ANEXO XVI (ADCT, art. 77)

R\$ 1,00

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (b)	% (b/a)
RECEITAS DE IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS	11.388.500,00	11.388.500,00	10.837.606,78	95,16
Impostos	852.000,00	852.000,00	998.866,37	117,24
Imposto s/ Propriedade Predial e Territ. Urbana	297.000,00	297.000,00	221.914,24	74,72
Imposto s/Transm Inter Vivos de Bens Imoveis e Dir	72.000,00	72.000,00	65.634,56	91,16
Imposto s/ Servicos de Qualquer Natureza	368.000,00	368.000,00	591.745,86	160,80
Imposto sobre a Renda e Proventos de Qualquer Natureza - IRRF	115.000,00	115.000,00	119.571,71	103,98
Multas, Juros de Mora e Dívida Ativa dos Impostos	51.500,00	51.500,00	56.357,74	109,43
Multas, Juros de Mora e Outros Encargos dos Impostos	23.500,00	23.500,00	28.466,95	121,14
Dívida Ativa dos Impostos	28.000,00	28.000,00	27.890,79	99,61
Receitas de Transferências Constitucionais e Legais	10.485.000,00	10.485.000,00	9.782.382,67	93,30
Da União	5.650.000,00	5.650.000,00	5.244.810,11	92,83
Cota-Parte do Fundo de Participação dos Municípios	5.600.000,00	5.600.000,00	5.198.453,39	92,83
Cota-Parte do Imp. s/ a Propr. Territorial Rural	20.000,00	20.000,00	23.549,42	117,75
Transf. Financ. ICMS - Desoner - L.C. Nº 87/96	30.000,00	30.000,00	22.807,30	76,02
Do Estado	4.835.000,00	4.835.000,00	4.537.572,56	93,85
Cota-Parte do ICMS	4.300.000,00	4.300.000,00	4.090.009,60	95,12
Cota-Parte do IPI sobre Exportação	100.000,00	100.000,00	77.867,12	77,87
Cota-Parte do IPVA	435.000,00	435.000,00	369.695,84	84,99
TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE - SUS (II)	2.473.100,00	2.473.100,00	1.398.125,38	56,53
Da União para o Município	1.454.010,00	1.454.010,00	1.096.014,23	75,38
Do Estado para o Município	799.090,00	799.090,00	120.987,50	15,14
Outras Receitas do SUS	220.000,00	220.000,00	181.123,65	82,33
OUTRAS RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	16.540.600,00	16.540.600,00	4.607.093,05	27,85
(-) DEDUÇÃO PARA O FUNDEB	-2.080.000,00	-2.080.000,00	-1.956.474,39	94,06
TOTAL	28.322.200,00	28.322.200,00	14.886.350,82	52,56

DESPESAS COM SAÚDE (Por Grupo de Natureza da Despesa)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (d)	% (d/c)
DESPESAS CORRENTES	4.159.460,00	4.794.260,00	3.606.352,60	75,22
Pessoal e Encargos Sociais	2.415.140,00	2.840.540,00	2.317.978,46	81,60
Juros e Encargos da Dívida	7.000,00	7.000,00	4.887,61	69,82
Outras Despesas Correntes	1.737.320,00	1.946.720,00	1.283.486,53	65,93
DESPESAS DE CAPITAL	919.440,00	546.640,00	92.030,01	16,84
Investimentos	919.440,00	546.640,00	80.161,09	14,66
Amortização da Dívida	0,00	0,00	11.868,92	0,00

Continua 1/2

Município de IRINEOPOLIS - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
**DEMONSTRATIVO DA RECEITA DE IMPOSTOS LÍQUIDA E DAS DESPESAS PRÓPRIAS COM
AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE**
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2011/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

Continuação 2/2

DESPESAS COM SAÚDE (Por Grupo de Natureza da Despesa)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (d)	% (d/c)
DESPESAS DE CAPITAL	919.440,00	546.640,00	92.030,01	16,84
Amortização da Dívida	0,00	0,00	11.868,92	0,00
TOTAL (IV)	5.078.900,00	5.340.900,00	3.698.382,61	69,25

DESPESAS PRÓPRIAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (e)	% (e)/ despesas com saúde
DESPESAS COM SAÚDE	5.078.900,00	5.340.900,00	3.698.382,61	100,00
(-) DESPESAS COM INATIVOS E PENSIONISTAS	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) DESPESAS CUSTEADAS COM RECURSOS DESTINADOS À SAÚDE	2.473.100,00	2.067.100,00	1.398.125,38	37,80
Recursos de Transferências do Sistema Único de Saúde - SUS	2.473.100,00	2.067.100,00	1.398.125,38	37,80
Recursos de Operações de Crédito	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Recursos	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS PRÓPRIOS VINCULADOS ¹	-	-	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS PRÓPRIAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (V)	2.605.800,00	3.273.800,00	2.300.257,23	62,20

CONTROLE DE RESTOS A PAGAR VINCULADOS A SAÚDE INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS PRÓPRIOS VINCULADOS	
	Inscritos em Exercícios Anteriores	Cancelados em 2011 (VI)
RESTOS A PAGAR DE DESPESAS PRÓPRIAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SA	34.559,10	0,00

PARTICIPAÇÃO DAS DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE NA RECEITA DE IMPOSTOS LÍQUIDA E TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS - LIMITE CONSTITUCIONAL <%=² [(V - VI) / I]	21,22
---	--------------

DESPESAS COM SAÚDE (Por Subfunção)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até Bimestre (i)	% (i/Total i)
Atenção Básica	4.214.560,00	4.472.560,00	3.204.795,74	86,65
Assistência Hospitalar e Ambulatorial	816.000,00	816.000,00	472.921,90	12,79
Vigilância Sanitária	32.500,00	32.500,00	9.385,66	0,25
Vigilância Epidemiológica	30.840,00	30.840,00	11.209,91	0,30
Outras Subfunções	15.000,00	15.000,00	69,40	0,00
TOTAL	5.108.900,00	5.366.900,00	3.698.382,61	100,00

FONTE: SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO

¹ Essa linha apresentará valor somente no Relatório Resumido da Execução Orçamentária do último bimestre do exercício.² Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício.

Itapoá

PREFEITURA

Extrato do Contrato Nº 83/2011 Pregão Presencial Nº 37/2011

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPOÁ

EXTRATO DO CONTRATO Nº 83/2011

Contratante: Município de Itapoá/SC.

Contratada: GENTE SEGURADORA S/A. com sede á Av. Carlos Gomes, nº 350, Bairro: Boa Vista, na cidade de Porto Alegre/RS, inscrita no CNPJ/MF sob o nº. 90.180.305/0001-02

Licitação: PREGÃO PRESENCIAL Nº 37/2011 - PROCESSO Nº 90/2011.

Objeto: Contratação de seguro para veículos da prefeitura municipal de Itapoá, conforme descrição dos veículos.

VALOR R\$: 10.450,00 (dez mil quatrocentos e cinquenta reais).

DATA DA ASSINATURA: 16/11/2011

PRAZO DE VIGÊNCIA: O contrato terá vigência de 01 (um) ano.

BASE LEGAL: Lei Federal nº 10.520/2002, da Lei Federal nº 8.666/93, alterada pela Lei Federal 8.883/94, e Lei Federal nº 8.078/90.

Itapoá, 16 de novembro de 2011.

ERVINO SPERANDIO

Prefeito Municipal

Joaçaba

PREFEITURA

Decreto Nº 3.946 de 22 de Novembro de 2011.

DECRETO Nº 3.946 DE 22 DE NOVEMBRO DE 2011.

REGULAMENTA O USO DA NOTA FISCAL DE SERVIÇOS ELETRÔNICA, INSTITUÍDA PELA LEI COMPLEMENTAR Nº 206, 26 DE SETEMBRO DE 2011, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito do Município de Joaçaba (SC), no uso de atribuições que são conferidas por Lei,

DECRETA:

CAPÍTULO I

DA NOTA FISCAL DE SERVIÇOS ELETRÔNICA - NFS-E

SEÇÃO I

DA DEFINIÇÃO DA NFS-E

Art. 1º Fica instituída a Nota Fiscal de Serviços Eletrônica, que deverá ser emitida por ocasião da prestação de serviços.

Parágrafo único. Considera-se Nota Fiscal de Serviços Eletrônica - NFS-e o documento emitido e armazenado eletronicamente em sistema próprio da Prefeitura do Município de Joaçaba, com o objetivo de registrar as operações relativas à prestação de serviços, de existência exclusivamente digital, com validade jurídica, mediante autorização de uso fornecida pela Secretaria Municipal de Gestão Financeira.

SEÇÃO II

DOS CONTRIBUINTES OBRIGADOS

Art. 2º A utilização da Nota Fiscal de Serviços Eletrônica - NFS-e

instituída pela Lei Municipal Nº 206, 26 de setembro de 2011, será obrigatória, nas datas a seguir estipuladas, para os contribuintes abaixo discriminados:

I - A partir de 01 de dezembro de 2011, ficam obrigados:

a) Os contribuintes que, independentemente da atividade econômica exercida, prestem serviços destinados à Administração Pública direta ou indireta, inclusive empresas públicas e sociedade de economia mista, de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios;

b) Para todas as empresas que iniciem suas atividades no Município de Joaçaba a partir da data de publicação do presente Decreto;

c) Os contribuintes que tenham as atividades enquadradas no item 17.18 da lista de serviços do Código Tributário Municipal.

II - A partir do dia 01 de fevereiro de 2012, os contribuintes que tenham suas atividades enquadradas nos itens 01, 02, 03, 06, 08, 09 e 17 da lista de serviços do Código Tributário Municipal;

III - A partir do dia 01 de março de 2012, os contribuintes que tenham suas atividades enquadradas nos itens 04, 05, 07, 10, 11 e 12 da lista de serviços do Código Tributário Municipal;

IV - A partir do dia 01 de abril de 2012, os contribuintes que tenham suas atividades enquadradas nos itens 13 e 14 da lista de serviços do Código Tributário Municipal;

V - A partir de 01 de maio de 2012, os contribuintes que tenham suas atividades enquadradas nos itens 15, 16, 18 ao 40 da lista de serviços do Código Tributário Municipal;

Art. 3º A Nota Fiscal eletrônica é facultativa para os empreendedores individuais.

CAPÍTULO II

DO ACESSO AO SISTEMA DA NOTA FISCAL DE SERVIÇOS ELETRÔNICA - NFS-E

SEÇÃO I

DO ACESSO PELO CONTRIBUINTE

Art. 4º O acesso ao sistema da Nota Fiscal de Serviços Eletrônica - NFS-e que conterà dados fiscais de interesse dos contribuintes, será realizado mediante a utilização de senha de segurança.

Art. 5º As pessoas obrigadas e as facultadas, para obter acesso ao sistema de que trata este Decreto, deverão efetuar o cadastramento da solicitação de acesso, por meio da rede mundial de computadores (Internet), no endereço eletrônico www.joacaba.sc.gov.br.

Parágrafo Único. A solicitação de acesso deverá estar assinada pelo responsável legal da empresa e pelo contador, tendo suas firmas reconhecidas em cartório.

Art. 6º Após a solicitação de acesso, o pedido será analisado pela Secretaria da Fazenda, a qual, a vista da regularidade das informações, procederá ao desbloqueio do acesso e, em seguida será encaminhado, via correio eletrônico (e-mail), para o solicitante, a mensagem referente ao resultado da solicitação de acesso ao sistema da NFS-e.

§ 1º No caso de se constatar qualquer inconsistência nas informações prestadas, a pessoa jurídica interessada na obtenção da senha será informada, via correio eletrônico (e-mail) informado no cadastramento, para, no prazo de até dez (10) dias, tomar as providências necessárias ao seu desbloqueio.

§ 2º Decorrido o prazo de que trata o parágrafo anterior, sem que sejam tomadas as providências mencionadas, a pessoa jurídica terá a solicitação de desbloqueio automaticamente rejeitada, caso em que o interessado deverá promover novo cadastramento.

Art. 7º A senha de acesso representa a assinatura eletrônica da pessoa jurídica cadastrada, sendo pessoal e intransferível, podendo ser alterada a qualquer tempo pelo seu detentor.

Art. 8º Será cadastrada apenas uma senha de segurança para cada estabelecimento prestador, levando-se em consideração o número de inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica - CNPJ junto ao Ministério da Fazenda, desde que estejam em situação regular

e ativa perante a Receita Federal, Estadual e Municipal.
Parágrafo único. A liberação de acesso, será concedida ao representante legal indicado, e conterá as seguintes funções:

I - habilitar ou desabilitar usuários do sistema da NFS-e;
II - gerar, cancelar, imprimir notas fiscais eletrônicas, emitir relatórios, gerar guias de pagamento, entre outros.

Art. 9º. A pessoa jurídica detentora da senha de acesso será responsável por todos os atos praticados no sistema da nota fiscal eletrônica, bem como pelos usuários habilitados ou vinculados e que atuem em seu nome.

SEÇÃO II

DO ACESSO PELA ADMINISTRAÇÃO FAZENDÁRIA

Art. 10. O acesso ao sistema da Nota Fiscal de Serviços Eletrônica - NFS-e que conterá dados fiscais de interesse da Administração Fazendária Municipal, será realizado mediante a utilização de senha de acesso.

Art. 11. A senha de acesso prevista do artigo anterior será outorgada ao Fiscal de Tributos, e conterá as seguintes funções:

I - habilitar o contribuinte;
II - criar ou modificar perfis de utilização do sistema;
III - incluir e excluir informações de interesse do contribuinte e da Administração Fazendária no portal da NFS-e.

CAPÍTULO III

DA EMISSÃO DA NOTA FISCAL DE SERVIÇOS ELETRÔNICA - NFS-E

Art. 12. A NFS-e deve conter as seguintes indicações:

I - número sequencial;
II - código de verificação de autenticidade;
III - data e hora da emissão;
IV - identificação do prestador de serviços, com:
a) nome ou razão social;
b) endereço;
c) "e-mail";
d) inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica - CNPJ;
e) inscrição no Cadastro Mobiliário;
V - identificação do tomador de serviços, com:
a) nome ou razão social;
b) endereço;
c) "e-mail";
d) inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas - CPF ou no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica - CNPJ;
VI - discriminação do serviço;
VII - valor total da NFS-e;
VIII - valor da dedução na base de cálculo, se houver e na forma prevista na legislação municipal;
IX - valor da base de cálculo;
X - código do serviço - enquadramento do serviço prestado conforme previsão constante da Lei Complementar nº 128/2006;
XI - alíquota e valor do ISS;
XII - indicação no corpo da NFS-e de:

a) isenção ou imunidade relativas ao ISS, quando for o caso;
b) serviço não tributável pelo Município de Joaçaba, nas hipóteses em que o imposto seja devido no local da prestação, em conformidade com a lei complementar federal e municipal.
c) retenção de ISS na fonte;
d) empresas prestadoras de serviços com recolhimento mediante alíquota fixa, da expressão "empresa enquadrada no regime de alíquota fixa por profissional";
e) empresas enquadradas com base de cálculo por estimativa ou outra forma de tratamento tributário diferenciado;
f) existência de decisão judicial suspendendo a exigibilidade do ISSQN;
g) número e data do Recibo Provisório de Serviços - RPS emitido, nos casos de sua substituição.

§ 1º A NFS-e conterá, no cabeçalho, as expressões "Prefeitura Municipal de Joaçaba", "Secretaria Municipal de Gestão Financeira" e "Nota Fiscal Eletrônica de Serviços - NFS-e".

§ 2º O número da NFS-e será gerado pelo sistema, em ordem crescente sequencial, e será específico para cada estabelecimento do prestador de serviços.

§ 3º O sistema da NFS-e permitirá o uso de logotipo da empresa prestadora dos serviços.

Art. 13. A NFS-e deve ser emitida "on-line", por meio da Internet, no endereço eletrônico "http://www.joacaba.sc.gov.br", somente pelos prestadores de serviços estabelecidos no Município de Joaçaba, mediante a liberação de acesso.

Parágrafo único. A NFS-e poderá ser impressa em tantas vias quantas se fizerem necessárias, podendo inclusive ser enviada por correio eletrônico ("e-mail") ao tomador de serviços.

Art. 14. As notas fiscais eletrônicas emitidas poderão ser consultadas e impressas, nos meios eletrônicos da Secretaria de Gestão Financeira.

Art. 15. Todos os estabelecimentos prestadores (exceto os facultados) são obrigados a gerar notas fiscais para todos os serviços prestados.

Art. 16. A emissão de Nota Fiscal de Serviços Eletrônica será elemento definitivo para constituição do crédito tributário e representará a confissão de dívida da operação realizada, constituindo-se em instrumento hábil e suficiente para exigência do crédito tributário.

SEÇÃO I

DA EMISSÃO DA NOTA FISCAL ELETRÔNICA DE SERVIÇO MUNICIPAL - NFS-E POR BANCOS E DEMAIS INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS AUTORIZADAS A FUNCIONAR PELO BANCO CENTRAL DO BRASIL

Art. 17. Os bancos e as cooperativas de crédito autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil ficam dispensados de gerar notas fiscais eletrônicas de serviços municipais - NFS-e.

SEÇÃO III

DO CANCELAMENTO DA NFS-E

Art. 18. A NFS-e poderá ser cancelada pelo emitente, por meio do sistema informatizado ("online"), no endereço eletrônico <http://www.joacaba.sc.gov.br>, na rede mundial de computadores (Internet), antes do pagamento ou vencimento do imposto, seja ele por retenção ou não.

§ 1º Após o pagamento do imposto a NFS-e somente poderá ser cancelada por meio de processo administrativo fiscal regular, no qual deverão ser apresentadas as razões que motivaram o pedido.

§ 2º Havendo o cancelamento da NFS-e, o contribuinte deverá registrar eletronicamente, em campo próprio, os motivos que levaram a anulação do documento, momento em que o sistema enviará automaticamente mensagem eletrônica ao tomador do serviço noticiando a operação.

§ 3º O documento cancelado permanecerá armazenado na base do sistema da NFS-e e sobre ele deverá ser inserida marca identificando a invalidade do mesmo.

Art. 19. Não se admite cancelamento da NFS-e em razão do não recebimento do preço do serviço, sendo o imposto devido em razão da prestação do serviço.

CAPÍTULO IV

DO RECIBO PROVISÓRIO DE SERVIÇO - RPS

SEÇÃO I

DA DEFINIÇÃO DE RPS E SUA UTILIZAÇÃO

Art. 20. Nos casos previstos neste Decreto, a pessoa jurídica prestadora de serviços poderá emitir Recibo Provisório de Serviços - RPS, que posteriormente deverá ser substituído por NFS-e.

§ 1º Entende-se por Recibo Provisório de Serviços - RPS, o documento fiscal impresso, manuscrito ou gerado eletronicamente, de cunho temporário, tendente a acobertar operações desprovidas da geração regular da NFS-e, o qual deverá conter:

I - identificação do prestador dos serviços, contendo:

a) nome ou razão social;
b) endereço;
c) número do CNPJ;
d) número no cadastro mobiliário municipal;
e) correio eletrônico (e-mail);
II - identificação do tomador dos serviços contendo, contendo:
a) nome ou razão social;
b) endereço;
c) número do CPF ou CNPJ;
d) número no cadastro mobiliário municipal;
e) correio eletrônico (e-mail);
III - numeração sequencial;
IV - série;
V - a descrição:
a) dos serviços prestados;
b) preço do serviço;
c) enquadramento do serviço executado na lista de serviços (subitem);
d) alíquota aplicável;
e) valor do imposto e se for o caso, da retenção na fonte.
VI - inserção no corpo do documento, da seguinte mensagem:
"A OPERAÇÃO CONSTANTE NESTE DOCUMENTO, SERÁ CONVERTIDA EM NOTA FISCAL ELETRÔNICA DE SERVIÇOS MUNICIPAIS NFS-e ATÉ O FINAL DO PRESENTE MÊS, NOS TERMOS DA LEGISLAÇÃO VIGENTE."
§ 2º Todas as informações descritas no § 1º, deste artigo, deverão constar no RPS à exceção da alínea "e" do inciso II, o qual é facultado.
Art. 21. O Recibo Provisório de Serviços - RPS poderá ser utilizado nas seguintes hipóteses:
I - adoção pelo contribuinte de regimes especiais;
II - prestações de serviços efetuadas fora do estabelecimento prestador;
III - impossibilidade de acesso à página eletrônica da Nota Fiscal de Serviços Eletrônica;
IV - prestadores de serviços que não disponham em seus estabelecimentos de acesso à rede mundial de computadores (internet).
Art. 22. O RPS deve conter todos os dados previstos no § 1º, do art. 24, deste Decreto.
§ 1º O RPS deverá ser emitido em 2 (duas) vias, sendo a 1ª (primeira) entregue ao tomador de serviços, ficando a 2ª (segunda) em poder do emitente.
§ 2º O RPS deve ser emitido com a data da efetiva prestação dos serviços.
§ 3º A numeração do RPS deverá iniciar a partir do número 01, quando o contribuinte iniciar sua atividade após a implantação da NFS-e, sendo vedado repetir a numeração.
§ 4º Para operacionalizar o disposto neste artigo, a Secretaria da Fazenda disponibilizará o "layout" do sistema da NFS-e adequado para o RPS, no portal eletrônico www.joacaba.sc.gov.br.
Art. 23. A emissão do RPS necessitará de prévia Autorização de Impressão de Documento Fiscal - AIDF fornecida pela Secretaria Municipal de Gestão Financeira.

SEÇÃO II
DA CONVERSÃO DO RPS EM NFS-E

Art. 24. Emitido o RPS, este deverá ser convertido em Nota Fiscal de Serviços Eletrônica até o 5º (quinto) dia subsequente ao de sua emissão.
§ 1º Nos casos em que o tomador de serviços for o responsável tributário, na forma da legislação vigente, o prazo disposto no "caput" deste artigo não poderá ultrapassar o dia 05 (cinco) do mês seguinte ao da prestação de serviços.
§ 2º O prazo previsto no "caput" deste artigo inicia-se no dia útil seguinte ao da emissão do RPS, postergando-se para o próximo dia útil caso vença em dia não útil.
§ 3º A não conversão ou conversão fora do prazo do RPS em NFS-e, sujeitará o prestador de serviços às penalidades previstas na

legislação específica.

§ 4º A não substituição do RPS pela NFS-e equipara-se a não emissão de nota fiscal convencional.

Art. 25. Fica o prestador de serviço desobrigado, após a conversão do RPS, de enviar a NFS-e impressa ou em meio magnético ao tomador dos serviços, ficando esta disponível no sistema informatizado da Secretaria Municipal de Gestão Financeira ("on line").

SEÇÃO III

DO SISTEMA DE "EMISSÃO DE CUPOM FISCAL - ECF"

Art. 26. O Cupom Fiscal para os estabelecimentos que exerçam as atividades mistas de venda de mercadorias ou bens e prestação de serviços sujeitas ao Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISSQN, enquadradas para utilização e emissão de seus documentos fiscais por equipamento Emissor de Cupom Fiscal - ECF, pela Legislação Estadual - RICMS/SC, deverá observar o seguinte:
I - a autorização para utilização e emissão de Cupom Fiscal - ECF será em regime especial, após comprovada a autorização de uso pelo Fisco Estadual;

II - as normas referentes ao equipamento Emissor de Cupom Fiscal - ECF e sua emissão, serão observadas segundo os dispositivos definidos na Legislação Municipal do ISS e na Legislação Estadual vigente - RICMS/SC;

III - a autorização para adoção do Cupom Fiscal não dispensa o contribuinte das demais obrigações acessórias definidas na Legislação Municipal do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISSQN.

Art. 27. As pessoas jurídicas que emitirem Cupom Fiscal ficam dispensadas de emitir a Nota Fiscal de Serviços Eletrônica.

SEÇÃO III

DAS NOTAS FISCAIS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

Art. 28. A partir da vigência deste Decreto, todas as notas fiscais convencionais de prestação de serviços não emitidas, deverão ser entregues à Secretaria Municipal de Gestão Financeira, juntamente com o formulário de solicitação de acesso a NFe.

Parágrafo único. As notas fiscais convencionais de prestação de serviço já emitidas deverão ser guardadas até que ocorra prescrição e ou decadência dos créditos fiscais delas decorrentes.

Art. 29. As notas fiscais convencionais conjugadas (mercadorias e serviços) não emitidas também deverão ser entregues à Secretaria Municipal de Gestão Financeira, e serão analisadas de forma individual.

Parágrafo Único. Dependendo do caso, a nota fiscal convencional conjugada poderá ser convertida em RPS, a critério do Fisco Municipal.

CAPÍTULO V

SEÇÃO I

DO RECOLHIMENTO DO IMPOSTO RETIDO NA FONTE RELATIVO AO RPS NÃO CONVERTIDO "DECLARAÇÃO DENÚNCIA DE NÃO CONVERSÃO DE RPS - DDNC"

Art. 30. Fica instituída a "Declaração Denúncia de Não Conversão de RPS - DDNC", de acordo com o disposto nesta Seção.

Art. 31. As pessoas jurídicas tomadoras de serviços que receberem Recibos Provisórios de Serviços (RPS), ficam obrigadas a gerar a DDNC, na hipótese do prestador de serviço não converter o referido documento em NFS-e, nos prazos fixados neste Decreto.

Art. 32. A DDNC deverá ser gerada mensalmente, antes do pagamento do imposto retido.

Parágrafo único. O descumprimento ao disposto neste artigo implicará na incidência de multa prevista na legislação própria.

Art. 33. A DDNC deverá conter todos os dados necessários para a identificação do prestador e do tomador dos serviços, tais como:
I - CPF/CNPJ do prestador;

II - endereço do prestador e do tomador;
III - CPF/CNPJ do tomador;
IV - e-mail do tomador;
V - o valor dos serviços prestados;
VI - o enquadramento na lista de serviços;
VII - número do RPS não convertido e respectiva data de emissão.

SEÇÃO II DA INSUFICIÊNCIA OU NÃO RECOLHIMENTO DO ISSQN

Art. 34. A geração da NFS-e constitui declaração de confissão de dívida do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISSQN incidente na operação, ficando a falta ou insuficiência de seu recolhimento sujeita à cobrança administrativa ou judicial.

CAPÍTULO VI

DO USO DE NOTA FISCAL ELETRÔNICA CONJUGADA DO ESTADO DE SANTA CATARINA

Art. 35. Não será autorizada a Nota Fiscal Eletrônica Conjugada para os contribuintes do ICMS que também exerçam atividade sujeita a incidência do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISSQN.

CAPÍTULO VI DAS PENALIDADES

Art. 36. As infrações relativas ao contido neste Regulamento serão punidas de acordo com o contido na legislação específica.

CAPÍTULO VII DAS DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 37. Para efeito deste Decreto entende-se por processo administrativo regular, todo aquele instaurado via protocolo central do Município pelo contribuinte mediante pedido formal e fundamentado, com o objetivo de corrigir erros nos dados lançados da NFS-e.

Parágrafo único. O processo administrativo referido neste artigo somente se admite antes de instaurado processo regular de fiscalização.

Art. 38. A partir da vigência deste Decreto tornam-se sem efeito todos os regimes especiais concedidos anteriormente, ressalvados os contribuintes que possuam autorização para utilização de "Emissor de Cupom Fiscal - ECF" ou recolham o ISSQN sob o regime de estimativa fixa mensal.

Art. 39. No ato da homologação do requerimento de senha para uso do sistema eletrônico da NFS-e, fica a Autoridade Fiscal obrigada a inserir de ofício no Cadastro Mobiliário Municipal, todas as informações incompletas, exceto:

- I - mudança de endereço; e
- II - mudança de ramo de atividade.

Art. 40. Fica estabelecido um período de transição de 120 (cento e vinte) dias a contar da data da obrigatoriedade do uso da NFS-e, para os contribuintes utilizarem o sistema sem que as operações irregulares impliquem nas penalidades previstas na legislação específica.

Parágrafo único. As irregularidades cometidas no decurso do período de transição deverão ser corrigidas pelo contribuinte em até 30 (trinta) dias após a data de sua ocorrência, sob pena de se sujeitarem às sanções previstas na legislação específica.

Art. 41 - As declarações mensais dos contribuintes que utilizem notas fiscais eletrônicas NFS-e e cupom fiscal, devem ser assinadas digitalmente pelo representante legal da empresa, preposto autorizado, ou pelo contador.

Art. 42 - Os casos especiais de emissão de notas fiscais eletrônicas NFS-e serão dirimidos e regulados por atos do Secretário de Gestão Financeira.

Art. 41. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

JOAÇABA- SC, em 22 de novembro de 2011.
RAFAEL LASKE
Prefeito

Extrato Contrato 23/2011/IMPRES EXTRATO DO CONTRATO Nº 23/2011/IMPRES PL 1/2011/IMPRES - CV Nº 1/2011/IMPRES CONTRATANTE: IMPRES CONTRATADA: BETHA SISTEMAS LTDA

OBJETO: Fornecimento, pela CONTRATADA, de sistema de Contabilidade Pública e de Folha de Pagamento, através de licença de uso, bem como sua manutenção legal e corretiva, serviços de implantação, capacitação de usuários e assistência técnica atendendo ao especificado no Edital de Convite nº 1/2011/IMPRES e em seus anexos.

VALOR TOTAL CONTRATADO: R\$ 9.180,00 (nove mil, cento e oitenta reais).

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

2.065 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS DO IMPRES

3 - 3.3.90.00.00.00.00.0104 - OUTRAS DESP. CORRENTES - Aplicações Diretas

DATA DE ASSINATURA: 21/11/2011.

VIGÊNCIA: 12 meses a partir de 01/12/2011.

Edital de AUDIÊNCIA PÚBLICA EDITAL DE AUDIÊNCIA PÚBLICA

O MUNICÍPIO DE JOAÇABA, neste ato representado pelo Prefeito, Sr. Rafael Laske, em consonância com as atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município de Joaçaba, convoca a comunidade em geral para participar da AUDIÊNCIA PÚBLICA, sobre a indicação de emenda de iniciativa popular ao Relatório Preliminar do Projeto de Lei Orçamentária - LOA/2012, que ocorrerá no dia 29 de novembro de 2011, às 19h, nas dependências da Câmara de Vereadores de Joaçaba.

Joaçaba, 22 de novembro de 2011.
RAFAEL LASKE
Prefeito

Edital de REDISTRIBUIÇÃO Nº 01/2011 EDITAL DE REDISTRIBUIÇÃO Nº 01/2011

"FIXA NORMAS E PROCEDIMENTOS PARA O PROCESSO DE REDISTRIBUIÇÃO DE SERVIDORES OCUPANTES DE CARGO DE PROVIMENTO EFETIVO DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA NA FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE CULTURA E ESPORTES E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

O MUNICÍPIO DE JOAÇABA (SC), pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Avenida XV de Novembro, 378, neste ato representado pelo seu Prefeito, Sr. RAFAEL LASKE e a Superintendente da Fundação Municipal de Cultura e Esportes Sra. MIRIAN DOLZAN, no uso de atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 38, da Lei Complementar 76/2003, resolve fixar normas e procedimentos para a realização de processo de REDISTRIBUIÇÃO de servidores ocupantes de cargo de provimento efetivo lotados na Administração Direta na Fundação Municipal de Cultura e Esportes.

1 - DO LOCAL E HORÁRIO 1.1 LOCAL

Na sede da Prefeitura de Joaçaba, Estado de Santa Catarina, junto ao Setor de Protocolo, situada na Avenida XV de Novembro nº

378 - Centro - Joaçaba.

1.2 PERÍODO E HORÁRIO

Dias: 28 e 29 de novembro de 2011

Horário: das 13h às 19h

2 - DA INSCRIÇÃO

2.1 A inscrição deverá ser realizada pelo Candidato à redistribuição, mediante o preenchimento do formulário próprio disponível na página da Prefeitura de Joaçaba: www.joacaba.sc.gov.br

2.2 Deverão ser anexados os seguintes documentos:

- Cópia da Carteira de Identidade;
- Cópia da Portaria de Nomeação;
- Cópia do Diploma de Graduação e Especialização na área de atuação;
- Declaração de tempo de serviço público municipal, fornecido pelo setor competente;
- Declaração de acumulação de cargos públicos.

2.3. O protocolo de inscrição do Candidato deverá ser único.

2.4. O candidato que não apresentar juntamente com a ficha de inscrição todos os documentos solicitados com as devidas informações preenchidas será automaticamente desclassificado. Não será permitida a apresentação de qualquer documento após o protocolo do pedido de redistribuição.

2.5. O Candidato poderá ser redistribuído de acordo com o Artigo 38, da Lei Complementar nº 76/2003, podendo optar pela vaga colocada a disposição de acordo com a habilitação na qual foi nomeado no cargo.

3 - DA ESCOLHA DE VAGAS

3.1. Para a escolha de vagas será respeitada a ordem de classificação, conforme o disposto no Artigo 37, § 5º, da Lei Complementar nº 76/2003.

3.2. A classificação dos candidatos inscritos na área de atuação dar-se-á por lista, seguindo os seguintes critérios:

- Maior habilitação na área de atuação;
- Maior tempo de serviço Público Municipal;
- No caso de empate, sorteio na presença dos candidatos inscritos nas vagas.

3.3. Após a homologação deste processo os candidatos será expedida Portaria de lotação do servidor.

4 - DAS VAGAS EXISTENTES

4.1. As vagas disponíveis para o PROCESSO DE REDISTRIBUIÇÃO são as seguintes:

CARGO	NÚMERO DE VAGA	CARGA HORÁRIA SEMANAL
Auxiliar de Serviços Internos	01	40H
Motorista	01	40H
Professor com Magistério	01	40H
Professor de Artes	02	20H
Professor de Artes Cênicas	02	20H
Professor de Artes Plásticas	02	20H
Professor de Dança	02	20H
Professor de Educação Física	18	40H
Professor de Educação Física	02	20H
Professor de Música	02	20H
Técnico de Administração	03	35H

5- DAS DISPOSIÇÕES GERAIS E FINAIS

5.1. A Classificação dos candidatos à redistribuição estará disponível na página da Prefeitura de Joaçaba a partir do dia 06 de dezembro de 2011.

5.2. A contar da data de divulgação da classificação dos candidatos,

os mesmos terão 01 (um) dia útil para solicitar interposição de recursos mediante protocolo do requerimento para este fim.

5.3. Este Edital estará disponível na íntegra na Fundação Municipal de Cultura e Esporte e na página da Prefeitura - www.joacaba.sc.gov.br

5.4. Os casos omissos serão resolvidos pela Comissão Especial nomeada para a condução do processo de redistribuição que trata o presente Edital, respeitada a Legislação vigente.

JOAÇABA (SC), 21 de novembro de 2011.

RAFAEL LASKE

Prefeito Municipal

MIRIAN DOLZAN

Superintendente da FMCE

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE JOAÇABA

FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE CULTURA E ESPORTE

CNPJ 72.172.224/0001-91

EXMO. SR.

RAFAEL LASKE

Prefeito Municipal

_____, CPF Nº _____, RG Nº _____, servidor (a) desta municipalidade, ocupante do cargo de _____, lotado (a) no (a) _____, com carga horária de _____ horas semanais, vem respeitosamente requerer a Vossa Senhoria a Redistribuição da sua lotação atual para o cargo de _____, na Fundação Municipal de Cultura e Esportes, com regime de trabalho de _____ horas semanais, a partir da homologação do Edital de Redistribuição nº 01/2011, tendo em vista a documentação anexa.

Nestes Termos, Pede Deferimento.

Joaçaba, _____ de _____ de 2011.

Ass.

Assinalar os documentos anexados

() Cópia da Carteira de Identidade

() Cópia da Portaria de Nomeação

() Cópia do Diploma de Graduação e Pós Graduação

() Declaração de Tempo de Serviço no Município

() Declaração de Acúmulo de Cargos

Pauta da Sessão Nº 53/2011

SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS

CONSELHO MUNICIPAL DE CONTRIBUINTES

PAUTA DA SESSÃO Nº 53/2011

O CONSELHO MUNICIPAL DE CONTRIBUINTES, nomeado pelo Decreto nº 3.567 de 16 de abril de 2010, alterado pelo Decreto nº 3.876 de 13 de setembro de 2011, torna público que de acordo com o artigo 10 de seu Regimento Interno, realizará Sessão Ordinária no dia 05 de dezembro de 2011, segunda-feira, com início às 08h30min, nas dependências da Câmara de Vereadores de Joaçaba (SC), a fim de deliberar dos seguintes assuntos:

1. Leitura, discussão e aprovação da Ata nº69 de 03 de outubro de 2011.

2. Distribuição por sorteio do Processo nº 122.236, em nome de CENTRO ESPÍRITA LUZ DO CAMINHO;

3. Distribuição por sorteio do Processo nº 122.311, em nome de ASSOCIAÇÃO CULTURAL ESPORTIVA E RECREATIVA ESCOLA DE SAMBA VALE SAMBA;

4. Encerramento da Sessão e convocação da seguinte.

JOAÇABA(SC), em 21 de novembro de 2011.
GRACIELA GLASENAPP
Secretária do CMC

SIMAE

Convite JHL 0008/2011 - SIMAE

SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE AGUA E ESGOTO
JOAÇABA/HERVAL D'OESTE E LUZERNA
LICITAÇÃO Nº 0058/2011
MODALIDADE CONVITE Nº 0008/2011
PROTOCOLO JHL 2861/2011

Encontra-se aberto no SIMAE de Joaçaba, Edital de Convite 0008/2011 - Licitação 0058/2011, TIPO MENOR PREÇO GLOBAL, que trata de:

Objeto: CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE ESCAVAÇÃO HIDRÁULICA A SEREM PRESTADOS NOS MUNICÍPIOS DE JOAÇABA, HERVAL DO OESTE E LUZERNA NO EXERCÍCIO 2012, DE FORMA PARCELADA, CONFORME NECESSIDADES DO SIMAE.

Da Entrega dos Envelopes: A entrega dos envelopes deverá ser até dia 13/12/2011 às 14:00 horas, na sede do SIMAE, à Rua Tiradentes, 123 em Joaçaba SC.

Da Abertura: A abertura será realizada no dia 13/12/2011 às 14:00 horas, na sede do SIMAE, à Rua Tiradentes, 123 em Joaçaba SC. Edital: O Edital e anexos encontram-se à disposição dos interessados no endereço Rua Tiradentes, 123 em Joaçaba no horário das 8:00 as 11:00 e das 14:00 as 17:00 horas ou no site www.simae.sc.gov.br, no período de 24/11/2011 a 13/12/2011.

Quaisquer informações poderão ser obtidas no endereço acima ou pelo telefone (49) 3551-8217.

Joaçaba - SC, 24 de novembro de 2011.
ELISABET MARIA ZANELA SARTORI
Diretora Presidente do SIMAE.

Errada Pregao 040/2011 - SIMAE

ERRATA

SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE JOAÇABA, HERVAL D'OESTE E LUZERNA - SANTA CATARINA
Na publicação do SIMAE, de 18 de novembro de 2011, DOM/SC, Edição nº 868, página 120
Edital de PR40/2011

Onde lê-se:

Da Entrega dos Envelopes: A entrega dos envelopes deverá ser até dia 08/12/2011 às 14:00 horas, na sede do SIMAE, à Rua Tiradentes, 123 em Joaçaba SC.

Da Abertura: Abertura será realizada no dia 08/12/2011 às 14:05 horas, na sede do SIMAE, à Rua Tiradentes, 123 em Joaçaba SC. Leia-se:

Da Entrega dos Envelopes: A entrega dos envelopes deverá ser até dia 05/12/2011 às 14:00 horas, na sede do SIMAE, à Rua Tiradentes, 123 em Joaçaba SC.

Da Abertura: Abertura será realizada no dia 05/12/2011 às 14:05 horas, na sede do SIMAE, à Rua Tiradentes, 123 em Joaçaba SC. Elisabet Maria Zanela Sartori - Diretora Presidente do SIMAE.

Pregão Presencial JHL 0043/2011 - SIMAE

SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE AGUA E ESGOTO
JOAÇABA/HERVAL D'OESTE E LUZERNA
LICITAÇÃO Nº 0060/2011

MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL Nº 0043/2011
PROTOCOLO JHL 2901/2011

Encontra-se aberto no SIMAE de Joaçaba, Pregão Presencial 0043/2011 - Licitação 0060/2011, TIPO MENOR PREÇO POR ITEM, que trata de:

Objeto: AQUISIÇÃO DE TUBOS, CONEXÕES, FILTROS E VÁLVULAS PARA SER UTILIZADO PELO SIMAE NA EXECUÇÃO DE IMPLANTAÇÃO DE REDE DE ÁGUA NA COMUNIDADE DE LINHA BARRA DO ESTREITO EM LUZERNA.

Da Entrega dos Envelopes: A entrega dos envelopes deverá ser até dia 08/12/2011 às 14:00 horas, na sede do SIMAE, à Rua Tiradentes, 123 em Joaçaba SC.

Da Abertura: A abertura será realizada no dia 08/12/2011 às 14:05 horas, na sede do SIMAE, à Rua Tiradentes, 123 em Joaçaba SC. Edital: O Edital e anexos encontram-se à disposição dos interessados no endereço Rua Tiradentes, 123 em Joaçaba no horário das 8:00 as 11:00 e das 14:00 as 17:00 horas ou no site www.simae.sc.gov.br, no período de 24/11/2011 a 08/12/2011.

Quaisquer informações poderão ser obtidas no endereço acima ou pelo telefone (49) 3551-8217.

Joaçaba - SC, 24 de novembro de 2011.
ELISABET MARIA ZANELA SARTORI
Diretora Presidente do SIMAE.

Ordem de Execução de Serviços 0007/2011 - SIMAE

ORDEM DE EXECUÇÃO DE SERVIÇO N.º 0007/2011

Autorizo por meio desta, a empresa DALASSIL FABRICAÇÃO DE ESQUADRIAS METÁLICAS LTDA a iniciar os serviços referentes à Construção de Barracão com Estrutura Metálica para Depósito de Tubos no terreno da Estação de Tratamento de Esgoto do SIMAE, em Herval do Oeste, de acordo com as especificações pertinentes no Convite JHL 0005/2011, Processo JHL 0046/2011, Protocolo JHL 2481/2011, formalizada pelo Termo de Contrato N.º 0076/2011 de 17 de novembro de 2011.

O valor Total dos serviços e materiais contratados é de R\$ 60.002,00 (Sessenta mil e dois reais), com prazo de execução de 90 (noventa) dias, a partir do recebimento desta Ordem de Serviço.

Joaçaba (SC) 22 de novembro de 2011.
Contratante : SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO

Nome e cargo: ELISABET MARIA ZANELA SARTORI
Diretora Presidente

Contratado: DALASSIL FABRICAÇÃO DE ESQUADRIAS METÁLICAS LTDA
Engº Responsável: Carlos Renato Mayer - Engenheiro Civil
CREA/SC 060321-9

RECEBI EM ____/____/____

Lages

CÂMARA MUNICIPAL

Edital AUDIÊNCIA PÚBLICA Nº 015/2011
EDITAL Nº 015/2011

Adilson Rodrigues de Appolinário, Presidente da Câmara de Vereadores do Município de Lages, no uso de suas atribuições de conformidade com a Lei nº. 2545/1999, fará realizar Audiência

Pública, conforme segue:

Data: 08/12/2011 (quinta-feira)

Horário: 19:00 horas

Assunto: Re-pavimentação da Rua Cirilo Vieira Ramos.

Local: Plenário da casa

Inscrições: até o início dos trabalhos.

Obs.: Maiores informações na secretaria da casa ou no site
www.camara.lages.sc.gov.br.

Lages, 22 de novembro de 2011.

ADILSON RODRIGUES DE APPOLINÁRIO
Presidente

PREFEITURA

Resultado CV 24-2011 FMAS

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE LAGES

ESTADO DE SANTA CATARINA

Setor de Licitação

RESULTADO FINAL

ASSUNTO: CONVITE Nº 24/2011 - FMAS

OBJETO: AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS, UTENSÍLIOS E DE PISOS DEVIDAMENTE COLOCADOS PARA O ABRIGO MENINO JESUS.

O Município de Lages, para os devidos fins e efeitos, torna público aos Interessados, o resultado do presente Processo Licitatório:

VENCEDOR: Diversos

VALOR: R\$21.915,00 (vinte e um mil novecentos e quinze reais).

Lages, 22 de novembro de 2011.

ANTÔNIO CESAR ALVES DE ARRUDA
Secretário de Administração

Lauro Muller

PREFEITURA

Lei nº 1.701/2011

LEI Nº 1.701/2011 DE 22 DE NOVEMBRO DE 2011.

Institui o Programa de Recuperação Fiscal - REFIS, concede benefícios em acordos judiciais realizados durante mutirão de conciliação promovido pelo Poder Judiciário, e dá outras providências.

HÉLIO LUIZ BUNN, Prefeito Municipal DE LAURO MÜLLER - SC, faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei;

Art. 1º - Fica instituído o PROGRAMA DE RECUPERAÇÃO FISCAL - REFIS, no âmbito do Município de Lauro Müller/SC, destinado a promover a regularização dos créditos da Fazenda Pública Municipal, decorrentes de débitos fiscais de pessoas física e jurídica, inscritos ou não em dívida ativa, em cobrança judiciais ou extrajudiciais, relativos a Imposto Sobre Serviços - ISS, Imposto Predial e Territorial Urbano - IPTU, Alvarás e Taxas diversas de competência de criação e arrecadação do Município.

Art. 2º ☐ O REFIS abrange os créditos fiscais da Fazenda Pública Municipal, constituídos até 30 de outubro de 2011, inscritos ou não em dívida ativa, que se encontrem em fase de cobrança administrativa ou judicial, com exigibilidade suspensa ou não, inclusive aqueles que se encontram com parcelamento ativo, atrasados ou não, que poderão ser renegociados nos termos desta Lei pelo restante que falta para pagamento, ficando autorizado o Poder Executivo, por meio da Procuradoria do Município, a firmar acordo judicial ou extrajudicial, concedendo os benefícios previstos nesta Lei, iniciando-se a partir da aprovação da presente Lei e encerrando-se na data 31/01/2012.

§ 1º - Os benefícios desta Lei compreendem:

I - Concessão de dispensa dos juros e da multa incidentes sobre os créditos fiscais em cobrança judicial ou extrajudicial, na forma que segue abaixo:

- a) 100% (cem por cento) mediante pagamento do principal, acrescido da correção monetária, em parcela única.
- b) 75% (setenta e cinco por cento) para o pagamento do principal, acrescido da correção monetária em até 4 (quatro) parcelas.
- c) 50% (cinquenta por cento) para o pagamento do principal, acrescido da correção monetária em até 6 (seis) parcelas.
- d) 25% (vinte e cinco por cento) para o pagamento do principal, acrescido da correção monetária em até 9 (nove) parcelas.

II - O Contribuinte poderá optar ainda, pelo pagamento do principal, acrescido dos juros, correção monetária e multa, sem o benefício de qualquer desconto, em até 12 (doze) parcelas.

§ 2º - No caso de opção para pagamento parcelado, as parcelas serão mensais e sucessivas, vencendo a primeira na data da opção, em parcelas iguais.

§ 3º - Para auferir os benefícios desta Lei, o valor de cada parcela não poderá ser inferior a
R\$ 50,00 (cinquenta reais).

§ 4º - É da competência do Procurador do Município promover a inclusão em pauta ou apresentar termo de acordo para homologação judicial ou extrajudicial competente no período previsto neste artigo, podendo incluir os valores de honorários advocatícios para os casos de acordos judiciais.

§ 5º - Nos casos em que o contribuinte demonstre na Audiência de Conciliação Fiscal a impossibilidade do pagamento da parcela única ou da primeira parcela na ocasião da data do acordo, ficará facultado ao Procurador do Município autorizar referido recolhimento pelo prazo de até 15 (quinze) dias.

Art. 3º - A adesão aos benefícios previstos nesta Lei implica automaticamente na confissão e reconhecimento dos créditos objeto da ação, com renúncia de oposição de embargos do devedor na ação de execução.

Art. 4º - A inadimplência de 2 (duas) parcelas, consecutivas ou alternadas, implica no vencimento do total das parcelas vincendas, retomando-se a ação de execução, perdendo o devedor os benefícios concedidos com amparo desta Lei, passando a sofrer os acréscimos aplicáveis aos inadimplentes de tributos.

§ 1º - O cancelamento do parcelamento por culpa do contribuinte implicará na execução judicial do crédito remanescente, ou no prosseguimento da ação judicial em caso de execuções já ajuizadas, ou ainda, na inscrição em dívida ativa, caso ainda não tenha sido feito.

Art. 5º - Os benefícios previstos na presente Lei não se aplicam aos créditos constituídos em razão da prática de crime contra a ordem tributária.

Art. 6º - Os contribuintes com débitos já parcelados administrativamente ou no bojo de execuções fiscais municipais, poderão aderir ao REFIS no que tange ao saldo remanescente, apurado de acordo com a porcentagem paga do valor devido, mediante pagamento à vista ou novo parcelamento, desde que não tenham auferido benefício do desconto de juros e multa no parcelamento anterior.

Art. 7º - O gozo dos benefícios instituídos por esta Lei não confere direito à restituição ou compensação de importância já paga, seja a que título for, sendo que seus efeitos não retroagirão em hipótese alguma.

Art. 8º - Esta Lei vigorará a partir da data de sua publicação até a data de 31/01/2012, ficando revogadas as disposições em contrário.

LAURO MÜLLER/SC, 22 DE NOVEMBRO DE 2011.
HÉLIO LUIZ BUNN
Prefeito Municipal

Registrada na Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicada no Mural Público junto ao átrio municipal na data supra.

MORGANA FERNANDES
Sec. Administração, Fin. Planej.

Decreto nº 047/2011

DECRETO Nº 047/2011.

DISPÕE SOBRE ABERTURA DE CRÉDITO SUPLEMENTAR

HÉLIO LUIZ BUNN, Prefeito Municipal DE LAURO MÜLLER - SC, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o disposto no artigo 63 inciso VI da Lei Orgânica Municipal e conforme autorização Legislativa, dada pela Lei Municipal nº 1.660/2010,

DECRETA:

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal, autorizado a abrir crédito suplementar no valor de R\$ 190.000,00 (cento e noventa mil reais), nas seguintes dotações orçamentárias:

Suplementação

03.00 - Secretaria Municipal da Administração, Finanças e Planejamento

03.01 - Departamento de Administração

2.003 - Manutenção da Administração Geral

3.1.90 - Aplicação Direta - 0.1.0000 - R\$ 140.000,00

2.007 - Manutenção da Contabilidade

3.1.90 - Aplicação Direta - 0.1.0000 - R\$ 50.000,00

TOTAL - R\$ 190.000,00

Art. 2º - Os recursos para suprir o crédito suplementar de que trata o artigo 1º, correrão por conta da anulação em igual quantia das seguintes dotações orçamentárias

Suplementação

03.00 - Secretaria Municipal da Administração, Finanças e Planejamento

03.01 - Departamento de Administração

2.003 - Manutenção da Administração Geral

3.3.90 - Aplicação Direta - 0.1.0000 - R\$ 140.000,00

2.007 - Manutenção da Contabilidade

3.3.90 - Aplicação Direta - 0.1.0000 - R\$ 50.000,00

TOTAL - R\$ 190.000,00

Art. 3º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

LAURO MÜLLER, 17 DE NOVEMBRO DE 2011.

HÉLIO LUIZ BUNN

Prefeito Municipal

Registrada na Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e publicada no Mural Público junto ao átrio municipal na data supra.

MORGANA FERNANDES

Sec. Administração, Fin, e Planej.

Leoberto Leal

PREFEITURA

Lei Nº 839/2011

LEI Nº 839 DE 23 DE NOVEMBRO DE 2011.

"ANULA DOTAÇÕES DO ORÇAMENTO FISCAL E SUPLEMENTA DO ORÇAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL VIGENTE"

A Prefeita Municipal de Leoberto Leal, no uso de suas atribuições legais, faz saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e ela sanciona a seguinte Lei.

Art.1º - Fica a chefe do Poder Executivo autorizado a abrir crédito adicional suplementar no orçamento da seguridade social vigente, nas dotações abaixo classificadas, até os respectivos valores:

Classificação	Código	Especificação	Valor
Órgão	05	SECRETARIA DA SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL	59.296,00
Unidade Orçamentária	01	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	59.296,00
Função	10	Saúde	59.296,00
Sub-Função	301	Atenção Básica	59.296,00
Programa	06	Saúde com Excelência	59.296,00
Projeto/Atividade	2.015	Funcionamento e Manutenção do Fundo Municipal de Saúde – FMS	59.296,00
Categoria Econômica	3.0.00.00.00	Despesas Correntes	59.296,00
Grupo de Natureza da Despesa	3.1.00.00.00	Pessoal e Encargos	59.296,00
Modalidade de Aplicação	90	Aplicações Diretas	59.296,00
Fonte de Recurso	0.1.0002	Receita de Impostos e de Transferência de imposto – Saúde	59.296,00

TOTAL DO CRÉDITO SUPLEMENTAR	59.296,00
------------------------------	-----------

Art. 2º - Os recursos para atender o disposto no artigo anterior, correrão por conta da anulação, parcial ou total das dotações do orçamento fiscal vigente abaixo classificadas, até os respectivos valores:

Classificação	Código	Especificação	Valor
Órgão	02	GABINETE DO PREFEITO	3.475,00
Unidade Orçamentária	01	GABINETE DO PREFEITO	3.475,00
Função	04	Administração	3.475,00
Sub-Função	122	Administração Geral	3.475,00
Programa	02	Gestão Com Excelência	3.475,00
Projeto/Atividade	2.002	Funcionamento e Manutenção do Gabinete do Prefeito	3.475,00
Categoria Econômica	4.0.00.00.00	Despesa de Capital	3.475,00
Grupo de Natureza da Despesa	4.4.00.00.00	Investimento	3.475,00
Modalidade de Aplicação	90	Aplicações Diretas	3.475,00
Fonte de Recurso	0.1.0000	Recurso Ordinário	3.475,00
Órgão	03	SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO CONTABILIDADE E FINANÇAS	9.074,00
Unidade Orçamentária	01	SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO CONTABILIDADE E FINANÇAS	9.074,00
Função	04	Administração	9.074,00
Sub-Função	122	Administração Geral	9.074,00
Programa	03	Gestão Geral e Administrativa	9.074,00
Projeto/Atividade	2.003	Funcionamento e Manutenção da Secretaria da administração Contabilidade e Finanças	9.074,00
Categoria Econômica	4.0.00.00.00	Despesa de Capital	9.074,00
Grupo de Natureza da Despesa	4.4.00.00.00	Investimento	9.074,00
Modalidade de Aplicação	90	Aplicações Diretas	9.074,00
Fonte de Recurso	0.1.0000	Recurso Ordinário	9.074,00
Órgão	04	SECRETARIA DA EDUCAÇÃO CULTURA E DESPORTO	4.434,00
Unidade Orçamentária	01	SECRETARIA DA EDUCAÇÃO CULTURA E DESPORTO	4.434,00
Função	12	Educação	4.434,00
Sub-Função	361	Ensino Fundamental	4.434,00
Programa	04	Educação é Tudo	4.434,00

Projeto/Atividade	2.004	Funcionamento e Manutenção da Secretaria da Educação Cultura e Desporto – Ensino Fundamental	4.434,00
Categoria Econômica	4.0.00.00.00	Despesa de Capital	4.434,00
Grupo de Natureza da Despesa	4.4.00.00.00	Investimento	4.434,00
Modalidade de Aplicação	90	Aplicações Diretas	4.434,00
Fonte de Recurso	0.1.0001	Receita de Impostos e de Transferência de Impostos - Educação	4.434,00
Órgão	04	SECRETARIA DA EDUCAÇÃO CULTURA E DESPORTO	10.000,00
Unidade Orçamentária	01	SECRETARIA DA EDUCAÇÃO CULTURA E DESPORTO	10.000,00
Função	27	Desporto e Lazer	10.000,00
Sub-Função	812	Desporto Comunitário	10.000,00
Programa	05	Cultura, Esporte e Turismo	10.000,00
Projeto/Atividade	2.014	Comissão Municipal de Esportes – CME – Esporte	10.000,00
Categoria Econômica	3.0.00.00.00	Despesas Correntes	10.000,00
Grupo de Natureza da Despesa	3.3.00.00.00	Outras Despesas Correntes	10.000,00
Modalidade de Aplicação	90	Aplicações Diretas	10.000,00
Fonte de Recurso	0.1.0000	Recurso Ordinário	10.000,00
Órgão	05	SECRETARIA DA SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL	5.294,00
Unidade Orçamentária	03	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	5.294,00
Função	08	Assistência Social	5.294,00
Sub-Função	244	Assistência Comunitária	5.294,00
Programa	07	Vivendo Com Amor	5.294,00
Projeto/Atividade	1.021	Construção de Casas Populares	5.294,00
Categoria Econômica	4.0.00.00.00	Despesa de Capital	5.294,00
Grupo de Natureza da Despesa	4.4.00.00.00	Investimentos	5.294,00
Modalidade de Aplicação	90	Aplicações Diretas	5.294,00
Fonte de Recurso	0.1.0000	Recurso Ordinário	5.294,00
Órgão	05	SECRETARIA DA SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL	4.600,00
Unidade Orçamentária	03	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	4.600,00

Função	08	Assistência Social	4.600,00
Sub-Função	244	Assistência Comunitária	4.600,00
Programa	07	Vivendo Com Amor	4.600,00
Projeto/Atividade	2.021	Funcionamento e Manutenção do Fundo Municipal de Assistência Social	4.600,00
Categoria Econômica	3.0.00.00.00	Despesas Correntes	4.600,00
Grupo de Natureza da Despesa	3.3.00.00.00	Outras Despesas Correntes	4.600,00
Modalidade de Aplicação	50	Transferência a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos	4.600,00
Fonte de Recurso	0.1.0000	Recurso Ordinário	4.600,00
Órgão	05	SECRETARIA DA SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL	7.419,00
Unidade Orçamentária	03	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	7.419,00
Função	08	Assistência Social	7.419,00
Sub-Função	242	Assistência ao Portador de Deficiência	7.419,00
Programa	07	Vivendo Com Amor	7.419,00
Projeto/Atividade	2.023	Pagamento de Benefícios a Pensionistas	7.419,00
Categoria Econômica	3.0.00.00.00	Despesas Correntes	7.419,00
Grupo de Natureza da Despesa	3.3.00.00.00	Outras Despesas Correntes	7.419,00
Modalidade de Aplicação	90	Aplicações Diretas	7.419,00
Fonte de Recurso	0.1.0000	Recurso Ordinário	7.419,00
Órgão	05	SECRETARIA DA SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL	3.000,00
Unidade Orçamentária	03	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	3.000,00
Função	08	Assistência Social	3.000,00
Sub-Função	244	Assistência Comunitária	3.000,00
Programa	7	Vivendo Com Amor	3.000,00
Projeto/Atividade	2.037	Funcionamento e Manutenção do Programa IGD	3.000,00
Categoria Econômica	4.0.00.00.00	Despesa de Capital	3.000,00
Grupo de Natureza da Despesa	4.4.00.00.00	Investimentos	3.000,00
Modalidade de Aplicação	90	Aplicações Diretas	3.000,00
Fonte de Recurso	0.1.0000	Recurso Ordinário	3.000,00
Órgão	07	SECRETARIA DA AGROPECUARIA E MEIO AMBIENTE	7.000,00

Unidade Orçamentária	01	SECRETARIA DA AGROPECUARIA E MEIO AMBIENTE	7.000,00
Função	20	Agricultura	7.000,00
Sub-Função	606	Extensão rural	7.000,00
Programa	011	Revitalização da agricultura Familiar	7.000,00
Projeto/Atividade	1.029	Compra de Equipamento para Grupo de agricultores	7.000,00
Categoria Econômica	4.0.00.00.00	Despesas de Capital	7.000,00
Grupo de Natureza da Despesa	4.4.00.00.00	Investimentos	7.000,00
Modalidade de Aplicação	90	Aplicações Diretas	7.000,00
Fonte de Recurso	0.1.0000	Recurso Ordinário	7.000,00
Órgão	07	SECRETARIA DA AGROPECUARIA E MEIO AMBIENTE	5.000,00
Unidade Orçamentária	01	SECRETARIA DA AGROPECUARIA E MEIO AMBIENTE	5.000,00
Função	20	Agricultura	5.000,00
Sub-Função	606	Extensão rural	5.000,00
Programa	011	Revitalização da agricultura Familiar	5.000,00
Projeto/Atividade	2.030	Funcionamento e Manutenção da Secretaria da Agropecuária e Meio Ambiente	5.000,00
Categoria Econômica	3.0.00.00.00	Despesas Correntes	5.000,00
Grupo de Natureza da Despesa	3.3.00.00.00	Outras Despesas Correntes	5.000,00
Modalidade de Aplicação	50	Transferência a Instituições Privadas Sem Fins Lucrativos	5.000,00
Fonte de Recurso	0.1.0000	Recurso Ordinário	5.000,00
TOTAL DA ANULA			59.296,00

Art. 3º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Leoberto Leal, 23 de Novembro de 2011.
TATIANE DUTRA ALVES DA CUNHA
Prefeita Municipal

Registrado e Publicado no Diário Oficial dos Municípios em 24/11/2011.

Lei Nº 837/2011

LEI Nº 837 DE 22 DE NOVEMBRO DE 2011.
"ANULA E SUPLEMENTA DOTAÇÃO DO ORÇAMENTO DA CÂMARA MUNICIPAL"

A PREFEITA MUNICIPAL DE LEOBERTO LEAL, no uso de suas atribuições legais, faz saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e ela sanciona a seguinte Lei.

Art. 1o. Fica a chefe do Poder Executivo autorizada a abrir Crédito

Adicional Suplementar no Orçamento da Câmara Municipal, na dotação com a seguinte classificação, até o limite de:

Classificação	Código	Especificação	Valor
Órgão	01	CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES	6.058,85
Unidade Orçamentária	01	CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES	6.058,85
Função	01	Legislativa	6.058,85
Sub-função	31	Ação Legislativa	6.058,85
Programa	01	Processo Legislativo	6.058,85
Atividade	2.001	Funcionamento e Manutenção da Câmara de Vereadores	6.058,85
Categoria Econômica	3.0.00.00.00	Despesas Correntes	6.058,85
Grupo de Natureza da Despesa	3.1.00.00.00	Pessoal e Encargos Sociais	6.058,85
Modalidade Aplicação	90	Aplicações Diretas	6.058,85
Fonte de Recursos	0.1.0000	Recursos Ordinários	6.058,85
TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO			6.058,85

Art. 2º - Os recursos para atender o disposto no artigo anterior, correrão por conta da anulação total da dotação com a seguinte classificação, até o limite de:

Classificação	Código	Especificação	Valor
Órgão	01	CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES	6.058,85
Unidade Orçamentária	01	CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES	6.058,85
Função	01	Legislativa	6.058,85
Sub-função	31	Ação Legislativa	6.058,85
Programa	01	Processo Legislativo	6.058,85
Atividade	1.001	Construção da Sede do Poder Legislativo	6.058,85
Categoria Econômica	4.0.00.00.00	Despesas de Capital	6.058,85
Grupo de Natureza da Despesa	4.4.00.00.00	Investimentos	6.058,85
Modalidade Aplicação	90	Aplicações Diretas	6.058,85
Fonte de Recursos	0.1.0000	Recursos Ordinários	6.058,85
TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO			6.058,85

Art. 3º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Leoberto Leal/SC, 22 de novembro de 2011
TATIANE DUTRA ALVES DA CUNHA
Prefeita Municipal

Lei Nº 838/2011

LEI Nº 838 DE 23 DE NOVEMBRO DE 2011

"ANULA E SUPLEMENTA DOTAÇÕES DO ORÇAMENTO FISCAL VIGENTE"

A Prefeita Municipal de Leoberto Leal, no uso de suas atribuições legais, faz saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e ela sanciona a seguinte Lei.

Art. 1º. Fica a chefe do Poder Executivo autorizada a abrir Crédito Adicional Suplementar no Orçamento Fiscal vigente, nas dotações abaixo classificadas, até os respectivos valores:

Classificação	Código	Especificação	Valor
Órgão	04	SECRETARIA DA EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO	162.685,00
Unidade Orçamentária	01	SECRETARIA DA EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO	162.685,00
Função	12	Educação	162.685,00
Sub-função	361	Ensino Fundamental	139.185,00
Sub-função	365	Ensino Infantil	23.500,00
Programa	04	Educação é Tudo	162.685,00
Atividade	2.006	Remuneração de Profissionais do Magistério – Ensino Fundamental (60% FUNDEB)	108.685,00
Categoria Econômica	3.0.00.00.00	Despesas Correntes	66.985,00
Grupo de Natureza da Despesa	3.1.00.00.00	Pessoal e Encargos Sociais	66.985,00
Modalidade Aplicação	90	Aplicações Diretas	66.985,00
Fonte de Recursos	0.1.0000	Recursos Ordinários	66.985,00
Categoria Econômica	3.0.00.00.00	Despesas Correntes	31.600,00
Grupo de Natureza da Despesa	3.1.00.00.00	Pessoal e Encargos Sociais	31.600,00
Modalidade Aplicação	90	Aplicações Diretas	31.600,00
Fonte de Recursos	0.1.0018	Transferências do FUNDEB	31.600,00
Categoria Econômica	3.0.00.00.00	Despesas Correntes	10.100,00
Grupo de Natureza da Despesa	3.1.00.00.00	Pessoal e Encargos Sociais	10.100,00
Modalidade Aplicação	91	Aplicação Direta Decorrente de Operação entre Órgãos, Fundos e Entidades Integrantes dos Orçamentos Fiscais e da Seguridade Social	10.100,00
Fonte de Recursos	0.1.0018	Transferências do FUNDEB	10.100,00

Atividade	2.004	Funcionamento e Manutenção da Secretaria da Educação, Cultura e Desporto	12.400,00
Categoria Econômica	3.0.00.00.00	Despesas Correntes	12.400,00
Grupo de Natureza da Despesa	3.1.00.00.00	Pessoal e Encargos Sociais	12.400,00

Modalidade Aplicação	90	Aplicações Diretas	11.350,00
Modalidade Aplicação	91	Aplicação Direta Decorrente de Operação entre Órgãos, Fundos e Entidades Integrantes dos Orçamentos Fiscais e da Seguridade Social	1.050,00
Fonte de Recursos	0.1.0001	Receitas de Impostos e de Transferência de Imposto - Educação	12.400,00
Atividade	2.007	Remuneração de Profissionais do Magistério – Ensino Infantil (60% FUNDEB)	23.500,00
Categoria Econômica	3.0.00.00.00	Despesas Correntes	23.500,00
Grupo de Natureza da Despesa	3.1.00.00.00	Pessoal e Encargos Sociais	23.500,00
Modalidade Aplicação	90	Aplicações Diretas	23.500,00
Fonte de Recursos	0.1.0001	Receitas de Impostos e de Transferência de Imposto - Educação	23.500,00
Atividade	2.008	Transporte Escolar – Ensino Fundamental	30.500,00
Categoria Econômica	3.0.00.00.00	Despesas Correntes	30.500,00
Grupo de Natureza da Despesa	3.1.00.00.00	Pessoal e Encargos Sociais	30.500,00
Modalidade Aplicação	90	Aplicações Diretas	30.500,00
Fonte de Recursos	0.1.0001	Receitas de Impostos e de Transferência de Imposto	30.500,00
Órgão	05	SECRETARIA DA SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL	2.200,00
Unidade Orçamentária	03	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	2.200,00
Função	08	Assistência Social	2.200,00
Sub-função	244	Assistência Comunitária	2.200,00

Programa	07	Vivendo com Amor	2.200,00
Atividade	2.021	Funcionamento e Manutenção do Fundo Municipal de Assistência Social – FMAS	2.200,00
Categoria Econômica	3.0.00.00.00	Despesas Correntes	2.200,00
Grupo de Natureza da Despesa	3.1.00.00.00	Pessoal e Encargos Sociais	2.200,00
Modalidade Aplicação	90	Aplicações Diretas	2.200,00
Fonte de Recursos	0.1.0000	Recursos Ordinários	2.200,00
Órgão	06	SECRETARIA DOS TRANSPORTES, OBRAS E SERVIÇOS URBANOS	14.885,00
Unidade Orçamentária	01	SECRETARIA DOS TRANSPORTES, OBRAS E SERVIÇOS URBANOS	14.885,00
Função	26	Transporte	14.885,00
Sub-função	782	Transporte Rodoviário	14.885,00
Programa	09	Revitalização das Estradas	14.885,00
Atividade	2.028	Funcionamento e Manutenção da Secretaria dos Transportes, Obras e Serviços Urbanos	14.885,00
Categoria Econômica	3.0.00.00.00	Despesas Correntes	14.885,00
Grupo de Natureza da Despesa	3.1.00.00.00	Pessoal e Encargos Sociais	14.885,00
Modalidade Aplicação	90	Aplicações Diretas	11.000,00

Modalidade Aplicação	91	Aplicação Direta Decorrente de Operação entre Órgãos, Fundos e Entidades Integrantes dos Orçamentos Fiscais e da Seguridade Social	3.885,00
Fonte de Recursos	0.1.0000	Recursos Ordinários	14.885,00
TOTAL DO CRÉDITO SUPLEMENTAR 192.170,00			

Art. 2º Os recursos para atender o disposto no artigo anterior, correrão por conta da anulação, parcial ou total das dotações abaixo classificadas, até os respectivos valores:

Classificação	Código	Especificação	Valor
Órgão	02	GABINETE DO PREFEITO	10.000,00
Unidade Orçamentária 01			10.000,00
GABINETE DO PREFEITO			
Função	04	Administração	10.000,00

Sub-função	122	Administração geral	10.000,00
Programa	02	Gestão com Excelência	10.000,00
Atividade	1.003	Aquisição de Veículos – Gabinete do Prefeito	10.000,00
Categoria Econômica	4.0.00.00.00	Despesas de Capital	10.000,00
Grupo de Natureza da Despesa	4.4.00.00.00	Investimentos	10.000,00
Modalidade Aplicação	90	Aplicações Diretas	10.000,00
Fonte de Recursos	0.1.0000	Recursos Ordinários	10.000,00
Órgão	04	SECRETARIA DA EDUCAÇÃO CULTURA E DESPORTO	3.305,00
Unidade Orçamentária	01	SECRETARIA DA EDUCAÇÃO CULTURA E DESPORTO	3.305,00
Função	13	Cultural	3.305,00
Sub-função	392	Difusão Cultural	3.305,00
Programa	05	Cultura, Esporte e Turismo	3.305,00
Atividade	1.008	Ampliação do Acervo Bibliográfico	3.305,00
Categoria Econômica	3.0.00.00.00	Despesas Correntes	1.385,00
Grupo de Natureza da Despesa	3.3.00.00.00	Outras Despesas Correntes	1.385,00
Modalidade Aplicação	90	Aplicações Diretas	1.385,00
Fonte de Recursos	0.1.0000	Recursos Ordinários	1.385,00
Categoria Econômica	4.0.00.00.00	Despesas de Capital	1.920,00
Grupo de Natureza da Despesa	4.4.00.00.00	Investimentos	1.920,00
Modalidade Aplicação	90	Aplicações Diretas	1.920,00
Fonte de Recursos	0.1.0000	Recursos Ordinários	1.920,00
Órgão	04	SECRETARIA DA EDUCAÇÃO CULTURA E DESPORTO	10.000,00
Unidade Orçamentária	01	SECRETARIA DA EDUCAÇÃO CULTURA E DESPORTO	10.000,00
Função	27	Desporto e Lazer	10.000,00
Sub-função	812	Desporto Comunitário	10.000,00
Programa	05	Cultura, Esporte e Turismo	10.000,00
Atividade	1.011	Construção de um Ginásio de Esportes - Esportes	10.000,00
Categoria Econômica	4.0.00.00.00	Despesas de Capital	10.000,00

Grupo de Natureza da Despesa	4.4.00.00.00	Investimentos	10.000,00
Modalidade Aplicação	90	Aplicações Diretas	10.000,00
Fonte de Recursos	0.1.0000	Recursos Ordinários	10.000,00
Órgão	04	SECRETARIA DA EDUCAÇÃO CULTURA E DESPORTO	1.000,00
Unidade Orçamentária	01	SECRETARIA DA EDUCAÇÃO CULTURA E DESPORTO	1.000,00
Função	13	Cultura	1.000,00
Sub-função	392	Difusão Cultural	1.000,00
Programa	05	Cultura, Esporte e Turismo	1.000,00
Atividade	1.014	Construção de um Anfiteatro	1.000,00
Categoria Econômica	4.0.00.00.00	Despesas de Capital	1.000,00
Grupo de Natureza da Despesa	4.4.00.00.00	Investimentos	1.000,00
Modalidade Aplicação	90	Aplicações Diretas	1.000,00
Fonte de Recursos	0.1.0000	Recursos Ordinários	1.000,00
Órgão	04	SECRETARIA DA EDUCAÇÃO CULTURA E DESPORTO	5.180,00
Unidade Orçamentária	01	SECRETARIA DA EDUCAÇÃO CULTURA E DESPORTO	5.180,00
Função	12	Educação	5.180,00
Sub-função	364	Educação Superior	5.180,00
Programa	04	Educação é Tudo	5.180,00
Atividade	2.013	Apoio ao Transporte de Alunos Universitários	5.180,00
Categoria Econômica	3.0.00.00.00	Despesas Correntes	5.180,00
Grupo de Natureza da Despesa	3.3.00.00.00	Outras Despesas Correntes	5.180,00
Modalidade Aplicação	90	Aplicações Diretas	5.180,00
Fonte de Recursos	0.1.0000	Recursos Ordinários	5.180,00
Órgão	04	SECRETARIA DA EDUCAÇÃO CULTURA E DESPORTO	25.000,00
Unidade Orçamentária	01	SECRETARIA DA EDUCAÇÃO CULTURA E DESPORTO	25.000,00
Função	27	Desporto e Lazer	25.000,00
Sub-função	812	Desporto Comunitário	25.000,00
Programa	05	Cultura, Esporte e Turismo	25.000,00

Atividade	2.014	Comissão Municipal de Esportes – CME	25.000,00
Categoria Econômica	3.0.00.00.00	Despesas Correntes	25.000,00
Grupo de Natureza da Despesa	3.3.00.00.00	Outras Despesas Correntes	25.000,00
Modalidade Aplicação	50	Transferências à Instituições Privadas	20.000,00
Modalidade Aplicação	90	Aplicações Diretas	5.000,00
Fonte de Recursos	0.1.0000	Recursos Ordinários	25.000,00
Orgão	06	SECRETARIA DOS TRANSPORTES, OBRAS E SERVIÇOS URBANOS	11.585,00
Unidade Orçamentária	01	SECRETARIA DOS TRANSPORTES, OBRAS E SERVIÇOS URBANOS	11.585,00
Função	15	Urbanismo	11.585,00

Sub-função	452	Serviços Urbanos	11.585,00
Programa	10	Revitalização da Área Urbana	11.585,00
Atividade	1.036	Construção de muro de arrimo para contenção de encostas na área urbana	11.585,00
Categoria Econômica	4.0.00.00.00	Despesas de Capital	11.585,00
Grupo de Natureza da Despesa	4.4.00.00.00	Investimentos	11.585,00
Modalidade Aplicação	90	Aplicações Diretas	11.585,00
Fonte de Recursos	0.1.0000	Recursos Ordinários	11.585,00
Orgão	07	SECRETARIA DA AGROPECUÁRIA E MEIO AMBIENTE	10.000,00
Unidade Orçamentária	01	SECRETARIA DA AGROPECUÁRIA E MEIO AMBIENTE	10.000,00
Função	20	Agricultura	10.000,00
Sub-função	606	Extensão Rural	10.000,00
Programa	11	Revitalização da Agricultura Familiar	10.000,00
Atividade	1.028	Aquisição de Equipamentos, Máquinas e Veículos	10.000,00
Categoria Econômica	4.0.00.00.00	Despesas de Capital	10.000,00
Grupo de Natureza da Despesa	4.4.00.00.00	Investimentos	10.000,00
Modalidade Aplicação	90	Aplicações Diretas	10.000,00
Fonte de Recursos	0.1.0000	Recursos Ordinários	10.000,00
Orgão	07	SECRETARIA DA AGROPECUÁRIA E MEIO AMBIENTE	8.000,00

Unidade Orçamentária	01	SECRETARIA DA AGROPECUÁRIA E MEIO AMBIENTE	8.000,00
Função	20	Agricultura	8.000,00
Sub-função	606	Extensão Rural	8.000,00
Programa	11	Revitalização da Agricultura Familiar	8.000,00
Atividade	1.029	Compra de equipamentos para grupos de agricultores	8.000,00
Categoria Econômica	4.0.00.00.00	Despesas de Capital	8.000,00
Grupo de Natureza da Despesa	4.4.00.00.00	Investimentos	8.000,00
Modalidade Aplicação	90	Aplicações Diretas	8.000,00
Fonte de Recursos	0.1.0000	Recursos Ordinários	8.000,00
Orgão	04	SECRETARIA DA EDUCAÇÃO CULTURA E DESPORTO	1.020,00
Unidade Orçamentária	01	SECRETARIA DA EDUCAÇÃO CULTURA E DESPORTO	1.020,00
Função	12	Educação	1.020,00
Sub-função	361	Ensino Fundamental	1.020,00
Programa	04	Educação é Tudo	1.020,00
Atividade	1.007	Renovação da frota do Transporte Escolar	1.020,00
Categoria Econômica	4.0.00.00.00	Despesas de Capital	1.020,00
Grupo de Natureza da Despesa	4.4.00.00.00	Outras Despesas Correntes	1.020,00
Modalidade Aplicação	90	Aplicações Diretas	1.020,00

Fonte de Recursos	0.1.0001	Receitas de Impostos e de Transferência de Imposto – Educação	1.020,00
Orgão	04	SECRETARIA DA EDUCAÇÃO CULTURA E DESPORTO	14.350,00
Unidade Orçamentária	01	SECRETARIA DA EDUCAÇÃO CULTURA E DESPORTO	14.350,00
Função	12	Educação	14.350,00
Sub-função	361	Ensino Fundamental	14.350,00
Programa	04	Educação é Tudo	14.350,00
Atividade	1.009	Construção de quadras esportivas cobertas para Escolas Municipais	14.350,00
Categoria Econômica	4.0.00.00.00	Despesas de Capital	14.350,00
Grupo de Natureza da Despesa	4.4.00.00.00	Investimentos	14.350,00
Modalidade Aplicação	90	Aplicações Diretas	14.350,00
Fonte de Recursos	0.1.0001	Receitas de Impostos e de Transferência de Imposto - Educação	14.350,00
Orgão	04	SECRETARIA DA EDUCAÇÃO CULTURA E DESPORTO	3.820,00
Unidade Orçamentária	01	SECRETARIA DA EDUCAÇÃO CULTURA E DESPORTO	3.820,00
Função	12	Educação	3.820,00
Sub-função	362	Ensino Médio	3.820,00
Programa	04	Educação é Tudo	3.820,00
Atividade	2.010	Transporte Escolar – Ensino Médio	3.820,00
Categoria Econômica	3.0.00.00.00	Despesas Correntes	3.820,00
Grupo de Natureza da Despesa	3.3.00.00.00	Outras Despesas Correntes	3.820,00
Modalidade Aplicação	90	Aplicações Diretas	3.820,00
Fonte de Recursos	0.1.0001	Receitas de Impostos e de Transferência de Imposto - Educação	3.820,00
Orgão	04	SECRETARIA DA EDUCAÇÃO CULTURA E DESPORTO	12.000,00
Unidade Orçamentária	01	SECRETARIA DA EDUCAÇÃO CULTURA E DESPORTO	12.000,00
Função	12	Educação	12.000,00

Sub-função	365	Ensino Infantil	12.000,00
Programa	04	Educação é Tudo	12.000,00
Atividade	2.005	Funcionamento e Manutenção da Secretaria da Educação, Cultura e Desporto – E.I.	12.000,00
Categoria Econômica	3.0.00.00.00	Despesas Correntes	12.000,00
Grupo de Natureza da Despesa	3.1.00.00.00	Pessoal e Encargos Sociais	12.000,00
Modalidade Aplicação	90	Aplicações Diretas	10.000,00
	91	Aplicação Direta Decorrente de Operação entre Órgãos, Fundos e Entidades Integrantes dos Orçamentos Fiscais e da Seguridade Social	2.000,00
Fonte de Recursos	0.1.0001	Receitas de Impostos e de Transferência de Imposto - Educação	12.000,00

Orgão	04	SECRETARIA DA EDUCAÇÃO CULTURA E DESPORTO	41.700,00
Unidade Orçamentária	01	SECRETARIA DA EDUCAÇÃO CULTURA E DESPORTO	41.700,00
Função	12	Educação	41.700,00
Sub-função	361	Ensino Fundamental	41.700,00
Programa	04	Educação é Tudo	41.700,00
Atividade	2.008	Transporte Escolar – E. F.	41.700,00
Categoria Econômica	3.0.00.00.00	Despesas Correntes	41.700,00
Grupo de Natureza da Despesa	3.1.00.00.00	Pessoal e Encargos Sociais	41.700,00
Modalidade Aplicação	90	Aplicações Diretas	41.700,00
Fonte de Recursos	0.1.0019	Transferências do FUNDEB – 40%	41.700,00
Orgão	04	SECRETARIA DA EDUCAÇÃO CULTURA E DESPORTO	35.210,00
Unidade Orçamentária	01	SECRETARIA DA EDUCAÇÃO CULTURA E DESPORTO	35.210,00
Função	12	Educação	35.210,00
Sub-função	365	Ensino Infantil	35.210,00
Programa	04	Educação é Tudo	35.210,00
Atividade	2.009	Transporte Escolar – E. I.	35.210,00
Categoria Econômica	3.0.00.00.00	Despesas Correntes	35.210,00

Grupo de Natureza da Despesa	3.1.00.00.00	Pessoal e Encargos Sociais	35.210,00
Modalidade Aplicação	90	Aplicações Diretas	35.210,00
Fonte de Recursos	0.1.0001	Receitas de Impostos e de Transferência de Imposto - Educação	35.210,00
TOTAL DA ANULAÇÃO			192.170,00

Art. 3º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Leoberto Leal, 23 de novembro de 2011

TATIANE DUTRA ALVES DA CUNHA

Prefeita Municipal

Registrado e Publicado no Diário Oficial dos Municípios em 24/11/2011

Lei Nº 840/2011

LEI Nº 840 DE 23 DE NOVEMBRO DE 2011

"ANULA DOTAÇÕES DO ORÇAMENTO FISCAL E SUPLEMENTA DO ORÇAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL VIGENTES"

A Prefeita Municipal de Leoberto Leal, no uso de suas atribuições legais, faz saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e ela sanciona a seguinte Lei.

Art. 1º. Fica a chefe do Poder Executivo autorizada a abrir Crédito Adicional Suplementar no Orçamento da Seguridade Social vigente, nas dotações abaixo classificadas, até os respectivos valores:

Classificação	Código	Especificação	Valor
Orgão	05	SECRETARIA DA SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL	82.500,00
Unidade Orçamentária	01	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	82.500,00
Função	10	Saúde	82.500,00
Sub-função	301	Atenção Básica	82.500,00
Programa	06	Saúde com Excelência	82.500,00
Atividade	2.016	Atenção Básica	82.500,00
Categoria Econômica	3.0.00.00.00	Despesas Correntes	82.500,00
Grupo de Natureza da Despesa	3.1.00.00.00	Pessoal e Encargos Sociais	82.500,00
Modalidade Aplicação	90	Aplicações Diretas	82.500,00
Fonte de Recursos	0.1.0002	Receitas de Impostos e de Transferência de Imposto - Saúde	82.500,00
TOTAL DO CRÉDITO SUPLEMENTAR			82.500,00

Art. 2º Os recursos para atender o disposto no artigo anterior, correrão por conta da anulação, parcial ou total das dotações do orçamento fiscal vigente abaixo classificadas, até os respectivos valores:

Classificação	Código	Especificação	Valor
Orgão	02	GABINETE DO PREFEITO	44.000,00
Unidade Orçamentária	01	GABINETE DO PREFEITO	44.000,00
Função	04	Administração	44.000,00
Sub-função	122	Administração geral	44.000,00
Programa	02	Gestão com Excelência	44.000,00
Atividade	2.002	Funcionamento e Manutenção do Gabinete do Prefeito	44.000,00
Categoria Econômica	3.0.00.00.00	Despesas Correntes	44.000,00

Grupo de Natureza da Despesa	3.1.00.00.00	Pessoal e Encargos Sociais	44.000,00
Modalidade Aplicação	90	Aplicações Diretas	44.000,00
Fonte de Recursos	0.1.0000	Recursos Ordinários	44.000,00
Orgão	07	SECRETARIA DA AGROPECUÁRIA E MEIO AMBIENTE	5.000,00
Unidade Orçamentária	01	SECRETARIA DA AGROPECUÁRIA E MEIO AMBIENTE	5.000,00
Função	17	Saneamento	5.000,00
Sub-função	511	Saneamento Básico Rural	5.000,00
Programa	11	Revitalização da Agricultura Familiar	5.000,00
Atividade	1.030	Instalação de sistema de saneamento básico com fossas sépticas	5.000,00
Categoria Econômica	4.0.00.00.00	Despesas de Capital	5.000,00
Grupo de Natureza da Despesa	4.4.00.00.00	Investimentos	5.000,00
Modalidade Aplicação	90	Aplicações Diretas	5.000,00
Fonte de Recursos	0.1.0000	Recursos Ordinários	5.000,00
Orgão	07	SECRETARIA DA AGROPECUÁRIA E MEIO AMBIENTE	33.500,00
Unidade Orçamentária	01	SECRETARIA DA AGROPECUÁRIA E MEIO AMBIENTE	33.500,00
Função	20	Educação	33.500,00
Sub-função	606	Extensão Rural	33.500,00
Programa	11	Revitalização da Agricultura Familiar	33.500,00
Atividade	2.030	Funcionamento e Manutenção da Secretaria da Agropecuária e meio Ambiente	33.500,00
Categoria Econômica	3.0.00.00.00	Despesas Correntes	33.500,00

Grupo de Natureza da Despesa	3.1.00.00.00	Pessoal e Encargos Sociais	33.500,00
Modalidade Aplicação	90	Aplicações Diretas	22.200,00
Modalidade Aplicação	91	Aplicações Diretas	11.300,00
Fonte de Recursos	0.1.0000	Recursos Ordinários	33.500,00
TOTAL DA ANULAÇÃO			82.500,00

Art. 3º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Leoberto Leal, 23 de novembro de 2011
TATIANE DUTRA ALVES DA CUNHA
Prefeita Municipal

Registrado e Publicado no Diário Oficial dos Municípios em 24/11/2011

Decreto Nº 112 - Abre Crédito Adicional Suplementar No Orçamento Fiscal Vigente

PREFEITURA MUNICIPAL DE LEOBERTO LEAL

DECRETO Nº 112 DE 23 DE NOVEMBRO DE 2011.

"ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO FISCAL VIGENTE"

A Prefeita Municipal de Leoberto Leal, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o Art. 8º, Inciso III da Lei nº 778 de 20 de Dezembro de 2010:

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto crédito adicional suplementar no orçamento fiscal vigente, nas dotações com as seguintes estruturas, no limite dos respectivos valores:

Classificação	Código	Especificação	Valor
Órgão	04	SECRETARIA DA EDUCAÇÃO CULTURA E DESPORTO	3.445,58
Unidade Orçamentária	01	SECRETARIA DA EDUCAÇÃO CULTURA E DESPORTO	3.445,58
Função	12	Educação	3.445,58
Sub-Função	306	Alimentação e Nutrição	1.669,12
Programa	04	Educação é Tudo	1.669,12
Projeto/Atividade	2011	Merenda Escolar – Ensino Fundamental	1.669,12
Categoria Econômica	3.0.00.00.00	Despesas Correntes	1.669,12
Grupo de Natureza da Despesa	3.3.00.00.00	Outras Despesas Correntes	1.669,12
Modalidade de Aplicação	90	Aplicações Diretas	1.669,12
Sub-Função	365	Educação Infantil	1.776,46
Programa	04	Educação é Tudo	1.776,46
Projeto/Atividade	2012	Merenda Escolar – Ensino Infantil	1.776,46
Categoria Econômica	3.0.00.00.00	Despesas Correntes	1.776,46

Grupo de Natureza da Despesa	3.3.00.00.00	Outras Despesas Correntes	1.776,46
Modalidade de Aplicação	90	Aplicações Diretas	1.776,46
Fonte de Recurso	0.3.0060	Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE	3.445,58
TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO			3.445,58

Art. 2º - Os recursos utilizados para atender o disposto no artigo anterior, correrão por conta do superávit financeiro apurado no exercício anterior, na seguinte fonte e respectivo valor:

Fonte	Código	Valor
Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE	0.1.0060	3.445,58
TOTAL DO SUPERAVIT FINANCEIRO		3.445,58

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Leoberto Leal, 23 de Novembro de 2011.
TATIANE DUTRA ALVES DA CUNHA
Prefeita Municipal

Registrado e Publicado no Diário Oficial dos Municípios dia 24/11/2011.

Decreto Nº 111 - Nomeia Membros Para Compôr Conselho Municipal De Educação E Dá Outras Providências

DECRETO Nº 111 DE 21 DE NOVEMBRO DE 2011.

" NOMEIA MEMBROS PARA COMPOR CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

TATIANE DUTRA ALVES DA CUNHA, Prefeita Municipal de Leoberto Leal, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e com base no inciso VII do art.66 da Lei Orgânica do Município c/c a Lei Municipal nº 106, de 28 de setembro de 1998.

DECRETA:

Art.1º - Ficam nomeados os membros abaixo relacionados para comporem o Conselho Municipal de Educação, com a seguinte composição:

I- Representante da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto:

- a) Eliziana Estevão Alves - CPF: 021.928.659-02
- b) Elaine Flávia Marian - CPF: 038.505.309-65

II- Representante da Secretaria Municipal de Saúde e Assistência Social:

- a) Dalvana Regina Knaul - CPF: 052.683.799-33
- b) Rejane Kuster - CPF: 025.027.729-82

III- Representante das APPs das Escolas Estaduais:

- a) Roseli Maria Hoffmann Reitz - CPF: 494.932.219-20

IV- Representante das APPs das Escolas Municipais:

- a) Ana Helena Curtius Garcia - CPF: 009.934.169-77

V- Representante dos Professores da Rede Estadual de Ensino:

- a) Franciele Sezerino - CPF: 066.779.749-10

VI- Representante dos Professores da Rede Municipal de Ensino:

- a) Janira Hoffmann - CPF: 049.487.409-00

VII- Representante do Poder Legislativo:

a) Andréia Aparecida Eger Hamm - CPF: 019.759.919-23

Representante da Secretaria Municipal de Agricultura, Turismo e Meio Ambiente:

a) Valdir Longen - CPF: 381.214.689-49

Art.2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Leoberto Leal/SC, 21 de novembro de 2011.

TATIANE DUTRA ALVES DA CUNHA

Prefeita Municipal

Pregão Presencial Nº 087/2011 PMLL

MUNICÍPIO DE LEOBERTO LEAL

Divisão de Licitações e Compras

PREGÃO PRESENCIAL Nº 087/2011.

TIPO: Menor Preço (global) OBJETO: Objetiva-se a contratação de empresa para organização, decoração e recreação para crianças em comemoração ao 49º Aniversário de Emancipação Política Administrativa de Leoberto Leal, que realizar-se-á no dia 11 de dezembro de 2011, conforme especificações contidas no Edital de Licitação nº 087/2011. LEGISLAÇÃO: Lei nº 10.520/02, Decreto Municipal nº 23/2007, Lei nº 8.666/93, Lei Orgânica e o Edital. ABERTURA: Prefeitura Municipal, localizada na Rua Mainolvo Lehmkuhl, 20, Leoberto Leal/SC, às 09:00 (nove horas), do dia 06 de dezembro de 2011. Cópia do Edital pode ser obtida no endereço acima citado. Informações fone: (48) 3268 1212. Em 23/11/2011.

TATIANE DUTRA ALVES DA CUNHA

Prefeita Municipal.

RREO Anexo I - Balanço Orçamentário 5º Bim_2011

Município de LEOBERTO LEAL - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2010/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

RREO - ANEXO I (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e § 1º)

R\$ 1,00

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS				SALDO A REALIZAR (a - c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)	
RECEITAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	11.765.550,00	11.765.550,00	1.250.254,04	10,63	6.469.357,79	54,99	5.296.192,21
RECEITAS CORRENTES	7.628.250,00	7.628.250,00	1.236.859,43	16,21	6.210.340,48	81,41	1.417.909,52
RECEITA TRIBUTARIA	254.000,00	254.000,00	33.389,00	13,15	226.254,86	89,08	27.745,14
IMPOSTOS	203.000,00	203.000,00	31.999,89	15,76	177.483,86	87,43	25.516,14
TAXAS	51.000,00	51.000,00	1.389,11	2,72	48.771,00	95,63	2.229,00
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	248.000,00	248.000,00	39.576,88	15,96	173.459,63	69,94	74.540,37
CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS	210.000,00	210.000,00	32.908,17	15,67	140.768,58	67,03	69.231,42
CONTRIBUICOES ECONÔMICAS	38.000,00	38.000,00	6.668,71	17,55	32.691,05	86,03	5.308,95
RECEITA PATRIMONIAL	375.000,00	375.000,00	77.341,49	20,62	346.338,61	92,36	28.661,39
RECEITAS DE VALORES MOBILIARIOS	375.000,00	375.000,00	77.341,49	20,62	346.338,61	92,36	28.661,39
RECEITA AGROPECUARIA	2.000,00	2.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.000,00
Rec. da Produção Vegetal	2.000,00	2.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.000,00
RECEITA DE SERVIÇOS	25.400,00	25.400,00	495,00	1,95	14.359,44	56,53	11.040,56
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	6.594.850,00	6.594.850,00	1.081.795,29	16,40	5.421.251,08	82,20	1.173.598,92
TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS	6.506.850,00	6.506.850,00	1.081.795,29	16,63	5.353.451,08	82,27	1.153.398,92
Transf. de Conv.	88.000,00	88.000,00	0,00	0,00	67.800,00	77,05	20.200,00
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	129.000,00	129.000,00	4.261,77	3,30	28.676,86	22,23	100.323,14
Multas e Juros de Mora	7.000,00	7.000,00	1.494,22	21,35	6.213,95	88,77	786,05
INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	110.000,00	110.000,00	296,62	0,27	6.644,55	6,04	103.355,45
RECEITA DA DÍVIDA ATIVA	9.000,00	9.000,00	1.861,57	20,68	14.578,58	161,98	-5.578,58
RECEITAS DIVERSAS	3.000,00	3.000,00	609,36	20,31	1.239,78	41,33	1.760,22
RECEITAS DE CAPITAL	4.137.300,00	4.137.300,00	13.394,61	0,32	259.017,31	6,26	3.878.282,69
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	300.000,00	300.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	300.000,00
OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS	300.000,00	300.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	300.000,00
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	3.837.300,00	3.837.300,00	13.394,61	0,35	259.017,31	6,75	3.578.282,69
TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS	3.837.300,00	3.837.300,00	13.394,61	0,35	259.017,31	6,75	3.578.282,69
RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	392.000,00	392.000,00	65.815,30	16,79	280.648,65	71,59	111.351,35
RECEITAS CORRENTES INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	392.000,00	392.000,00	65.815,30	16,79	280.648,65	71,59	111.351,35
Receita de Contribuições	392.000,00	392.000,00	65.815,30	16,79	280.648,65	71,59	111.351,35
Contribuições Sociais	392.000,00	392.000,00	65.815,30	16,79	280.648,65	71,59	111.351,35

Continua 1/4

Município de LEOBERTO LEAL - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2010/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

Continuação 2/4

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS				SALDO A REALIZAR (a - c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)	
RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	392.000,00	392.000,00	65.815,30	16,79	280.648,65	71,59	111.351,35
SUBTOTAL DAS RECEITAS (III) = (I + II)	12.157.550,00	12.157.550,00	1.316.069,34	10,83	6.750.006,44	55,52	5.407.543,56
OPERAÇÕES DE CRÉDITO - REFINANCIAMENTO (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Internas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (V) = (III + IV)	12.157.550,00	12.157.550,00	1.316.069,34	10,83	6.750.006,44	55,52	5.407.543,56
DÉFICIT (VI)	—	—	—	—	—	—	—
TOTAL (VII) = (V + VI)	12.157.550,00	12.157.550,00	1.316.069,34	10,83	6.750.006,44	55,52	5.407.543,56
SALDO DE EXERCÍCIOS ANTERIORES (UTILIZADOS PARA CRÉDITOS ADICIONAIS)	—	721.225,63	—	—	576.376,34	—	—
Superávit Financeiro	—	721.225,63	—	—	576.376,34	—	—
Reabertura de Créditos Adicionais	—	0,00	—	—	0,00	—	—

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL (d)	CRÉDITOS ADICIONAIS (e)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (f) = (d + e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO A LIQUIDAR (f - g)
				No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (g)	% (g/f)	
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (VIII)	11.855.050,00	1.266.507,47	13.121.557,47	1.076.021,08	6.596.531,86	1.219.522,07	6.122.956,29	46,66	6.998.601,18
DESPESAS CORRENTES	6.433.650,00	501.369,69	6.935.019,69	917.516,80	5.628.655,27	995.336,67	5.320.874,98	76,72	1.614.144,71
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	3.275.605,00	445.529,66	3.721.134,66	580.354,57	2.908.145,02	605.616,31	2.894.232,32	77,78	826.902,34
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	3.158.045,00	55.840,03	3.213.885,03	337.162,23	2.720.510,25	389.720,36	2.426.642,66	75,50	787.242,37
DESPESAS DE CAPITAL	4.668.400,00	765.137,78	5.433.537,78	158.504,28	967.876,59	224.185,40	802.081,31	14,76	4.631.456,47
INVESTIMENTOS	4.668.400,00	765.137,78	5.433.537,78	158.504,28	967.876,59	224.185,40	802.081,31	14,76	4.631.456,47

Continua 2/4

Município de LEOBERTO LEAL - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2010/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

Continuação 3/4

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL (d)	CRÉDITOS ADICIONAIS (e)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (f) = (d + e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO A LIQUIDAR (f - g)
				No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (g)	% (g/f)	
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (VIII)	11.855.050,00	1.266.507,47	13.121.557,47	1.076.021,08	6.596.531,86	1.219.522,07	6.122.956,29	46,66	6.998.601,18
RESERVA LEGAL DO RPPS	743.000,00	0,00	743.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	743.000,00
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	10.000,00	0,00	10.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	10.000,00
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IX)	302.500,00	142.740,00	445.240,00	68.564,93	314.704,62	66.670,19	312.809,88	70,26	132.430,12
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	302.500,00	142.740,00	445.240,00	68.564,93	314.704,62	66.670,19	312.809,88	70,26	132.430,12
SUBTOTAL DAS DESPESAS (X) = (VIII + IX)	12.157.550,00	1.409.247,47	13.566.797,47	1.144.586,01	6.911.236,48	1.286.192,26	6.435.766,17	47,44	7.131.031,30
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA-REFINANCIAMENTO (XI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Interna	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Externa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (XII) = (X + XI)	12.157.550,00	1.409.247,47	13.566.797,47	1.144.586,01	6.911.236,48	1.286.192,26	6.435.766,17	47,44	7.131.031,30
SUPERÁVIT (XIII)	—	—	—	—	—	—	314.240,27	—	—
TOTAL (XIV) = (XII + XIII)	12.157.550,00	1.409.247,47	13.566.797,47	1.144.586,01	6.911.236,48	1.286.192,26	6.750.006,44	47,44	7.131.031,30

Nota: O Superávit proveniente do Regime Próprio da Previdência Social - RPPS foi de R\$ 436.160,73

FONTE: SEC. DE ADMINIST. CONTAB. E FINANÇAS

Continua 3/4

Município de LEOBERTO LEAL - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2010/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

Continuação 4/4

LEOBERTO LEAL, 23/11/2011

TATIANE D. ALVES DA CUNHA
Prefeita Municipal

WORLI JOSE KREUSCH
Contador CRC-SC No. 14520

DÉBORA VENTURIN
Auditor de Controle Interno

RREO Anexo II - Despesas por Função_Subfunção 5º Bim_2011

Município de LEOBERTO LEAL - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2010/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

RREO – Anexo II (LRF, Art. 52, inciso II, alínea “ c”)

R\$ 1,00

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS				SALDO A LIQUIDAR (a - b)
			No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/Total b)	% (b/a)	
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	11.855.050,00	13.121.557,47	1.076.021,08	6.596.531,86	1.219.522,07	6.122.956,29	95,14	46,66	6.998.601,18
Legislativa	450.000,00	445.141,00	75.749,75	344.355,88	52.870,46	277.541,56	4,31	62,35	167.599,44
Ação Legislativa	450.000,00	445.141,00	75.749,75	344.355,88	52.870,46	277.541,56	4,31	62,35	167.599,44
Administração	1.156.000,00	1.037.194,00	117.915,58	866.112,41	155.627,76	816.094,83	12,68	78,68	221.099,17
Administração Geral	1.118.000,00	986.498,00	117.915,58	815.416,41	146.539,76	773.006,83	12,01	78,36	213.491,17
Ensino Superior	38.000,00	50.696,00	0,00	50.696,00	9.088,00	43.088,00	0,67	84,99	7.608,00
Assistência Social	280.000,00	288.537,80	27.271,37	169.676,64	33.376,60	159.381,54	2,48	55,24	129.156,26
Assistência ao Idoso	27.000,00	15.379,00	4.454,69	11.593,30	4.417,53	10.596,14	0,16	68,90	4.782,86
Assistência ao Portador de Deficiência	18.000,00	41.500,80	0,00	41.500,00	7.000,00	34.500,00	0,54	83,13	7.000,80
Assistência à Criança e ao Adolescente	52.000,00	47.448,00	4.992,56	24.145,17	4.740,55	23.893,16	0,37	50,36	23.554,84
Assistência Comunitária	183.000,00	184.210,00	17.824,12	92.438,17	17.218,52	90.392,24	1,40	49,07	93.817,76
Previdência Social	380.000,00	380.000,00	58.747,06	305.283,58	60.821,50	303.161,34	4,71	79,78	76.838,66
Previdência do Regime Estatutário	380.000,00	380.000,00	58.747,06	305.283,58	60.821,50	303.161,34	4,71	79,78	76.838,66
Saúde	1.529.600,00	2.106.742,22	254.620,01	1.672.998,59	235.132,98	1.579.149,45	24,54	74,96	527.592,77
Atenção Básica	1.513.650,00	2.090.792,22	254.620,01	1.671.198,59	235.132,98	1.577.349,45	24,51	75,44	513.442,77
Vigilância Sanitária	7.950,00	7.950,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	7.950,00
Vigilância Epidemiológica	8.000,00	8.000,00	0,00	1.800,00	0,00	1.800,00	0,03	22,50	6.200,00
Educação	1.740.650,00	2.155.777,79	230.349,27	1.326.233,39	417.707,17	1.277.738,16	19,85	59,27	878.039,63
Alimentação e Nutrição	13.000,00	27.322,54	3.674,38	21.165,86	4.931,06	18.439,86	0,29	67,49	8.882,68
Ensino Fundamental	1.422.450,00	1.828.095,41	201.991,29	1.142.831,91	385.745,10	1.098.923,86	17,08	60,11	729.171,55
Ensino Médio	9.500,00	13.298,80	2.089,00	8.254,00	2.089,00	8.254,00	0,13	62,07	5.044,80
Educação Infantil	295.700,00	287.061,04	22.594,60	153.981,62	24.942,01	152.120,44	2,36	52,99	134.940,60
Cultura	28.000,00	28.000,00	0,00	26.106,90	0,00	26.106,90	0,41	93,24	1.893,10
Difusão Cultural	28.000,00	28.000,00	0,00	26.106,90	0,00	26.106,90	0,41	93,24	1.893,10
Urbanismo	1.358.000,00	1.311.721,88	9.982,19	65.094,98	8.503,39	60.697,00	0,94	4,63	1.251.024,88
Infra-Estrutura Urbana	100.000,00	90.421,88	1.746,88	10.421,88	1.746,88	10.421,88	0,16	11,53	80.000,00
Serviços Urbanos	86.000,00	71.000,00	8.235,31	54.673,10	6.756,51	50.275,12	0,78	70,81	20.724,88
Turismo	1.172.000,00	1.150.300,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.150.300,00
Saneamento	618.000,00	717.650,00	83.500,00	83.500,00	0,00	0,00	0,00	0,00	717.650,00
Saneamento Básico Rural	618.000,00	600.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	600.000,00
Saneamento Básico Urbano	0,00	117.650,00	83.500,00	83.500,00	0,00	0,00	0,00	0,00	117.650,00

Continua 1/3

Município de LEOBERTO LEAL - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2010/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

Continuação 2/3

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS				SALDO A LIQUIDAR (a - b)
			No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/Total b)	% (b/a)	
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	11.855.050,00	13.121.557,47	1.076.021,08	6.596.531,86	1.219.522,07	6.122.956,29	95,14	46,66	6.998.601,18
Agricultura	960.000,00	865.900,00	36.377,69	423.020,06	51.017,45	403.697,47	6,27	46,62	462.202,53
Extensão Rural	960.000,00	865.900,00	36.377,69	423.020,06	51.017,45	403.697,47	6,27	46,62	462.202,53
Transporte	1.401.400,00	1.868.077,78	175.497,84	1.216.392,24	185.563,11	1.134.124,07	17,62	60,71	733.953,71
Transporte Rodoviário	1.401.400,00	1.868.077,78	175.497,84	1.216.392,24	185.563,11	1.134.124,07	17,62	60,71	733.953,71
Desporto e Lazer	1.120.000,00	1.083.065,00	600,00	30.064,20	7.420,00	24.949,20	0,39	2,30	1.058.115,80
Turismo	468.000,00	450.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	450.000,00
Desporto Comunitário	652.000,00	633.065,00	600,00	30.064,20	7.420,00	24.949,20	0,39	3,94	608.115,80
Encargos Especiais	80.400,00	80.750,00	5.410,32	67.692,99	11.481,65	60.314,77	0,94	74,69	20.435,23
Outras Transferências	80.400,00	80.750,00	5.410,32	67.692,99	11.481,65	60.314,77	0,94	74,69	20.435,23
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	10.000,00	10.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	10.000,00
RESERVA DO RPPS	743.000,00	743.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	743.000,00
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	302.500,00	445.240,00	68.564,93	314.704,62	66.670,19	312.809,88	4,86	70,26	132.430,12
Legislativa	20.000,00	24.859,00	3.789,48	19.112,90	1.894,74	17.218,16	0,27	69,26	7.640,84
Ação Legislativa	20.000,00	24.859,00	3.789,48	19.112,90	1.894,74	17.218,16	0,27	69,26	7.640,84
Administração	2.000,00	53.430,00	9.601,46	39.775,50	9.601,46	39.775,50	0,62	74,44	13.654,50
Administração Geral	2.000,00	53.430,00	9.601,46	39.775,50	9.601,46	39.775,50	0,62	74,44	13.654,50
Assistência Social	4.000,00	4.000,00	619,84	2.479,36	619,84	2.479,36	0,04	61,98	1.520,64
Assistência Comunitária	4.000,00	4.000,00	619,84	2.479,36	619,84	2.479,36	0,04	61,98	1.520,64
Saúde	80.000,00	90.300,00	16.011,05	66.119,95	16.011,05	66.119,95	1,03	73,22	24.180,05
Atenção Básica	80.000,00	90.300,00	16.011,05	66.119,95	16.011,05	66.119,95	1,03	73,22	24.180,05
Educação	104.500,00	170.947,00	22.792,72	108.032,69	22.792,72	108.032,69	1,68	63,20	62.914,31
Ensino Fundamental	85.000,00	117.147,00	20.704,44	92.539,82	20.704,44	92.539,82	1,44	78,99	24.607,18
Educação Infantil	19.500,00	53.800,00	2.088,28	15.492,87	2.088,28	15.492,87	0,24	28,80	38.307,13
Agricultura	20.000,00	26.504,00	4.219,49	22.193,44	4.219,49	22.193,44	0,34	83,74	4.310,56
Extensão Rural	20.000,00	26.504,00	4.219,49	22.193,44	4.219,49	22.193,44	0,34	83,74	4.310,56

Continua 2/3

Município de LEOBERTO LEAL - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2010/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

Continuação 3/3

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS				SALDO A LIQUIDAR (a - b)
			No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/Total b)	% (b/a)	
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	302.500,00	445.240,00	68.564,93	314.704,62	66.670,19	312.809,88	4,86	70,26	132.430,12
Transporte	72.000,00	75.200,00	11.530,89	56.990,78	11.530,89	56.990,78	0,89	75,79	18.209,22
Transporte Rodoviário	72.000,00	75.200,00	11.530,89	56.990,78	11.530,89	56.990,78	0,89	75,79	18.209,22
TOTAL (III) = (I + II)	12.157.550,00	13.566.797,47	1.144.586,01	6.911.236,48	1.286.192,26	6.435.766,17	100,00	47,44	7.131.031,30

FONTE: SEC. DE ADMINIST. CONTAB. E FINANÇAS

LEOBERTO LEAL, 23/11/2011

TATIANE D. ALVES DA CUNHA
Prefeita Municipal

WORLI JOSE KREUSCH
Contador CRC-SC No. 14520

DÉBORA VENTURIN
Auditor de Controle Interno

¹ Representa uma dotação global sem destinação específica a determinado órgão, unidade orçamentária, programa ou categoria econômica, cujos recursos serão utilizados para abertura de créditos adicionais, não sendo portanto uma função. É apresentada neste demonstrativo por constar no orçamento.

RREO Anexo X - Dem. das Receitas e Despesas com MDE 5º Bim_2011

MUNICÍPIO DE LEOBERTO LEAL - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2010/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

RREO - ANEXO X (LDB, art. 72)

R\$ 1,00

RECEITAS DO ENSINO

RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS (caput do art. 212 da Constituição)	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
1- RECEITAS DE IMPOSTOS	213.000,00	213.000,00	32.574,32	184.756,23	86,74
1.1- Receita Resultante do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - IPTU	45.000,00	45.000,00	1.053,19	45.676,29	101,50
1.1.1- IPTU	40.000,00	40.000,00	641,58	40.803,88	102,01
1.1.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do IPTU	1.000,00	1.000,00	230,97	696,21	69,62
1.1.3- Dívida Ativa do IPTU	3.000,00	3.000,00	141,14	3.424,75	114,16
1.1.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do IPTU	1.000,00	1.000,00	39,50	149,47	14,95
1.1.5- (-) Deduções da Receita do IPTU	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.2- Receita Resultante do Imposto sobre Transmissão Inter Vivos - ITBI	25.000,00	25.000,00	2.922,23	13.916,76	55,67
1.2.1- ITBI	25.000,00	25.000,00	2.922,23	13.916,76	55,67
1.2.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ITBI	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.2.3- Dívida Ativa do ITBI	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.2.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ITBI	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.2.5- (-) Deduções da Receita do ITBI	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.3- Receita Resultante do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	55.000,00	55.000,00	8.263,62	42.170,26	76,68
1.3.1- ISS	50.000,00	50.000,00	8.100,80	40.374,32	80,75
1.3.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ISS	1.000,00	1.000,00	26,78	215,86	21,59
1.3.3- Dívida Ativa do ISS	3.000,00	3.000,00	136,04	2.186,08	72,87
1.3.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ISS	1.000,00	1.000,00	0,00	0,00	0,00
1.3.5- (-) Deduções da Receita do ISS	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.4- Receita Resultante do Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	88.000,00	88.000,00	20.335,28	82.386,92	93,62
1.4.1- IRRF	88.000,00	88.000,00	20.335,28	82.386,92	93,62
1.4.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do IRRF	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.4.3- Dívida Ativa do IRRF	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.4.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do IRRF	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.4.5- (-) Deduções da Receita do IRRF	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5- Receita Resultante do Imposto Territorial Rural - ITR (CF, art. 153, §4º, inciso III)	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.1- ITR	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ITR	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.3- Dívida Ativa do ITR	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ITR	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.5- (-) Deduções da Receita do ITR	—	0,00	0,00	0,00	0,00
2- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS	6.377.000,00	6.377.000,00	995.939,38	5.015.593,83	78,65
2.1- Cota-Parte FPM	4.380.000,00	4.380.000,00	577.799,59	3.115.524,65	71,13
2.1.1- Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea b	4.220.000,00	4.220.000,00	577.799,59	3.115.524,65	73,83
2.1.2- Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea d	160.000,00	160.000,00	0,00	0,00	0,00
2.2- Cota-Parte ICMS	1.800.000,00	1.800.000,00	378.139,92	1.710.187,40	95,01
2.3- ICMS-Desoneração – L.C. nº87/1996	15.000,00	15.000,00	2.243,78	11.218,90	74,79
2.4- Cota-Parte ITR-Exportação	52.000,00	52.000,00	7.826,50	39.842,05	68,93
2.5- Cota-Parte ITR	6.000,00	6.000,00	6.999,14	7.409,58	123,49
2.6- Cota-Parte IPVA	124.000,00	124.000,00	22.930,45	135.411,25	109,20
2.7- Cota-Parte IOF-Ouro	—	0,00	0,00	0,00	0,00
3- TOTAL DA RECEITA BRUTA DE IMPOSTOS (1 + 2)	6.590.000,00	6.590.000,00	1.028.513,70	5.200.350,06	78,91
RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
4- RECEITA DA APLICAÇÃO FINANCEIRA DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS VINC. AO ENSINO	—	0,00	0,00	0,00	0,00
5- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DO FNDE	126.000,00	126.000,00	30.554,05	128.339,28	101,86
5.1- Transferências do Salário-Educação	62.000,00	62.000,00	10.444,51	53.965,89	87,04
5.2- Outras Transferências do FNDE	64.000,00	64.000,00	20.109,54	74.373,39	116,21
5.3- Aplicação Financeira dos Recursos do FNDE	—	0,00	0,00	0,00	0,00
6- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS	160.000,00	160.000,00	0,00	185.328,00	115,83
6.1- Transferências de Convênios	160.000,00	160.000,00	0,00	185.328,00	115,83
6.2- Aplicação Financeira dos Recursos de Convênios	—	0,00	0,00	0,00	0,00
7- RECEITA DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO	—	0,00	0,00	0,00	0,00
8- OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	256.300,00	256.300,00	29.913,76	123.963,63	48,37
9- TOTAL DAS RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO (4 + 5 + 6 + 7 + 8)	542.300,00	542.300,00	60.467,81	437.630,91	80,70

FUNDEB

RECEITAS DO FUNDEB	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
10- RECEITAS DESTINADAS AO FUNDEB	1.275.400,00	1.275.400,00	199.187,46	1.003.216,79	78,66
10.1- Cota-Parte FPM Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.1.1)	876.000,00	876.000,00	115.559,86	623.104,64	71,13
10.2- Cota-Parte ICMS Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.2)	360.000,00	360.000,00	75.627,82	342.036,60	95,01
10.3- ICMS-Desoneração Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.3)	3.000,00	3.000,00	448,74	2.243,70	74,79
10.4- Cota-Parte ITR-Exportação Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.4)	10.400,00	10.400,00	1.565,31	7.268,49	69,89
10.5- Cota-Parte ITR ou ITR Arrecadados Destinados ao FUNDEB – (20% de 2.5)	1.200,00	1.200,00	1.399,80	1.481,84	123,49
10.6- Cota-Parte IPVA Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.6)	24.800,00	24.800,00	4.585,93	27.081,52	109,20
11- RECEITAS RECEBIDAS DO FUNDEB	660.000,00	660.000,00	127.169,99	598.446,30	90,67
11.1- Transferências de Recursos do FUNDEB	660.000,00	660.000,00	127.169,99	598.446,30	90,67
11.2- Complementação da União ao FUNDEB	—	0,00	0,00	0,00	0,00
11.3- Receita de Aplicação Financeira dos Recursos do FUNDEB	—	0,00	0,00	0,00	0,00
12- RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB (11.1 – 10)	-615.400,00	-615.400,00	-72.017,47	-404.770,49	65,77
DECRÉSCIMO RESULTANTE DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB					

MUNICÍPIO DE LEOBERTO LEAL - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2010/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

Continuação 2/3

DESPESAS DO FUNDEB	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS LIQUIDADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100
13- PAGAMENTO DOS PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO	531.405,00	563.609,00	100.889,13	481.586,90	85,45
13.1- Com Educação Infantil	88.000,00	114.000,00	16.321,01	62.150,30	54,52
13.2- Com Ensino Fundamental	443.405,00	449.609,00	84.568,12	419.436,60	93,29
14- OUTRAS DESPESAS	133.595,00	139.177,54	19.489,63	133.531,78	99,94
14.1- Com Educação Infantil	39.000,00	21.599,00	1.760,54	21.561,08	99,82
14.2- Com Ensino Fundamental	94.595,00	117.578,54	17.729,09	111.970,70	95,23
15- TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEB (13 + 14)	665.000,00	702.786,54	120.378,76	615.118,68	87,53
DEDUÇÕES PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB PARA PAGAMENTO DOS PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO					VALOR
16- RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DO FUNDEB					—
17- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DO FUNDEB					0,00
18- TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB (16 + 17)					0,00
19- MÍNIMO DE 60% DO FUNDEB NA REMUNERAÇÃO DO MAGISTÉRIO COM EDUCAÇÃO INFANTIL E ENSINO FUNDAMENTAL1 ((13 – 18) / (11) x 100) %					80,47
CONTROLE DA UTILIZAÇÃO DE RECURSOS NO EXERCÍCIO SUBSEQUENTE				VALOR	
20 – RECURSOS RECEBIDOS DO FUNDEB EM 2009 QUE NÃO FORAM UTILIZADOS				0,00	
21 – DESPESAS CUSTEADAS COM O SALDO DO ITEM 20 ATÉ O 1º TRIMESTRE DE 2010 ²				0,00	

MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – DESPESAS CUSTEADAS COM A RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS E RECURSOS DO FUNDEB

RECEITAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (c)=(b/a)x100
22- IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS DESTINADAS À MDE (25% de 3)³	1.647.500,00	1.647.500,00	257.128,43	1.300.087,51	78,91
DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS LIQUIDADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100
23- EDUCAÇÃO INFANTIL	206.000,00	211.599,00	21.199,38	140.182,63	66,25
23.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	127.000,00	135.599,00	18.081,55	83.711,38	61,73
23.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	79.000,00	76.000,00	3.117,83	56.471,25	71,49
24- ENSINO FUNDAMENTAL	994.850,00	1.022.846,54	165.250,31	804.718,90	80,87
24.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	538.000,00	567.187,54	102.297,21	531.407,30	93,69
24.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	456.850,00	455.659,00	62.953,10	273.311,60	59,98
25- ENSINO MÉDIO	1.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
26- ENSINO SUPERIOR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
27- ENSINO PROFISSIONAL NÃO INTEGRADO AO ENSINO REGULAR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
28- OUTRAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
29- TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE (23 + 24 + 25 + 26 + 27 + 28)	1.201.850,00	1.234.445,54	186.449,69	944.901,53	76,54
DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL					VALOR
30- RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB = (12)					-404.770,49
31- DESPESAS CUSTEADAS COM A COMPLEMENTAÇÃO DO FUNDEB NO EXERCÍCIO					—
32- RECEITA DE APLICAÇÃO FINANCEIRA DOS RECURSOS DO FUNDEB ATÉ O BIMESTRE = (50 h)					—
33- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DO FUNDEB					15.187,54
34- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS					0,00
35- RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO					—
36- CANCELAMENTO, NO EXERCÍCIO, DE RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO = (40 g)					—
37- TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL (30 + 31 + 32 + 33 + 34 + 35 + 36)					-389.582,95
38- TOTAL DAS DESPESAS PARA FINS DE LIMITE ((23 + 24) – (37))					1.334.484,48
39- MÍNIMO DE 25% DAS RECEITAS RESULTANTES DE IMPOSTOS EM MDES ((38) / (3) x 100) %					25,66

OUTRAS INFORMAÇÕES PARA CONTROLE

OUTRAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS LIQUIDADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100
40- DESPESAS CUSTEADAS COM A APLICAÇÃO FINANCEIRA DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
41- DESPESAS CUSTEADAS COM A CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DO SALÁRIO-EDUCAÇÃO	51.000,00	51.000,00	17.741,50	45.814,67	89,83
42- DESPESAS CUSTEADAS COM OPERAÇÕES DE CRÉDITO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
43- DESPESAS CUSTEADAS COM OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	113.000,00	399.731,71	218.879,55	284.095,69	71,07
44- TOTAL DAS OUTRAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO (40 + 41 + 42 + 43)	164.000,00	450.731,71	236.621,05	329.910,36	73,19
45- TOTAL GERAL DAS DESPESAS COM MDE (29 + 44)	1.365.850,00	1.685.177,25	423.070,74	1.274.811,89	75,65
RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO	SALDO ATÉ O BIMESTRE		CANCELADO EM 2010 (g)		
46- RESTOS A PAGAR DE DESPESAS COM MDE	2.440,32		0,00		

MUNICÍPIO DE LEOBERTO LEAL - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2010/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

Continuação 3/3

FLUXO FINANCEIRO DOS RECURSOS	VALOR	
	FUNDEB (h)	FUNDEF
47- SALDO FINANCEIRO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009	0,00	0,00
48- (+) INGRESSO DE RECURSOS ATÉ O BIMESTRE	598.446,30	0,00
49- (-) PAGAMENTOS EFETUADOS ATÉ O BIMESTRE	0,00	0,00
50- (+) RECEITA DE APLICAÇÃO FINANCEIRA DOS RECURSOS ATÉ O BIMESTRE	0,00	0,00
51- (=) SALDO FINANCEIRO NO EXERCÍCIO ATUAL	598.446,30	0,00

LEOBERTO LEAL, 23/11/2011

TATIANE D. ALVES DA CUNHA
Prefeita Municipal

WORLDI JOSE KREUSCH
Contador CRC-SC No. 14520

DÉBORA VENTURIN
Auditor de Controle Interno

FONTE:

¹ Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício.

² Art. 21, § 2º, Lei 11.494/2007: "Até 5% dos recursos recebidos à conta dos Fundos, inclusive relativos à complementação da União recebidos nos termos do §1º do art. 6º desta Lei, poderão ser utilizados no 1º trimestre do exercício imediatamente subsequente, mediante abertura de crédito adicional."

³ Caput do art. 212 da CF/1988

⁴ Os valores referentes à parcela dos Restos a Pagar inscritos sem disponibilidade financeira vinculada à educação deverão ser informados somente no RREO do último bimestre do exercício

⁵ Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício, no âmbito de atuação prioritária, conforme LDB, art. 11, V.

O valor do saldo do superávit financeiro do exercício anterior, do FUNDEB foi de R\$ 15.187,54, e da complementação do FUNDEB foi de R\$ 0,00, e de outros recursos de impostos foi de R\$ 0,00.

Lindóia do Sul

PREFEITURA

Extrato de RATIFICAÇÃO Dispensa de Licitação 06/2011

PREFEITURA MUNICIPAL DE LINDÓIA DO SUL - SC
EXTRATO DE RATIFICAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 06/2011

O Prefeito Municipal de Lindóia do Sul, SC, torna público que ratificou o ato do Senhor Leonardo Junior Cavallier, presidente da Comissão Permanente de Licitações, que dispensou a licitação, nos termos do artigo 24, inc. XI, da Lei nº 8.666/93, para aquisição de uma carregadeira compacta, de rodas com pneus, nova, tendo em vista a rescisão do contrato nº 84/2011, motivada pelo não fornecimento do objeto no prazo pactuado.

Fornecedor Contratado: Paraná Equipamentos S.A.

Valor Total: R\$ 134.900,00 (cento e trinta e quatro mil e novecentos reais)

Lindóia do Sul, SC, 22 de novembro de 2011.

ADIERSON CARLOS BUSSOLARO

Prefeito Municipal

Macieira

PREFEITURA

Publicação resumida

PUBLICAÇÃO RESUMIDA

PREFEITURA MUNICIPAL DE MACIEIRA

Prefeitura Municipal de Macieira. Aditamento nº 25/2011. Contrato Administrativo nº. 0035/2011. Processo licitatório nº 0017/2011. Pregão Presencial nº 0009/2011. Objeto: Acréscimo na contratação de serviços de recauchutagem para 02 pneus 18 - 4 x 34 conforme especificado no contrato de aditivo acima citado, para manutenção da Secretaria Municipal de Agricultura. Contratada: RECAUCHUTADORA A RODA LTDA. Valor do aditivo: R\$ 2.370,00. Prazo: 31/12/2011.

Macieira, 23 de novembro de 2011.

IANA SPANHOLLO ABRAÃO

Pregoeira

Massaranduba

PREFEITURA

Lei Nº 1371/2011

LEI Nº 1371/2011

Institui a Semana Municipal do Idoso

MARIO FERNANDO REINKE, Prefeito do Município de Massaranduba (SC), no uso das atribuições que me são conferidas pela legislação em vigor, faço saber a todos os habitantes do Município que a Câmara aprovou e eu sanciono a seguinte LEI:

Art. 1º Fica Instituído a Semana Municipal do Idoso, a ser celebrado na ultima semana de setembro, incluindo-se o dia 01 de outubro de cada ano.

Parágrafo Único - A Administração Pública Municipal através de seus órgãos públicos responsáveis pela coordenação e implementação da Política Públicas do Idoso ficam incumbidas de promover a realização e divulgação de eventos que valorizem a pessoa do idoso na sociedade.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

PAÇO MUNICIPAL DE MASSARANDUBA, 21 DE NOVEMBRO DE 2011

MÁRIO FERNANDO REINKE

Prefeito Municipal

Publicado no expediente da data supra,

MAURICIO PRAWUTZKI

Secretario de Administração e Finanças

Decreto Nº. 2320 de 21 de Novembro de 2011

DECRETO Nº. 2320 DE 21 DE NOVEMBRO DE 2011

Abre Crédito Adicional Suplementar

O Prefeito do Município de Massaranduba (SC), no uso de suas atribuições e de acordo com a Lei nº 1256 de 07 de Dezembro de 2010, DECRETA:

Art.1º. Fica aberto o crédito adicional suplementar no valor de R\$ 100.00 (Cem reais), conforme programa e verba abaixo discriminados:

0700 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

0701 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

0701. 008.244.0080.2023 - Assistência Social a Famílias Carentes

0701 - 44900000 - Aplicações Diretas

0701 - 10000 - Recursos Ordinários R\$ 100,00

Art. 2º. Os recursos para atender o crédito acima especificado, decorrerão da anulação no valor de R\$ 100,00 (Cem reais), do seguinte programa e verba abaixo discriminados:

0700 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

0701 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

0701. 008.244.0080.2023 - Assistência Social a Famílias Carentes

0701 - 33900000 - Aplicações Diretas

0701 - 10000 - Recursos Ordinários R\$ 100,00

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PAÇO MUNICIPAL DE MASSARANDUBA, EM 21 DE NOVEMBRO DE 2011

MÁRIO FERNANDO REINKE

Prefeito Municipal

Publicado no expediente na data supra

MAURÍCIO PRAWUTZKI

Secretário de Administração e Finanças

Meleiro

PREFEITURA

Portaria n.º 358/2011

PORTARIA n.º 358/2011

TRATA DA CONTRATAÇÃO DE TÉCNICA DE ENFERMAGEM POR TEMPO DETERMINADO.

JONNEI ZANETTE, Prefeito Municipal de Meleiro, no uso de suas atribuições e em conformidade com o artigo 51 da Lei Orgânica Municipal, Lei nº 809/2000 e suas alterações e Lei Complementar nº 031/2010, de 07 de Junho de 2010, RESOLVE:

C O N T R A T A R

Art. 1.º A Senhora LUCIANA SILVEIRA GONÇALVES, para exercer o cargo de Técnica de Enfermagem - SAMU, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, a partir da presente data.

Art. 2.º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

Art. 4.º Revoga-se as disposições em contrário.

Meleiro, 23 de Novembro de 2011.

JONNEI ZANETTE

Prefeito Municipal

Registrado e publicado nesta Secretaria na data supra.

JAIRO LUIZ CANELA

Secret. Adm. e Finanças

Portaria Nº 357/2011

PORTARIA nº 357/2011

DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE ADICIONAL DE 3% (TRÊS POR CENTO) REFERENTE AO TRIÊNIO AO SERVIDOR PÚBLICO QUE RELACIONA.

JONNEI ZANETTE, Prefeito Municipal de Meleiro, no uso de suas atribuições que lhe confere o artigo 51 da Lei Orgânica do Município, e em conformidade com a Lei n.º 809/2000, de 03 de abril de 2000, RESOLVE:

C O N C E D E R

Artigo 1.º Ao servidor público municipal relacionado no Anexo Único, o adicional de 3% (três por cento), referente ao triênio previsto nos artigos 75 e 76 da Lei n.º 809/2000, de 03 de abril de 2000. Parágrafo único. As despesas decorrentes desta Portaria correrão por conta da Dotação Orçamentária 3.1.90.11.00.00.00 - Vencimentos e Vantagens Fixas - do pessoal do orçamento vigente.

Artigo 2.º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, com seus efeitos a partir de 01/10/2011.

Artigo 3.º Revoga-se as disposições em contrário.

Meleiro, 22 de Novembro de 2011.

JONNEI ZANETTE

Prefeito Municipal

Registrada e publicada nesta Secretaria na data supra.

JAIRO LUIZ CANELA

Secret. Adm. e Finanças

A N E X O Ú N I C O

MATRÍCULA	NOME DO(A) SERVIDOR(A)	ADICIONAL TOTAL
177	JOSUÉ DA SILVA	17%

Meleiro, 22 de Novembro de 2011.

JONNEI ZANETTE

Prefeito Municipal

Registrada e publicada nesta Secretaria na data supra.

JAIRO LUIZ CANELA

Secret. Adm. e Finanças

Monte Carlo

PREFEITURA

Edital do Pregão Presencial Nº 33/2011

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE CARLO

DPTO DE LICITAÇÕES

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITAÇÃO Nº 68/2011

EDITAL DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 33/2011

REGISTRO DE PREÇOS

O MUNICÍPIO DE MONTE CARLO, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº 95.996.104/0001-04, representado neste ato pelo Prefeito Municipal Sr. Antoninho Tiburcio Gonçalves no uso de suas atribuições, comunica aos interessados que fará realizar licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL visando o REGISTRO DE PREÇO para contratações futuras do objeto abaixo indicado. Os envelopes de "PROPOSTA DE PREÇOS" e "DOCUMENTAÇÃO" deverão ser entregues no Setor de Licitações, localizado na sede deste Município - Rodovia SC 456 Km 15, Centro, Monte Carlo, SC. Os envelopes deverão ser entregues até as 08:45 horas do dia 07/12/2011 ou do primeiro dia útil subsequente, na hipótese de não haver expediente nesta data. Abertura da sessão no mesmo dia às 09:00 horas. A presente licitação será do tipo MENOR PREÇO POR ITEM, consoante as condições estatuídas neste Edital e será regida pela Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, bem como pela Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores, nos casos omissos.

1 - DO OBJETO

1.1 - O presente pregão tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS de HORAS/MÁQUINAS para CONTRATAÇÃO FUTURA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ESCAVADEIRA HIDRÁULICA, MOTONIVELADORA, TRATOR DE ESTEIRA E CAMINHÃO CAÇAMBA, PARA MELHORIAS NAS VIAS PÚBLICAS URBANA E DO INTERIOR DO MUNICÍPIO DE MONTE CARLO CONFORME A NECESSIDADE, E DE ACORDO COM AS ESPECIFICAÇÕES DOS EQUIPAMENTOS CONSTANTES NO ANEXO VII.

INFORMAÇÕES E ENTREGA DO EDITAL: Prefeitura Municipal de Monte Carlo, sala de Licitações da Secretaria de Administração e Finanças, situada na Rodovia SC 456 km 15. HORÁRIO: Das 08:00 às 17:30:00HS. TELEFONE/FAX: (049) 3546- 0194. Home Page: www.montecarlo.sc.gov.br

Monte Carlo, 23 de novembro de 2011.

ANTONINHO TIBURCIO GONÇALVES

Prefeito Municipal

Concurso Público Municipal nº 001/2011

PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE CARLO

CONCURSO PÚBLICO Nº 001/2011

EDITAL Nº 005/2011

ABERTURA DE INSCRIÇÕES PARA O PROVIMENTO DOS CARGOS DO QUADRO DE PESSOAL CIVIL DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA DO MUNICÍPIO DE MONTE CARLO, ATRAVÉS DE CONCURSO PÚBLICO Nº 001/2011.

O MUNICÍPIO DE MONTE CARLO torna público que fará realizar Concurso Público, para provimento do Quadro Único do Pessoal Civil da Administração Direta do Município de Monte Carlo, de acordo com as Leis Complementares Municipais 027/2007 e 042/2010, suas alterações, e demais legislações vigentes, que se regerá pelas normas estabelecidas neste Edital.

O Concurso Público será regido por este Edital e executado pela Associação dos Municípios do Planalto Sul de Santa Catarina - AMPLASC, localizada no <http://www.amplasc.org.br> e-mail: amplasc@amplasc.org.br, com endereço na Rua São João Batista, 347 Bairro: Centro - Campos Novos- CEP 89620-000 Fone/Fax: (49) 3541-0855.

1. DOS CARGOS, DAS VAGAS, DA CARGA HORÁRIA E DOS VEN- CIMENTOS.

1.1. O Concurso Público destina-se ao provimento das vagas descritas na forma deste Edital e para a formação de cadastro reserva de aprovados para novas vagas que forem criadas dentro do prazo de validade deste Concurso Público.

1.2. Os cargos e vagas objeto deste Concurso Público são descritos na tabela abaixo:

CARGO	CARGA HORÁRIA	VAGAS	VENCIMENTO INICIAL
MÉDICO(A)	40 HORAS	01 VAGA CADAS- TRO DE RESERVA	7.102,00
SUPERVISOR(A) DE TESOUREARIA	40 HORAS	01 VAGA	1.438,42
SUPERVISOR(A) DE RECURSOS HUMANOS	40 HORAS	01 VAGA	1.438,42
ASSISTENTE SOCIAL	40 HORAS	01 VAGA	1.438,42
FISCAL DE SAÚDE PÚBLICA	40 HORAS	01 VAGA	975,41
OPERADOR(A) ADMINISTRATIVO	40 HORAS	01 VAGA	887,22
ASSISTENTE DE CRECHE	40 HORAS	01 VAGA CADAS- TRO DE RESERVA	583,00

1.3 A escolaridade exigida deverá ser comprovada quando da convocação do candidato para a posse.

1.4 O Concurso Público, objeto deste Edital, será realizado em 01 (uma) única etapa constituída de prova escrita objetiva de caráter eliminatório e classificatório.

1.5 A escolaridade exigida para a posse é a constante na tabela abaixo:

HABILITAÇÃO EXIGIDA PARA CARGOS DE PROVIMENTO EFETIVO

CARGOS	ESCOLARIDADE MÍNIMA
MÉDICO (A)	Curso Superior em Medicina e registro no Conselho ou Órgão competente.
SUPERVISOR(A) DE TESOUREARIA	Curso Superior em Administração, Ciências Econômicas ou Ciências Contábeis.

SUPERVISOR DE RECURSOS HU- MANOS	2º Grau completo profissionalizante e conhecimentos em informática, contabilidade ou recursos humanos.
ASSISTENTE SOCIAL	Curso Superior em Serviço Social e registro no Conselho ou órgão competente.
FISCAL DE SAÚDE PÚBLICA	2º Grau Completo e conhecimento em informática. Carteira Nacional de Habilitação AB
OPERADOR ADMINISTRATIVO	2º Grau completo e conhecimentos em informática.
ASSISTENTE DE CRECHE	Alfabetizado.

2. DAS INSCRIÇÕES**2.1. Da participação:**

2.1.1 A participação do candidato no concurso iniciar-se-á pela inscrição, que deverá ser efetuada no prazo e condições estabelecidas neste edital.

2.1.2 A inscrição do candidato implicará no conhecimento e na tácita aceitação das condições estabelecidas no inteiro teor deste Edital e das instruções específicas, expedientes dos quais não poderá alegar desconhecimento.

2.1.3 O candidato somente poderá inscrever-se uma única vez, para um único cargo, considerando que as provas serão realizadas no mesmo dia e horário.

2.2. Condições de inscrição

2.2.1 Ser brasileiro nato ou naturalizado, e no caso de nacionalidade portuguesa estar amparado pelo estatuto de igualdade entre brasileiros e portugueses, com reconhecimento do gozo dos direitos políticos, nos termos do artigo 13 do Decreto 70.436 de 18/04/1972;

2.2.2 Encontrar-se no pleno gozo de seus direitos civis e políticos;

2.2.3 Estar quite com as obrigações militares (em caso de candidato do sexo masculino) e eleitorais;

2.2.4 Ter idade mínima de 18 (dezoito) anos.

2.2.5 Ter conhecimento e aceitação das exigências e regras contidas neste Edital, nas instruções específicas contidas nos comunicados e em outros avisos pertinentes ao presente concurso que venham a ser divulgado;

2.2.6 Ao inscrever-se no concurso o candidato declara expressamente possuir o nível de escolaridade nele exigido.

2.3. Do Processo de Inscrição

2.3.1. As inscrições deverão ser efetuadas entre às 08:00 hs do dia 23 de novembro de 2011 até as 14:00 hs do dia 14 de dezembro de 2011, no seguinte endereço: no Paço Municipal, SC 456, Km 15, Centro, esquina com a rua Vilma Gomes - Monte Carlo, SC.

2.3.2. No ato da inscrição o candidato deverá apresentar os documentos pessoais para preenchimento da ficha de inscrição, juntamente com uma foto 3 x 4 recente. No ato da inscrição não será exigido o comprovante de escolaridade, com fundamento na Súmula 266 do STJ, no entanto fica o candidato ciente de que a escolaridade deverá ser comprovada na data da posse, sob as penas da lei.

2.3.3. A taxa de inscrição para os cargos de nível superior é de R\$ 100,00 (cem reais), para os cargos de nível médio R\$ 70,00 (setenta reais) e para alfabetizado R\$ 40,00 (quarenta reais).

2.3.4. A inscrição somente será aceita após o pagamento da taxa, que deverá ser paga após a emissão do boleto bancário.

2.3.5. Será cancelada a inscrição e eliminado o candidato, a qualquer tempo, por declaração inverídica ou cuja documentação apresente qualquer irregularidade. Não será aceita inscrição condicional ou por correspondência.

2.3.6. A inscrição deverá ser efetuada pelo próprio candidato, ou

por procurador devidamente habilitado, com procuração autenticada em cartório, com poderes específicos para representá-lo no ato da inscrição.

2.3.7. O candidato ou seu representante legal é inteiramente responsável pela fidedignidade e correção das informações prestadas por qualquer meio e por elas responderá administrativa, civil e penalmente.

2.3.8. Uma vez efetuada a inscrição, não será aceito pedido de alteração de quaisquer dos dados informados, a não ser o de mudança de endereço que poderá ser feito por correspondência eletrônica, carta registrada ou pessoalmente na sede do Município até a data de homologação do presente concurso. Alterações posteriores devem ser encaminhadas à Prefeitura Municipal de Monte Carlo.

2.3.9. A taxa de inscrição não será restituída, em nenhuma hipótese.

2.3.10. Verificada mais de uma inscrição de um mesmo candidato, será considerada apenas a inscrição mais recente.

2.3.11. Os candidatos são responsáveis pelos dados cadastrais informados no ato da inscrição.

2.4 A inveridicidade de declaração apresentada no Requerimento de Inscrição ou em qualquer documento apresentado à Prefeitura Municipal de Monte Carlo, verificada a qualquer tempo, implicará no cancelamento da respectiva inscrição e na eliminação do candidato do Concurso.

2.5 O candidato que necessitar de condições especiais para a realização da prova deverá indicar as condições especiais que necessita no requerimento de inscrição.

2.6 A declaração de que trata o item 2.5 do presente edital, não se constitui em requerimento para concorrer às vagas reservadas a portadores de necessidades especiais, nem com elas guarda qualquer relação.

2.7 A solicitação de condições especiais de que trata o subitem 2.5 será atendida obedecendo aos critérios de viabilidade e de razoabilidade.

3. DOS PORTADORES DE NECESSIDADES ESPECIAIS

3.1. Às pessoas portadoras de necessidades especiais é assegurado o direito de inscrição neste concurso, desde que suas atribuições sejam compatíveis com a deficiência de que são portadoras.

3.2. Somente haverá reserva de vagas para candidatos portadores de deficiência quando o número de vagas for igual ou superior a 5.

3.2.1. Os portadores de necessidades especiais participarão do Concurso Público em igualdade de condições com os demais candidatos, no que se refere ao conteúdo das provas, avaliação, aos critérios de aprovação, ao dia, horário e local de aplicação da prova e à nota mínima exigida para todos os demais candidatos.

3.2.2. O candidato portador de necessidades especiais que necessitar de recurso especial ou de tempo adicional para realização das provas deverá requerê-lo, por escrito, devidamente justificado por médico especializado na área da respectiva deficiência, a Assessoria Jurídica da Prefeitura de Monte Carlo, no mesmo prazo das inscrições.

Quadro de vagas destinadas aos candidatos portadores de necessidades especiais:

3.3. Será considerada deficiência somente aquela conceituada na medicina especializada, de acordo com os padrões mundialmente estabelecidos, e que se enquadrem nas categorias descritas no Decreto Federal nº 3.298/99, na Lei Estadual 12.870/04 e na Lei nº 7.853/1989.

3.4. Para a inscrição no concurso, o portador de necessidades especiais deverá declarar sua deficiência e assinalar, no espaço apropriado constante do Requerimento de Inscrição, as condições especiais que necessitar para realizar a prova.

3.5. O candidato portador de deficiência visual que solicitar à

Prefeitura provas e o cartão resposta com letras ampliadas receberá as provas e o cartão-resposta com tamanho de letra correspondente à fonte 24, cabendo ao candidato sua leitura e marcação das respostas no respectivo cartão.

3.6. A declaração de deficiência, para efeito de inscrição e realização das provas, não substitui, em hipótese alguma, a avaliação para fins de aferição da compatibilidade ou não da deficiência física que julgará a aptidão física e mental necessárias para contratação do candidato.

3.7. O candidato portador de necessidades especiais deverá entregar, para concorrer à vaga de deficiente, pessoalmente ou por intermédio de procurador, no período compreendido entre as 12:00 horas do dia 23 de novembro até às 14:00 horas do dia 14 de dezembro de 2011 na Prefeitura de Monte Carlo, o Atestado para Caracterização de Pessoa Portadora de Deficiência, conforme modelo constante do Anexo I.

3.7.1 O candidato também poderá remeter o Atestado para Caracterização de Pessoa Portadora de Deficiência, pelos correios via SEDEX para: Paço Municipal, SC 456, Km 15, Centro, Monte Carlo, SC, até o dia do dia 13 de dezembro de 2011 respeitando o horário das agências dos correios.

3.8. Os atestados médicos, a que alude o subitem 3.7 deverão obrigatoriamente apresentar data de emissão igual ou posterior a data de publicação deste Edital.

3.9. O candidato portador de deficiência submeter-se-á, quando convocado, a exame perante comissão interdisciplinar credenciada pela Prefeitura Municipal de Monte Carlo, que verificará a existência da deficiência declarada no Requerimento de Inscrição, bem como de sua compatibilidade com o exercício das atribuições do cargo e terá decisão terminativa sobre:

- a) qualificação do candidato como deficiente ou não, e
- b) o grau de deficiência capacitante ou não para o exercício do cargo.

3.10. A inobservância de qualquer uma das exigências acima, determinará a perda do direito da vaga reservada a candidatos portadores de necessidades especiais, sendo a sua inscrição homologada como candidato não portador de deficiência.

3.11. O candidato portador de necessidades especiais participará deste concurso em igualdade de condições aos demais candidatos, no que se refere ao conteúdo das provas, avaliação e critérios de aprovação, horário de início, data, local de aplicação e nota mínima exigida para todos os demais candidatos.

3.11. Os candidatos considerados portadores de deficiência, se habilitados e classificados, além de figurarem na lista geral de classificação do cargo, terão seus nomes publicados em separado. Os candidatos portadores de necessidades especiais aprovados serão convocados para efeito de nomeação e posse, segundo a ordem específica de classificação.

3.13. Não provida qualquer uma das vagas destinadas aos portadores de necessidades especiais, por falta de candidatos ou por reprovação no concurso, será ela preenchida pelos demais candidatos, observada a ordem de classificação.

4. DA HOMOLOGAÇÃO

4.1. Das inscrições

4.1.1 As inscrições que preencherem todas as condições deste edital serão homologadas e deferidas pelo Chefe do Poder Executivo Municipal. A relação das inscrições homologadas estará disponível nos endereços eletrônicos <http://www.amplasc.org.br> - www.montecarlo.sc.gov.br e no Mural do Paço Municipal de Monte Carlo, dia 15 de dezembro de 2011.

4.1.2. Nos referidos endereços será divulgada a relação das inscrições que não forem homologadas.

5. DA PROVA

5.1. prova escrita objetiva será aplicada de acordo com o programa constante neste Edital (Anexo III), será composta de 40 (quarenta) questões objetivas do tipo múltipla escolha, subdividida

em 4 (quatro) alternativas: A), B), C) e D). Dessas alternativas, somente UMA deverá ser assinalada, relacionadas às seguintes áreas de conhecimento:

5.1.1. A prova escrita para os cargos de superior constará de:

a) Questões de conhecimentos gerais, sendo: 10 (dez) questões de língua portuguesa e 10 (dez) questões de matemática, valendo 0,20 cada uma;

b) Questões de conhecimentos específicos: 20 (vinte) questões, valendo 0,30 cada uma;

5.2. A prova escrita para todos os cargos será realizada no dia 18 de dezembro de 2011 e terá duração total de 03:30 (três horas e trinta minutos) horas com início às 08:30 horas.

5.2.1

5.2.2. O acesso aos locais de prova será permitido com a antecedência de 30 (trinta) minutos.

5.3. O candidato deverá apresentar-se no local de prova portando documento de identidade original e comprovante de inscrição do concurso.

5.3.1. Caso, no dia de realização da prova o candidato esteja impossibilitado de apresentar, documento de identidade original, por motivo de perda, furto ou roubo, deverá apresentar documento que ateste o registro da ocorrência em órgão policial expedido no máximo há 30 (trinta) dias da data da prova. Não será aceita cópia de documento de identidade, ainda que autenticada.

5.3.2. A não apresentação de documento de identidade original, impedirá o acesso do candidato ao local de prova e implicará a sua eliminação automática do concurso.

5.3.3. O candidato declara expressamente concordar em ser submetido à inspeção física ou através de equipamentos eletrônicos, em qualquer local onde se realizar a prova, com a finalidade de se evitar fraude e manter a lisura do concurso.

5.4 No dia de realização da prova não serão fornecidas, por qualquer membro da equipe de aplicação da prova e/ou pelas autoridades presentes, informações referentes ao conteúdo e aos critérios de avaliação da prova.

5.5 Durante a realização das provas é vedada a consulta a livros, revistas, folhetos ou anotações, bem como o porte e uso de relógios analógicos ou digitais, aparelhos celular, pagers, palms e qualquer outro equipamento mecânico, elétrico ou eletrônico. Também não são permitidos alimentos, bebidas (sendo permitido apenas água envasada - em vasilhame transparente e sem rótulo e fumo no local de prova, bem como o uso de chapéus, bonés ou qualquer outra cobertura e o uso de óculos escuros e ou espelhados (salvo por indicação médica que deverá ser apresentada pelo candidato).

5.6 Os telefones celulares e demais equipamentos devem ser entregues desligados aos fiscais da sala, antes do início da prova.

5.7. A recusa do candidato em atender o disposto nos itens 5.5 e 5.6 do presente edital, bem como o porte e ou uso de qualquer dos equipamentos descritos naqueles itens em qualquer lugar do estabelecimento em que se realizar o concurso, até o momento em que o candidato entregar a sua prova, implicará na atribuição de nota zero (0) e na eliminação automática do concurso, mesmo que a prova seja entregue.

5.8 Não haverá, em qualquer hipótese, segunda chamada para a prova escrita, nem a realização de prova fora do horário e local marcados para todos os candidatos.

a) As questões da prova serão respondidas no caderno de questões, e no cartão resposta, ambos sem identificação do candidato. O caderno de prova e o cartão resposta, só serão identificados com o número que receberão no momento da prova no cartão de identificação que será preenchido de próprio punho pelo candidato.

5.9 Será atribuída nota 0 (zero) às respostas de questão(ões) que no cartão resposta contenha(m):

a) emenda(s) e/ou rasura(s), ainda que legível(eis);

b) mais de uma opção de resposta assinalada;

c) espaço não assinalado (s) no cartão resposta;

d) cartão resposta preenchido fora das especificações contidas no mesmo, ou seja, preenchido com caneta esferográfica de tinta cuja cor for diferente de azul ou preta, ou, ainda, com marcação diferente da indicada no modelo previsto no cartão.

5.10. As letras correspondentes às respostas assinaladas, nas questões da prova escrita objetiva, deverão ser transcritas (marcadas) nos locais e com o tipo de marcação determinados no cartão resposta, com caneta esferográfica de tinta preta ou azul.

5.11 A prova escrita objetiva será corrigida exclusivamente com base na marcação feita pelo candidato no cartão resposta no qual não poderá ter identificação do candidato sob pena de anulação da mesma.

5.12 Será aprovado na prova escrita objetiva, o candidato que obtiver nota igual ou superior a 5,0 (cinco).

5.13 O candidato, ao encerrar a prova, deverá entregar ao fiscal de prova/sala, o caderno de prova juntamente com o cartão resposta, sob pena de ter sua prova anulada e ser automaticamente eliminado do concurso. Não haverá devolução do caderno de provas.

5.14. O candidato somente poderá retirar-se da sala de prova após uma hora do seu início.

5.14.1 O candidato somente poderá retirar-se da sala no período de realização da prova, se autorizado e acompanhado por um fiscal.

5.14.2 Os três últimos candidatos que restarem em cada sala de prova somente poderão entregar as suas provas e o cartão-resposta e retirar-se do local simultaneamente.

5.15. A prova escrita será avaliada na escala de 0,00 (zero) a 10,00 (dez), sendo, as notas, expressas com 2 (duas) decimais, sem arredondamento.

5.16. O Município de Monte Carlo e a AMPLASC não assumem quaisquer responsabilidades quanto ao transporte, alimentação, alojamento e/ou hospedagem dos candidatos no concurso.

5.17 O Município de Monte Carlo e a AMPLASC não assumem qualquer responsabilidade sobre roubos e ou furtos de pertences ou veículos dos candidatos ou atos de terceiros que vierem a ser cometidos nos locais onde se realizarão as provas.

5.18 O gabarito provisório e o caderno de questões da prova serão divulgados na Internet no endereço eletrônico <http://www.amplasc.org.br>, a partir das 19h00min, do dia da realização da prova.

5.19 O candidato que chegar após o horário fixado para início das provas não poderá adentrar ao local da mesma estando eliminado automaticamente.

6. DA NOTA FINAL E DA CLASSIFICAÇÃO

6.1 A nota final dos candidatos será correspondente à somatória da pontuação final de cada conteúdo conforme o número de acertos de cada candidato.

6.2 Os candidatos serão classificados por vaga, em ordem decrescente da Nota Final obtida, expressa com 2 (duas) casas decimais.

6.3. Será considerado aprovado no concurso, o candidato que obtiver Nota Final (NF) igual ou superior a 5,00 (cinco inteiros).

6.4. Serão publicadas duas listas de classificados: a primeira conterá a pontuação de todos os candidatos, inclusive a dos portadores de deficiência; a segunda, somente a pontuação destes últimos, atendendo ao que dispõe a Lei Estadual Nº 12.870/2004.

6.5. Ocorrendo empate na classificação final, aplicar-se-á para o desempate, o disposto no parágrafo único, do art. 27, da Lei Federal nº 10.741/03 (Estatuto do Idoso), considerados os candidatos que se enquadrarem na condição de idoso, nos termos do art. 1º, da mencionada Lei.

6.5.1. Para o desempate dos candidatos não amparados pelo subitem anterior, será considerado, sucessivamente, o seguinte critério:

a) maior número de acertos na prova escrita objetiva de Conhecimento Específico;

b) maior número de acertos na prova escrita objetiva de

Conhecimento Geral;

c) tiver idade mais elevada.

6.6. A Secretaria Municipal da Administração homologará o resultado final do concurso com a publicação da listagem dos candidatos aprovados e respectivas classificações.

7. DO RESULTADO

7.1 O Resultado do Concurso e todas as suas etapas serão divulgadas por meio do endereço eletrônico <http://www.amplasc.org.br> - <http://www.montecarlo.sc.gov.br> e no Mural Público da Prefeitura Municipal de Monte Carlo. A data da abertura do cartão de identificação será informada no dia da realização.

8. DA NOMEAÇÃO E POSSE

8.1 As vagas serão preenchidas, observando-se a ordem de classificação.

8.2 O candidato aprovado e classificado será convocado através de edital de convocação publicado no sítio eletrônico do município, no diário oficial dos municípios e mediante aviso direto por telefone ou correspondência escrita.

8.3 O candidato que não se apresentar na data, local e horário estabelecidos conforme convocação será excluído deste Concurso Público, com exceção dos casos de ausência justificada para tratamento de saúde, situação em que o candidato ou seu representante legal deverá protocolar, no máximo, até 02 (dois) dias úteis, a contar da data do recebimento da correspondência, requerimento junto à Secretaria Municipal da Administração.

8.4 O candidato que não tomar posse ou não entrar em exercício no prazo previsto será eliminado do presente concurso.

8.5 Para tomar posse os candidatos deverão apresentar, quando convocados, os documentos solicitados pela Secretaria Municipal da Administração, observando-se também a escolaridade e exigências de cada cargo, conforme estabelecido neste Edital.

8.6 O laudo médico solicitado para a posse será expedido pela Junta Médica da Prefeitura Municipal de Monte Carlo.

8.7 O exame médico admissional consiste na avaliação do candidato, através de exames médicos para averiguar a aptidão física e mental para o exercício das atribuições do cargo a ser ocupado.

8.8 O exame médico admissional está restrito somente aos candidatos convocados para nomeação.

8.9 O resultado do exame médico será expresso com indicação de "apto ou inapto", para o exercício da atribuição do cargo.

8.10 A indicação de condição "inapto" será causa obstativa para a contratação do candidato aprovado no concurso.

8.11 A aprovação e classificação neste Concurso não asseguram ao candidato o direito de ingresso automático no Quadro da Prefeitura Municipal de Monte Carlo. A admissão é de competência da Secretaria Municipal da Administração, dentro do interesse e conveniência da Administração Pública, observada a ordem de classificação dos candidatos.

9. DOS RECURSOS

9.1. Caberá recurso:

- a) quanto à homologação das inscrições;
- b) quanto ao gabarito provisório da prova escrita;
- c) quanto à homologação do resultado do concurso.

9.2. Os recursos deverão ser entregues e protocolizados pessoalmente pelo candidato ou por seu procurador, no seguinte endereço: Associação dos Municípios do Planalto Sul de Santa Catarina- AMPLASC, com endereço na Rua São João Batista, 347 Bairro: Centro, Campos Novos-SC - CEP 89620-000 Fone/Fax: (49) 3541-0855, em até 2 (dois) dias úteis, após a publicação dos relatórios descritos nos subitens 10.1. b e d, horário das 13:00 hs. até as 18:00 hs. mediante comprovação do pagamento da "Taxa de Recurso".

9.2.1. O valor da taxa de recurso será de R\$ 25,00 (vinte e cinco reais) para os cargos de nível superior e de R\$ 15,00 (quinze reais) para os demais cargos, que será aplicado somente em relação à letra "b" do subitem 10.1 deste Edital.

9.2.2. A decisão dos recursos, exarada pela Comissão do Concurso, é irrecorrível na esfera administrativa.

9.3. O recurso deverá obedecer aos seguintes requisitos:

- a) ser impresso e assinado em duas vias;
- b) ser fundamentado, com argumentação lógica e consistente;
- c) ser apresentado em folhas separadas, para questões diferentes, quando for o caso.

9.4. Os recursos que não estiverem de acordo com o disposto nos subitens acima serão liminarmente indeferidos.

9.5. Não serão aceitos recursos interpostos por fax-símile, telex, internet, ou qualquer meio postal, sendo que os intempestivos serão desconsiderados.

9.6. No caso de erro de publicação na indicação da resposta de uma questão no gabarito provisório, o mesmo será corrigido.

9.7. Em caso de anulação de questão, o ponto correspondente será atribuído a todos os candidatos que tiverem se submetido à prova cuja questão for anulada.

10. DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIA

10.1 Delega-se competência à AMPLASC para:

- a) elaborar, aplicar, julgar e corrigir a prova escrita;
- b) proceder à avaliação da prova escrita;
- c) receber, julgar e publicar as respostas dos recursos previstos neste Edital
- d) emitir relatórios de classificação dos candidatos;
- e) prestar informações sobre o concurso dentro de sua competência;
- f) atuar em conformidade com as disposições deste edital.

11. DO FORO JUDICIAL

11.1. O foro para dirimir qualquer questão relacionada com o concurso público de que trata este edital, é o da Comarca de Fraiburgo no Estado de Santa Catarina.

12. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

12.1. Este concurso será válido por 2 (dois) anos, a contar da data de publicação da homologação do seu resultado final, podendo ser prorrogado, por igual período, a critério da Secretaria Municipal de Administração.

12.2. Não será aceito pedido de reclassificação, na hipótese de o candidato manifestar desinteresse na posse quando convocado.

12.3. A classificação neste concurso público não assegura ao candidato o direito de contratação automática no quadro de pessoal do Município de Monte Carlo.

12.4. Será excluído do concurso, o candidato que:

- a) tornar-se culpado por agressões ou descortesias para com qualquer membro da equipe encarregada de realização das provas;
- b) for surpreendido, durante a aplicação das provas, em comunicação com outro candidato, verbalmente, por escrito ou por qualquer outra forma;
- c) for flagrado, utilizando-se de qualquer meio, visando a burlar a prova, ou apresentar falsa identificação pessoal;
- d) ausentar-se da sala de prova durante a sua realização, sem estar acompanhado de um fiscal;
- e) negar-se a cumprir o que determina ou descumprir as regras contidas neste Edital.
- f) fizer, em qualquer fase ou documento declaração falsa ou inexistente;
- g) não mantiver atualizado seu endereço. Em caso de alteração do endereço informado na inscrição, o candidato deverá encaminhar documento ou comparecer à Secretaria da Administração da Prefeitura Municipal de Monte Carlo, junto à Paço Municipal, SC 456,

Km 15, Centro, esquina com a rua Vilma Gomes -Monte Carlo, SC, indicando seu cargo, número de inscrição, número da identidade e CPF, fazendo menção expressa que se relaciona ao Concurso Público objeto deste Edital.

12.5. A inscrição do candidato implicará conhecimento e tácita aceitação das condições estabelecidas neste edital.

12.6. O Edital na sua íntegra será publicado no endereço eletrônico do concurso: <http://www.amplasc.org.br> e no <http://www.montecarlo.sc.gov.br> e no Mural do Paço Municipal.

12.7. A candidata que tiver necessidade de amamentar durante a realização das provas, além de solicitar o atendimento especial para esse fim, deverá levar um (a) acompanhante, que ficará em sala reservada para essa finalidade e que será responsável pela guarda da criança.

12.7.1 Não é permitida a permanência nos locais de prova de acompanhantes dos candidatos, mesmo que filhos menores e ou seus cuidadores, a não ser lactentes.

12.8. Os casos não previstos serão resolvidos, conjuntamente, pelas Comissões de Concurso da AMPLASC e da Prefeitura Municipal de Monte Carlo.

Monte Carlo, 21 de novembro de 2011.

ANTONINHO TIBÚRCIO GONÇALVES

Prefeito Municipal

ANEXO I

ATESTADO PARA CARACTERIZAÇÃO DE PESSOA PORTADORA DE DEFICIÊNCIA

Atesto, em cumprimento a Lei nº 7853, de 24 de outubro de 1989 e do Decreto nº 3298/99 de 20 de dezembro de 1999, que o(a) Sr(a) _____ portador do RG nº _____, nascido em ____/____/____ de _____, foi devidamente avaliado clinicamente enquadrando-se, segundo o Artigo 4º, do Decreto 3298/99, na seguinte categoria:

1. () deficiência física
2. () deficiência auditiva
3. () deficiência visual
4. () deficiência mental
5. () múltipla
6. () Outras

CID _____

Local: _____ Data: _____/____/____

Assinatura do Médico

Nome do Médico: _____
CRM Nº _____

Declaro ter recebido cópia deste atestado e autorizo a declaração do CID/ diagnóstico correspondente à minha deficiência.

Assinatura do (a) candidato (a)

ANEXO II

MODELO CARTÃO RESPOSTA

Nº

CARTÃO RESPOSTA

- 01 -
- 02 -

- 03 -
- 04 -
- 05 -
- 06 -
- 07 -
- 08 -
- 09 -
- 10 -
- 11 -
- 12 -
- 13 -
- 14 -
- 15 -
- 16 -
- 17 -
- 18 -
- 19 -
- 20 -

- 21 -
- 22 -
- 23 -
- 24 -
- 25 -
- 26 -
- 27 -
- 28 -
- 29 -
- 30 -
- 31 -
- 32 -
- 33 -
- 34 -
- 35 -
- 36 -
- 37 -
- 38 -
- 39 -
- 40 -

ANEXO III

EMENTAS

ENSINO SUPERIOR

CONHECIMENTOS GERAIS (20 QUESTÕES)

LÍNGUA PORTUGUESA - (Em conformidade com a nova Lei Ortográfica). Compreensão e interpretação de texto(s). Ortografia oficial. Acentuação gráfica. Pronomes: emprego, forma de tratamento e colocação. Emprego de tempos e modos verbais. Vozes do verbo. Concordância nominal e verbal. Emprego da crase. Pontuação. Classes gramaticais variáveis: substantivo, adjetivo, artigo, numeral, pronome, verbo. Termos integrantes da oração: objeto direto e indireto, agente da passiva e complemento nominal. Redação Oficial: formas de tratamento, tipos de discursos, correspondência oficial.

Total de questões: 10 (dez), valendo 0,20 cada questão.

MATEMÁTICA - Números inteiros, racionais (fracionários e decimais) e reais: operações e propriedades. Números e grandezas proporcionais; razões e proporções, divisão proporcional, regras de três simples e composta. Porcentagem, juros simples e compostos. Sistemas de medida: área, volume, massa, capacidade, tempo, sistema monetário brasileiro. Funções algébricas. Equações e inequações: de 1º e 2º graus, problemas.

Total de questões: 10 (dez), valendo 0,20 cada questão.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS (20 QUESTÕES, CADA QUESTÃO

0,30)

MÉDICO - Conhecimentos Gerais Medicina : Do Aparelho Respiratório: Bronquite crônica e enfisema pulmonar, asma brônquica, bronquites agudas, pneumonias adquiridas na comunidade e no hospital, tuberculose pulmonar. Febre tifóide, salmoneloses, difteria, meningites agudas, tétano, coqueluche, erisipela, escarlatina, encefalites a vírus, dengue, mononucleose infecciosa, gripe, caxumba, poliomielite anterior aguda, sarampo, rubéola, varicela, AIDS, toxoplasmose, cólera, leptospiroses humanas. Doenças Do Sistema Circulatório: Insuficiência cardíaca congestiva, edema agudo do pulmão, angina pectoris, infarto agudo do miocárdio, dislipidemias, doenças vasculares periféricas: obstrução arterial aguda, trombose venosa aguda. Doenças Do Aparelho Digestivo: Hérnia de hiato e esofagite de refluxo, gastrites, úlcera péptica gastroduodenal, diarreias, parasitoses intestinais, constipação intestinal crônica, pancreatite aguda, pancreatite crônica, hepatites agudas a vírus, hepatite crônica, cirrose hepática. Nefrologia: Insuficiência renal aguda, insuficiência renal crônica, tratamento clínico da hipertensão arterial, infecção do trato urinário: fisiopatologia e tratamento. Hematologia: Anemias, agranulocitose, anemia aplástica, púrpuras trombopáticas, terapêutica anti-trombótica. Endocrinologia: Diabetes insipidus, hipertiroidismo, hipotireoidismo, tiroidites, diabetes mellitus, hipoglicemias, obesidade. Dermatologia: Acne vulgar, dermatite seborréica, urticária, psoríase, úlcera de perna, piodermite, micoses superficiais, sífilis, hanseníase, cancro mole, linfogranuloma venéreo, donovanose, gonococcia. Neurologia: Noções Classificação clínica e diagnóstico das epilepsias, conduta prática nas convulsões, AVC, cefaléias, doença de Parkinson, neurocisticercose, síncope Obstetrícia E Ginecologia: Noções Pré-natal, hiperemese gravídica, abortamento, moléstia hipertensiva específica da gravidez, leucorréias, doença inflamatória pélvica aguda, tensão pré-menstrual, dismenorréia, sangramento uterino disfuncional, síndrome do climatério, câncer de mama, câncer de colo uterino. Pediatria : Noções Alimentação da criança, imunização: esquema de vacinação, infecções das vias aéreas superiores, gastroenterocolites agudas infecciosas, desidratação na síndrome diarreica, pneumonias e bronco pneumonias. Urologia : Noções : Hiperplasia benigna da próstata, litíase urinária, pielonefrites, infecções urinárias inespecíficas, infecções genitais. Psiquiatria: Noções Oligofrenias, alcoolismo, depressões, esquisofrenias, distúrbio do pânico. Reumatologia: Noções Artrite reumatóide, moléstia reumática, lúpus eritematoso sistêmico, espondilite anquilosante, osteomielite, osteoartrite, osteoporose Generalidades e conceitos fundamentais, atualidades sobre pesquisas médicas. Exames de Rotina. Diagnósticos terapia e prevenção de doenças relacionados a: Parada Circulatória, Pneumonias, Diarreia, infecção urinária, tumores ósseos, ulcera péptica, Parasitose. Hormônios - suas funções, órgãos produtores, forma sintética. Uso de anestésicos. Noções sobre prevenção e controle de zoonoses. Esquema e Vacinação. Hipertensão arterial sistêmica. Insuficiência cardíaca. doença valvular cardíaca. diabetes melitus. hipotireoidismo e hipertireodismo. lúpus eritematoso sistêmico. dermatofitoses. prevenção do câncer. pneumonia comunitária. doença pulmonar obstrutiva crônica. asma. insuficiência renal crônica e litíase renal. Conteúdos Específicos De Saúde Da Família: Constituição Federal - na parte relacionada ao SUS, Leis Orgânicas da Saúde, Regulamentação do ESF/PACS e portarias específicas, Estratégia da Saúde da Família, Situação da Saúde da Família, Perfil epidemiológico, Normas Operacionais da Assistência a Saúde e História da Saúde no Brasil.

SUPERVISOR DE TESOUREARIA - Lei Orçamentária Anual - Lei de Diretrizes Orçamentárias - Plano Plurianual - Lei de Responsabilidade Fiscal - Lei 8666/93 - IN -STN 01/97 e suas alterações - Convênios - Celebração - Liberação de Recursos e Execução - Prestação de Conta - Encerramento - Tomada de Contas Especial -Decreto 6.170/2007 e suas alterações - Portaria Interministerial 127/2008 e suas atualizações - Transferências de Recursos - Tipos de instrumentos - celebração de convênios - acompanhamento e

fiscalização dos convênios - Alterações nos planos de trabalho - projetos básicos e termos de referencia - publicidade - liberação de recursos - Contratação de terceiros pagamentos - Tomada de Contas Especial - Lei 10.973/2004 - IN CDFNDCTO1/10 da contrapartida e outros aportes - da proposta e plano de trabalho -das condições de celebração - da formalização do instrumento - da publicidade - da alteração. - da liberação de recursos - da execução e acompanhamento - da contratação de terceiros por entidades privadas sem fins lucrativos - da contratação de terceiros por órgão e entidades da administração pública - dos pagamentos - da prestação de contas - das vedações e situações de inadimplências - da denúncia e da rescisão - da tomada de contas especial. Elementos de análise financeira de empreendimentos (estrutura de capital e gerenciamento de riscos) Matemática financeira - montagem de projeções financeiras com receitas e fluxo de caixa - análise de demonstrativos econômicos.

ASSISTENTE SOCIAL - Política Nacional de Assistência Social; SUAS: Sistema Único da Assistência Social; LOAS - Lei 8742/93 (Lei Orgânica da Assistência Social); Família, Rede, Laços e Políticas Públicas; Violência Doméstica; Estatuto do Idoso, Estatuto da Criança e do Adolescente; Código de Ética Profissional do Assistente Social (Lei Federal nº. 8662/93); Programas Governamentais de Transferência de Renda. Organização dos serviços de saúde no Brasil: Sistema Único de Saúde-princípios e diretrizes, controle social. Sistema de notificação e de vigilância epidemiológica e sanitária; Endemias/epidemias: situação atual, medidas e controle de tratamento.

SUPERVISOR DE RECURSOS HUMANOS - Leis 8112/90 e suas alterações - 8.270/91 e alterações 9.527/97 e alterações. Estruturas Administrativas: atos, poderes e processos administrativos - Órgãos da Administração pública direta e indireta, - Concessão e permissão de serviços públicos - Responsabilidade Civil do Estado - Gestão de pessoas: planejamento de pessoal, gestão por competências, competências centrais; avaliação por desempenho; treinamento e desenvolvimento; sistemas de remuneração - Relacionamento interpessoal; qualidade de vida; motivação e liderança - Análise e melhoria de processos - administração de mudanças. - Novas abordagens organizacionais, visão crítica e complexidade, - Responsabilidade Social no contexto brasileiro. - Legislação de pessoal - Constituição de 1988, emendas 19 - 20 - 34 - 41 e 47 - Frequência e folha de pagamento, Legislação sobre INSS - FGTS - IRF (imposto de renda na fonte)- PASEP - RAIS - Contratos Administrativos- Lei de Responsabilidade Fiscal quanto a gastos com pessoal.

ENSINO MÉDIO

CONHECIMENTOS GERAIS (20 QUESTÕES)

LÍNGUA PORTUGUESA. Compreensão e interpretação de texto(s). Ortografia oficial. Acentuação gráfica. Pronomes: emprego, forma de tratamento e colocação. Emprego de tempos e modos verbais. Vozes do verbo. Concordância nominal e verbal. Emprego da crase. Pontuação. Classes gramaticais variáveis: substantivo, adjetivo, artigo, numeral, pronome, verbo. Termos integrantes da oração: objeto direto e indireto, agente da passiva e complemento nominal. Redação Oficial: formas de tratamento, tipos de discursos, correspondência oficial.

Total de questões: 10 (dez), valendo 0,20 cada questão.

MATEMÁTICA. Números inteiros, racionais (fracionários e decimais) e reais: operações e propriedades. Números e grandezas proporcionais; razões e proporções, divisão proporcional, regras de três simples e composta. Porcentagem, juros simples e compostos. Sistemas de medida: área, volume, massa, capacidade, tempo, sistema monetário brasileiro. Funções algébricas. Equações e inequações: de 1º e 2º graus, problemas.

Total de questões: 10 (dez), valendo 0,20 cada questão.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS (20 QUESTÕES - CADA QUESTÃO VALERÁ 0,30)

OPERADOR ADMINISTRATIVO - Conhecimentos sobre administrar no contexto operacional, tático, gerencial e estratégico. Organização, sistemas e redação organizacional avançada. Higiene e Segurança do trabalho. Gestão patrimonial e documental, informática no apoio administrativo. Domínio do uso de planilhas eletrônicas. Gestão de documentos físicos e digitais. Estratégias organizacionais. Administração financeira. Orçamento e planejamento. Administração de serviços. Noções de contabilidade. Análise de demonstrativos contábeis. Estatística e raciocínio lógico. Elaboração de relatório e Conhecimento de informática, de Internet e transmissão de dados.

FISCAL DE SAÚDE PÚBLICA - Código Sanitário (Lei nº 10.083, de 23 de setembro de 1998, Decreto nº 12.342, de 27 de setembro de 1978, Portaria Conjunta CVS/IAL nº 9, de 12 de novembro de 2004). Portaria CVS 6/99, de 10/03/99 (Resolução RDC nº 216, de 15 de setembro de 2004). Noções básicas de legislação ambiental: Federal - Constituição Federal de 1988 (artigo 225), Lei 6938/81 (artigos 2º e 3º), Lei 4.771/65 e suas alterações (artigos 2º, 3º e 4º); Saúde Coletiva: aspectos conceituais e Metodológicos, Histórico da saúde pública no Brasil: organização dos serviços de saúde e políticas de saúde, com destaque para as ações de planejamento, educação em saúde e vigilância à saúde. Gestão do SUS Implicações conceituais e metodológicos da Saúde Coletiva

ALFABETIZADO**CONHECIMENTOS GERAIS (20 QUESTÕES)**

LÍNGUA PORTUGUESA - ortografia, alfabeto, vogais, consoantes, gênero do substantivo: masculino e feminino, número do substantivo: singular e plural, grau do substantivo: diminutivo e aumentativo, pontuação, interpretação de texto.

Total de questões: 10 (dez), valendo 0,20 cada questão.

MATEMÁTICA - Operações fundamentais de adição, subtração, multiplicação e divisão, primando para o raciocínio matemático lógico dos candidatos na resolução dos problemas.

Total de questões: 10 (cinco), valendo 0,20 cada questão.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS (20 QUESTÕES - CADA QUESTÃO VALERÁ 0,30)

ASSISTENTE DE CRECHE - Higiene da criança; Noções de Saúde. Noções de alimentação de crianças. Primeiros Socorros. Como agir com crianças na faixa etária de 0 a 7 anos. Noções práticas de Amamentação, diferenças entre o brincar e o aprender.

Monte Carlo, 21 de novembro de 2011.

ANTONINHO TIBÚRCIO GONÇALVES

Prefeito Municipal

Morro da Fumaça

PREFEITURA**Decreto Nº 098/2011**

DECRETO Nº 098/2011, em 23 de novembro de 2011.

“NOMEIA OS MEMBROS DO CONSELHO MUNICIPAL DE DEFESA DO MEIO AMBIENTE DE MORRO DA FUMAÇA - COMDEMA E DAS OUTRAS PROVIDÊNCIAS.”

O senhor BALTAZAR PELLEGRIN, Prefeito Municipal de Morro da Fumaça, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 69, inciso IX e XII, da Lei Orgânica Municipal;

DECRETA:

Art.1º - Ficam Nomeados os Membros do Conselho Municipal de Defesa do Meio Ambiente de Morro da Fumaça - COMDEMA.

Art.2º - Os Membros do Conselho Municipal de Defesa do Meio Ambiente de Morro da Fumaça - COMDEMA, de que trata o artigo 1º deste Decreto, será composto pelos seguintes representantes:

Representantes do Poder Público Municipal

- I. Titular: Vanessa Mussói Garcia - Diretora de Departamento I
Suplente: Sandro Roberto Faraco - Assessor Jurídico
- II. Titular: Baltazar de Roche - Secretário Interino de Administração e Planejamento
Suplente: Rangel de Fáveri Serafin
- III. Titular: Márcia Salvan Gabriel Saviatto - Secretária da Educação e Cultura
Suplente: Mariana Guollo Recco
- IV. Titular: Sônia Silveira Rocha Da Silva - Secretária de Saúde
Suplente: Maria de Fátima Benincá Cechinel
- V. Titular: Everton Luiz Meneghel - Secretária da Agricultura
Suplente: Deizenele Zaccaron Darolt
- VI. Titular: Sérgio Casagrande - Secretário de Obras e Desenvolvimento Econômico
Suplente: Marcial Cabral Schmitz
- VII. Titular: Nelson Francisco Damázio - Diretor Superintendente Interino da FUMAF
Suplente: José Luiz da Silva Sobrinho

Representantes da Sociedade Civil Organizada e Entidades Afins**Lions Clube de Morro da Fumaça**

- I. Titular: Sérgio Pagnan
Suplente: Derroque Guollo
Associações das Micro-Bacias de Morro da Fumaça
- II. Titular: Milton Luiz Sartor
Suplente: Valdemar de Brida
Sindicato da Indústria e Cerâmica de Morro da Fumaça - SINDCER
- III. Titular: José Volmir Maccari
Suplente: Vagner Benedet Rabelo
Cooperativa de Eletrificação Rural de Morro da Fumaça/SC - CER-MOFUL
- IV. Titular: Flávia B. Pagnan
Suplente: Antônio C. Pellegrin
Associação de Rádiofusão Comunitária de Morro da Fumaça
- V. Titular: Valter Pedro Daniel
Suplente: Victor Zaccaron
Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Morro da Fumaça - STR
- VI. Titular: Luiz Sartor
Suplente: Rodnei de Oliveira Medeiros
Câmara de Dirigentes e Lojistas de Morro da Fumaça - CDL
- VII. Titular: Fábio de Souza Madeiros
Suplente: Adélcio Guollo

Art. 3º - Fica nomeado o Senhor Baltazar de Roche, portador do RG: 6R/ 467.046, inscrito no CPF sob nº 342.585.829-72, para exercer o cargo de Tesoureiro Temporário em conjunto com o Diretor Superintendente da FUMAF, para administração Financeira do Fundo Municipal do Meio Ambiente de Morro da Fumaça e da FUMAF - Fundação Municipal do Meio Ambiente de Morro da Fumaça, conforme instituído no art. 13, §2º, da Lei 1.328/2009.

Art.4º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art.5º - Revogam-se as disposições em contrário, em especial o Decreto nº 071/2009, de 09 de outubro de 2009, Decreto nº 014/2010, de 08 de fevereiro de 2010 e o Decreto nº 098/2010, de 22 de novembro de 2010.

Paço Municipal Prefeito Auzílio Frasson, em 23 de novembro de 2011.

BALTAZAR PELLEGRIN
Prefeito Municipal

BALTAZAR DE ROCHE
Secretário de Administração, Planejamento e Finanças

REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE:

BALTAZAR DE ROCHE
Secretário de Administração, Planejamento e Finanças

Registrado e publicado no mural de atos da Prefeitura Municipal na data supra.

Nova Trento

PREFEITURA

Processo Nº 124/2011 - Pregão Presencial Nº 052/2011

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE NOVA TRENTO

Processo Licitatório nº 124/2011 - Pregão Presencial 052/2011
Objeto: Aquisição de dois caminhões, sendo um 6 x 4 e outro 4 x 2, de acordo com as exigências constantes do anexo I (Termo de Referência) que fica fazendo parte integrante deste Pregão.
Julgamento: Menor Preço por Item. Entrega dos envelopes: 16/12/2011 até às 14:30 horas. Abertura: 16/12/2011 - 14:35 Horas
Retirada do Edital e Outras Informações: Praça Del Comune, 126, Centro, Fone: 48.32673215 - E-mail: compras@novatrento.sc.gov.br. Site: www.novatrento.sc.gov.br

ORIVAN JARBAS ORSI
Prefeito Municipal

Relatório de Análise e Decisão PL 103/2011 - PP 037/2011

RELATÓRIO DE ANÁLISE DE RECURSO CONTRA DECISÃO DE PREGOEIRO E EQUIPE DE APOIO.

Ref.: Processo Licitatório nº 103/2011 - Pregão Presencial nº 037/2011 - Sistema Registro de Preços nº 014/2011, de 12 de setembro de 2011 - Abertura dia 21/10/2011 - 14:00 horas.

DOS FATOS

Após a aplicação de penalidade, a empresa AKON LTDA. apresentou tempestivamente defesa, solicitado reconsideração de decisão.

DA DECISÃO:

Analisando a solicitação da empresa AKON LTDA. que pede reconsideração de decisão, DECIDE-SE:

- Suspender a multa anteriormente imposta;
- Manter a suspensão temporária de licitar com esta administração pelo período de 2 (dois) anos;
- Desclassificar a empresa participante do certame citado acima,

passando a condição de vencedor para o segundo colocado, dos itens que AKON foi vencedora.

DÊ-SE

Ciência da decisão desta Comissão à empresa AKON LTDA., publicando esta decisão no DOM/SC.

Nova Trento 21 de novembro de 2011.

APRIGIO JOSÉ BOTAMELI

Pregoeiro

Presidente da Comissão de Licitação

Novo Horizonte

PREFEITURA

Extrato do Pregão Presencial FMS Nº 006/2011

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE NOVO HORIZONTE
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE
Processo Licitatório FMS Nº 011/2011
PREGÃO PRESENCIAL FMS Nº 006/2011
Tipo: MENOR PREÇO POR ITEM

Objeto: Aquisição de 01(UM) veículo de transporte de passageiro, novo, zero quilometro, com capacidade mínima de 16 lugares, com as características mínimas descritas no Anexo III deste Edital, para uso no Transporte de Pacientes do município de Novo Horizonte.
Abertura dos Envelopes: 09:00 horas do dia 06/12/2011
O Edital e os esclarecimentos poderão ser obtidos na Prefeitura Municipal de Novo Horizonte, na Rua José Fabro, 01, nos dias úteis, das 7:30 h as 11:30 h e 13:30h as 17:30 h, ou pelo fone (49) 3362-0024 e pelo site www.novohorizonte.sc.gov.br.
Fundamentação legal: Lei 10.520/02 e 8.666/93 e suas alterações posteriores.

Novo Horizonte (SC) em 24 de Novembro de 2011. ROGERIO ACACIO MASCARELLO
Gestor FMS.

Extrato Termo de Adjudicação ao PL FMS Nº 005/2011

PROCESSO LICITATÓRIO FMS Nº 05/11
PREGÃO PRESENCIAL FMS Nº 2/11
TERMO DE ADJUDICAÇÃO DE 23/11/2011
CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

OBJETO: Aquisição futura de medicamentos para distribuição aos munícipes na farmácia básica do município, com aplicação de recursos próprios, de recursos do SUS do governo federal e estadual, conforme quantitativos e especificações constantes do edital e seus anexos.

CONTRATADO: A.G. KIENEN & CIA LTDA -PROMEDIC
VALOR DA DESPESA: R\$ 227,25

CONTRATADO: DIPROLMEDI MEDICAMENTOS LTDA
VALOR DA DESPESA: R\$ 1.134,00

DATA 28/09/2011 - ROGERIO ACACIO MASCARELLO - Secretario De Saude E Promoção Social/gestor Fms.

Palhoça

PREFEITURA

Lei Nº 3.556, de 21 de novembro de 2011.

LEI Nº 3.556, DE 21 DE NOVEMBRO DE 2011.

VIA PÚBLICA. Revoga o inciso I do artigo 1º da Lei 1.737, de 24 de setembro de 2003.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PALHOÇA, Estado de Santa Catarina,
Faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica revogado o Inciso I do artigo 1º da Lei nº 1.737, de 24 de setembro de 2003 e ratificada a vigência da Lei 3.475, de 14 de junho de 2011, em substituição.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Palhoça, 21 de novembro de 2011.

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT

Prefeito Municipal

Lei Nº 3.557, de 21 de novembro de 2011.

LEI Nº 3.557, DE 21 DE NOVEMBRO DE 2011.

SUBVENÇÃO SOCIAL. Instituto de Apoio a Inovação, Incubação e Tecnologia de Palhoça/SC - INAITEC. Altera a Lei nº 3.512, de 02 de setembro de 2011.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PALHOÇA, Estado de Santa Catarina,

Faz saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º O art. 3º da Lei nº 3.512, de 02 de setembro de 2011, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 3º As despesas desta Lei correrão por conta da dotação orçamentária específica do orçamento vigente, Funcional 22.661.0020.1.025 - Criação de um parque tecnológico, Elemento 381 - 3.3.50.00.00.00.00.00.01.0000.0 - Aplicações diretas.” (NR)

Art. 2º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Palhoça, 21 de novembro de 2011.

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT

Prefeito Municipal

Portaria Nº. 2963/2011.

PORTARIA Nº. 2963/2011.

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

NOMEAR COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO, nos termos do Artigo 51 e Parágrafos da Lei 8666/93 e suas respectivas alterações, e no artigo 9º, alínea III, Letra “d”, do Decreto Municipal nº. 1.288/2003 a servidora para atuar como Pregoeiro titular a servidora SHIRLEY REGINA DE FARIAS, NELI MARIA SCHUTZ

DA SILVA, ERONETE GIL-DA GOMES DE OLIVEIRA e ROSIMERI HILDA COELHO e como membros ANDRE JOSE DA SILVEIRA e MICHELE CRISTINA DA ROSA, para juntos julgarem, receberem e examinarem todos os documentos e procedimentos relativos a Licitações e ao cadastramento de licitantes efetuados pelo Município de Palhoça.

Palhoça, SC, em 10 de outubro de 2011.

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT

Prefeito Municipal

Portaria Nº. 2968/2011.

PORTARIA Nº. 2968/2011.

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

CONTRATAR VALÉRIO VIEIRA, de acordo com a Lei nº. 096, de 15 de dezembro de 2010 e Decreto nº. 1138 de 01 de julho de 2010, para ocupar o cargo de Vigia, com 40 (quarenta) horas/semanais, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Assistência Social da Administração Direta desta Prefeitura, pelo período de 03/10/2011 a 30/11/2011.

Palhoça, SC, em 10 de outubro de 2011.

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT

Prefeito Municipal

Portaria Nº.3238/2011.

PORTARIA Nº.3238/2011.

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

CONCEDER ESTÁGIO REMUNERADO, Angelita da Silva, estudante regularmente matriculada no Curso de Psicologia, da Universidade do Sul de Santa Catarina - UNISUL, nos termos estabelecidos pelo artigo 92 da Lei Complementar nº. 25, de 14 de fevereiro de 2005, com a redação dada pelo artigo 11 da Lei Complementar nº. 28, de 30 de junho de 2005, e pelo Decreto nº. 186, de 16 de novembro de 2005, com início em 21/11/2011 e término em 21/11/12, com carga horária de 25(vinte e cinco) horas, na Secretaria de Assistência Social - Crás Brejarú.

Palhoça, SC, em 07 de novembro de 2011.

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT

Prefeito Municipal

Errata 01 - Pregão Presencial 295/2011

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA

ERRATA 001/2011

PREGÃO 295/2011

O Município de Palhoça comunica que houve um equívoco no objeto constante na lauda de publicação do edital convocatório - Pregão Presencial nº 295/2011, publicada no Diário Oficial dos Municípios. Onde se lê: contratação de empresa para confecção e fornecimento de adesivos, banner com impressão digital, estrutura metálica em perfil galvanizado, bem como a confecção e instalação de lona com impressão digital de imagem, para fins de

divulgação do município de Palhoça, para Secretaria de Infraestrutura Energ. Telec. e Transporte deve se ler: Aquisição de carga de gás para ser utilizado nas cozinhas das Unidades Escolares no ano letivo de 2012. Ficando assim apazado para dia 06/11/2011 às 14:00 para entrega dos envelopes. Os interessados poderão obter as alterações, na sede da Prefeitura Municipal de Palhoça, sito na Av. Hilza Terezinha Pagani, 280 - Parque Residencial Pagani - Palhoça/SC., na Sala da Comissão Permanente de Licitação ou site www.palhoça.sc.gov.br. Palhoça, 22 de Novembro de 2011. PREGOEIRO (A).

Extrato de Inexigibilidade de Licitação Nº 294/2011
ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA
INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 294/2011.
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE PALHOÇA.
CONTRATADA: ASSOCIAÇÃO ADMINISTRADORES ES-COLARES DE SANTA CATARINA - AAESC

OBJETO: Inscrições de 100 (cem) profissionais da rede Municipal de ensino do município de Palhoça, que participarão do XXIII Simpósio Catarinense de Administração da Educação e o XI Seminário Estadual de Política e Administração da Educação, tendo como tema "POLÍTICAS E GESTÃO DA EDUCAÇÃO INCLU-SIVA", que será realizado nos dias 21, 22 e 23 de novembro de 2011, na cidade de Florianópolis.

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: "359" - 11.11.01.12.361.0010.20.21.3.3.90.00.00.00.00.00.03/3.3.90.39.48.

VALOR: R\$ 10.000,00 (dez mil reais).

FUNDAMENTO: inciso II, combinado com o inciso VI do art. 13 da Lei 8.666/93, e suas posteriores alterações.

DATA: 18/11/2011.

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT.
Prefeito Municipal.

Palmitos

PREFEITURA

Processo Licitatório 124/2011
ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE PALMITOS
AVISO DE LICITAÇÃO

Processo Licitatório nº0124/11 Modalidade: Tomada de Preço nº025/11. Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA CONSTRUÇÃO DE 1 (UMA) PONTE DE CONCRETO ARMADO E 1 (UMA) PONTE PERECÍVEL DE MADEIRA, COM FORNECIMENTO DE MATERIAL E MÃO DE OBRA, CONFORME PROJETOS E MEMÓRIAS DESCRITIVOS EM ANEXO. Entrega do Envelopes: 09/12/2011, até as 14:30 horas. Abertura do Envelopes: 09/12/2011 as 15:00 horas. Obtenção do Edital e informações no Setor de Licitações da Prefeitura Municipal de Palmitos ou pelo fone (49) 3647- 9610.

Palmitos 23 de novembro de 2011.
NORBERTO PAULO GONZATTI
Prefeito Municipal.

Pinheiro Preto

PREFEITURA

Lei Nº 1.559, de 22 de Dezembro de 2011.

LEI Nº 1.559, DE 22 DE DEZEMBRO DE 2011.

AUTORIZA O MUNICIPIO A PRESENTAR AGENTES PÚBLICOS DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA E INDIRETA, A EFETUAR DESPESAS COM AS COMEMORAÇÕES NATALINAS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

EUZEBIO CALISTO VIECELI, Prefeito do Município de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere o art. 84, I, da Lei Orgânica: Faço saber que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Município de Pinheiro Preto, através do Chefe Poder Executivo, autorizado a presentear, com a entrega de um "brinde", consistente em uma ave congelada, os agentes públicos da Administração Direta e Indireta, abrangidos os servidores nomeados em caráter efetivo e em comissão, os contratados em caráter temporário, incluídos os agentes de saúde, os servidores estaduais que vêm desempenhando funções no Município, e os membros do Conselho tutelar da Criança e do Adolescente.

Art. 2º Fica o Município de Pinheiro Preto autorizado, através do Chefe do Poder Executivo, a realizar gastos para execução das seguintes atividades alusivas às comemorações natalinas de 2011:

I - compra de brinquedos para distribuição às crianças de 0 (zero) a 10 (dez) anos de idade, nos festejos que o Município promoverá alusivos ao natal 2011;

II - compra e distribuição de lanches e refrigerantes para cada participante dos festejos de que trata o inciso anterior;

III - compra de material e despesas com serviços de iluminação, ornamentação da cidade se despesas com ornamentação da noite natalina;

IV - prêmio concurso "melhor ornamentação residência, vitrine e empresa" alusiva ao natal 2011;

V - contratação banda musical e grupos teatrais para animação da noite natalina;

VI - alimentação dos componentes da banda musical e grupo teatral.

Parágrafo único. Os gastos para os fins do disposto nos artigos 1º e 2º desta lei ficam limitados em R\$ 55.000,00 (cinquenta e cinco mil reais).

Art. 3º As despesas decorrentes da presente lei correrão à conta de dotação prevista no atual orçamento.

Art. 4º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE PINHEIRO PRETO - SC, 22 DE DEZEMBRO DE 2011.

EUZEBIO CALISTO VIECELI
Prefeito Municipal

Lei Nº 1.560, de 22 de Novembro de 2011

LEI Nº 1.560, DE 22 DE NOVEMBRO DE 2011

REVOGA LEI Nº 1.523, de 11 de agosto de 2011, QUE AUTORIZOU CONCESSÃO DE INCENTIVOS ECONÔMICOS, ATRAVÉS DE DOAÇÃO DE BEM IMÓVEL, E ESTÍMULOS FISCAIS À EMPRESA QUE ESPECIFICA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

EUZEBIO CALISTO VIECELI, Prefeito do Município de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere o art. 84, I, da Lei Orgânica do Município: Faço saber que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte lei:

Art. 1º Fica revogada a Lei nº 1.525, de 11 de agosto de 2011, que concedeu incentivos à firma individual "SANDRA OLINDA SCARBOTO XAVIER LATICINIOS - ME", Pessoa Jurídica de Direito Privado, inscrita no CNPJ/MF sob nº 13.846.774/0001-80, com matriz sede no Município de Pinheiro Preto.

Parágrafo único. A revogação de que trata este artigo deu-se em razão de a beneficiária dos incentivos ter desistido do empreendimento.

Art. 2º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo de Pinheiro Preto - SC, 22 de novembro de 2011.

EUZEBIO CALISTO VIECELI

Prefeito Municipal

Aviso de Licitação Nº 020/2011

MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO - ESTADO DE SANTA CATARINA
AVISO DE LICITAÇÃO - EDITAL DE LICITAÇÃO Nº 020/2011 - MODALIDADE TOMADA DE PREÇOS

O MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO, faz saber a todos, que realizará na data de 12 de dezembro de 2011, licitação modalidade TP nº 020/2011. Objeto: contratação de empresa para a execução de pavimentação com pedras irregulares, localizado na Vila Bressan. DATA DO RECEBIMENTO DOS ENVELOPES: 12/12/2011, até às 10:00 hs, com abertura dos envelopes contendo as propostas de preço nesta mesma data, às 10:15hs. Maiores informações poderão ser obtidas na Sede Administrativa de Pinheiro Preto, sito na Av. Mal. Costa e Silva, n. 111, fone 49-3562 2000, ou pelo site www.pinheiropreto.sc.gov.br.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE PINHEIRO PRETO-SC, 22 DE NOVEMBRO DE 2011

EUZEBIO CALISTO VIECELI

Prefeito Municipal

Porto Belo

PREFEITURA

Lei Municipal Nº 1.959/2011

LEI MUNICIPAL Nº 1.959 /2011

"Dispõe sobre a guarda, depósito e venda de veículos removidos apreendidos e retirados em circulação nas vias de circulação no Município de Porto Belo e dá outras providências".

ALBERT STADLER, Prefeito do Município de Porto Belo, no uso de suas atribuições conferidas por Lei, faz saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e

eu sanciono a presente Lei:

Art. 1º Fica o Município de Porto Belo, na forma do artigo 24, inciso XI da Lei nº 9.503/97, responsável pela guarda, depósito e venda de veículos removidos, apreendidos e retirados de circulação, nas vias públicas abertas a livre circulação neste Município.

§ 1º A responsabilidade pela guarda e depósito de veículos removidos, apreendidos e retirados de circulação, mencionada no artigo 1º desta Lei, poderá ser transferida a terceiros interessados que vencerem o procedimento licitatório, realizado para fim desta atividade.

§ 2º O serviço de guarda e depósito de veículos removidos, apreendidos e retirados de circulação em decorrência de infração à legislação de trânsito, nas vias públicas do Município de Porto Belo, é um serviço público municipal, podendo ser explorado diretamente ou por terceiros interessados, mediante processo licitatório, realizado para fim desta atividade, nos termos desta Lei e da legislação pertinente em vigência.

§ 3º SUPRIMIDO

Art. 2º Caso a exploração deste serviço seja realizada por terceiro, o explorador do mesmo deverá cumprir os seguintes itens:

I - Ter local apropriado, com o devido "habite-se", cercado, iluminado, e que ofereça serviço de segurança e recepção 24 horas por dia, a fim de atender tanto os agentes e autoridades de trânsito, assim definidos em lei, o público em geral, bem como, zelar pela total segurança dos veículos do qual passa a ser fiel depositário;
II - Ter área coberta, que proporcione o abrigo de no mínimo 20 (vinte) automóveis, e 50 (cinquenta) motocicletas;
III - Receber todo e qualquer veículo, assim classificado no artigo 96 da Lei nº 9.503/1997 (Código de Trânsito Brasileiro), quando devidamente apreendidos, removidos, ou retirados de circulação pelos agentes da autoridade de trânsito, exceto aqueles de tração animal;

IV - Cobrar pela permanência do veículo no depósito o Valor previsto na tabela em anexo a esta lei;

V - Liberar os veículos mediante a regularização do motivo da apreensão, devidamente comprovado somente para os seus proprietários ou procuradores, e com autorização da autoridade de trânsito;

VI - Criar livro de registro diário, onde deve constar a identificação do veículo e do proprietário/conductor, endereço, data do recebimento, número do auto de infração/apreensão, agente de trânsito responsável pela apreensão e data da saída do veículo;

§ 1º O explorador desta atividade sujeitar-se-á a vistoria realizada pela autoridade de trânsito do Município de Porto Belo, Chefe da CIRETRAN, ou por qualquer pessoa por uma dessas autoridades designada, a fim de verificar o cumprimento dos dispositivos previstos em lei.

§ 2º O não cumprimento de quaisquer dos dispositivos desta Lei sujeitará o referido explorador a sanções que poderão variar de uma multa no valor de 440 a 5.495 UFM's-PB, até a perda da delegação, através de rescisão unilateral do contrato por parte do Município, sem o pagamento de nenhuma espécie de indenização por parte deste, e sem prejuízo de outras medidas previstas em Lei.

Art. 3º Em nenhuma momento e em nenhuma hipótese a retirada do veículo do depósito será possível sem o pagamento do débito referente as multas, tributos e outros encargos legais de trânsito, que incidirem sobre o respectivo veículo.

Art. 4º A liberação do veículo será providenciada mediante a apresentação do Documento de Arrecadação Municipal - DAM, próprio, devidamente autenticado, que comprove o recolhimento de todas as taxas, multas e impostos devidos pelo proprietário do veículo.

Art. 5º Para fins de cumprimento da legislação de trânsito, o serviço de remoção de veículos ao depósito de que trata a presente lei,

deverá ser feito por pessoa jurídica de direito privado, contratado junto ao Município de Porto Belo, que fixará além dos requisitos já previstos na presente lei, outros que entender necessário para o credenciamento, operação e condições para efetivo funcionamento, devendo ainda ficar a encargo da empresa contratada quaisquer despesas para a implantação dos serviços.

Parágrafo Único. Os valores máximos a serem cobrados pelo serviço de remoção e guarda de veículos, são os constantes na tabela anexa a presente Lei;

Art. 6º Os veículos apreendidos e ou removidos não reclamados no prazo de 90 (noventa) dias serão levados a hasta pública, deduzindo-se, do valor arrecadado, o montante dos valores devidos pela estadia, remoção e dívida relativa a multas, tributos e encargos legais, e o restante, se houver depositado à conta do ex-proprietário.

Parágrafo Único. Não sendo o valor suficiente para a quitação dos débitos, o excedente será lançado em dívida ativa do Município para a cobrança judicial.

Art. 7º O Poder Executivo poderá regulamentar, no que couber, a presente Lei.

Art. 8º Esta Lei entrará em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Centro Administrativo "Prefeito Antônio Stadler Filho",
em Porto Belo - SC, aos 17 dias do mês de novembro de 2011.

ALBERT STADLER
Prefeito

ANEXO I TABELA DE VALORES MÁXIMOS DE REFERÊNCIA

VEÍCULOS	DIÁRIAS	REMOÇÃO
Tipos	Permanência de Veículos em Pátio (UFM's/ Diário)	Remoção de Veículos até o Pátio (UFM's)
Passeio	12	44
Motos	6	22
Ônibus e Caminhões	24	88

Decreto Nº 948/2011

DECRETO Nº 948/2011

"Atualiza o valor da UFM-PB para o mês de dezembro de 2011, conforme específica."

ALBERT STADLER, Prefeito do Município de Porto Belo, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo inciso III, do artigo 41, da Lei Orgânica do Município, e em conformidade com o disposto na Lei Municipal nº 1.071/98 - Código Tributário,
DECRETA:

Art. 1º Fica atualizado o valor da UFM-PB, prevista na Lei Municipal nº 1.071/98 e na Lei Municipal Complementar nº 21/2008, com uma correção de 0,53% (zero vírgula cinquenta e três por cento), considerando o IGP-M do mês de outubro de 2011, que vigorará a partir de 1º de dezembro do ano em curso.

Art. 2º O valor da UMF-PB passará a ser de R\$ 1,8509.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Centro Administrativo "Prefeito Antônio Stadler Filho", em Porto Belo - SC, aos 22 dias do mês de novembro de 2011.

ALBERT STADLER
Prefeito

Porto União

PREFEITURA

Lei Nº 3.931/2011

LEI Nº 3.931, de 21 de novembro de 2011.

Dispõe sobre crédito suplementar, e contém outras providências.

O Prefeito Municipal DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, faço saber que a Câmara Municipal decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a abrir crédito suplementar no Orçamento próprio do Fundo Municipal de Saúde do presente exercício o valor de R\$ 1.600.0000,00 (Um milhão e seiscentos mil reais), conforme discriminação a seguir:

ÓRGÃO 0900 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
UNIDADE 0901 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
ATIVIDADE 2.066 - Manutenção da Atenção Básica
MODALIDADE 3190 - 103 - Aplicações diretas 08 1.250.000,00
MODALIDADE 3191 - 103 - Aplicações diretas 09 20.000,00
MODALIDADE 3390 - 103 - Aplicações diretas 10 25.000,00
MODALIDADE 3390 - 450 - Aplicações diretas 11 165.000,00

ATIVIDADE 2069 - Assistência Farmacêutica Básica
MODALIDADE 3390 - 452 - Aplicações diretas 19 25.000,00

ATIVIDADE 2071 - Manut.Servs.de Média e Alta Complexidade
MODALIDADE 3390 - 103 - Aplicações diretas 24 60.000,00
MODALIDADE 3390 - 454 - Aplicações diretas 26 35.000,00

ATIVIDADE 2075 - Manutenção da Vigilância Epidemiológica
MODALIDADE 3190 - 103 - Aplicações diretas 40 20.000,00

TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO 1.600.000,00

Art. 2º Para dar cobertura ao crédito citado no artigo precedente serão utilizados recursos provenientes da anulação parcial e remanejamento das seguintes dotações orçamentárias do orçamento da Prefeitura Municipal:

ÓRGÃO 0200 - PODER EXECUTIVO DE PORTO UNIÃO
UNIDADE 0207 - SECRET. MUN. TRANSP. OBRAS E SERVS. PÚBLICOS
PROJETO 1023 - Construção Centro de Uso Múltiplo
MODALIDADE 4490 - 100 - Aplicações diretas 90.000,00

PROJETO 1050 - Construção Centro Administrativo Municipal
MODALIDADE 4490 - 100 - Aplicações diretas 400.000,00

PROJETO 1035 - Construção Espaço Cultural
MODALIDADE 4490 - 100 - Aplicações diretas 38.000,00

PROJETO 1013 - Instalação/Ampliação de Sinalização de Vias
MODALIDADE 4490 - 100 - Aplicações diretas 450.000,00

PROJETO 1047 - Recuperação Estrutura Secretaria de Obras
MODALIDADE 4490 - 100 - Aplicações diretas 48.000,00

PROJETO 1015 - Readequação Estradas Vicinais

MODALIDADE 4490 - 100 - Aplicações diretas 144.000,00

PROJETO 1016 - Aquisição Equipamentos Rodoviários
MODALIDADE 4490 - 100 - Aplicações diretas 430.000,00

TOTAL DA ANULAÇÃO 1.600.000,00

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União (SC), 21 de novembro de 2011.

RENATO STASIAK
Prefeito Municipal

ROBERTO BONFLEUR
Secretário Municipal de Administração, Esporte e Cultura

RICARDO DRAGONI
Secretário Municipal de Finanças e Contabilidade

Lei Nº 3.932/2011

LEI Nº 3.932, de 21 de novembro de 2011.

Autoriza o Poder Executivo Municipal a conceder à empresa COMPASSO OBRAS DE URBANIZAÇÃO LTDA., o Direito Real de Uso da área de terras que especifica, e dá outras providências.

O Prefeito Municipal DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, faço saber que a Câmara Municipal decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a conceder o Direito Real de Uso à empresa COMPASSO OBRAS DE URBANIZAÇÃO LTDA., inscrita no CNPJ sob o nº 13.368.273/0001-35, de uma área de terras situada no Distrito Industrial de Porto União, com as seguintes metragens e confrontações: 40,00 metros de frente para a Rua Walfrido Soares dos Santos; 185,07 metros ao lado direito confrontando com terras de OREGON - Indústria & Comércio de Madeiras Ltda.; 181,96 metros ao lado esquerdo confrontando com terras da Prefeitura Municipal de Porto União; e 27,50 metros aos fundos confrontando com terras da Prefeitura Municipal de Porto União, perfazendo o total de 6.000,37m² (seis mil metros e trinta e sete decímetros quadrados), constante da matrícula no Ofício do Registro de Imóveis sob o nº 11.628, pelo prazo de 10 (dez) anos, ocasião em que poderá ser prorrogado automaticamente por igual período, desde que a concessionária esteja em regular operação e cumprindo a presente Lei.

Parágrafo único. A área descrita neste artigo destina-se à instalação de empresa de mão obra e serviços na área de construção civil, como pavimentações, pinturas, limpeza, entre outras.

Art. 2º A concessionária deverá cumprir, sob pena de reversão, os encargos a seguir relacionados nos seguintes prazos:

- I- 30 (trinta) dias para transcrever a escritura pública de concessão de Direito Real de Uso junto ao Registro de Imóveis;
- II- 60 (sessenta) dias para iniciar a construção de sua sede industrial na área cedida;
- III- 24 (vinte e quatro) meses para concluir a obra referida no inciso anterior;
- IV- 06 (seis) meses para iniciar suas atividades.

Art. 3º A concessionária não poderá, sob pena de reversão:

- I- desviar a finalidade ou transferir a terceiros os direitos referentes a presente concessão de Direito Real de Uso;
- II- hipotecar, penhorar, vender, permutar ou ceder a terceiros, total ou parcialmente, os direitos referentes a presente concessão de Direito Real de Uso do imóvel.

Art. 4º Os prazos referidos no artigo 2º contar-se-ão da data da publicação da presente Lei.

Art. 5º A retomada por descumprimento desta Lei se fará independente de notificação judicial ou extrajudicial, sem indenização por benfeitorias eventualmente construídas.

Art. 6º As despesas com a plena execução da presente Lei correrão por conta da concessionária.

Art. 7º A Secretaria Municipal de Administração, Esporte e Cultura fará os lançamentos necessários ao controle do patrimônio municipal.

Art. 8º Em caso de reversão da presente concessão, as benfeitorias efetuadas incorporar-se-ão ao mesmo em favor do Concedente, sem direito de indenização ao Concessionário.

Art. 9º Esta Lei entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União (SC), 21 de novembro de 2011.

RENATO STASIAK
Prefeito Municipal

ROBERTO BONFLEUR
Secretário Municipal de Administração, Esporte e Cultura

Lei Nº 3.933/2011

LEI Nº 3.933, de 21 de novembro de 2011.

Autoriza o Poder Executivo Municipal a conceder à Empresa FORMATO INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE COMPENSADOS LTDA., o Direito Real de Uso da área de terras que especifica, e dá outras providências.

O Prefeito Municipal DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, faço saber que a Câmara Municipal decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a conceder o Direito Real de Uso à Empresa FORMATO INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE COMPENSADOS LTDA., inscrita no CNPJ sob o nº 03.909.543/0001-14, de uma área de terras situada no Distrito Industrial de Porto União, com as seguintes metragens e confrontações: 41,00 metros de frente para a Rua Valdir Lemos de Camargo; 60,00 metros ao lado direito confrontando com terras da Prefeitura Municipal de Porto União; 60 metros ao lado esquerdo confrontando com a Rua Paulista; e 41,00 metros aos fundos confrontando com terras da Prefeitura Municipal de Porto União, perfazendo o total de 2.460,00 m² (dois mil, quatrocentos e sessenta metros quadrados), constante da matrícula no Ofício do Registro de Imóveis sob o nº 11.628, pelo prazo de 10 (dez) anos, ocasião em que poderá ser prorrogado automaticamente por igual período, desde que a concessionária esteja em regular operação e cumprindo a presente Lei.

Parágrafo único. A área descrita neste artigo destina-se à instalação de empresa com o ramo de fabricação de madeira laminada e de chapas de madeira compensada, prensada e aglomerada.

Art. 2º A concessionária deverá cumprir, sob pena de reversão, os encargos a seguir relacionados nos seguintes prazos:

- I- 30 (trinta) dias para transcrever a escritura pública de concessão de Direito Real de Uso junto ao Registro de Imóveis;
- II- 60 (sessenta) dias para iniciar a construção de sua sede industrial na área cedida;
- III- 24 (vinte e quatro) meses para concluir a obra referida no inciso anterior;
- IV- 06 (seis) meses para iniciar suas atividades.

Art. 3º A concessionária não poderá, sob pena de reversão:
I- desviar a finalidade ou transferir a terceiros os direitos referentes a presente concessão de Direito Real de Uso;
II- hipotecar, penhorar, vender, permutar ou ceder a terceiros, total ou parcialmente, os direitos referentes a presente concessão de Direito Real de Uso do imóvel.

Art. 4º Os prazos referidos no artigo 2º contar-se-ão da data da publicação da presente Lei.

Art. 5º A retomada por descumprimento desta Lei se fará independente de notificação judicial ou extrajudicial, sem indenização por benfeitorias eventualmente construídas.

Art. 6º As despesas com a plena execução da presente Lei correrão por conta da concessionária.

Art. 7º A Secretaria Municipal de Administração, Esporte e Cultura fará os lançamentos necessários ao controle do patrimônio municipal.

Art. 8º Em caso de reversão da presente concessão, as benfeitorias efetuadas incorporar-se-ão ao mesmo em favor do Concedente, sem direito de indenização ao Concessionário.

Art. 9º Esta Lei entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União (SC), 21 de novembro de 2011.

RENATO STASIAK ROBERTO BONFLEUR

Prefeito Municipal Secretário Municipal de Administração, Esporte e Cultura

Decreto Nº 686/2011

DECRETO Nº. 686, de 18 de novembro de 2011.

Dispõe sobre crédito suplementar e contém outras providências.

O Prefeito Municipal DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência privativa que lhe confere o inciso IV, do artigo 64, da Lei Orgânica do Município, e autorizado pelas Leis Municipais nºs 3.775, de 07 de julho de 2010 (LDO) e 3.830, de 26 de novembro de 2010 (LOA),

Art. 1º Fica suplementado no Orçamento Geral do Município a dotação orçamentária a seguir especificada no valor de R\$ 15.000,00 (Quinze mil reais):

ÓRGÃO 1600 - FUNDO DE REEQ. CORPO DE BOMBEIROS
UNIDADE 1601 - FUNDO DE REEQ. CORPO DE BOMBEIROS
PROJETO 2.040 - Manutenção do FUNREBOM
MODALIDADE 4490 - 100 - Aplicações Diretas 02 15.000,00

TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO 15.000,00

Art. 2º Para dar cobertura ao crédito acima citado serão utilizados recursos provenientes de anulação parcial nas dotações orçamentárias abaixo discriminadas:

ÓRGÃO 1600 - FUNDO DE REEQ. CORPO DE BOMBEIROS
UNIDADE 1601 - FUNDO DE REEQ. CORPO DE BOMBEIROS
PROJETO 2.040 - Manutenção do FUNREBOM
MODALIDADE 3390 - 100 - Aplicações Diretas 01 15.000,00

TOTAL DA ANULAÇÃO 15.000,00

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União (SC), 18 de novembro de 2011.

RENATO STASIAK

Prefeito Municipal

ROBERTO BONFLEUR

Secretário Municipal de Administração, Esporte e Cultura

RICARDO DRAGONI

Secretário Municipal de Finanças e Contabilidade

Decreto Nº 689/2011

DECRETO Nº 689, de 21 de novembro de 2011.

Dispõe sobre crédito suplementar e contém outras providências.

O Prefeito Municipal DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência privativa que lhe confere o inciso IV, do artigo 64, da Lei Orgânica do Município, e autorizado pelas Leis Municipais nºs 3.775 - (LDO), de 07 de julho de 2010, e 3.830 - (LOA), de 26 de novembro de 2010,

DECRETA:

Art. 1º Fica suplementado no Orçamento Próprio do Fundo Municipal de Saúde do presente exercício o valor de R\$ 27.000,00 (Vinte e sete mil reais) conforme discriminação a seguir:

ÓRGÃO 0900 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
UNIDADE 0901 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
ATIVIDADE 2.066 - Manutenção da Atenção Básica
MODALIDADE 44.90 - 103 - Aplicações Diretas 13 27.000,00
TOTAL 27.000,00

Art. 2º Para dar cobertura ao crédito citado no artigo precedente serão utilizados recursos provenientes da anulação parcial das seguintes dotações orçamentárias:

ÓRGÃO 0900 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
UNIDADE 0901 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
ATIVIDADE 2.066 - Manutenção da Atenção Básica
MODALIDADE 33.90 - 103 - Aplicações diretas 10 27.000,00
TOTAL 27.000,00

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União (SC), 21 de novembro de 2011.

RENATO STASIAK

Prefeito Municipal

ROBERTO BONFLEUR

Secretário Municipal de Administração, Esporte e Cultura

RICARDO DRAGONI

Secretário Municipal de Finanças e Contabilidade

Decreto Nº 690/2011

DECRETO Nº 690, de 21 de novembro de 2011.

Dispõe sobre crédito suplementar e contém outras providências.

O Prefeito Municipal DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência privativa que lhe confere o inciso IV, do artigo 64, da Lei Orgânica do Município, e autorizado pelas Leis Municipais nºs 3.775 - (LDO), de 07 de julho de 2010, e 3.830 - (LOA), de 26 de novembro de 2010,

DECRETA:

Art. 1º Fica suplementado no Orçamento Próprio do Fundo Municipal de Saúde do presente exercício o valor de R\$ 167.421,21 (Cento e sessenta e sete mil, quatrocentos e vinte e um reais e vinte e um centavos), conforme discriminação a seguir:

ÓRGÃO 0900 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
UNIDADE 0901 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
ATIVIDADE 1.051 - Construção/Ampliação/Reforma Unid. Saúde

MODALIDADE 44.90 - 458 Aplicações Diretas 4 167.421,21
TOTAL 167.421,21

Art. 2º Para dar cobertura ao crédito citado no artigo precedente serão utilizados recursos provenientes do excesso de arrecadação a ocorrer no exercício 2011 na fonte 458 - Demais Transferências dos Estados.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União (SC), 21 de novembro de 2011.

RENATO STASIAK

Prefeito Municipal

ROBERTO BONFLEUR

Secretário Municipal de Administração, Esporte e Cultura

RICARDO DRAGONI

Secretário Municipal de Finanças e Contabilidade

Extrato de Edital de Pregão Presencial 061/2011

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO

ESTADO DE SANTA CATARINA

Processo Licitatorio 103/2011

Extrato de Edital de Pregão Presencial 061/2011

O Prefeito Municipal no uso de suas atribuições, torna publico que fará realizar processo licitatório na modalidade de Pregão presencial, tipo menor preço por item, para aquisição de materiais de expediente diversos. Recebimento do credenciamento e dos envelopes será no dia 09 de dezembro de 2011 as 14:00 horas, na Prefeitura Municipal, com inicio da sessão publica as 14:15 horas do mesmo dia. Maiores informações e copia do edital podem ser retiradas através do site da prefeitura portouniao.sc.gov.br, e mail liciteportouniao@yahoo.com.br, telefone 042 35231155.

Porto União SC, 23 de novembro de 2011.

RENATO STASIAK

Prefeito Municipal

Extrato de Edital de Pregão Presencial 005/2011 FUNREBOM

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO

ESTADO DE SANTA CATARINA

Processo Licitatorio 007/2011 FUNREBOM

Extrato de Edital de Pregão Presencial 005/2011 FUNREBOM

O Prefeito Municipal no uso de suas atribuições, torna publico que fará realizar processo licitatório na modalidade de Pregão presencial, tipo menor preço por item para aquisição de um caminhão, 0 km, ano e modelo 2011 ou superior, fabricação nacional, a diesel, cor vermelha rubi ou similar para uso do Corpo de Bombeiros Militar de Porto União. Recebimento do credenciamento e dos envelopes será no dia 08 de dezembro de 2011 as 14:00 horas, na Prefeitura Municipal, com inicio da sessão publica as 14:15 horas do mesmo dia. Maiores informações e copia do edital podem ser retiradas através do site da prefeitura portouniao.sc.gov.br, e mail liciteportouniao@yahoo.com.br, telefone 042 35231155.

Porto União SC, 23 de novembro de 2011.

RENATO STASIAK

Prefeito Municipal

Rio do Sul

PREFEITURA

Lei Municipal nº 5.213/2011

LEI Nº 5.213, de 17 de novembro de 2011.

"ABRE CRÉDITO ESPECIAL NO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO DE RIO DO SUL."

O Prefeito Municipal DE RIO DO SUL:

Faço saber a todos os habitantes deste município, que a Câmara de Vereadores decretou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica aberto o crédito especial no valor de R\$ 17.580,00 (dezesete mil, quinhentos e oitenta reais), por conta do repasse do FNDE - Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação, para Alimentação PNAE Fundamental Mais Educação, com o seguinte desdobramento no orçamento vigente do Município de Rio do Sul:

08.00 SECRETARIA MUNICIPAL DE DE EDUCAÇÃO

08.02 Departamento Pedagógico de Ensino

2.126 Programa Nacional de Alimentação - PNAE

Fundamental Mais Educação

3.0.00.00 DESPESAS CORRENTES

3.3.00.00 Outras Despesas Correntes

3.3.90.00 Aplicações Diretas R\$ 17.580,00

Total R\$ 17.580,00

Art. 2º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal 17 de novembro de 2011.

MILTON HOBUS

Prefeito Municipal

Lei Municipal nº 5.214/2011

LEI Nº 5.214, de 17 de novembro de 2011.

"ABRE CRÉDITO ESPECIAL NO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO DE RIO DO SUL."

O Prefeito Municipal DE RIO DO SUL:

Faço saber a todos os habitantes deste município, que a Câmara de Vereadores decretou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica aberto o crédito especial no valor de R\$ 300.000,00 (trezentos mil reais), por conta do Convênio a ser firmado com o governo do Estado de Santa Catarina através da Secretaria de Desenvolvimento Regional - SDR, conforme plano de trabalho em anexo, visando a a realização de obras de reforma de centros de esporte e cultura, com o seguinte desdobramento no orçamento vigente do Município de Rio do Sul:

02.00 GABINETE DO PREFEITO

02.01 Gabinete do Prefeito

1.098 Reforma de Centros de Esporte e Cultura

4.0.00.00 DESPESAS DE CAPITAL

4.4.00.00 Investimentos

4.4.90.00.00.00.00.0009 Aplicações Diretas R\$ 300.000,00

Total R\$ 300.000,00

Art. 2º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal 17 de novembro de 2011.

MILTON HOBUS

Prefeito Municipal

Lei Municipal nº 5.215/2011

LEI Nº 5.215, de 17 de novembro de 2011.

"ABRE CRÉDITO ESPECIAL NO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO DE RIO DO SUL."

O Prefeito Municipal DE RIO DO SUL:

Faço saber a todos os habitantes deste município, que a Câmara de Vereadores decretou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica aberto o crédito especial no valor de R\$ 2.000.000,00 (dois milhões de reais), por conta do Convênio a ser firmado com o governo do Estado de Santa Catarina através da Secretaria de Desenvolvimento Regional - SDR, conforme plano de trabalho em anexo, visando a construção e melhoria da infraestrutura urbana (drenagem pluvial) em diversos bairros do município, com o seguinte desdobramento no orçamento vigente do Município de Rio do Sul:

10.00 SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS

10.03 Departamento de Obras e Melhorias Viárias

1.096 Obras de Infraestrutura Hídrica

4.0.00.00 DESPESAS DE CAPITAL

4.4.00.00 Investimentos

4.4.90.00.00.00.00.0009 Aplicações Diretas R\$ 2.000.000,00

Total R\$ 2.000.000,00

Art. 2º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO Prefeito Municipal 17 de novembro de 2011.

MILTON HOBUS

Prefeito Municipal

Lei Municipal nº 5.216/2011

LEI Nº 5.216, de 17 de novembro de 2011.

"ABRE CRÉDITO ESPECIAL NO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO DE RIO DO SUL."

O Prefeito Municipal DE RIO DO SUL:

Faço saber a todos os habitantes deste município, que a Câmara de Vereadores decretou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica aberto o crédito especial no valor de R\$ 500.000,00 (quinhentos mil reais), por conta do Convênio a ser firmado com o governo do Estado de Santa Catarina através da Secretaria de Desenvolvimento Regional - SDR, conforme plano de trabalho em anexo, visando a realização de reforma, limpeza e reposição de material e equipamentos em diversos centros de educação, com o seguinte desdobramento no orçamento vigente do Município de Rio do Sul:

08.00 SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

08.02 Departamento Pedagógico de Ensino

1.097 Reforma, Limpeza e Reposição de Materiais e Equipamentos de Centros de Educação

3.0.00.00 DESPESAS CORRENTES

3.3.00.00 Outras Despesas Correntes

3.3.90.00.00.00.00.0009 Aplicações Diretas R\$ 400.000,00

4.0.00.00 DESPESAS DE CAPITAL

4.4.00.00 Investimentos

4.4.90.00.00.00.00.0009 Aplicações Diretas R\$ 100.000,00

Total R\$ 500.000,00

Art. 2º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO Prefeito Municipal 17 de novembro de 2011.

MILTON HOBUS

Prefeito Municipal

Lei Municipal nº 5.217/2011

LEI Nº 5.217, de 17 de novembro de 2011.

"AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A PROMOVER CONCESSÃO DE DIREITO REAL DE USO GRATUITO DE ÁREAS REFERENTES ÀS MATRÍCULAS N.º 11165 E 11166."

O Prefeito Municipal DE RIO DO SUL:

Faço saber a todos os habitantes deste município, que a Câmara de Vereadores decretou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a promover a concessão de direito real de uso gratuito de 02 (dois) imóveis não edificadas, com área conjunta de 670,80 m² (seiscientos e setenta metros quadrados e oitenta decímetros quadrados), referente às matrículas n.º 11.165 e 11.166, junto ao Registro de Imóveis e Hipotecas, à Associação Riosulense de Ornitologia.

Art. 2º - A concessão de direito real de uso gratuito, objeto desta lei, será outorgada pelo prazo de 10 (dez) anos, renovável por igual período, havendo interesse comum das partes.

Art. 3º - A concessão terá como fim específico a construção da sede própria, objetivando sediar os eventos da entidade.

Parágrafo Único - Resolve-se a concessão antes de seu termo, se o Cessionário não edificar a sede própria no prazo de 01 (um) ano, a partir da homologação do presente, bem como, a utilização do imóvel para outro fim.

Art. 4º - Integram a presente lei, as matrículas atualizadas dos imóveis, registradas sob os números 11.165 e 11.166 no Registro de Imóveis e Hipotecas da Comarca de Rio do Sul.

Art. 5º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 6º - Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO Prefeito Municipal 17 de novembro de 2011.

MILTON HOBUS

Prefeito Municipal

Lei Municipal nº 5.218/2011

LEI Nº 5.218, de 17 de novembro de 2011.

"AUTORIZA O CHEFE DO PODER EXECUTIVO PROMOVER RESSARCIMENTO DE DANOS CAUSADOS A TERCEIROS."

O Prefeito Municipal DE RIO DO SUL:

Faço saber a todos os habitantes deste município, que a Câmara de Vereadores decretou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a pagar ao senhor Adriano Pereira Martins, a quantia de R\$ 630,00 (seiscentos e trinta reais), referente as despesas de recuperação de seu veículo, marca Fiat, modelo Palio EX, placas MAK 1892, causadas em razão da queda em um buraco existente no acostamento da via pública, danificando o radiador, o painel dianteiro superior e o pára-choque dianteiro.

Art. 2º - As despesas decorrentes da presente Lei, correrão à conta de dotações do orçamento municipal vigente.

Art. 3º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO Prefeito Municipal 17 de novembro de 2011.

MILTON HOBUS

Prefeito Municipal

Dispensa de LICITAÇÕES 136/2011

DISPENSA DE LICITAÇÕES Nº 136/2011

O Município de Rio do Sul (SC), Estado de Santa Catarina, por seu Prefeito Municipal, leva ao conhecimento dos interessados, que fica dispensada a licitação, consoante o abaixo exposto:

Objeto: AQUISIÇÃO DE 3.000M² DE GRAMA COM COLOCAÇÃO NO PARQUE HARRY HOBUS

Valor aproximado R\$ 19.200,00 (dezenove mil e duzentos reais).

Fundamento Legal: Art. 24, Inciso IV da Lei Nº 8.666/93 e alterações posteriores.

Razões de justificativa de dispensa: Art. 26, parágrafo único, Incisos I, II, III e IV da Lei 8.666/93 e alterações posteriores.

Gabinete do Prefeito Municipal, Rio do Sul, 22 de novembro de 2011

MILTON HOBUS
Prefeito Municipal

CÂMARA MUNICIPAL

Portaria Nº 614

PORTARIA No 614, DE 23 DE NOVEMBRO DE 2011

O Presidente da Câmara de Vereadores de Rio do Sul, estado de Santa Catarina, usando a competência que lhe faculta o Artigo 13, da Lei Complementar nº 207, de 28/09/2010,

RESOLVE:

Tornar sem efeito, a nomeação de FERNANDO BEIRÃO SCHMITZ, dada pela Portaria nº 613, de 21 de novembro de 2011, do cargo de provimento efetivo de Advogado - Padrão 5, Grau I, Classe A, do Quadro de Pessoal da Câmara Municipal de Rio do Sul, com base no art. 14, § 2º, da Lei Complementar nº 207, de 28 de setembro de 2010.

Rio do Sul, 23 de novembro de 2011.

CLÁUDIO CIMARDI
Presidente da Câmara

Portaria Nº 615

PORTARIA No 615, DE 23 DE NOVEMBRO DE 2011

O Presidente da Câmara de Vereadores de Rio do Sul, estado de Santa Catarina, usando a competência que lhe faculta o Artigo 13, da Lei Complementar nº 207, de 28/09/2010,

RESOLVE:

Nomear, ROBERTO ANDRADE BASTOS, para exercer o cargo de provimento efetivo de Advogado - Padrão 5, Grau I, Classe A, do Quadro de Pessoal da Câmara Municipal de Rio do Sul, em virtude da nomeação sem efeito de Fernando Beirão Schmitz, dada pela Portaria nº 614, de 23 de novembro de 2011.

Rio do Sul, 23 de novembro de 2011.

CLÁUDIO CIMARDI
Presidente da Câmara

São Bento do Sul

PREFEITURA

RESUMIDO Edital CONCORRÊNCIA Nº 378/2011

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL
EDITAL DE CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 378/2011
MENOR PREÇO GLOBAL

O MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL, ESTADO DE SANTA CATARINA, através do Secretário de Administração, torna público,

para quem interessar possa, conforme preceitua a Lei nº 8.666/93 de 21/06/93, alterada pela Lei 8.883 de 08/06/94 e Lei 9.648 de 27/05/98, que receberá até às 09:00 horas do dia 27 de dezembro de 2011, em sua sede na Rua Jorge Lacerda, nº 75, propostas para:

DO OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LOCAÇÃO DE EQUIPAMENTOS NOVOS PARA FISCALIZAÇÃO ELETRÔNICA DE AVANÇO DO SINAL VERMELHO DO SEMÁFORO, PARADA SOBRE A FAIXA DE PEDESTRES NA MUDANÇA DO SINAL LUMINOSO, MONITORAMENTO DO EXCESSO DE VELOCIDADE, LEITURA AUTOMÁTICA DE PLACAS COM CONSULTA ON-LINE AO BANCO DE DADOS, REGISTROS DE FLUXOS DE VEÍCULOS, DADOS ESTATÍSTICOS, BEM COMO O FORNECIMENTO DE CENTRAL DE CONTROLE, FORNECIMENTO DE RELATÓRIOS ESTATÍSTICOS, FORNECIMENTO DE RELATÓRIOS DE GESTÃO DE TRÁFEGO, DE ACORDO COM OS PROJETOS, ESPECIFICAÇÕES E DEMAIS ELEMENTOS E CONDIÇÕES QUE CONSTITUEM OS ANEXOS DESTES EDITAIS, COM INSTALAÇÃO, MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA, INCLUINDO ATUALIZAÇÃO TECNOLÓGICA, EXTRAÇÃO E TRANSMISSÃO DE DADOS, PARA APOIO AO ÓRGÃO DE TRÂNSITO DA CIDADE NA GESTÃO DAS INFORMAÇÕES DE TRÁFEGO.

Os interessados poderão obter maiores informações e retirar o Edital completo, no Departamento de Suprimentos (Divisão de Compras) da Secretaria de Administração, sede da Prefeitura Municipal, no endereço acima especificado, no horário das 08h00min às 12:00 e das 13h30min às 16:00 horas.

São Bento do Sul, 24 de novembro de 2011.

MARCO RODRIGO REDLICH
Secretário de Administração

REVOGAÇÃO do Edital de CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 344/2011

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL

REVOGAÇÃO EDITAL DE CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº. 344/2011
O Município de São Bento do Sul através do Secretário de Administração, amparado pela conveniência e o interesse da Administração Pública e de acordo com caput do art. 49 da Lei 8.666/93, REVOGA A LICITAÇÃO CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 344/2011 destinada a: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LOCAÇÃO DE EQUIPAMENTOS NOVOS PARA FISCALIZAÇÃO ELETRÔNICA DE AVANÇO DO SINAL VERMELHO DO SEMÁFORO, PARADA SOBRE A FAIXA DE PEDESTRES NA MUDANÇA DO SINAL LUMINOSO, MONITORAMENTO DO EXCESSO DE VELOCIDADE, LEITURA AUTOMÁTICA DE PLACAS COM CONSULTA ON-LINE AO BANCO DE DADOS, REGISTROS DE FLUXOS DE VEÍCULOS, DADOS ESTATÍSTICOS, BEM COMO O FORNECIMENTO DE CENTRAL DE CONTROLE, FORNECIMENTO DE RELATÓRIOS ESTATÍSTICOS, FORNECIMENTO DE RELATÓRIOS DE GESTÃO DE TRÁFEGO, DE ACORDO COM OS PROJETOS, ESPECIFICAÇÕES E DEMAIS ELEMENTOS E CONDIÇÕES QUE CONSTITUEM OS ANEXOS DESTES EDITAIS, COM INSTALAÇÃO, MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA, INCLUINDO ATUALIZAÇÃO TECNOLÓGICA, EXTRAÇÃO E TRANSMISSÃO DE DADOS, PARA APOIO AO ÓRGÃO DE TRÂNSITO DA CIDADE NA GESTÃO DAS INFORMAÇÕES DE TRÁFEGO, com vistas à instauração de novo Processo Licitatório.

São Bento do Sul 22 de Novembro de 2011

MARCO RODRIGO REDLICH
Secretário de Administração

São Lourenço do Oeste

PREFEITURA

Lei Complementar Nº 138, de 22 de Novembro de 2011.

LEI COMPLEMENTAR Nº 138, DE 22 DE NOVEMBRO DE 2011.

Altera a Lei Complementar nº 90, de 26 de dezembro de 2007 e Leis Ordinárias nº 1.742, de 09 de abril de 2008 e nº 1.779, de 19 de dezembro de 2008, e dá outras providências.

O Prefeito Municipal DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município, faz saber que a Câmara de Vereadores aprovou e este sanciona a seguinte Lei Complementar:

Art. 1º O § 8º, do art. 23, da Lei Complementar nº 90, de 26 de dezembro de 2007, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 23

§ 8º O professor dos anos iniciais do ensino fundamental, no exercício da docência, receberá 10% (dez por cento) sobre o seu vencimento, equivalente a 3,5 (três vírgula cinco) horas semanais trabalhadas além dos 2/3 (dois terços) definidos pela Lei, incluindo 1,5 (um vírgula cinco) horas em sala de aula e 2,5 (dois vírgula cinco) horas para atendimento dos alunos no recreio e atividades complementares extraclasse.

” (NR)

Art. 2º O § 8º, do art. 4º, da Lei nº 1.742, de 09 de abril de 2008, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 4º

§ 8º O professor dos anos iniciais do ensino fundamental, no exercício da docência, receberá 10% (dez por cento) sobre o seu vencimento, equivalente a 1,5 (um vírgula cinco) horas semanais trabalhadas além dos 2/3 (dois terços) definidos pela Lei, incluindo 2,5 (dois vírgula cinco) horas para atendimento dos alunos no recreio e atividades complementares extraclasse.

” (NR)

Art. 3º O Anexo V da Lei Complementar nº 90, de 26 de dezembro de 2007 e o Anexo Único da Lei nº 1.779, de 19 de dezembro de 2008, passam a vigorar com as alterações constantes dos Anexos I e II, desta Lei Complementar, sucessivamente.

Art. 4º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Art. 5º Esta Lei Complementar entra em vigor na data da sua publicação.

São Lourenço do Oeste, SC, 22 de novembro de 2011.

TOMÉ FRANCISCO ETGES

Prefeito Municipal

ANEXO I

(Lei Complementar nº 138, de 22 de novembro de 2011)

“ANEXO V

(Lei Complementar nº 90, de 26 de dezembro de 2007)

HABILITAÇÃO NECESSÁRIA AO INGRESSO”

CARGO	HABILITAÇÃO EXIGIDA
Assistente Técnico Pedagógico	Licenciatura Plena na área educacional

Orientador Educacional	Pedagogia com habilitação em Orientação Educacional
Professor de Artesanato	Licenciatura em Técnicas Comerciais, Educação Artística, Artes ou Preparação para o Trabalho
Professor de Artes	Licenciatura Plena em Artes
Professor de Ciências	Licenciatura Plena em Ciências
Professor de Educação Física	Licenciatura Plena em Educação Física
Professor de Educação Infantil	Licenciatura Plena em Pedagogia Habilitação em Educação Infantil
Professor de Ensino Religioso	Licenciatura Plena em Ciências da Religião
Professor de Geografia	Licenciatura Plena em Geografia
Professor de História	Licenciatura Plena em História
Professor de Horticultura	Curso Técnico ou Ensino Superior na área agrícola
Professor de Informática	Ensino Superior na área de Informática
Professor de Língua Estrangeira	Licenciatura Plena em Inglês
Professor de Língua Estrangeira Espanhol	Licenciatura Plena em Espanhol
Professor de Matemática	Licenciatura Plena em Matemática
Professor de Português	Licenciatura Plena em Português
Professor dos anos iniciais do Ensino Fundamental	Licenciatura Plena em Pedagogia Habilitação em Anos Iniciais do Ensino Fundamental

São Lourenço do Oeste, SC, 22 de novembro de 2011.

TOMÉ FRANCISCO ETGES

Prefeito Municipal

ANEXO II

(Lei Complementar nº 138, de 22 de novembro de 2011)

“ANEXO ÚNICO

(Lei nº 1.779, de 19 de dezembro de 2008)

MATRIZ CURRICULAR PARA O ENSINO FUNDAMENTAL”

ANO	DISCIPLINA	CARGA HORÁRIA
1º ao 5º ano do Ensino Fundamental	PORTUGUÊS	07
	LING. EST. INGLÊS	01
	LING. EST. ESPANHOL	01
	CIÊNCIAS	02
	MATEMÁTICA	05
	HISTÓRIA	02
	GEOGRAFIA	02
	INFORMÁTICA	01
	ARTE	01
	EDUCAÇÃO FÍSICA	02
	ENSINO RELIGIOSO	01

MATRIZ CURRICULAR PARA OS ANOS FINAIS A PARTIR DE 2012

SÉRIE/ANO	DISCIPLINAS	CARGA HORÁRIA
5ª SÉRIE/6º ANO	PORTUGUÊS	04
	LING. EST. INGLÊS	02
	LING. EST. ESPANHOL	01
	CIÊNCIAS	02
	MATEMÁTICA	04
	HISTÓRIA	03
	GEOGRAFIA	03
	INFORMÁTICA	01
	ARTE	02
	EDUCAÇÃO FÍSICA	02
	ENSINO RELIGIOSO	01

SÉRIE/ANO	DISCIPLINAS	CARGA HORÁRIA
6ª SÉRIE/7º ANO	PORTUGUÊS	03
	LING. EST. INGLÊS	02
	LING. EST. ESPANHOL	01
	CIÊNCIAS	03
	MATEMÁTICA	04
	HISTÓRIA	03
	GEOGRAFIA	03
	INFORMÁTICA	01
	ARTE	02
	EDUCAÇÃO FÍSICA	02
	ENSINO RELIGIOSO	01

SÉRIE/ANO	DISCIPLINAS	CARGA HORÁRIA
7ª SÉRIE/8º ANO	PORTUGUÊS	04
	LING. EST. INGLÊS	02
	LING. EST. ESPANHOL	01
	CIÊNCIAS	03
	MATEMÁTICA	04
	HISTÓRIA	03
	GEOGRAFIA	02
	INFORMÁTICA	01
	ARTE	02
	EDUCAÇÃO FÍSICA	02
	ENSINO RELIGIOSO	01

SÉRIE/ANO	DISCIPLINAS	CARGA HORÁRIA
8ª SÉRIE/9º ANO	PORTUGUÊS	04
	LING. EST. INGLÊS	02
	LING. EST. ESPANHOL	01
	CIÊNCIAS	03
	MATEMÁTICA	04
	HISTÓRIA	02
	GEOGRAFIA	03
	INFORMÁTICA	01
	ARTE	02
	EDUCAÇÃO FÍSICA	02
	ENSINO RELIGIOSO	01

São Lourenço do Oeste, SC, 22 de novembro de 2011.
TOMÉ FRANCISCO ETGES
Prefeito Municipal

Lei Nº 1.976, de 22 de Novembro de 2011.

LEI Nº 1.976, DE 22 DE NOVEMBRO DE 2011.

Dispõe sobre desafetação e autoriza a doação de bem imóvel que identifica e dá outras providências.

O Prefeito Municipal DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município, faz saber que a Câmara de Vereadores aprovou e este sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º Fica desafetado parte do lote colonial rural número 74 (setenta e quatro), com área total de 1.250m² (um mil, duzentos e cinquenta metros quadrados), com benfeitoria de 70,00m² (setenta metros quadrados), situado na Linha São Miguel, Distrito de Frederico Wastner, em São Lourenço do Oeste, de propriedade do Município, Matrícula nº 5.974, do Cartório de Registro de Imóveis local, constante do Anexo I desta Lei.

Parágrafo único. O imóvel descrito no caput foi avaliado em R\$ 21.500,00 (vinte e um mil e quinhentos reais), conforme laudo de avaliação constante do Anexo II desta Lei.

Art. 2º O imóvel ora desafetado fica automaticamente transpassado

para a categoria de bem dominial, integrando o patrimônio disponível do Município.

Art. 3º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a doar, sem ônus, o bem imóvel descrito no art. 1º desta lei, para a Associação de Moradores da Comunidade de São Miguel, situada na Linha São Miguel, Distrito de Frederico Wastner, Município de São Lourenço do Oeste - SC, inscrita no CNPJ sob o nº 05.768.712/0001-79.

Art. 4º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a efetuar a baixa do bem descrito no art. 1º, após a doação de que trata o art. 3º, do patrimônio do Município.

Art. 5º Para cobrir as despesas decorrentes da execução da presente lei, serão usados recursos do orçamento municipal em execução.

Art. 6º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

São Lourenço do Oeste - SC, 22 de novembro de 2011.
TOMÉ FRANCISCO ETGES
Prefeito Municipal

Lei Nº 1.977, de 22 de Novembro de 2011.

LEI Nº 1.977, DE 22 DE NOVEMBRO DE 2011.

Autoriza a concessão de abono natalino especial aos servidores municipais da administração direta e indireta, efetivos, comissionados, admitidos em caráter temporário, conselheiros tutelares, em efetivo exercício na data do pagamento, e dá outras providências.

O Prefeito Municipal DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município, faz saber que a Câmara de Vereadores aprovou e este sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a conceder, abono natalino especial aos servidores municipais da administração direta e indireta, efetivos, comissionados, admitidos em caráter temporário, conselheiros tutelares, em efetivo exercício na data do pagamento, mediante depósito em conta salário, até a data de 23 de dezembro de 2011, em pecúnia, tendo como base o valor do vencimento básico do cargo ou do subsídio, conforme abaixo:

I - R\$ 350,00 (trezentos e cinquenta reais) para os servidores que recebem até R\$ 1.320,00 (um mil e trezentos e vinte reais);

II - R\$ 300,00 (trezentos reais) para os servidores que recebem de R\$ 1.320,01 (um mil e trezentos e vinte reais e um centavo) a R\$ 2.000,00 (dois mil reais);

III - R\$ 250,00 (duzentos e cinquenta reais) para os servidores que recebem acima de R\$ 2.000,00 (dois mil reais).

§ 1º O abono, previsto nos incisos I, II e III, não tem natureza vencimental e não será incorporado, para quaisquer efeitos, aos vencimentos, vantagens ou gratificações percebidas pelo servidor.

§ 2º Excetuam-se do efetivo exercício as servidoras municipais que se encontrem em Licença Maternidade.

Art. 2º As despesas decorrentes da aplicação desta Lei correrão à conta das dotações específicas do Orçamento do Município.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

São Lourenço do Oeste, SC, 21 de novembro de 2011.
TOMÉ FRANCISCO ETGES
Prefeito Municipal

Lei Nº 1.978, de 22 de Novembro de 2011.

LEI Nº 1.978, DE 22 DE NOVEMBRO DE 2011.

Autoriza a concessão de vale alimentação e abono pasqualino, aos servidores municipais da administração direta e indireta, efetivos, comissionados, admitidos em caráter temporário, conselheiros tutelares, em efetivo exercício na data do pagamento, e dá outras providências.

O Prefeito Municipal DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município, faz saber que a Câmara de Vereadores aprovou e este sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a conceder vale alimentação e abono pasqualino aos servidores municipais da administração direta e indireta, efetivos, comissionados, admitidos em caráter temporário, conselheiros tutelares, em efetivo exercício na data do pagamento, da seguinte forma:

I - vale alimentação: no valor de R\$ 3.000,00 (três mil reais) anuais, diluídos em 12 (doze) parcelas mensais de R\$ 250,00 (duzentos e cinquenta reais);

II - abono pasqualino: no valor de R\$ 250,00 (duzentos e cinquenta reais).

§ 1º O vale alimentação e o abono pasqualino poderá ser creditado em folha de pagamento do servidor, ou mediante cartão alimentação, podendo ocorrer em data distinta do creditamento de vencimentos.

§ 2º O abono pasqualino será concedido ao servidor até a quarta-feira imediatamente anterior à páscoa.

§ 3º No mês de páscoa haverá a concessão do vale alimentação e do abono pasqualino, cumulativamente.

Art. 2º O vale alimentação e o abono pasqualino não têm natureza vencimental e não serão incorporados, para quaisquer efeitos, aos vencimentos, vantagens ou gratificações percebidas pelo servidor.

Art. 3º A revisão do vale alimentação e do abono pasqualino ocorrerá a partir do exercício de 2013, sempre que for concedido o reajuste ou revisão dos vencimentos, aplicando-se o mesmo índice de correção.

Art. 4º As despesas decorrentes da aplicação desta Lei correrão à conta das dotações específicas do Orçamento do Município.

Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

São Lourenço do Oeste, SC, 22 de novembro de 2011.

TOMÉ FRANCISCO ETGES

Prefeito Municipal

Decreto Nº 4.310, de 22 de Novembro de 2011.

DECRETO Nº 4.310, DE 22 DE NOVEMBRO DE 2011.

Abre crédito adicional suplementar - excesso de arrecadação, no orçamento programa de 2011.

O Prefeito Municipal DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município, e autorização contida na Lei Municipal nº 1.925, de 07/01/2011 e Lei Federal nº 4.320/1964, art. 43, §1º, inciso II,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto no corrente exercício, crédito adicional suplementar - excesso de arrecadação, no orçamento vigente, criando-se as modalidades necessárias, nas respectivas fontes, adicionando-se pelo crédito suplementar o valor de R\$ 288.700,00 (duzentos e oitenta e oito mil e setecentos reais) nas seguintes dotações orçamentárias:

06.00 SEC. MUN. DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO - SAP
06.01 SEC. MUN. DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO - SAP
06.01.04.845.4503.2.007.3.3.50.00.00.00.00.00.0.1.0000 74 Aplicação Direta R\$ 4.000,00
06.01.04.122.4503.2.006.3.3.50.00.00.00.00.00.0.1.0000 81 Aplicação Direta R\$ 25.000,00

09.00 SEC. MUN. DO DESENVOLVIMENTO URBANO - SDU
09.01 SEC. MUN. DO DESENVOLVIMENTO URBANO - SDU
09.01.15.451.4511.2.034.3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.0000 14 Aplicação Direta R\$ 60.000,00

08.00 SEC. MUN. DE EDUCAÇÃO - SME
08.01 SEC. MUN. DE EDUCAÇÃO - SME
08.01.12.365.4505.2.015.3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.0001 102 Aplicação Direta R\$ 30.000,00
08.01.12.365.4505.2.015.4.4.90.00.00.00.00.00.0.1.0001 103 Aplicação Direta R\$ 132.000,00
08.01.13.392.4505.2.018.3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.0000 63 Aplicação Direta R\$ 7.000,00
08.01.13.364.4505.2.017.3.3.50.00.00.00.00.00.0.1.0000 107 Aplicação Direta R\$ 30.700,00

Art. 2º Para atendimento da suplementação que trata o artigo anterior decorrerão a utilização do provável excesso de arrecadação, em conformidade com o que estabelece a Lei Municipal nº 1.925, de 07/01/2011 e Lei Federal nº 4.320/1964, art. 43, §1º, inciso II.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

São Lourenço do Oeste, SC, 22 de novembro de 2011.

TOMÉ FRANCISCO ETGES

Prefeito Municipal

Decreto Nº 4.311, de 22 de Novembro de 2011.

DECRETO Nº 4.311, DE 22 DE NOVEMBRO DE 2011.

Abre crédito adicional suplementar - excesso de arrecadação, no orçamento programa de 2011.

O Prefeito Municipal DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município, e autorização contida na Lei Municipal nº 1.925, de 07/01/2011 e Lei Federal nº 4.320/1964, art. 43, §1º, inciso II,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto no corrente exercício, crédito adicional suplementar - excesso de arrecadação, no orçamento vigente do Instituto Cultural de São Lourenço, adicionando-se pelo crédito suplementar o valor de R\$ 20.000,00 (vinte mil reais) na seguinte dotação orçamentária:

17.00 INSTITUTO CULTURAL DE SÃO LOURENÇO
17.01 INSTITUTO CULTURAL DE SÃO LOURENÇO
17.01.13.392.4516.2.031.3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.0000 01 Aplicação Direta R\$ 20.000,00

Art. 2º Para atendimento da suplementação que trata o artigo anterior decorrerão a utilização do provável excesso de arrecadação, em conformidade com o que estabelece a Lei Municipal nº 1.925, de 07/01/2011 e Lei Federal nº 4.320/1964, art. 43, §1º, inciso II.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

São Lourenço do Oeste, SC, 22 de novembro de 2011.

TOMÉ FRANCISCO ETGES

Prefeito Municipal

Decreto Nº 4.312, de 22 de Novembro de 2011.

DECRETO Nº 4.312, DE 22 DE NOVEMBRO DE 2011.

Abre crédito adicional suplementar - superávit financeiro, no orçamento programa de 2011.

O Prefeito Municipal DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município, e autorização contida na Lei Municipal nº 1.925, de 07/01/2011 e Lei Federal nº 4.320/64, art. 43, §1º, inciso I.

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto no corrente exercício, crédito adicional suplementar - superávit financeiro, no orçamento vigente, criando a modalidade de aplicação específica e suplementando o valor de R\$ 40.000,00 (quarenta mil reais), nas seguintes dotações orçamentárias:

18.00 COMITÊ DESPORTIVO MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO
18.01 COMITÊ DESPORTIVO MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO
18.01.27.812.4517.2.035.3.3.90.00.00.00.00.0.3.0000 06 Aplicação Direta R\$ 40.000,00

Art. 2º Para atendimento da suplementação que trata o artigo anterior decorrerá a utilização do superávit financeiro do exercício anterior, em conformidade com o que estabelece a Lei Municipal nº 1.925, de 07/01/2011 e Lei Federal nº 4.320/1964, art. 43, §1º, inciso I.

Art. 3º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

São Lourenço do Oeste, SC, 22 de novembro de 2011.

TOMÉ FRANCISCO ETGES

Prefeito Municipal

Aviso de Licitação 144/2011

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE - SC

O MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE-SC, ATRAVÉS DO SR. PREFEITO, torna público para conhecimento dos interessados, que realizará Sessão de Licitação no dia 07/12/2011, às 14:00 horas, no Centro Administrativo no endereço, Rua Duque de Caxias, 789, conforme especificado no PROCESSO LICITATÓRIO Nº 144/2011, PREGÃO PRESENCIAL Nº 95/2011 - OBJETO: CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE SONORIZAÇÃO, VIDEO E DECORAÇÃO PARA FORMATURAS DA PRÉ-ESCOLA E OITAVAS SÉRIES DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO. Informações licitacoes@saolourenco.sc.gov.br.

TOMÉ FRANCISCO ETGES

Prefeito Municipal

Processo Seletivo Nº 004/2011 - Edital Nº 002

Edital nº 002

ALTERA DISPOSIÇÕES DO EDITAL Nº 001, que "Abre Inscrições para o Processo Seletivo Destinado a Prover Vagas em Caráter Temporário no Magistério Público Municipal para o Ano Letivo de 2012, Define suas Normas e Dá Outras Providências".

O Prefeito Municipal de São Lourenço do Oeste, Estado de Santa Catarina, Sr Tomé Francisco Etges, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, e

Considerando a necessidade de adequação de disposições do Edital nº 001, conforme adiante se destaca;

Torna público para o conhecimento dos interessados as seguintes alterações ao Edital nº 001:

I - DA ALTERAÇÃO AO EDITAL Nº 001:

O subitem "18.16.2", do Edital nº 001, passa a vigorar com a seguinte redação:

18.16.2. A avaliação dos cursos de aperfeiçoamento ou atualização na área da educação ou de ensino e na área a que concorre será feita através de cursos de aperfeiçoamento ou atualização, frequentados, ou não presenciais, ministrados e concluídos no período de 1º de janeiro de 2010 até a data de inscrição do interessado e serão validados nos termos da tabela abaixo:

CURSOS DE APERFEIÇOAMENTO O ATUALIZAÇONA ÁREA DA EDUCAÇÃO, SEGUNDO ÁREA E DISCIPLINA PRETENDIDA

Alínea	Título	Pontos de Cada título	Pontos Máximos
D	Diplomas ou certificados de conclusão de curso de aperfeiçoamento ou atualização na área da educação ou na área de Informática, com carga horária mínima de 8 (oito) horas.	0,10 (dez centésimos) de um ponto para cada 20 (vinte) horas de curso, limitando-se a 200 (duzentas) horas no máximo.	1,00
E	Certificados, atestados ou declarações, de participação, como ministrante, em cursos, seminários, simpósios, congressos e outros na área da Educação, Temas Transversais, ou na área a que concorre, com carga horária mínima de 4 (quatro) horas.		

II - DAS DEMAIS DISPOSIÇÕES DO EDITAL Nº 001:

As demais disposições do Edital nº 001, que disciplina o Processo Seletivo nº 004/2011, da Administração Municipal de São Lourenço do Oeste/SC, não alteradas pelo presente permanecem em pleno vigor.

São Lourenço do Oeste/SC, em 18 de novembro de 2011.

TOMÉ FRANCISCO ETGES

Prefeito Municipal

Schroeder**PREFEITURA****Dispensa Nº 08/2011-FAS****ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUN. DE ASSIST. SOCIAL DE SCHROEDER**CNPJ: 83.102.491/0001-09
RUA MARECHAL CASTELO BRANCO, 3201
C.E.P.: 89275-000 - SCHROEDER - SC**DISPENSA DE LICITAÇÃO****Nr.: 8/2011 - DL****Processo Nr.: 48/2011****Data: 23/11/2011**

Folha: 1/2

Fornecedor: IECLB - PARÓQUIA DE SCHROEDER
Endereço: RUA MARECHAL CASTELO BRANCO, 3339
Cidade: SCHROEDER - SC
CNPJ: 79.362.299/0001-84

Código: 7254

Inscrição Estadual: ISENT0

Objeto da Compra: Locação de espaço físico Salão Comunitário da IECLB - Igreja Paróquia de Schroeder, Comunidade Bom Pastor de Schroeder I, localizado no endereço: Rua Rio de Janeiro, s/n, Bairro de Schroeder I, no Município de Schroeder/SC**ITENS**

Item	Quantidade	Especificação	Unid.	Valor Unitário	Valor Total
1	12,00	Locação de espaço físico Salão Comunitário da IECLB - Igreja Paróquia de Schroeder, Comunidade Bom Pastor de Schroeder I, localizado no endereço: Rua Rio de Janeiro, s/n, Bairro de Schroeder I, no Município de Schroeder/SC.	MÊS	500,00	6.000,00

JUSTIFICATIVA:**Artigo 24 da Lei 8.666/93:**

É dispensável a licitação.

X - para a compra ou locação de imóvel destinado ao atendimento das finalidades precípua da Administração, cujas necessidades de instalação e localização condicionem à sua escolha, desde que o preço seja com o valor de mercado, segundo avaliação prévia;

TEXTO

Justifica-se a solicitação do contrato pelos projetos desenvolvidos da Rede Socioassistencial na sede deste salão. Os projetos da Política de Assistência Social de Schroeder são:
Sendo eles: Grupo de Convivência de Idosos "Ser Feliz"- 1 vez por mês (na 3ª quinta-feira a tarde)
Grupo de Convivência Convivendo e Aprendendo Brincando - 1 vez por semana (toda quinta-feira de manhã).
Grupo de Convivência "Artesanato" - 1 vez por semana (toda quinta-feira de manhã, este encerrou-se em meados de Junho de 2011).
Grupo de Convivência "Grupo de Dança Ana Maria's" - 1 vez por semana (toda sexta-feira a tarde).
E futura parceria do Projeto Hip Hop Schroeder 2012 (1 vez por semana, dia todo, dia ainda a definir).
Há também o encontro do Grupo de Hipertensos e Diabéticos, que é realizado 1 vez por mês, na última quinta-feira e Turma da Coluna, que é realizado todos as segundas-feiras a tarde ambos os Grupos da Política de Saúde.

SCHROEDER , 23 de Novembro de 2011

FELIPE VOIGT
PREFEITO MUNICIPAL

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUN. DE ASSIST. SOCIAL DE SCHROEDERCNPJ: 83.102.491/0001-09
RUA MARECHAL CASTELO BRANCO, 3201
C.E.P.: 89275-000 - SCHROEDER - SC**DISPENSA DE LICITAÇÃO**

Nr.: 8/2011 - DL

Processo Nr.: 48/2011

Data: 23/11/2011

Folha: 2/2

DESPACHO FINAL:

Em vista das justificativas e fundamentações retro relatadas e, levando-se em consideração os termos do parecer jurídico, expedido pela Assessoria Jurídica, aprovo a realização da despesa, independente de licitação.

SCHROEDER , 18 de Novembro de 2011

Valor da Despesa: 6.000,00 (seis mil reais)**Pagamento.....:** 15 DIAS APÓS RECEBIMENTO DO DOCUMENTO FISCAL

Ata de Registro de Preço Pregão Presencial Nº 45/2011-PMS

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SCHROEDER

Página: 1/1

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 29/2011**Número do Registro de Preços: 29/2011****Data do Registro: 24/08/2011****Válido até: 24/08/2012**

Objeto da Compra: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para aquisição de pneus para suprir as necessidades da Secretaria de Obras e Serviços Urbanos da Prefeitura de Schroeder/SC, ao longo de 12 meses.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
1	Pneu 1000 R 20, 16 lonas, radial borrachudo, com sulcos de no mínimo 20,0 mm de profundidade. Com Certificação do INMETRO.	UN	J.K. PNEUS LTDA (8761)	firestone	0	719,0000	1
			MODELO PNEUS LTDA (9762)	firestone	0	780,0000	2
2	Pneu 1000 R 20, 16 lonas, radial liso, com sulcos de no mínimo 14,0 mm de profundidade. Com Certificação do INMETRO.	UN	LAGB ACESSORIOS E PEÇAS LTDA (12143)	kumho KRS 02	0	805,2800	1
			J.K. PNEUS LTDA (8761)	firestone	0	885,0000	2
			MODELO PNEUS LTDA (9762)	firestone	0	958,0000	3
3	Pneu 900 R 20, 14 lonas, convencional borrachudo, com sulcos de no mínimo 19,0 mm de profundidade. Com Certificação do INMETRO.	UN	J.K. PNEUS LTDA (8761)	firestone	0	601,0000	1
			MODELO PNEUS LTDA (9762)	firestone	0	654,0000	2
4	Pneu 900 R 20, 14 lonas, convencional liso, com sulcos de no mínimo 13,5 mm de profundidade. Com Certificação do INMETRO.	UN	J.K. PNEUS LTDA (8761)	firestone	0	587,0000	1
			MODELO PNEUS LTDA (9762)	firestone	0	638,0000	2
			LAGB ACESSORIOS E PEÇAS LTDA (12143)	kumho KRS 02	0	645,9000	3

SCHROEDER, 24 de Agosto de 2011.

Timbó

PREFEITURA

Decreto Nº 2530, de 11 de Novembro de 2011

DECRETO Nº 2530, DE 11 DE NOVEMBRO DE 2011

Declara situação emergencial no Município, autoriza a contratação temporária de servidores para manutenção dos serviços públicos considerados essenciais.

O Prefeito de Timbó/SC em exercício, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 50, incisos VII, X, XVIII e XXIII, c/c art. 70, inciso I, alínea "a", da Lei Orgânica do Município, promulgada em 05 de Abril de 1.990, e com fundamento no artigo 37, Inciso IX, da Constituição Federal, e nos artigos 1º e 2º, incisos I, IV, V e VIII, da Lei nº 2.045, de 22/12/1998 e alterações e nos termos da lei federal nº 9.504 de 30 de setembro de 1997; e

Considerando os termos da Lei nº 2.439, de 02 de dezembro de 2009, que alterou a Lei nº 2.045, de 22 de dezembro de 1998, visando a possibilidade de contratação temporária na hipótese de ausência de candidatos aprovados em concursos públicos ou processo seletivo;

Considerando que nos últimos concursos públicos e processos seletivos realizados pelo Poder Executivo não obteve número suficiente de candidatos inscritos e aprovados ao preenchimento da demanda necessária à manutenção dos serviços prestados pela administração pública direta e indireta (autarquia e fundações);

Considerando que encontra-se em trâmite o processo para realização de concurso público para preenchimento das vagas do poder público municipal, autarquia e fundações, conforme determinado pelo Decreto nº 2.362, de 30 de maio de 2011;

Considerando que fora designada para coordenação de todo o processo necessário ao concurso público a Comissão Especial de Coordenação dos trabalhos através da Portaria nº 2.309 de 18 de agosto de 2011;

Considerando a previsão da Comissão Especial do Concurso Público, onde considerando a publicação do edital para dezembro do ano corrente, aponta como data provável para conclusão do concurso com a respectiva homologação dos aprovados o mês de abril de 2012;

Considerando a vacância temporária de cargos públicos sem a possibilidade de preenchimento efetivo em face as licenças concedidas à servidores públicos nos termos do artigo 90 e incisos, da LC nº 01/93;

Considerando a necessidade de manutenção e/ou continuidade das atividades da Administração Municipal direta e indireta, em face da sua essencialidade e exclusividade;

Considerando que fora prorrogado o Processo Seletivo nº 01/2010 da Secretaria de Educação, com validade até 03/12/2012;

Considerando que, na área da educação, para o fim de substituição temporária de profissionais do magistério para o ano letivo de 2011, não houve no processo seletivo nº SEMED 01/2010, candidatos suficientes e com graduação superior completa, exigido para tanto; e

Considerando a supremacia do interesse público e a aplicação dos demais princípios aplicáveis a Administração Pública, em especial

os princípios da razoabilidade e economicidade;

DECRETA:

Art. 1º Fica declarada situação emergencial no Município de Timbó/SC, pelo período compreendido entre 01/01/2012 e 30/04/2012, em face da necessidade de pessoal para manutenção e continuidade dos serviços públicos considerados essenciais, incluindo as atividades da administração direta, autarquia e fundações municipais, tendo em vista o não preenchimento das vagas ofertadas nos concursos públicos realizados, bem como em razão de exonerações, aposentadorias e rescisões de contratos temporários ocorridas durante os anos de 2010 e 2011.

§ 1º Para atendimento das necessidades especificadas no "caput" deste artigo, fica autorizado a contratação temporária de candidatos interessados, pelo prazo estabelecido no caput deste artigo, após prévio cadastramento junto as Secretarias, Autarquia e Fundações, através de formulário próprio, conforme modelo anexo, na forma do §2º do artigo 3º da Lei nº 2.045, de 22/12/1998.

§ 2º As contratações autorizadas pelo presente decreto serão regidas pela Lei municipal nº 2.045, de 22/12/1998, com alteração efetuada pela Lei 2.439 de 2 de dezembro de 2009.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, gerando efeitos a contar de 1º de janeiro de 2012 e condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 11 de novembro de 2011; 142º ano de Fundação; 77º ano de Emancipação Política.

DARCIZIO BONA

Prefeito de Timbó/SC em exercício

FOTO

3X4

FICHA DE INSCRIÇÃO Nº

(à ser preenchida pelo próprio candidato)

CARGO:___

NOME:_____

SEXO:_____

DATA _____ NASC.: ____/____/____ CIDADE: _____
UF:_____

NACIONALIDADE:_____

ESTADO CIVIL:_____ Nº FILHOS:_____

ENDEREÇO RES.:_____

Nº _____ APTO.:_____

PROXIMIDADES:_____

BAIRRO:_____

CIDADE:_____

ESTADO:_____

CEP:_____ FONE:_____

C.I.:_____ TIT.ELEITORAL:_____

SEÇÃO: _____ ZONA:_____

GRAU DE INSTRUÇÃO:_____

PERTENCE AO SERVIÇO PÚBLICO MUNICIPAL, FUNDAÇÕES OU AUTARQUIAS? _____

() EFETIVO () ADMITIDO EM CARÁTER TEMPORÁRIO / CARGO COMISSIONADO

DESDE: ____/____/____ LOTAÇÃO: _____

PESSOA PARA CONTATO: _____

FONE: _____

DECLARO QUE:

AS INFORMAÇÕES ACIMA PRESTADAS SÃO VERDADEIRAS,

ASSUMINDO TOTAL RESPONSABILIDADE PELOS DADOS REGISTRADOS NESTA FICHA E QUE ESTOU CIENTE QUE DEVEREI MANTER ATUALIZADOS OS ENDEREÇOS.

TIMBÓ, ____ de _____ de 20__.

ASSINATURA DO(A) CANDIDATO(A)

Portaria No 2426, de 1º de Novembro de 2011

PORTARIA No 2426, DE 1º DE NOVEMBRO DE 2011

Autoriza a contratação de Servidores em caráter temporário para a Secretaria Municipal de Saúde e Assistência Social (Fundo Municipal de Saúde).

O PREFEITO DE TIMBÓ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 50, inciso X, combinado com art. 70, Inciso II, alínea "e", da Lei Orgânica do Município, promulgada em 05 de Abril de 1990, e,

Considerando-se a necessidade temporária de excepcional interesse público previsto no Inciso VIII do art.2º da Lei nº 2.045, de 22/12/98, alterada pela Lei nº 2439, de 02/12/2009 e Decreto nº 2386, de 21/06/2011,

RESOLVE:

Art.1º CONTRATAR TEMPORARIAMENTE, para os cargos abaixo discriminados:

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL
(Fundo Municipal de Saúde)

Cargo: Auxiliar de Enfermagem (SP-18)

Nome	Data Nasc	CPF	Jornada Semanal	Período
Silvana Longo Roepke (Subst.João R.Scoz, que se encontra em afast.do exerc.do cargo)	22/01/63	463.353.409-25	30h	01/11/2011 a 01/12/2011

Cargo: Médico Plantonista (GP-90)

Nome	Data Nasc	CPF	RG	Período
Moacir de Freitas Toledo (Vacância do cargo e ausência de cand.aprovados em Conc. Público/Proc. Seletivo)	08/03/73	674.948.030-68	10.432.422-3	01/11/2011 a 01/12/2011

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 1º de novembro de 2011; 142º ano de Fundação; 77º ano de Emancipação Política.

LAERCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR
Prefeito de Timbó/SC

Portaria No 2427, de 1º de Novembro de 2011

PORTARIA No 2427, DE 1º DE NOVEMBRO DE 2011

Autoriza a contratação de Servidora em caráter temporário para a Secretaria Municipal da Fazenda e Administração.

O Prefeito de Timbó, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 50, inciso X, combinado com art. 70, Inciso II, alínea "e", da Lei Orgânica do Município, promulgada em 05 de Abril de 1990, e,

Considerando-se a necessidade temporária de excepcional interesse público previsto no Inciso VIII do art.2º da Lei nº 2.045, de 22/12/98, alterado pela Lei nº 2439, de 02/12/2009, e Decreto nº 2386, de 21/06/2011,

RESOLVE:

Art.1º CONTRATAR TEMPORARIAMENTE para o cargo abaixo discriminado:

SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO

Cargo: Auxiliar Operacional I (SG-08)

Nome	Data Nasc.	CPF	Jornada Semanal	Período
Roberta Luiza Staack Fredel (Vacância do cargo e ausência de cand.aprov.em Conc.Públ / Proc.Seletivo)	16/04/90	071950909-22	44h	01/11/2011 a 30/12/2011

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 1º de novembro de 2011; 142º ano de Fundação; 77º ano de Emancipação Política.

LAERCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR
Prefeito de Timbó/SC

Portaria No 2429, de 1º de Novembro de 2011

PORTARIA No 2429, DE 1º DE NOVEMBRO DE 2011

Autoriza a contratação de Servidores em caráter temporário para a Secretaria Municipal da Fazenda e Administração.

O Prefeito de Timbó, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 50, inciso X, combinado com art. 70, Inciso II, alínea "e", da Lei Orgânica do Município, promulgada em 05 de Abril de 1990, e,

Considerando-se a necessidade temporária de excepcional interesse público previsto no Inciso VIII do art.2º da Lei nº 2.045, de 22/12/98, alterado pela Lei nº 2439, de 02/12/2009, e Decreto nº 2386, de 21/06/2011,

RESOLVE:

Art.1º CONTRATAR TEMPORARIAMENTE para o cargo abaixo discriminado:

SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO

Cargo: Auxiliar de Serviços Administrativos (GA-30)

Nome	Data Nasc.	CPF	Jornada Se-manal	Período
André Luiz da Silva (Vacância do cargo e ausência de cand. aprov. em Conc.Públ /Proc.Seletivo)	21/06/89	069.921.979-59	35h	01/11/2011 a 30/12/2011
Adriana Aparecida Noll Bonacolsi (Vacância do cargo e ausência de cand. aprov. em Conc.Públ /Proc.Seletivo)	21/08/80	005.317.729-00	35h	01/11/2011 a 30/12/2011

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 1º de novembro de 2011; 142º ano de Fundação; 77º ano de Emancipação Política.

LAERCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR
Prefeito de Timbó/SC

Portaria No 2430, de 1º de Novembro de 2011

PORTARIA No 2430, DE 1º DE NOVEMBRO DE 2011

Autoriza a contratação de Servidores em caráter temporário para a Secretaria Municipal de Educação.

O Prefeito de Timbó, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 50, inciso X, combinado com art. 70, Inciso II, alínea "e", da Lei Orgânica do Município, promulgada em 05 de Abril de 1990, e,

Considerando-se a necessidade temporária de excepcional interesse público previsto no Inciso VIII do art.2º da Lei nº 2.045, de 22/12/98, alterado pela Lei nº 2439, de 02/12/2009, e Decreto nº 2386, de 21/06/2011,

RESOLVE:

Art.1º CONTRATAR TEMPORARIAMENTE para os cargos abaixo discriminados:

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Cargo: Auxiliar Operacional I (SG-08)

Nome	Data Nasc.	CPF	Jornada Se-manal	Período
Cláudio Marcio do Nascimento (Subst.Romeu Timm, que se encontra em Lic.para Trat. de Saúde)	18/07/70	052.430.999-53	44h	01/11/2011 a 16/12/2011

Cargo: Professor C

Nome	Data Nasc.	CPF	Jornada Se-manal	Período
Jaqueline Silva de Brito (Vacância do cargo e ausência de cand.aprov.em Conc.Público/Proc.Seletivo)	09/07/86	053.359.729-39	15h	01/11/2011 a 16/12/2011

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 1º de novembro de 2011; 142º ano de Fundação; 77º ano de Emancipação Política.

LAERCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR
Prefeito de Timbó/SC

Portaria No 2431, de 1º de Novembro de 2011

PORTARIA No 2431, DE 1º DE NOVEMBRO DE 2011

Autoriza a contratação de Servidores em caráter temporário para a Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos.

O Prefeito de Timbó, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 50, inciso X, combinado com art. 70, Inciso II, alínea "e", da Lei Orgânica do Município, promulgada em 05 de Abril de 1990, e,

Considerando-se a necessidade temporária de excepcional interesse público previsto no Inciso VIII do art.2º da Lei nº 2.045, de 22/12/98, alterado pela Lei nº 2439, de 02/12/2009, e Decreto nº 2386, de 21/06/2011,

RESOLVE:

Art.1º CONTRATAR TEMPORARIAMENTE para os cargos abaixo discriminados:

SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS

Cargo: Auxiliar Operacional I (SG-08)

Nome	Data Nasc.	CPF	Jornada Se-manal	Período
Rodrigo de Oliveira (Vacância do cargo e ausência de cand. aprovados em Concurso Público/Proc. Seletivo)	18/11/90	074.759.289-69	44h	01/11/2011 a 01/12/2011

Cargo: Marceneiro (SG-24)

Nome	Data Nasc.	CPF	Jornada Se-manal	Período
Adriano Klemz (Vacância do cargo e ausência de cand.aprovados em Concurso Público/Proc.Seletivo)	25/01/74	826.881.319-68	44h	01/11/2011 a 30/12/2011

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 1º de novembro de 2011; 142º ano de Fundação; 77º ano de Emancipação Política.
LAERCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR
Prefeito de Timbó/SC

Portaria No 2432, de 1º de Novembro de 2011

PORTARIA No 2432, DE 1º DE NOVEMBRO DE 2011

Autoriza a contratação de Servidores em caráter temporário para a Secretaria Municipal de Saúde e Assistência Social (Fundo Municipal de Saúde).

O PREFEITO DE TIMBÓ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 50, inciso X, combinado com art. 70, Inciso II, alínea "e", da Lei Orgânica do Município, promulgada em 05 de Abril de 1990, e,

Considerando-se a necessidade temporária de excepcional interesse público previsto no Inciso VIII do art.2º da Lei nº 2.045, de 22/12/98, alterada pela Lei nº 2439, de 02/12/2009, e Decreto nº 2386, de 21/06/2011,

RESOLVE:

Art.1º CONTRATAR TEMPORARIAMENTE, para os cargos abaixo discriminados:

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL
(Fundo Municipal de Saúde)

TÉCNICO EM ENFERMAGEM (SP-31)

Nome	Data Nasc	CPF	Jornada Semanal	Período
Josiane das Graças de Liz Paulo (Vacância do cargo e ausência de cand.aprovados em Conc. Público/Proc. Seletivo)	23/06/79	029.072.399-02	44h	03/11/2011 a 30/11/2011

AUXILIAR DE ENFERMAGEM (SP-24)

Nome	Data Nasc	CPF	Jornada Semanal	Período
Soraia Dias Alves Persuhn (Subst. Dilorme Fistarol, que se encontra em afastamento do exerc.do cargo)	08/03/69	123.988.008-14	30h	01/11/2011 a 30/11/2011

MÉDICO PLANTONISTA (GP-90)

Nome	Data Nasc	CPF	RG	Período
------	-----------	-----	----	---------

Eronildes da Silva (Vacância do cargo e ausência de cand.aprovados em Conc.Público/Proc. Seletivo)	26/01/79	007.000.479-05	5.292.906-7	01/11/2011 a 30/11/2011
--	----------	----------------	-------------	-------------------------

AUXILIAR DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS (GA-30)

Nome	Data Nasc	CPF	Jornada Semanal	Período
Mary Lea Ferrari (Vacância do cargo e ausência de cand.aprovados em Conc. Público/Proc. Seletivo)	15/11/83	008.829.039-50	35h	01/11/2011 a 30/11/2011

AUXILIAR OPERACIONAL I (SG-08)

Nome	Data Nasc	CPF	Jornada Semanal	Período
Sonja Stupp Gonçalves (Vacância do cargo e ausência de cand.aprovados em Conc. Público/Proc. Seletivo)	03/07/74	770.813.079-49	44h	03/11/2011 a 30/11/2011

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 1º de novembro de 2011; 142º ano de Fundação; 77º ano de Emancipação Política.

LAERCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR
Prefeito de Timbó/SC

Portaria No 2434, de 1º de Novembro de 2011

PORTARIA No 2434, DE 1º DE NOVEMBRO DE 2011

Altera temporariamente a carga horária de servidora contratada temporariamente para o cargo de Professor-Ensino Fundamental.

O Prefeito de Timbó, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelos arts.50, Inciso XXV, art.70, Inciso II, alínea "a" da Lei Orgânica do Município, e com base no art.31 e 32 da Lei Complementar no 138, de 02/07/98,

RESOLVE:

Art.1º ALTERAR TEMPORARIAMENTE A CARGA HORÁRIA de Servidora contratada temporariamente, para o cargo de Professor, lotada na Secretaria Municipal de Educação - Ensino Fundamental, para o ano letivo de 2011, ou seja, a contar de 01/11/2011 até 30/11/2011, conforme demonstrativo abaixo:

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

NOME	PORTARIA Nº	CARGA HORÁRIA SEMANAL	
		DE	PARA
Dayse Tatiane Witthoeft	2077/2011	20h	35h

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 1º de novembro de 2011; 142º ano de Fundação; 77º ano de Emancipação Política.
LAERCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR
Prefeito de Timbó/SC

Portaria No 2421, de 26 de Outubro de 2011

PORTARIA No 2421, DE 26 DE OUTUBRO DE 2011

Nomeia membros do Conselho do FUNDEB.

O Prefeito Municipal de Timbó, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.70, Inciso II, alínea "c", da Lei Orgânica do Município, promulgada em 05 de Abril de 1990, e em conformidade com a Lei no 2347, de 17 de maio de 2007, alterada pela Lei nº 2424, de 28 de julho de 2009,

RESOLVE:

Art.1º NOMEAR os membros do Conselho Municipal de Acompanhamento e Controle Social do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação-CONSELHO DO FUNDEB, com mandato de dois (02) anos, a contar desta data, composto pelos seguintes membros:

I - REPRESENTANTES DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL:

Secretaria Municipal de Educação

Titular : MÁRCIA DA ROCHA

Suplente : SIMONE NOLLI

Titular : LOURDES MOSER

Suplente : JOÃO MARCELO PISETTA

II - REPRESENTANTE DOS PROFESSORES DA EDUCAÇÃO BÁSICA PÚBLICA:

Titular : CLARICE ANA ANDREAZZA

Suplente : RAFAELA ALEXANDRA. SCHNEIDER HINSCHING

III - REPRESENTANTE DOS DIRETORES DAS ESCOLAS BÁSICAS PÚBLICAS:

Titular : MABEL DEMONTI MENGARDA

Suplente : CLARICE LENZI VICENTE

IV - REPRESENTANTE DOS SERVIDORES TÉCNICO-ADMINISTRATIVOS DAS ESCOLAS BÁSICAS PÚBLICAS:

Titular : DIRLENE VICENTE SALVADOR

Suplente : ROSANA VOLTOLINI

V - REPRESENTANTES DOS PAIS DE ALUNOS DA EDUCAÇÃO BÁSICA PÚBLICA:

Titular : DORISETE ROMILDA PERINI FERRARI

Suplente : FABIANA CRISTINA HASS HARDT

Titular : VALMOR NATAL DALLABONA

Suplente : IVONE BUTKE SCHUETZE

VI - REPRESENTANTES DOS ESTUDANTES DA EDUCAÇÃO BÁSICA PÚBLICA (Educação de Jovens e Adultos-EJA):

Titular : MARIA DA PENHA DA SILVA BONATTO

Suplente : APARECIDA ODORIZZI

Titular : GENI MARTINS GIRARDI

Suplente : CARMEN LÚCIA DOS SANTOS FUSINATO

VII- REPRESENTANTE DO CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO:

Titular : RITA DE CÁSSIA DE ANDRADE DAMKE

Suplente : SHIRLEY REGINA KROENKE

VIII- REPRESENTANTE DO CONSELHO TUTELAR:

Titular : SILVANA NICOCELLI BLÖDORN

Suplente : ADRIANA SILVA FERREIRA

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 26 de outubro de 2011; 142º ano de Fundação; 77º ano de Emancipação Política.

LAERCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR

Prefeito de Timbó/SC

Portaria No 2422, de 26 de Outubro de 2011

PORTARIA No 2422, DE 26 DE OUTUBRO DE 2011

Concede exoneração a Servidora Pública Municipal Katiana Aparecida Vicente, lotada na Secretaria Municipal de Educação, a contar de 1º de novembro do corrente.

O Prefeito de Timbó, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.70, Inciso II, alínea "a", da Lei Orgânica do Município, e pelo art. 9º, Inciso II, da Lei nº 2.045, de 22 de dezembro de 1998,

RESOLVE:

Art.1º CONCEDER EXONERAÇÃO a Servidora Pública Municipal KATIANA APARECIDA VICENTE, contratada temporariamente para o cargo de Auxiliar Operacional I, lotada na Secretaria Municipal de Educação, do Quadro dos Servidores Públicos do Município, pela Portaria nº 1760, de 10 de janeiro de 2011, alterada pelas Portarias nº 2033, de 11/04/2011; nº 2198, de 29/06/2011; nº 2254, de 01/08/2011; nº 2338, de 01/09/2011 e nº 2390, de 03/10/2011, a contar de 1º de novembro do corrente.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 26 de outubro de 2011; 142º ano de Fundação; 77º ano de Emancipação Política.

LAERCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR

Prefeito de Timbó/SC

Portaria No 2423, de 31 de Outubro de 2011

PORTARIA No 2423, DE 31 DE OUTUBRO DE 2011

Concede exoneração a Servidora Pública Municipal Aldeleia da Silva Melo Hordina, lotada na Secretaria Municipal de Educação, a contar de 1º de novembro do corrente.

O Prefeito de Timbó, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.70, Inciso II, alínea "a", da Lei Orgânica do Município, e pelo art. 9º, Inciso II, da Lei nº 2.045, de 22 de dezembro de 1998,

RESOLVE:

Art.1º CONCEDER EXONERAÇÃO a Servidora Pública Municipal ALDELEIA DA SILVA MELO HORDINA, contratada temporariamente para o cargo de Auxiliar Operacional I, lotada na Secretaria Municipal de Educação, do Quadro dos Servidores Públicos do Município, pela Portaria nº 1760, de 10 de janeiro de 2011, alterada pelas Portarias nº 2053, de 11/04/2011; nº 2198, de 29/06/2011 e nº

2254, de 01/08/2011, a contar de 1º de novembro do corrente.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 31 de outubro de 2011; 142º ano de Fundação; 77º ano de Emancipação Política.
LAERCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR
Prefeito de Timbó/SC

Portaria No 2424, de 1º de Novembro de 2011

PORTARIA No 2424, DE 1º DE NOVEMBRO DE 2011

Autoriza Servidor lotado na Fundação Cultural de Timbó, a conduzir veículo oficial, em serviço.

O Prefeito de Timbó, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 50, incisos I e X, combinado com o art. 70, inciso II, alínea "a", da Lei Orgânica do Município, promulgada em 05 de Abril de 1990, e com base na Lei nº 1931, de 27 de maio de 1997, e

Considerando que a Lei 9.503/97 que estatuiu o Código de Trânsito Brasileiro estabelece em seu artigo 257, §3º, que ao condutor caberá a responsabilidade pelas infrações decorrentes de atos praticados na direção do veículo;

Considerando que por força do Pré-Julgado nº 1.216 da lavra do Auditor Evângelo Spyros Diamantaras, onde, em seu teor assenta que "A responsabilidade pelo pagamento das multas de trânsito cabe a quem as cometeu, ou seja, ao motorista, se a infração for inerente à condução do veículo, ou ao responsável pela manutenção e pagamento de taxas, se este deixar de fazê-lo.", RESOLVE: AUTORIZAR A CONDUÇÃO DE VEÍCULO OFICIAL NOS TERMOS QUE SE IMPÕE:

Art. 1º Fica o Servidor Público abaixo identificado, a contar desta data, autorizado a conduzir veículo oficial de propriedade deste Município, quando no exercício de suas funções necessitar deslocamento e não haja motorista oficial disponível:

FUNDAÇÃO CULTURAL DE TIMBÓ-FCT

NOME	CARGO	Nº CNH / CATEGORIA
Marcos Célio Correia	Auxiliar Operacional I	01425998647 / AE

Art. 2º Fica o servidor desde já cientificado que durante o período em que estiver de posse do veículo é responsável não só por sua conservação, nos termos do artigo 117, inciso VII da LC 01/93, como também por todo ato que venha a executar com o veículo na via pública, respondendo diretamente pelo adimplemento de toda e qualquer despesa que, pela incorreta utilização do veículo, venha ocasionar à administração e/ou terceiros, em especial as penalidades por infrações de trânsito.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 1º de novembro de 2011; 142º ano de Fundação; 77º ano de Emancipação Política.
LAERCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR
Prefeito de Timbó/SC

Portaria No 2428, de 1º de Novembro de 2011

PORTARIA No 2428, DE 1º DE NOVEMBRO DE 2011

Designa a Servidora Pública Municipal Silvana Januário Jorge, para exercício de Função Gratificada na Administração Direta, a contar desta data.

O Prefeito de Timbó, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 50, incisos I e X, combinado com o art. 70, inciso II, alínea "a", da Lei Orgânica do Município, promulgada em 05 de Abril de 1990,

RESOLVE:

Art.1º DESIGNAR EM FUNÇÃO GRATIFICADA, e com base no Art. 11, § 3º, da Lei Complementar nº 01, de 22/10/93, acrescentado pela Lei Complementar nº 139, de 02/07/98, combinado com o disposto no artigo 21 da Lei Complementar nº 196, de 29/12/00, a servidora abaixo relacionada, a contar desta data:

SECRETARIA MUNICIPAL DA SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL (Fundo Municipal de Saúde)

NOME	SÍMBOLO	%	FUNÇÃO GRATIFICADA
Silvana Januário Jorge	FG-3	30	Coordenação da Policlínica

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 1º de novembro de 2011; 142º ano de Fundação; 77º ano de Emancipação Política.
LAERCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR
Prefeito de Timbó/SC

Portaria No SEMFA-C1483, de 25 de Outubro de 2.011

PORTARIA No SEMFA-C1483, de 25 de Outubro de 2.011

Concede Promoção por Qualificação para servidoras ocupantes de cargos efetivos de Educadora Infantil.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar nº 196, de 29 de Dezembro de 2.000, e Decreto nº 1478, de 02 de Janeiro de 2.009, e com fundamento nos artigos 17 a 19 da Lei Complementar no 138, de 02/07/98, alterada pelas Leis Complementares nº 162, de 17 de dezembro de 1999, e nº 266, de 28 de abril de 2004, RESOLVE:

RESOLVE

Art.1º CONCEDER PROMOÇÃO POR QUALIFICAÇÃO, às Servidoras ocupantes de cargos efetivos de Educadoras Infantis, lotadas na Secretaria Municipal de Educação - Educação Infantil, conforme demonstrativo abaixo:

NOME	REFERÊNCIA SALARIAL ANTERIOR	REFERÊNCIA SALARIAL PROMOÇÃO	A CONTAR DE	PROCESSO Nº
Ana Maria Lenzi Dalla-bridia	C-20	C-21	01/09/2011	RH09-0114
Katiane Moraes Bragagnolo Grundmann	C-28	C-29	01/09/2011	RH07-0025
Maria Rosandía Dalpiaz	D-28	D-29	01/09/2011	RH07-0072
Sabrina Muraro	D-27	D-28	30/09/2011	RH08-0048

Tereza Cristina Longo Lenzi	B-28	B-29	21/09/2011	RH07-0034
Yara Christina Ittner Zickuhr	D-30	D-31	05/09/2011	RH05-0037

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 25 de Outubro de 2.011; 142o ano de Fundação; 77o ano de Emancipação Política.

MARIA ANGÉLICA FAGGIANI

Secretária da Fazenda e Administração

Portaria No SEMFA-C1484, de 25 de Outubro de 2.011

PORTARIA No SEMFA-C1484, de 25 de Outubro de 2.011

Concede Promoção por Qualificação para servidora da Secretaria Municipal de Educação.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar nº 196, de 29 de Dezembro de 2.000, e Decreto nº 1478, de 02 de Janeiro de 2.009, e com fundamento nos artigos 20 à 25 da Lei Complementar no 137, de 02/07/98, RESOLVE:

Art.1º CONCEDER PROMOÇÃO POR NOVA TITULAÇÃO OU QUALIFICAÇÃO, a Servidora ocupante de cargo efetivo, lotada na Secretaria Municipal de Educação, conforme demonstrativo abaixo:

NOME	REFERÊNCIA SALARIAL ANTERIOR	REFERÊNCIA SALARIAL PROMOÇÃO	A CONTAR DE	PROCESSO Nº
Mirtes Maria Cristelli	SG-10	SG-11	22/09/2011	RH09-0186

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 25 de Outubro de 2.011; 142o ano de Fundação; 77o ano de Emancipação Política.

MARIA ANGÉLICA FAGGIANI

Secretária da Fazenda e Administração

Portaria No SEMFA-C1485, de 25 de Outubro de 2.011

PORTARIA No SEMFA-C1485, de 25 de Outubro de 2.011

Concede Promoção por Qualificação para servidor da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar nº 196, de 29 de Dezembro de 2.000, e Decreto nº 1478, de 02 de Janeiro de 2.009, e com fundamento nos artigos 20 à 25 da Lei Complementar no 137, de 02/07/98, RESOLVE:

Art.1º CONCEDER PROMOÇÃO POR NOVA TITULAÇÃO OU QUALIFICAÇÃO, ao Servidor ocupante de cargo efetivo, lotado na Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico, conforme demonstrativo abaixo:

NOME	REFERÊNCIA SALARIAL ANTERIOR	REFERÊNCIA SALARIAL PROMOÇÃO	A CONTAR DE	PROCESSO Nº
Savi Gramkow	SP-58	SP-59	19/09/2011	RH09-0137

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 25 de Outubro de 2.011; 142o ano de Fundação; 77o ano de Emancipação Política.

MARIA ANGÉLICA FAGGIANI

Secretária da Fazenda e Administração

Portaria No SEMFA-C1486, de 25 de Outubro de 2.011

PORTARIA No SEMFA-C1486, de 25 de Outubro de 2.011

Concede Promoção por Qualificação para servidores da Secretaria Municipal da Fazenda e Administração.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar nº 196, de 29 de Dezembro de 2.000, e Decreto nº 1478, de 02 de Janeiro de 2.009, e com fundamento nos artigos 20 à 25 da Lei Complementar no 137, de 02/07/98, RESOLVE:

Art.1º CONCEDER PROMOÇÃO POR NOVA TITULAÇÃO OU QUALIFICAÇÃO, aos Servidores ocupantes de cargos efetivos, lotados na Secretaria Municipal da Fazenda e Administração, conforme demonstrativo abaixo:

NOME	REFERÊNCIA SALARIAL ANTERIOR	REFERÊNCIA SALARIAL PROMOÇÃO	A CONTAR DE	PROCESSO Nº
Gustavo Luis Maass	GA-30	GA-35	22/09/2011	RH11-0365
Simone Barth Cristelli	GA-38	GA-43	15/09/2011	RH07-0296

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 25 de Outubro de 2.011; 142o ano de Fundação; 77o ano de Emancipação Política.

MARIA ANGÉLICA FAGGIANI

Secretária da Fazenda e Administração

Portaria No SEMFA-C1487, de 25 de Outubro de 2.011

PORTARIA No SEMFA-C1487, de 25 de Outubro de 2.011

Concede Promoção por Qualificação para servidores da Procuradoria Geral do Município.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar nº 196, de 29 de Dezembro de 2.000, e Decreto nº 1478, de 02 de Janeiro de 2.009, e com fundamento nos artigos 20 à 25 da Lei Complementar no 137, de 02/07/98, RESOLVE:

Art.1º CONCEDER PROMOÇÃO POR NOVA TITULAÇÃO OU QUALIFICAÇÃO, aos Servidores ocupantes de cargos efetivos, lotados na

Procuradoria Geral do Município, conforme demonstrativo abaixo:

NOME	REFERÊNCIA SALARIAL ANTERIOR	REFERÊNCIA SALARIAL PROMOÇÃO	A CONTAR DE	PROCESSO Nº
Carmelinde Brandt	GA-30	GA-35	19/09/2011	RH11-0366
Marlise Theil-lacker	GA-57	GA-58	15/09/2011	RH09-0232

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 25 de Outubro de 2.011; 142o ano de Fundação; 77o ano de Emancipação Política.

MARIA ANGÉLICA FAGGIANI

Secretária da Fazenda e Administração

Portaria No SEMFA-C1488, de 25 de Outubro de 2.011

PORTARIA No SEMFA-C1488, de 25 de Outubro de 2.011

Concede Progressão Funcional para servidora ocupante de cargo efetivo de Professor.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar nº 196, de 29 de Dezembro de 2.000, e Decreto nº 1478, de 02 de Janeiro de 2.009, e com fundamento nos artigos 15 a 16 da Lei Complementar nº 138, de 02/07/98, alterada pelas Leis Complementares nº 162, de 17 de dezembro de 1999, RESOLVE:

Art.1º CONCEDER PROGRESSÃO FUNCIONAL, a Servidora ocupante de cargo efetivo de Professor, lotada na Secretaria Municipal de Educação, conforme demonstrativo abaixo:

NOME	REFERÊNCIA SALARIAL ANTERIOR	REFERÊNCIA SALARIAL PROMOÇÃO	A CONTAR DE	PROCESSO Nº
Camila Thaisa Alves	C-01	E-01	29/09/2011	RH11-0369

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 25 de Outubro de 2.011; 142o ano de Fundação; 77o ano de Emancipação Política.

MARIA ANGÉLICA FAGGIANI

Secretária da Fazenda e Administração

Portaria No SEMFA-C1489, de 25 de Outubro de 2.011

PORTARIA No SEMFA-C1489, de 25 de Outubro de 2.011

Concede Promoção por Qualificação para Professora do Ensino Fundamental.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar nº 196, de 29 de Dezembro de 2.000, e Decreto nº 1478, de 02 de Janeiro de 2.009, e com fundamento nos artigos 17 a 19 da Lei Complementar nº 138, de 02/07/98, alterada pelas Leis Complementares nº 162, de 17 de dezembro de 1999, e nº 266, de 28 de abril de 2004, RESOLVE:

RESOLVE

Art.1º CONCEDER PROMOÇÃO POR QUALIFICAÇÃO, à Servidora ocupante de cargo efetivo de Professor, lotada na Secretaria Municipal de Educação - Ensino Fundamental, conforme demonstrativo abaixo:

NOME	REFERÊNCIA SALARIAL ANTERIOR	REFERÊNCIA SALARIAL PROMOÇÃO	A CONTAR DE	PROCESSO Nº
Camila Thaisa Alves	E-01	E-02	29/09/2011	RH11-0370

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 25 de Outubro de 2.011; 142o ano de Fundação; 77o ano de Emancipação Política.

MARIA ANGÉLICA FAGGIANI

Secretária da Fazenda e Administração

Portaria Nº 2425, de 1º de Novembro de 2011

PORTARIA Nº 2425, DE 1º DE NOVEMBRO DE 2011

Remove de Ofício Servidor Público Municipal, lotada na Administração Direta, a contar desta data.

O Prefeito de Timbó, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 50, incisos II e VII, combinado com o disposto no art. 70, inciso II, alíneas "a" e "b", da Lei Orgânica do Município, promulgada em 05 de Abril de 1990, e com base no Art. 51, "caput" e § Único, inciso I, e art.54, da Lei Complementar nº 01, de 22 de outubro de 1993, alterada pela Lei Complementar nº 139, de 02 de julho de 1998, RESOLVE:

RESOLVE:

Art.1º REMOVER DE OFÍCIO o Servidor Público Municipal a seguir relacionado, a contar desta data:

NOME	DE	PARA
Edio Frankenberger	Secretaria Municipal da Fazenda e Administração	Secretaria Municipal da Saúde e Assistência Social

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 1º de novembro 2011; 142o ano de Fundação; 77o ano de Emancipação Política.

LAERCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR

Prefeito de Timbó/SC

Portaria Nº 2433, de 1º de Novembro de 2011

PORTARIA Nº 2433, DE 1º DE NOVEMBRO DE 2011

Altera Portaria referente a data do término do período de contratação de Servidor lotado na Administração Direta.

O PREFEITO DE TIMBÓ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 70, inciso II, alínea "a", da Lei Orgânica do Município, e Lei nº 2.045, de 22/12/98, alterada pela Lei nº 2439, de 02/12/2009, c/c Decreto nº 2386, de 21/06/2011,

RESOLVE:

Art.1º ALTERAR a Portaria referente a data do término do período de contratação de Servidor abaixo relacionado:

SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

NOME	PORTARIA CONTRAT/ ALTERAÇÃO	DATA TÉRMINO
Ruy Brehmer	2256/2011	01/12/2011

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 1º de novembro de 2011; 142º ano de Fundação; 77º ano de Emancipação Política.
LAERCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR
Prefeito de Timbó/SC

Portaria Nº 2435, de 1º de Novembro de 2011

PORTARIA Nº 2435, DE 1º DE NOVEMBRO DE 2011

Altera Portarias referente a data do término do período de contratação de Servidores lotados na Administração Direta.

O PREFEITO DE TIMBÓ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 70, inciso II, alínea "a", da Lei Orgânica do Município, e Lei nº 2.045, de 22/12/98, alterada pela Lei nº 2439, de 02/12/2009, c/c Decreto nº 2386, de 21/06/2011,

RESOLVE:

Art.1º ALTERAR as Portarias referente a data do término do período de contratação de Servidores abaixo relacionados:

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

NOME	PORTARIA CONTRAT/ ALTERAÇÃO	DATA TÉRMINO
Avana Maria Pereira Martins	2389/2011	16/12/2011
Javan Moisés Girardi	2396/2011	16/12/2011
Jean Carlo da Silva	2389/2011	20/12/2011
Luciane Janke	2408/2011	01/12/2011
Mercia Maria Pereira	2390/2011	23/11/2011
Michelle Cristina Hinsching	2338/2011	20/12/2011
Rozania Soares Sachse	2389/2011	16/12/2011
Vivian Karina Schuster Ittner	2408/2011	01/12/2011

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 1º de novembro de 2011; 142º ano de Fundação; 77º ano de Emancipação Política.
LAERCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR
Prefeito de Timbó/SC

Portaria Nº SEMFA-C 1476, de 25 de outubro de 2011

PORTARIA Nº SEMFA-C 1476, de 25 de outubro de 2011

Declara estável no serviço público municipal os servidores da Secretaria Municipal da Fazenda e Administração, por terem sido aprovados no Estágio Probatório.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DA FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.25 da Lei Complementar nº 196, de 29 de Dezembro de 2000, arts. 29 e 32 da

Lei Complementar nº 01, de 22 de outubro de 1993, alterados pela Lei Complementar nº 139, de 02 de julho de 1998 e Decreto nº 1478, de 02 de Janeiro de 2009,

RESOLVE:

Art. 1º Declarar estável no serviço público municipal, diante da aprovação no Estágio Probatório e do efetivo cumprimento dos demais requisitos aplicáveis à espécie, inclusive os de ordem legal e constitucional, os seguintes servidores:

Servidor (A)	Matrícula	CARGO	Portaria de Nomeação	Estável a contar de:
Chantelli Thayna Ritter Izeppi	26434.2	Auxiliar de Serviços Admi- nistrativos	2971 de 04/08/2008	08/08/2011
Valmor Pasold Junior	19075.6	Auxiliar de Serviços Admi- nistrativos	2912 de 14/07/2008	16/08/2011

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 25 de outubro de 2011; 142º ano de Fundação; 77º ano de Emancipação Política.

MARIA ANGÉLICA FAGGIANI

Secretária Municipal da Fazenda e Administração

Portaria Nº SEMFA-C 1477, de 25 de outubro de 2011

PORTARIA Nº SEMFA-C 1477, de 25 de outubro de 2011

Declara estável no serviço público municipal à servidora da Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos, por ter sido aprovada no Estágio Probatório.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DA FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.25 da Lei Complementar nº 196, de 29 de Dezembro de 2000, arts. 29 e 32 da Lei Complementar nº 01, de 22 de outubro de 1993, alterados pela Lei Complementar nº 139, de 02 de julho de 1998 e Decreto nº 1478, de 02 de Janeiro de 2009,

RESOLVE:

Art. 1º Declarar estável no serviço público municipal, diante da aprovação no Estágio Probatório e do efetivo cumprimento dos demais requisitos aplicáveis à espécie, inclusive os de ordem legal e constitucional, à seguinte servidora:

Servidor (A)	Matrícula	CARGO	Portaria de Nomeação	Estável a contar de:
Letícia Purim Norato	108359.7	Auxiliar Ope- racional	2859 de 01/07/2008	25/07/2011

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 25 de outubro de 2011; 142º ano de Fundação; 77º ano de Emancipação Política.

MARIA ANGÉLICA FAGGIANI

Secretária Municipal da Fazenda e Administração

Portaria Nº SEMFA-C 1478, de 25 de outubro de 2011

PORTARIA Nº SEMFA-C 1478, de 25 de outubro de 2011

Declarar estável no serviço público municipal as servidoras da Secretaria Municipal de Educação, por terem sido aprovadas no Estágio Probatório.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DA FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.25 da Lei Complementar nº 196, de 29 de Dezembro de 2000, arts. 29 e 32 da Lei Complementar nº 01, de 22 de outubro de 1993, alterados pela Lei Complementar nº 139, de 02 de julho de 1998 e Decreto nº 1478, de 02 de Janeiro de 2009,

RESOLVE:

Art. 1º Declarar estável no serviço público municipal, diante da aprovação no Estágio Probatório e do efetivo cumprimento dos demais requisitos aplicáveis à espécie, inclusive os de ordem legal e constitucional, as seguintes servidoras:

Servidor (A)	Matrícula	CARGO	Portaria de Nomeação	Estável a contar de:
Ana Claudia Schuster Araújo	18482.9	Professor D	2707 de 26/05/2008	25/07/2011
Arlete Anastacio Lira	109499.8	Educadora Infantil	2671 de 12/05/2008	25/07/2011
Asila Fuchs	21336.5	Auxiliar Operacional	2780 de 06/06/2008	25/07/2011
Camila Thaisa Alves	16519.0	Professor E	2765 de 03/06/2008	25/07/2011
Cleusa Bet	25994.2	Auxiliar Operacional	2780 de 06/06/2008	25/07/2011
Joice Nardelli	16874.2	Educadora Infantil	2671 de 12/05/2008	25/07/2011
Juliana Maria Carlini Dalpiaz	2358.2	Educadora Infantil	2671 de 12/05/2008	25/07/2011
Luiza Maria Marques	24874.6	Auxiliar Operacional	2751 de 02/06/2008	25/07/2011
Rafaela Alesandra Schneider Hinsching	106408.8	Professor D	2702 de 21/05/2008	25/07/2011
Renilda Batista Wenceslau	25995.0	Auxiliar Operacional	2780 de 06/06/2008	25/07/2011
Shandi Cristhiane Indalencio	20792.6	Educadora Infantil	2671 de 12/05/2008	25/07/2011
Siliane Maria Ermano	22611.4	Educadora Infantil	2671 de 12/05/2008	25/07/2011
Solange Maria Pellin Michelson	324.7	Educadora Infantil	2699 de 21/05/2008	25/07/2011
Sonia Teixeira Souza	16241.8	Educadora Infantil	2671 de 12/05/2008	25/07/2011
Sonia Vicente	108058.0	Educadora Infantil	2671 de 12/05/2008	25/07/2011

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 25 de outubro de 2011; 142º ano de Fundação; 77º ano de Emancipação Política.

Maria Angélica Faggiani
Secretária Municipal da Fazenda e Administração

Portaria Nº SEMFA-C 1490, de 31 de outubro de 2011

PORTARIA Nº SEMFA-C 1490, de 31 de outubro de 2011

Declarar estável no serviço público municipal à servidora da Procuradoria Geral do Município, por ter sido aprovada no Estágio Probatório.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DA FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.25 da Lei Complementar nº 196, de 29 de Dezembro de 2000, arts. 29 e 32 da Lei Complementar nº 01, de 22 de outubro de 1993, alterados pela Lei Complementar nº 139, de 02 de julho de 1998 e Decreto nº 1478, de 02 de Janeiro de 2009,

RESOLVE:

Art. 1º Declarar estável no serviço público municipal, diante da aprovação no Estágio Probatório e do efetivo cumprimento dos demais requisitos aplicáveis à espécie, inclusive os de ordem legal e constitucional, à seguinte servidora:

Servidor (A)	Matrícula	CARGO	Portaria de Nomeação	Estável a contar de:
Bruna de Andrade	26084.3	Auxiliar de Serviços Administrativos	2827 de 27/06/2008	22/07/2011

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 31 de outubro de 2011; 142º ano de Fundação; 77º ano de Emancipação Política.

MARIA ANGÉLICA FAGGIANI
Secretária Municipal da Fazenda e Administração

Portaria Nº SEMFA-C1471 de 25 de outubro de 2011.

PORTARIA Nº SEMFA-C1471 de 25 de outubro de 2011.

Concede prorrogação de Licença para Tratamento de Saúde a servidora Wania de Oliveira Rossi.

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DA FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar nº 196, de 29 de Dezembro de 2.000, e Decreto nº 1478, de 02 de Janeiro de 2.009, e com fundamento nos artigos 170 e 172 da Lei Complementar nº 01, de 22 de outubro de 1.993, regulamentados pelos artigos 35 e 38 da Lei Complementar nº 136, de 02 de julho de 1.998, RESOLVE:

RESOLVE:

Art. 1º Conceder Prorrogação de Licença Para Tratamento de Saúde a servidora Wania de Oliveira Rossi, ocupante do cargo de Educadora Infantil, lotado na Secretaria Municipal de Educação, por quinze (15) dias, a contar de 18/10 a 01/11/2011, conforme Processo RH01-115;

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 25 de outubro de 2011; 142º ano de Fundação; 77º ano de Emancipação Política.

MARIA ANGÉLICA FAGGIANI
Secretária Municipal da Fazenda e Administração

Portaria NºSEMFA-C1472 de 25 de outubro de 2011.

PORTARIA NºSEMFA-C1472 de 25 de outubro de 2011.

Concede Prorrogação de Licença para Tratamento de Saúde a servidora Dietlind Duwe Westphal.

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DA FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar nº 196, de 29 de Dezembro de 2.000, e Decreto nº 1478, de 02 de Janeiro de 2.009, e com fundamento nos artigos 170 e 172 da Lei Complementar nº 01, de 22 de outubro de 1.993, regulamentados pelos artigos 35 e 38 da Lei Complementar nº 136, de 02 de julho de 1.998, RESOLVE:

RESOLVE:

Art. 1º Conceder Prorrogação de Licença Para Tratamento de Saúde a servidora Dietlind Duwe Westphal, ocupante do cargo de Auxiliar Operacional, lotado na Secretaria Municipal de Educação, por trinta (30) dias, a contar de 19/10 a 17/11/2011, conforme Processo RH01-102;

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 25 de outubro de 2011; 142º ano de Fundação; 77º ano de Emancipação Política.

MARIA ANGÉLICA FAGGIANI

Secretária Municipal da Fazenda e Administração

Portaria NºSEMFA-C1473 de 25 de outubro de 2011

PORTARIA NºSEMFA-C1473 de 25 de outubro de 2011

Concede prorrogação de Licença por Acidente em Serviço a servidora Ivani Laemmel Anklam.

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DA FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar nº 196, de 29 de Dezembro de 2.000, e Decreto nº 1478, de 02 de Janeiro de 2.009, e com fundamento nos artigos 170 e 172 da Lei Complementar nº 01, de 22 de outubro de 1.993, regulamentados pelos artigos 35 e 38 da Lei Complementar nº 136, de 02 de julho de 1.998, RESOLVE:

RESOLVE:

Art. 1º Conceder Prorrogação de Licença Por Acidente em Serviço a servidora IVANI LAEMMEL ANKLAM, ocupante do cargo de Educadora, lotado na Secretaria Municipal de Educação, por oito (08) dias, a contar de 21/10 a 28/10/2011, conforme Processo RH10-0208;

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 25 de outubro de 2011; 142º ano de Fundação; 77º ano de Emancipação Política.

MARIA ANGÉLICA FAGGIANI

Secretária Municipal da Fazenda e Administração

Portaria NºSEMFA-C1474 de 25 de outubro de 2011.

PORTARIA NºSEMFA-C1474 de 25 de outubro de 2011.

Concede Licença Por Motivo de Doença em Pessoa da Família a servidora Joana Willrich Voltolini

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DA FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar nº 196, de 29 de Dezembro de 2.000, e Decreto nº 1478, de 02 de

Janeiro de 2.009, e com fundamento nos artigos 170 e 172 da Lei Complementar nº 01, de 22 de outubro de 1.993, regulamentados pelos artigos 35 e 38 da Lei Complementar nº 136, de 02 de julho de 1.998, RESOLVE:

RESOLVE:

Art 1º Conceder Licença Por Motivo de Doença em Pessoa da Família à servidora Joana Willrich Voltolini, ocupante do cargo de Professora, lotado na Secretaria Municipal de Educação, por três (03) dias, a contar de 24/10/2011, com remuneração proporcional a 70%, conforme Processo RH11-0373.

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 25 de outubro de 2011; 142º ano de Fundação; 77º ano de Emancipação Política.

MARIA ANGELICA FAGGIANI

Secretária Municipal da Fazenda e Administração

Portaria NºSEMFA-C1475, de 25 de outubro de 2011

PORTARIA NºSEMFA-C1475, de 25 de outubro de 2011

Concede Licença-Prêmio convertida em Pecúnia Total ao servidor da Secretaria Municipal da Fazenda e Administração..

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DA FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar nº 196, de 29 de Dezembro de 2.000, e pelo Decreto nº 1478, de 02 de Janeiro de 2.009, com fundamento nos artigos 97 e 101 da Lei Complementar nº 01, de 22 de outubro de 1993, RESOLVE:

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder licença-prêmio convertida em pecúnia total ao servidor da Secretaria Municipal da Fazenda e Administração, a ser pago junto à folha Competência outubro/2011, conforme demonstrativo abaixo:

Nome	Processo	Período Aquisitivo
José Stolf	RH02-573	01.09.2006/2011

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 25 de outubro de 2011; 142º ano de Fundação; 77º ano de Emancipação Política.

MARIA ANGÉLICA FAGGIANI

Secretária Municipal da Fazenda e Administração

Portaria NºSEMFA-C1479 de 25 de Outubro de 2011.

PORTARIA NºSEMFA-C1479 de 25 de Outubro de 2011.

Concede Licença para Tratamento de Saúde ao servidor Airton Dalpiaz.

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DA FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar nº 196, de 29 de Dezembro de 2.000, e Decreto nº 1478, de 02 de Janeiro de 2.009, e com fundamento nos artigos 170 e 172 da Lei Complementar nº 01, de 22 de outubro de 1.993, regulamentados pelos artigos 35 e 38 da Lei Complementar nº 136, de 02 de julho de 1.998, RESOLVE:

RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE ao servidor Airton Dalpiaz, ocupante do cargo de Motorista, lotado na Secretaria Municipal de Saúde e Assistência Social, por quatorze (14) dias, a contar de 18/10/2011 a 31/10/2011, conforme

Processo RH11-0364;

I - com remuneração integral do cargo no período de 03/10 a 17/10/2011 (15 dias); e

II - com remuneração equivalente à 91% do salário-de-benefício, a título de auxílio-doença, no período de 18/10 a 31/10/2011 (14 dias).

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 25 de Outubro de 2011; 141º ano de Fundação; 77º ano de Emancipação Política.

MARIA ANGELICA FAGGIANI

Secretária Municipal da Fazenda e Administração

Portaria NºSEMFA-C1480 de 25 de Outubro de 2011.

PORTARIA NºSEMFA-C1480 de 25 de Outubro de 2011.

Concede Licença para Tratamento de Saúde a servidora Grasielle Campregher.

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DA FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar nº 196, de 29 de Dezembro de 2.000, e Decreto nº 1478, de 02 de Janeiro de 2.009, e com fundamento nos artigos 170 e 172 da Lei Complementar nº 01, de 22 de outubro de 1.993, regulamentados pelos artigos 35 e 38 da Lei Complementar nº 136, de 02 de julho de 1.998, RESOLVE:

RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE a servidora Grasielle Campregher, ocupante do cargo de Enfermeira, lotado na Secretaria Municipal de Saúde e Assistência Social, por onze (11) dias, a contar de 21/10/2011 a 31/10/2011, conforme Processo RH11-0361;

I - com remuneração integral do cargo no período de 05/10 a 19/10/2011 (15 dias); e

II - com remuneração equivalente à 91% do salário-de-benefício, a título de auxílio-doença, no período de 21/10 a 31/10/2011 (11 dias).

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 25 de Outubro de 2011; 141º ano de Fundação; 77º ano de Emancipação Política.

MARIA ANGELICA FAGGIANI

Secretária Municipal da Fazenda e Administração

Portaria NºSEMFA-C1481 de 25 de Outubro de 2011.

PORTARIA NºSEMFA-C1481 de 25 de Outubro de 2011.

Concede Licença para Tratamento de Saúde a servidora Mirian Bell.

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DA FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar nº 196, de 29 de Dezembro de 2.000, e Decreto nº 1478, de 02 de Janeiro de 2.009, e com fundamento nos artigos 170 e 172 da Lei Complementar nº 01, de 22 de outubro de 1.993, regulamentados pelos artigos 35 e 38 da Lei Complementar nº 136, de 02 de julho de 1.998, RESOLVE:

RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE a

servidora Mirian Bell, ocupante do cargo de Auxiliar Operacional I, lotado na Secretaria Municipal de Saúde e Assistência Social, por vinte e seis (26) dias, a contar de 28/10/2011 a 22/11/2011, conforme Processo RH04-0370;

I - com remuneração integral do cargo no período de 13/10 a 27/10/2011 (15 dias); e

II - com remuneração equivalente à 91% do salário-de-benefício, a título de auxílio-doença, no período de 28/10 a 22/11/2011 (26 dias).

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 25 de Outubro de 2011; 141º ano de Fundação; 77º ano de Emancipação Política.

MARIA ANGELICA FAGGIANI

Secretária Municipal da Fazenda e Administração

Portaria NºSEMFA-C1482 de 25 de Outubro de 2011.

PORTARIA NºSEMFA-C1482 de 25 de Outubro de 2011.

Concede prorrogação de Licença para Tratamento de Saúde a servidora Dorelise Mohr Kruger

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DA FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar nº 196, de 29 de Dezembro de 2.000, e Decreto nº 1478, de 02 de Janeiro de 2.009, e com fundamento nos artigos 170 e 172 da Lei Complementar nº 01, de 22 de outubro de 1.993, regulamentados pelos artigos 35 e 38 da Lei Complementar nº 136, de 02 de julho de 1.998, RESOLVE:

RESOLVE:

Art. 1º Conceder Prorrogação de Licença Para Tratamento de Saúde a servidora Dorelise Mohr Kruger, ocupante do cargo de Auxiliar de Enfermagem, lotado na Secretaria Municipal de Saúde e Assistência Social, por vinte e dois (22) dias, a contar de 11/10/2011 a 01/11/2011, conforme Processo RH09-0139.

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 25 de Outubro de 2011; 141º ano de Fundação; 77º ano de Emancipação Política.

MARIA ANGÉLICA FAGGIANI

Secretária Municipal da Fazenda e Administração

Aviso Licitação Deserta Nº 130 2011

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE TIMBÓ

Aviso de Licitação Deserta - Pregão Presencial 130- 2011 PMT

Aviso Licitação Deserta

Pregão Presencial para compras e serviços nº. 130/2011

O Município de Timbó torna público para conhecimento dos interessados que restou DESERTA o Pregão presencial n.º 1302011 que teve por objetivo a aquisição de motor de partida para retro escavadeira FIATALLIS FB 80.2 da Secretaria de Obras e Serviços urbanos, sendo que não houve empresas interessadas em participar do certame.

Timbó, 22 de novembro de 20011.

DARCIZO BONA

Prefeito de Timbó em exercício

Aviso Pregão Presencial Nº 137 2011 Aquisição de peças para manutenção de caçambaESTADO DE SANTA CATARINA - MUNICÍPIO DE TIMBÓ
AVISO DE PREGÃO Nº 000137/2011

OBJETO: AQUISIÇÃO DE MATERIAL DESTINADO AO CONCERTO DO VEÍ CULO C-108 (CAÇAMBA) DA SECRETARIA DE OBRAS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE TIMBÓ. ENTREGA DOS ENVELOPES: contendo os documentos de Habilitação e a Proposta de Preços até as 14h30min do dia 07 de dezembro de 2011. ABERTURA: dia 07/12/2011 as 14h35min. Os interessados poderão obter a íntegra do edital diariamente no horário de expediente do Depto de Licitações sito à Av. Getúlio Vargas, 700, Centro - Timbó/SC, ou no site: www.timbo.sc.gov.br/prefeitura/licitacoes.

TIMBO (SC), 21/11/2011.
DARCIZIO BONA
Prefeito de Timbó em exercício

Aviso Pregão Presencial n.º 138 2011 Materiais de limpeza e de segurançaESTADO DE SANTA CATARINA - MUNICÍPIO DE TIMBÓ
AVISO DE PREGÃO Nº 138/2011

OBJETO: AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE LIMPEZA E DE SEGURANÇA PARA DISTRIBUIÇÃO ÀS FAMÍLIAS ATINGIDAS PELA ENCHENTE. ENTREGA DOS ENVELOPES: contendo os documentos de Habilitação e a Proposta de Preços até as 14h30min do dia 06 de dezembro de 2011. ABERTURA: dia 06/12/2011 às 14h35min. Os interessados poderão obter a íntegra do edital diariamente no horário de expediente do Depto de Licitações sito à Av. Getúlio Vargas, 700, Centro - Timbó/SC, ou no site: www.timbo.sc.gov.br/prefeitura/licitacoes.

TIMBO (SC), 22/11/2011.
DARCÍZIO BONA
Prefeito de Timbó em Exercício

Extrato Dispensa n.º 139 2011ESTADO DE SANTA CATARINA - MUNICÍPIO DE TIMBÓ
EXTRATO DE DISPENSA
DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 139/2011
CONTRATANTE: Prefeitura de Timbó
CONTRATADO: INSTITUTO BRASILEIRO DE ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL IBAM

OBJETO: Dispensa de Licitação para contratação de empresa de Assessoria Técnica para realização de concurso público para o provimento de cargos pertencentes à Prefeitura, Fundações e Autarquia do Município de Timbó.
VALOR TOTAL: R\$ 135.000,00 (cento e trinta e cinco mil reais).
Timbó, 23 de novembro de 2011

DARCISIO BONA
Prefeito de Timbó em Exercício

CÂMARA MUNICIPAL**Resolução MD 10/2011**

Estabelece data para o pagamento da segunda parcela da Gratificação Natalina aos servidores da Câmara Municipal no ano de 2011.

A Mesa da Câmara Municipal de Timbó, no uso da atribuição

conferida pelo art. 48, I, do Regimento Interno e art. 18. Parágrafo único, da Lei Orgânica, com fulcro no disposto no art. 71, caput e §§ 2º e 3º, da Lei Complementar nº 1/1993, RESOLVE:
Art. 1º Determinar que o pagamento da segunda parcela da Gratificação Natalina aos servidores da Câmara Municipal seja realizado no dia 25 de Novembro de 2011.

Art. 2º Esta Resolução MD entra em vigor na data da sua publicação.

Timbó, 18 de Novembro de 2011.
ISMAEL MAAS
Presidente

WIEGOLD STARKE
Vice-Presidente

RUBENS BORCHARDT
Secretário

Edital de Audiência Pública

A Câmara Municipal de Timbó convida a sociedade civil organizada, com atuação e sede no Município, bem como os demais munícipes a participarem de AUDIÊNCIA PÚBLICA, no âmbito da Comissão de Economia, Finanças e Fiscalização, que se realizará no dia 25 de novembro de 2010, com início às 16:00h, no Plenário do Legislativo, à rua Germano Brandes Sênior nº 711 - Sala 11, neste Município.

A audiência, conforme determina a Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei Complementar Federal nº 101/2000), tem por objetivo discutir o Projeto de Lei Ordinária nº 43/2011, do Poder Executivo, que "Estima a Receita e fixa a Despesa do Município de Timbó, para o exercício financeiro de 2012".

Timbó, 23 de novembro de 2011.
ISMAEL MAAS
Presidente da Mesa Diretora

JOSÉ OSMARIN TELLES
Presidente da Comissão de Economia, Finanças e Fiscalização

SAMAE**Portaria No SAMAE- 447, de 09 de novembro de 2011**

PORTARIA No SAMAE- 447, de 09 de novembro de 2011.
Autoriza a contratação de servidor em caráter temporário para o SAMAE.

O Diretor Presidente do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto - SAMAE, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 15, inciso V, da Lei Complementar nº. 212, de 21/12/2001, alterada pela Lei Complementar nº. 234, de 12/12/2002, e Considerando-se a necessidade temporária de excepcional interesse público previsto no Inciso VIII do art.2º da Lei nº 2.045, de 22/12/98, alterado pela Lei nº 2439, de 02/12/2009, e Decreto nº 2386, de 21/06/2011, RESOLVE:

Art.1º CONTRATAR TEMPORARIAMENTE para o cargo abaixo discriminado:

Cargo:
Operador de Máquina

Nome	Data Nasc.	CTPS	PERÍODO
------	------------	------	---------

MARCIO CAR-DOSO	14/01/79	6437036	09/11/2011 A 31/01/2012
-----------------	----------	---------	----------------------------

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 09 de Novembro de 2011; 141º ano de Fundação; 77º ano de Emancipação Política.

WALDIR GIRARDI
Diretor Presidente

Portaria No SAMAE-448, de 16 de Novembro de 2011.

PORTARIA No SAMAE-448, de 16 de Novembro de 2011.
Dispensa o Servidor da Função Gratificada na Administração Indireta.

O Diretor Presidente do SAMAE, no uso de suas atribuições que lhe confere o artigo 15, inciso V, da LC nº 212/2001, e com fundamento no artigo 37, Incisos V da Constituição Federal, artigo 11, parágrafo 3, da Lei Complementar n.º 01, de 22/10/1993, alterada pela Lei Complementar nº 139, de 02/07/1998, e artigo 13 da Lei Complementar n.º 212, de 21/12/2001, RESOLVE:
DISPENSAR DA FUNÇÃO GRATIFICADA

A Servidora abaixo relacionada, a contar de 16 de Novembro do ano corrente:

SAMAE - SERVIÇO AUTONOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO

NOME	SÍMBOLO	%	FUNÇÃO
LUCIANE ZENKE	FG	30	TESOURARIA

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 16 de Novembro de 2011; 141º ano de Fundação; 77º ano de Emancipação Política.

WALDIR GIRARDI
Diretor Presidente

Portaria No SAMAE-449, de 16 de Novembro de 2011.

PORTARIA No SAMAE-449, de 16 de Novembro de 2011.
Designa a Servidora para exercer Função Gratificada na Administração Indireta.

O Diretor Presidente do SAMAE, no uso de suas atribuições que lhe confere o artigo 15, inciso V, da LC nº 212/2001, e com fundamento no artigo 37, Incisos V da Constituição Federal, artigo 11, parágrafo 3, da Lei Complementar n.º 01, de 22/10/1993, alterada pela Lei Complementar nº 139, de 02/07/1998, e artigo 13 da Lei Complementar n.º 212, de 21/12/2001, RESOLVE:
DESIGNAR EM FUNÇÃO GRATIFICADA

A Servidora abaixo relacionada, a contar de 16 de Novembro do ano corrente:

NOME	SÍMBOLO	%	FUNÇÃO
KELI F. CATTONI	FG	30	TESOURARIA

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 16 de Novembro de 2011; 141º ano de Fundação; 77º ano de Emancipação Política.

WALDIR GIRARDI
Diretor Presidente

Portaria Nº SAMAE - 446, de 01 de Novembro de 2011.

PORTARIA Nº SAMAE - 446, de 01 de Novembro de 2011.
Concede de Licença para Tratamento de Saúde a servidora GEMA VICENTE

O Diretor Presidente do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto - SAMAE, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar nº. 212, de 21/12/2001, alterada pela Lei Complementar nº. 234, de 12/12/2002, com base nos artigos 170 e 172 da Lei Complementar nº 01, regulamentado pelos artigos 35 e 38 da Lei Complementar nº 136, de 02/07/1998 resolve

CONCEDER LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE

A servidora GEMA VICENTE, ocupante do cargo de AUXILIAR OPERACIONAL I, sendo:

I. No período de 04 a 17 de Outubro de 2011, a título de auxílio doença.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 01 de Novembro de 2011.

WALDIR GIRARDI
Diretor Presidente

Tunápolis

PREFEITURA

Lei Nº 01061/2011 de 22 de Novembro de 2011.

LEI Nº 01061/2011 DE 22 DE NOVEMBRO DE 2011.
DECLARA DE UTILIDADE PÚBLICA MUNICIPAL A ASSOCIAÇÃO DE CRIADORES DE SUINOS DE TUNÁPOLIS, SEDIADA NESTE MUNICÍPIO E CONTÉM OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ENOÍ SCHERER, Prefeito Municipal do Município de Tunápolis, Estado de Santa Catarina,

FAÇO SABER a todos os habitantes do Município que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º - Fica DECLARADA DE UTILIDADE PÚBLICA, em todo o território do Município de Tunápolis, Estado de Santa Catarina, a ASSOCIAÇÃO DE CRIADORES DE SUINOS DE TUNÁPOLIS, sediada no município de Tunápolis, Estado de Santa Catarina, detentora do CNPJ nº. 02.678.653/0001-50.

Art. 2º - Ficam igualmente, garantidos todos os direitos, benefícios e prerrogativas previstas na legislação municipal vigente, atinentes às atividades estatutárias da declarada, constante do artigo anterior deste ato.

Art. 3º As despesas decorrentes da execução desta Lei, correrão à conta do orçamento municipal vigente.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Tunápolis, 22 de Setembro de 2011.

ENOÍ SCHERER
Prefeito Municipal

Esta Lei foi publicada em data supra.

CLEVERSON INÁCIO KERKHOFF
Técnico em Controladoria Interna.

Lei Nº 01062/2011 de 22 de Novembro de 2011.

LEI Nº 01062/2011 DE 22 DE NOVEMBRO DE 2011.

Altera a Lei nº 230/1993 que Dispõe sobre o parcelamento do solo urbano do Município de Tunápolis e contém outras providências..

ENOÍ SCHERER, Prefeito Municipal do Município de Tunápolis, Estado de Santa Catarina,
FAÇO SABER a todos os habitantes do Município que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º O Artigo 31 da Lei 230/1993 de 11 de outubro de 1993, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 31 - Nos cruzamentos das vias públicas, os dois alinhamentos deverão ser concordados por um arco de círculo de 3,00 (três) metros de raio mínimo.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Tunápolis, aos 22 de novembro de 2011.

ENOÍ SCHERER

Prefeito Municipal.

Esta Lei foi publicada em data supra.

CLEVERSON INÁCIO KERKHOFF

Técnico em Controladoria Interna.

Lei Nº. 01063/2011 de 22 de novembro de 2011.

Lei nº. 01063/2011 de 22 de novembro de 2011.

Autoriza o repasse financeiro de até R\$ 15.400,00 (Quinze mil e quatrocentos reais) para as entidades que especifica, sediadas neste Município e contém outras providências.

ENOÍ SCHERER, Prefeito Municipal do Município de Tunápolis, Estado de Santa Catarina,
FAÇO SABER a todos os habitantes do Município que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal, autorizado a repassar um auxílio financeiro no valor de até R\$ 15.400,00 (Quinze mil e quatrocentos reais) para as entidades sociais especificadas, para custear despesas de manutenção, aquisição de móveis e utensílios de cozinha conforme plano de aplicação em anexo de cada Entidade.

Art. 2º O valor autorizado no artigo anterior, será distribuído às entidades Sociais do município de Tunápolis, conforme segue:

- a) Até R\$ 9.500,00 (nove mil e quinhentos reais) para a Associação Empresarial de Santa Helena e Tunápolis - AEST, inscrita no CNPJ 07.591.888/0001-23.
- b) Até R\$ 1.000,00 (um mil reais) para a Associação de Mulheres Camponesas do Município de Tunápolis - AMUCAT, inscrita no CNPJ 06.110.169/0001-80.
- c) Até R\$ 1.500,00 (um mil e quinhentos reais) para a Associação Artesanal de Tunápolis, inscrita no CNPJ 02.993.299/0001-58.
- d) Até R\$ 1.000,00 (um mil reais) para a Associação Esportiva Recreativa e Cultural de Linha Pitangueira, inscrita no CNPJ 84.376.771/0001-78.
- e) Até R\$ 2.400,00 (dois mil e quatrocentos reais) para a Associação Cultural e Esportiva São Pedro, inscrita no CNPJ 78.485.927/0001-56.

Art. 3º As despesas decorrentes da execução desta Lei, correrão à conta do orçamento vigente no exercício de 2011.

Art. 4º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Tunápolis

Em, 22 de novembro de 2011.

ENOÍ SCHERER

Prefeito Municipal.

Esta Lei foi publicada em data supra.

CLEVERSON INÁCIO KERKHOFF

Técnico em Controladoria Interna

Lei Nº. 01060/2011 de 22 de novembro de 2011.

Lei nº. 01060/2011 de 22 de novembro de 2011.

DISPÕE SOBRE AS DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS DO MUNICÍPIO, AS METAS E PRIORIDADES DA ADMINISTRAÇÃO, SEUS RECURSOS FINANCEIROS E AS BASES PARA PREPARAÇÃO DO ORÇAMENTO PROGRAMA PARA O EXERCÍCIO DE 2012.

ENOÍ SCHERER, Prefeito Municipal do Município de Tunápolis, Estado de Santa Catarina,

FAÇO SABER a todos os habitantes do Município que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte lei:

CAPÍTULO I**DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES**

Art. 1º. Ficam estabelecidas, em cumprimento ao disposto no art. 165, § 2º, da Constituição Federal, e na Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, as diretrizes orçamentárias do Município de Tunápolis, para o exercício de 2012, compreendendo:

I - as prioridades e metas da administração municipal extraídas do Plano Plurianual 2010/2013;

II - a estrutura e organização dos orçamentos;

III - as diretrizes para a elaboração e a execução dos orçamentos do Município e suas alterações;

IV - as disposições relativas à dívida pública municipal;

V - as disposições relativas às despesas com pessoal e seus encargos sociais;

VI - as disposições sobre alterações na legislação tributária do Município; e

VII - as disposições gerais.

CAPÍTULO II**DAS PRIORIDADES E METAS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL**

Art. 2º. A elaboração e aprovação do Projeto de Lei Orçamentário de 2012 e a execução da respectiva lei deverão ser compatíveis com as metas fiscais, conforme demonstrado no Anexo de Metas Fiscais constante desta Lei.

Parágrafo único. Integram a Lei de Diretrizes Orçamentárias, os Anexos de Metas Fiscais e Riscos Fiscais de que trata o art. 4º, §§ 1º, 2º e 3º da Lei Complementar nº 101, de 2000.

I - Demonstrativo I - Metas Anuais;

II - Demonstrativo II - Avaliação do Cumprimento das Metas Fiscais do Exercício Anterior;

III - Demonstrativo III - Das Metas Fiscais Atuais Comparadas com as Fixadas nos Três Exercícios Anteriores;

IV - Demonstrativo IV - Evolução do Patrimônio Líquido;

V - Demonstrativo V - Origem e Aplicação dos Recursos Obtidos com a Alienação de Ativos;

VI - Demonstrativo VI - Estimativa e Compensação da Renúncia de Receita;

VII - Demonstrativo VII - Margem de Expansão das Despesas Obrigatórias de Caráter Continuado;

VIII - Anexo I - Metodologia e Memória de Cálculo das Metas Anuais para as Receitas - Total das Receitas;

IX - Anexo I.a - Metodologia e Memória de Cálculo das Principais Fontes de Receitas;

X - Anexo II - Metodologia e Memória de Cálculo das Metas Anuais para as Despesas - Total das Despesas;

XI - Anexo II.a - Metodologia e Memória de Cálculo das Principais

Despesas;

XII - Anexo III - Metodologia e Memória de Cálculo das Metas Anuais para o Resultado Primário;

XIII - Anexo IV - Metodologia e Memória de Cálculo das Metas Anuais para o Resultado Nominal;

XIV - Anexo V - Metodologia e Memória de Cálculo das Metas Anuais para o Montante da Dívida;

XV - Anexo VI - Demonstrativo da Receita Corrente Líquida;

XVI - Anexo VII - Demonstrativo de Riscos Ficais e Providências;

XVII - Anexo VIII - Demonstrativo da Origem e Destinação dos Recursos;

XVIII - Anexo IX - Relatório sobre Projetos em Execução e Despesas com Conservação do Patrimônio Público;

XIX - Anexo X - Demonstrativo das Metas Físicas e Fiscais por Ações; e

XX - Anexo XI - Relatório das Metas e Prioridades das Despesas por Programas.

Art. 3º. As prioridades e metas da Administração Pública Municipal para o exercício de 2012 são as constantes do Anexo de Prioridades e Metas desta Lei, as quais terão precedência na alocação dos recursos e na Lei Orçamentária de 2012 e na sua execução, não se constituindo, todavia, em limite à programação da despesa.

CAPÍTULO III

DA ESTRUTURA E ORGANIZAÇÃO DOS ORÇAMENTOS

Art. 4º. Para efeito desta Lei, entende-se por:

I - programa, o instrumento de organização da ação governamental visando à concretização dos objetivos pretendidos;

II - ação, um instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa, denominado por projeto, atividade ou operação especial;

III - atividade, um instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa, envolvendo um conjunto de operações que se realizam de modo contínuo e permanente, das quais resulta um produto necessário à manutenção da atuação governamental;

IV - projeto, um instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa, envolvendo um conjunto de operações, limitadas no tempo, das quais resulta um produto que concorre para a expansão ou aperfeiçoamento da atuação governamental;

V - operação especial, as despesas que não contribuem para a manutenção, expansão ou aperfeiçoamento das atuações de governo, das quais não resulta um produto, e não gera contraprestação direta sob a forma de bens ou serviços;

VI - unidade orçamentária, o menor nível da classificação institucional, agrupada em órgãos orçamentários, entendidos estes como os de maior nível da classificação institucional;

VII - receita ordinária, aquelas previstas para ingressarem no caixa da unidade gestora de forma regular, seja pela competência de tributas e arrecadar, seja por determinação constitucional no partilhamento dos tributos de competência de outras esferas de governo;

VIII - execução física, a autorização para que o contratado realize a obra, fornece o bem ou preste o serviço;

IX - execução orçamentária, o empenho e a liquidação da despesa, inclusive sua inscrição em restos a pagar, e

XI - execução financeira, o pagamento da despesa, inclusive dos restos a pagar já inscritos.

§ 1º Cada programa identificará as ações necessárias para atingir os seus objetivos, sob a forma de atividades, projetos e operações especiais, especificando os respectivos valores e metas, bem como as unidades orçamentárias responsáveis pela realização da ação.

§ 2º Cada atividade, projeto e operação especial identificará a função e a subfunção às quais se vinculam, na forma do anexo que integra a Portaria nº 42, de 14 de abril de 1999, do Ministério do Orçamento e Gestão.

§ 3º As categorias de programação de que trata esta Lei serão identificadas no projeto de lei orçamentária e na respectiva Lei por programas e respectivos projetos, atividades ou operações especiais, com indicação do produto, da unidade de medida e da meta física.

§ 4º O produto e a unidade de medida a que se refere o § 3º deverão ser os mesmos especificados para cada ação constante do Plano Plurianual 2010/2013.

§ 5º Cada projeto constará somente de uma esfera orçamentária e de um programa.

§ 6º A subfunção, nível de agregação imediatamente inferior à função, deverá evidenciar cada área da atuação governamental, ainda que esta seja viabilizada com a transferência de recursos a entidades públicas e privadas.

Art. 5º. O Orçamento Fiscal e da Seguridade Social compreenderão a programação dos Poderes Legislativo e Executivo, seus fundos e autarquias e será estruturado em conformidade com a Estrutura Organizacional da Prefeitura.

Parágrafo único. Os Fundos Municipais que não se caracterizam de natureza impositiva, poderão ser incorporados ao Orçamento Municipal.

Art. 6º. A Lei Orçamentária Anual evidenciará as Receitas Despesas de cada uma das Unidades Gestoras, identificadas com código da destinação dos recursos, especificando aquelas vinculadas a seus Fundos e aos Orçamentos Fiscal (F) e da Seguridade Social (S), desdobradas as despesas por função, sub-função, programa, projeto, atividade ou operações especiais e, quanto a sua natureza, por categoria econômica, grupo de natureza de despesa e modalidade de aplicação, tudo em conformidade com as Portarias MOG nº 42, de 14 de abril de 1999, do Ministério do Orçamento e Gestão e da Portaria Interministerial nº 163, de 04 de maio de 2001, Portaria Conjunta STN/SOF nº 3 de 14 de outubro de 2008 e alterações posteriores, na forma dos seguintes Anexos:

I - Receita e Despesa, segundo as Categorias Econômicas, conforme o Anexo 1, da Lei nº 4.320 de 1964;

II - Receita por Categorias Econômicas, conforme o Anexo 2, da Lei nº 4.320 de 1964;

III - Natureza da Despesa por Categorias Econômicas, conforme o Anexo 2, da Lei nº 4.320 de 1964;

IV - Funções e Subfunções de Governo, conforme o Anexo 5, da Lei nº 4.320 de 1964;

V - Programa de Trabalho de Governo, conforme o Anexo 6, da Lei nº 4.320 de 1964;

VI - Programa de Trabalho de Governo - Demonstrativos de Funções, Subfunções e Programas, por Projetos, Atividades e Operações Especiais, conforme o Anexo 7, da Lei nº 4.320 de 1964;

VII - Demonstrativo da Despesa por Funções, Subfunções e Programas conforme o Vínculo com os recursos, conforme o Anexo 8, da Lei nº 4.320 de 1964;

VIII - Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções, conforme o Anexo 9, da Lei nº 4.320 de 1964;

IX - Demonstrativo da Evolução da Receita, conforme art. 22, inciso III, da Lei nº 4.320 de 1964 e art. 12 da Lei Complementar nº 101 de 2000;

X - Demonstrativo da Evolução da Despesa, conforme art. 22, inciso III, da Lei nº 4.320 de 1964;

XI - Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais de Programação, com identificação da Classificação Institucional, Funcional Programática, Categoria Econômica, Diagnóstico situacional do Programa, Diretrizes, Objetivos, Metas Físicas e indicação das fontes de financiamento;

XII - Demonstrativo da aplicação dos recursos na manutenção e desenvolvimento do ensino nos termos dos artigos 70 e 71 da Lei Federal nº 9.394 de 1996;

XIII - Demonstrativo da receita corrente líquida com base no art. 2º, inciso IV, da Lei Complementar nº 101 de 2000;

XIV - Demonstrativo da despesa com pessoal, para fins do atendimento do disposto no art. 169 da Constituição no art. 169 da Constituição Federal e na Lei Complementar nº 101 de 2000; e

XV - Demonstrativo da aplicação dos recursos reservados à saúde de que trata a Emenda Constitucional nº 29.

Art. 7º. A mensagem que encaminhar o Projeto de Lei Orçamentária conterá:

I - exposição circunstanciada da situação econômico-financeira,

documentada com demonstração da dívida fundada e fluante, saldos de créditos especiais, restos a pagar e outros compromissos financeiros exigíveis; e

II - justificativa da estimativa e fixação, respectivamente, dos principais agregados da receita e despesa.

CAPÍTULO IV

DAS DIRETRIZES PARA A ELABORAÇÃO E A EXECUÇÃO DOS ORÇAMENTOS DO MUNICÍPIO E SUAS ALTERAÇÕES

Seção I - Das Diretrizes Gerais

Art. 8º. A estimativa da receita e a fixação da despesa, constante do projeto de Lei Orçamentária, serão elaboradas a preços correntes do exercício a que se refere.

Art. 9º. A abertura de créditos suplementares e especiais dependerá da existência de recursos disponíveis para a despesa e será precedida de justificativa do cancelamento e do reforço das dotações, nos termos da Lei nº 4.320 de 1964.

Art. 10. Na programação da despesa, não poderão ser fixadas despesas, sem que estejam definidas as fontes de recursos.

Art. 11. A Lei Orçamentária somente contemplará dotação para investimentos com duração superior a um exercício financeiro se o mesmo estiver contido no Plano Plurianual ou em lei que autorize sua inclusão.

Art. 12. A execução do orçamento da Despesa obedecerá, dentro de cada Projeto, Atividade ou Operações Especiais, a dotação fixada para cada Grupo de Natureza de Despesa/Modalidade de Aplicação, com apropriação dos gastos nos respectivos elementos de que trata a Portaria STN nº 163/2001.

Art. 13. Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a proceder por ato próprio, o remanejamento ou transferência das fontes de financiamento das referidas despesas alocadas na LDO para execução no exercício de 2012, dentro da mesma Unidade Orçamentária, buscando readequá-las de acordo com as necessidades e disponibilidades financeiras do Erário Público Municipal, objetivando a plena e segura execução das previsões, quando for o caso.

Art. 14. Igualmente fica o Chefe do Poder Executivo Municipal, autorizado a proceder por ato próprio, o remanejamento, transferência e substituição de fontes de financiamento das referidas despesas alocadas na LDO para execução no exercício de 2012, à de recursos próprios de transferências constitucionais e legais, dentro das mesmas Unidades Orçamentárias, buscando readequá-las de acordo com as necessidades e disponibilidades financeiras do Erário Público Municipal, objetivando a plena e segura execução das previsões, quando for o caso.

Parágrafo Único. A transposição, o remanejamento ou a transferência de recursos de um Grupo de Natureza de Despesa/Modalidade de Aplicação para outro, dentro de cada Projeto, Atividade ou Operações Especiais, poderá ser feita por Decreto do Prefeito Municipal. (Art. 167, inciso VI da Constituição Federal)

Art. 15. Durante a execução orçamentária de 2012, o Executivo Municipal, autorizado por lei, poderá incluir novos projetos, atividades ou operações especiais no orçamento das unidades gestoras na forma de crédito especial, desde que se enquadre nas prioridades para o exercício de 2012 e constantes desta lei. (Art. 167, inciso I da Constituição Federal)

Art. 16. Os projetos e atividades prioritizados na Lei Orçamentária para 2012 com dotações vinculadas a destinação de recursos oriundos de transferências voluntárias, operações de crédito, alienação de bens e outros, só serão executados e utilizados a qualquer título, se ocorrer ou estiver garantido o seu ingresso no fluxo de caixa, respeitado ainda o montante ingressado ou garantido.

§ 1º. A apuração do excesso de arrecadação de que trata o artigo 43, § 3º da Lei nº 4.320 de 1964 será realizado em cada destinação de recursos para fins de abertura de créditos adicionais suplementares e especiais conforme exigência contida nos artigos 8º, parágrafo único e 50, I da Lei Complementar nº 101 de 2000.

§ 2º. Na Lei Orçamentária Anual os Orçamentos da Receita e da Despesa identificarão com codificação adequada cada uma das destinações de recursos, de forma que o controle da execução

observe o disposto no caput deste artigo.

Art. 17. Os créditos especiais e extraordinários, abertos nos últimos quatro meses do exercício, poderão ser reabertos no exercício subsequente, mediante decreto do Poder Executivo Municipal.

Seção II - Do Equilíbrio entre Receitas e Despesas

Art. 18. A elaboração do projeto, a aprovação e a execução da Lei Orçamentária serão orientadas no sentido de alcançar superávit primário necessário a garantir uma trajetória de solidez financeira da administração municipal.

Seção III - Do Incentivo à Participação Popular

Art. 19. O projeto de Lei Orçamentária Anual, relativo ao exercício de 2012, deve assegurar o controle social e a transparência do orçamento:

I - o princípio do controle social implica assegurar a todo cidadão a participação na elaboração e no acompanhamento do orçamento; II - o princípio de transparência implica, além da observação do princípio constitucional da publicidade, a utilização dos meios disponíveis para garantir o efetivo acesso dos munícipes às informações relativas ao orçamento.

Art. 20. Será assegurada aos cidadãos a participação no processo de elaboração e fiscalização do orçamento, através da definição das prioridades de investimentos de interesse local, mediante regular processo de consulta.

Seção IV - Dos Critérios e Formas de Limitação de Empenho

Art. 21. Na ocorrência de circunstâncias estabelecidas no caput do art. 9º, e no inciso II do § 1º do art. 31, da Lei Complementar nº 101 de 2000, o Poder Executivo e o Poder Legislativo procederão à respectiva limitação de empenho e de movimentação financeira. § 1º O montante da limitação a ser procedida por cada Poder referido no caput deste artigo será estabelecido de forma proporcional à participação de cada um na base contingenciável.

§ 2º Excluem-se do caput deste artigo as despesas que constituem obrigações constitucionais e legais do município e as despesas destinadas ao pagamento dos serviços da dívida.

§ 3º No caso de limitação de empenhos e de movimentação financeira de que trata o caput deste artigo, buscar-se-á preservar as despesas abaixo hierarquizadas:

I - com pessoal e encargos patronais; e

II - com a conservação do patrimônio público, conforme prevê o disposto no art. 45, da Lei Complementar nº 101 de 2000.

§ 4º - Na hipótese de ocorrência do disposto no caput deste artigo o Poder Executivo comunicará ao Poder Legislativo o montante que lhe caberá tornar indisponível para empenho e movimentação financeira.

Seção V - Da Inclusão de Novos Projetos e Conservação do Patrimônio Público

Art. 22. Observadas as prioridades a que se refere o art. 3º esta Lei, a Lei Orçamentária ou as de créditos adicionais, somente incluirão novos projetos e despesas obrigatórias de duração continuada, a cargo da Administração Direta, das autarquias e dos fundos especiais se:

I - houverem sido adequadamente atendidos todos os que estiverem em andamento;

II - estiverem preservados os recursos necessários à conservação do patrimônio público;

III - estiverem perfeitamente definidas suas fontes de custeio; e

IV - os recursos alocados destinarem-se a contrapartidas de recursos federais, estaduais ou de operações de crédito, com objetivo de concluir etapas de uma ação municipal.

Seção VI - Da Definição das Despesas Consideradas Irrelevantes

Art. 23. Para os efeitos do art. 16, da Lei Complementar nº 101 de 2000, entende-se como despesas irrelevantes, para fins do § 3º, aquelas cujo valor não ultrapasse, para bens e serviços, os limites dos incisos I e II do art. 24 da Lei Federal nº 8.666 de 1993, nos casos, respectivamente, de obras e serviços de engenharia e de outros serviços de engenharia e de outros serviços e compras.

Seção VII - Da Destinação de Recursos para Entidades Públicas e Privadas

Art. 24. A transferência de recursos do Tesouro Municipal às

entidades privadas beneficiará somente aquelas de caráter educativo, assistencial, recreativo, cultural, esportivo, de cooperação técnica e voltadas para o fortalecimento do associativismo municipal e dependerá de autorização em lei específica. (art. 4º, inciso I, alínea f e art. 26 da Lei Complementar nº 101 de 2000)

Parágrafo único. As entidades beneficiadas com recursos do Tesouro Municipal deverão prestar contas no prazo de 60 (sessenta) dias, contados do recebimento do recurso, na forma estabelecida na Resolução RTC-16, de 21 de dezembro de 1994.

Seção VIII - Da Destinação de Reserva de Contingência

Art. 26. A Lei Orçamentária conterá dotação para reserva de contingência, constituída exclusivamente com recursos do orçamento fiscal, no valor até 0,20% (zero ponto vinte por cento) da receita corrente líquida prevista para o exercício de 2012, destinada ao atendimento de passivos contingentes e outros riscos e eventos fiscais previsto.

Seção IX - Das Normas para Controle de Custos e Avaliação de Resultado

Art. 27. O poder Executivo realizará estudos visando à definição de sistema de controle de custos e avaliação de resultados das ações de governo.

Parágrafo único. A alocação de recursos na Lei Orçamentária Anual será feita diretamente à unidade orçamentária responsável pela sua execução, de modo a evidenciar o custo das ações e propiciar a correta avaliação dos resultados.

CAPÍTULO V

DAS DISPOSIÇÕES RELATIVAS À DÍVIDA PÚBLICA MUNICIPAL

Art. 28. A Lei Orçamentária garantirá recursos para pagamento da despesa decorrente de débitos refinanciados, inclusive com a previdência social.

Art. 29. O projeto de Lei Orçamentária Anual poderá incluir, na composição da receita total do Município, recursos provenientes de operações de crédito, respeitados os limites estabelecidos no art. 167, inciso III da Constituição Federal.

Art. 30. A Lei Orçamentária Anual poderá autorizar a realização de operações de crédito por antecipação de receita, desde que observado o disposto no art. 38 da Lei Complementar nº 101 de 2000.

CAPÍTULO VI

DAS DISPOSIÇÕES RELATIVAS ÀS DESPESAS COM PESSOAL E ENCARGOS

Art. 31. No exercício financeiro de 2012, as despesas com pessoal dos Poderes Executivos e Legislativo observarão as disposições contidas nos art. 18, 19 e 20, da Lei Complementar nº 101 de 2000.

Art. 32. O Executivo e o Legislativo Municipal mediante lei autorizativa, poderá criar cargos e funções, alterar a estrutura de carreiras, corrigir ou aumentar a remuneração dos servidores, conceder vantagens conforme a legislação em vigor e, por ato administrativo, admitir pessoal aprovado em concurso público ou em caráter temporário e emergencial na forma da lei com data fim e mediante exame seletivo com a devida publicação do edital, observados os limites e as regras da Lei de Responsabilidade Fiscal.

§ 1º. Os recursos para as despesas decorrentes destes atos deverão estar previstos no orçamento.

§ 2º. Os recursos relativos à implantação do novo Piso Nacional do Magistério para os Professores da Educação Básica Municipal deverão estar previstos na Lei Orçamentária de 2012.

Art. 33. Nos casos de excepcional interesse público, necessidade temporária, de excepcional interesse público, devidamente justificado pela autoridade competente, a Administração Municipal poderá autorizar a realização de horas extras pelos servidores municipais.

Parágrafo único. Se a despesa de pessoal atingir o nível de que trata o parágrafo único do art. 22, da Lei Complementar nº 101 de 2000, a contratação de hora extra fica restrita a necessidades emergenciais da área de saúde.

Art. 34. O Executivo Municipal adotará as seguintes medidas para reduzir as despesas com pessoal caso elas ultrapassem os limites estabelecidos na Lei Complementar nº 101 de 2000:

I - eliminação de vantagens concedidas a servidores;

II - eliminação das despesas com horas extras;

III - exoneração de servidores ocupantes de cargo em comissão; e

IV - demissão de servidores admitidos em caráter temporário.

CAPÍTULO VII

DAS DISPOSIÇÕES SOBRE ALTERAÇÕES DA LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA

Art. 35. A estimativa de receita que constará do projeto de Lei Orçamentária Anual para o exercício de 2012 contemplará medidas de aperfeiçoamento da administração dos tributos municipais, com vistas à expansão de base de tributação e conseqüente aumento das receitas próprias.

Art. 36. O Poder Executivo Municipal autorizado em lei específica, poderá conceder benefícios fiscais aos contribuintes, devendo, nestes casos, serem considerados nos cálculos do orçamento da receita, apresentando estudos do seu impacto e atender ao disposto no art. 14, da Lei Complementar nº 101 de 2000.

Art. 37. Os tributos lançados e não arrecadados, inscritos em dívida ativa, cujos custos para cobrança sejam superiores ao crédito tributário, poderão ser cancelados, mediante autorização em lei específica, não se constituindo como renúncia de receita para efeito do disposto no art. 14, da Lei Complementar nº 101 de 2000.

Art. 38. O ato que conceder ou ampliar incentivo, isenção ou benefício de natureza tributária ou financeira, somente entrará em vigor após adoção de medidas de compensação, se for o caso.

CAPÍTULO VII

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 39. É vedado consignar na Lei Orçamentária Anual crédito com finalidade imprecisa ou com dotação limitada.

Art. 40. Até trinta dias após a publicação dos orçamentos, o Poder Executivo estabelecerá, por ato próprio, o desdobramento da receita prevista em Metas Bimestrais de Arrecadação e o Cronograma Mensal de Desembolsos, nos termos do disposto no art. 8º da Lei Complementar nº 101 de 2000.

Art. 41. O Executivo Municipal está autorizado a assinar convênios com o Governo Federal e Estadual através de seus órgãos da administração direta ou indireta para realização de obras ou serviços de competência do Município ou não, devendo ser encaminhado cópia de todos os convênios firmados à Câmara de Vereadores, para comprovação da transparência administrativa.

Art. 42. Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a promover a cessão ou disposição de servidores públicos a órgãos ou entidades de outras esferas de Governo, mediante instrumento adequado em que constem as condições e termos da mesma, em casos de relevante interesse público.

Art. 43. Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 01 de janeiro de 2012.

Gabinete do Prefeito Municipal, 22 de novembro de 2011.

ENOÍ SCHERER.

Prefeito Municipal.

Esta Lei foi publicada em data supra.

CLEVERSON INÁCIO KERKHOFF

Técnico em Controladoria Interna.

Videira

PREFEITURA

Decreto Nº 9.860/11

DECRETO Nº 9.860/11, DE 21 DE NOVEMBRO DE 2011

Nomeia membros para as Câmaras de Educação Básica e FUNDEB, do Conselho Municipal de Educação, e dá outras providências.

O Prefeito Municipal DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Complementar Municipal nº 048/07,

DECRETA

Art. 1º Ficam nomeados, para integrar a Câmara da Educação Básica do Conselho Municipal de Educação, os seguintes membros:

I - Representantes da Secretaria Municipal de Educação:

Titular: MARIA ANGÉLICA VANZ BALESTIERI

Suplente: VILMAIR SALETE RIBOLI

II - Representantes do Magistério Público Municipal Efetivo que ministrem aulas na Educação Básica:

Titular: NAIR PERETTI

Suplente: MARLI NAVA STECHINSKI

III - Representantes do Magistério Público Estadual Efetivo que ministrem aulas na Educação Básica:

Titular: IVONEI DAMBRÓS

Suplente: MARIA DOLORES PERAZZOLI

IV - Representantes dos Diretores de Unidades de Educação Básica da Rede Pública Municipal:

Titular: LUZIA DA SOLER DI DOMENICO

Suplente: ISABEL MOCELINI

V - Representantes dos Conselhos Escolares Municipais (APPs) da Educação Básica ou equivalente, que não seja servidor público municipal:

Titular: CLEZI BALESTIERI

Suplente: LORENI DE OLIVEIRA SILVA

VI - Representantes das Escolas de Educação Básica Privada:

Titular: MARCO ANDRÉ SERIGHELLI

Suplente: SILVIA LAZZARINI

Art. 2º Ficam nomeados, para integrar a Câmara do FUNDEB do Conselho Municipal de Educação, os seguintes membros:

I - Representantes do Poder Executivo Municipal, sendo pelo menos um deles da Secretaria Municipal de Educação, indicados pelo Poder Executivo:

Titular: VALDENICE MARIA SCHNEIDER e FLADENICE ZULEICA BRUCH

Suplente: MARISA ROSANE DELANI e LUCIMAR SALETE VICENZI

II - Representantes dos Professores das Escolas Públicas Municipais:

Titular: GEOVANA GEMELLI EGER

Suplente: LORECI VANIN DE LIMA

III - Representantes dos Diretores das Escolas Públicas Municipais:

Titular: EDINA TEIXEIRA

Suplente: ROSÂNGELA COMERLATTO

IV - Representantes dos Servidores Técnico-Administrativos das Escolas Públicas Municipais:

Titular: EDUARDO SOCHA FRANCIO

Suplente: ANA MARIA PEREIRA DIAS

V - Representantes dos Pais de Alunos das Escolas Públicas Municipais:

Titular: CLEODIR MACIEL OLIVEIRA e CÁTIA GHELLER

Suplente: NELSON GRASSI e ENRIETE BIERNFELD

VI - Representantes dos Estudantes da Educação Básica Pública, um dos quais indicado pela entidade de estudante secundarista:

Titular: LEANDRO GEREMIA e MARCOS JOSÉ CAREGNATO
Suplente: NATALIE RODRIGUES DE SOUZA e ROBERTO NUNES DOS SANTOS

VII - Representantes do Conselho Tutelar:

Titular: MACLEISE TRENTO

Suplente: SIRLEI CRUZ DA SILVA BIANCHIN

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogadas as disposições em contrário, em especial o Decreto nº 9849/11.

Videira, 21 de novembro de 2011.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 21 dias do mês de novembro de 2011.

VALMOR LUIZ DALL'AGNOL

Secretário de Administração

Anexo V Gastos Com Educação**DECRETO Nº 8.766/07****ANEXO V****CONTROLE DO CUMPRIMENTO DOS GASTOS COM ENSINO - MÊS OUTUBRO/2011**

DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS DE IMPOSTOS E DESPESAS PRÓPRIAS COM ENSINO	
1. BASE DE CÁLCULO DA ORIGEM DOS RECURSOS	
Receitas Oriundas de Impostos	ARRECADAÇÃO ATÉ O MÊS
1.1 - IPTU	2.870.780,88
1.2 - ITBI	1.054.703,61
1.3 - ISS	4.681.783,64
1.5 - IRRF	963.301,34
1.6 - Dívida Ativa de Impostos	323.107,80
1.7 - Multas e Juros de Impostos	275.168,07
1.8 SOMA	10.168.845,34
Receitas Base de Cálculo do FUNDEB	Total
1.10 - Cota-Parte do FPM - 20%	12.996.133,56
1.11 - Cota-Parte do ICMS Deson. Export. (LC 87/96) -20%	163.504,70
1.12 - Cota-Parte do ICMS - 20%	28.690.133,60
1.13 - Cota-Parte do IPI Exp. - 20%	558.225,01
1.14 - Cota- Parte do ITR - 20%	13.690,76
1.15 - Cota- Parte do IPVA - 20%	4.296.482,47
1.16 - Cota- Parte do ITCMD - 20%	0,00
1.17 SOMA	46.718.170,10
1.18 TOTAL	56.887.015,44

2. ORIGEM DOS RECURSOS VINCULADOS AO ENSINO	Até o Mês
Especificação	Acumulado
2.1 - 25% das Receitas Resultantes de Impostos (25% de 1.18)	14.221.753,86
2.1.1 - Cota- parte Transferências do FUNDEB (retorno)	12.094.412,74
2.2 - Rendimento s/ Aplicação FUNDEB	159.377,60
2.3 - Superávit Financeiro Exercício Anterior do 2.2	-11.863,26
2.4 - Cota-Parte do Salário Educação	1.072.707,13
2.5 - Rendimento Aplicação Salário Educação	113.271,65
2.6 - Superávit Financeiro Exercício Anterior do 2.4	793.789,95
2.7 - Convênios Vinculados ao Ensino	722.406,93
2.8 - Superávit Financeiro Exercício Anterior do 2.7	-72.726,68

3. APLICAÇÃO	Até o mês		
Especificação	Exigência Legal	Liquidada	Diferença
3.1 - 25% das Receitas Resultantes de Impostos (100% de 2.1)	14.221.753,86	13.927.559,74	-294.194,12
3.1.1 - Valor gasto com Ensino Fundamental		6.381.379,52	
3.1.2 - Valor gasto com Educação Infantil		7.546.180,22	
3.2 - Contribuição do FUNDEB (Sub-vinculação contábil)	12.241.927,08	10.789.716,67	-1.452.210,41
3.3 - Remun.Prof Magistério Efetivo Exercício (mínimo 60% de 2.1.1+2.2+2.3)	7.345.156,25	7.786.765,31	441.609,06
3.4 - Ensino Fundamental e Educação Infantil (máximo 40% de 2.1.1 +2.2+2.3)	4.896.770,83	3.002.951,36	-1.893.819,47
3.5 - Cota Parte Salário Educação (100% de 2.4+2.5+2.6)	1.979.768,73	475.395,32	-1.504.373,41
3.6 - Convênios Vinculados ao Ensino (100% de 2.7+2.8)	649.680,25	442.076,44	-207.603,81

4.CONTROLE DO CUMPRIMENTO DOS GASTOS (EM %)	MÍNIMO %	LIQUIDADO %	DIFERENÇA %
4.1 - Manutenção e Desenvolvimento do Ensino (25% de 1.18)	25,00%	19,37%	-5,63%
4.1 - Remun.Profissionais Magistério Efetivo Exercício (mínimo 60% de 2.1.1)	60,00%	64,38%	4,38%
4.2 - Ensino Fundamental e Educação Infantil (máximo 40% de 2.1.1)	40% (máximo)	24,83%	-15,57%

5. GANHO/PERDA COM FUNDEB	Valor recebido até o mês	Valor retido até o mês	Diferença
5.1 - Cota-parte - Transferências do FUNDEB	12.094.412,74	9.343.619,93	2.750.792,81

Fonte: Departamento de Contabilidade

Obs.: Diminuído o valor de R\$ 160.200,26 ref. Alimentos creches lançados nos 25%

Videira-SC, 17 de novembro de 2011.

Maria Angélica Vanz Balestieri
Contadora CRC-SC 022532/0-5

Roberto Maraschin Primo
Secretário Municipal de Educação

Wilmar Carelli
Prefeito Municipal

INPREVID**Balancete Financeiro 5º Bimestre 2011****SANTA CATARINA****INSTITUTO DE PREVIDENCIA DE VIDEIRA - INPREVID**

Balancete Financeiro - Por Categoria Econômica

Mês/Ano : Outubro/2011

Receita		Despesa	
Títulos	Valor	Títulos	Valor
Receita Orçamentária	1.454.584,36	Despesa Orçamentária	316.403,46
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	161.808,23	Despesas exceto Intra-orçamentárias	316.403,46
RECEITA PATRIMONIAL	835.099,06	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	4.203,20
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	865,42	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	312.200,26
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES - INTRA-ORÇAM	456.811,65		
Receita Extra - Orçamentária	723.468,34	Despesa Extra - Orçamentária	372.631,90
DEPOSITOS	56.228,44	DEPOSITOS	56.228,44
CONSIGNACOES	54.881,34	CONSIGNACOES	54.881,34
PENSAO ALIMENTICIA	971,60	PENSAO ALIMENTICIA	971,60
TESOURO ESTADUAL E MUNICIPAL	5.335,77	TESOURO ESTADUAL E MUNICIPAL	5.335,77
PLANOS DE PREVIDENCIA E ASSISTENCIA ME	29.691,06	PLANOS DE PREVIDENCIA E ASSISTENCIA I	29.691,06
DIVERSOS CONSIGNATARIOS	18.882,91	DIVERSOS CONSIGNATARIOS	18.882,91
DEPOSITOS DE DIVERSAS ORIGENS	1.347,10	DEPOSITOS DE DIVERSAS ORIGENS	1.347,10
DEPOSITOS PARA QUEM DE DIREITO	1.347,10	DEPOSITOS PARA QUEM DE DIREITO	1.347,10
OBRIGACOES EM CIRCULACAO	316.403,46	OBRIGACOES EM CIRCULACAO	316.403,46
OBRIGACOES A PAGAR	316.403,46	OBRIGACOES A PAGAR	316.403,46
FORNECEDORES	11.795,86	FORNECEDORES	11.795,86
PESSOAL A PAGAR	4.296,56	PESSOAL A PAGAR	4.296,56
DEBITOS DIVERSOS A PAGAR	300.311,04	DEBITOS DIVERSOS A PAGAR	300.311,04
INTERFERENCIAS ATIVAS	44.469,78		
TRANSFERENCIAS RECEBIDAS	44.469,78		
REPASSES PREVIDENCIARIOS RECEBIDOS P	44.469,78		
ACRESCIMOS PATRIMONIAIS	306.366,66		
DESINCORPORACAO DE PASSIVOS	306.366,66		
DESINCORPORACAO DE OBRIGACOES	306.366,66		
Saldos anteriores	64.121.447,36	Saldos atuais	65.610.464,70
Aplicações do RPPS	0,00	Aplicações do RPPS	0,00
BANCO C/ MOVIMENTO	83.973,60	BANCO C/ MOVIMENTO	108.525,22
INVESTIMENTOS DO RPPS	64.037.473,76	INVESTIMENTOS DO RPPS	65.501.939,48
TESOURARIA GERAL	0,00	TESOURARIA GERAL	0,00
Total	66.299.500,06	Total	66.299.500,06

VIDEIRA, 09/11/2011

JULIANE MARIA COLLE WARTHA
CONTADORA CRC.SC- 024.015/O-6

VILSO VANZ
PRESIDENTE

Rreo Inprevid 5º Bimestre De 2011

Betha Sistemas

Exercício de 2011

5º bimestre

SANTA CATARINA**INSTITUTO DE PREVIDENCIA DE VIDEIRA - INPREVID**

Resumo da Execução Orçamentária (Artigo 165 da Constituição Federal)

Administração Indireta - INSTITUTO DE PREVIDENCIA DE VIDEIRA - INPREVID

Especificação	Previsto/Fixado	Acumulado até 08/2011	Bimestre Set/Out/2011	Total até Out/2011
RECEITAS				
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	1.765.030,00	1.080.211,68	325.442,48	1.405.654,16
RECEITA PATRIMONIAL	4.145.400,00	5.062.636,03	1.263.072,72	6.325.708,75
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	0,00	3.433,96	865,42	4.299,38
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES - INTRA-ORÇAMENTÁRI	5.033.255,00	3.063.778,66	916.937,08	3.980.715,74
TOTAL DA RECEITA :	10.943.685,00	9.210.060,33	2.506.317,70	11.716.378,03
DESPESAS				
Entidade: INSTITUTO DE PREVIDENCIA DE VIDEIRA - INPREVID				
INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DE VIDEIRA	10.943.685,00	2.370.224,28	604.319,79	2.974.544,07
Total da Entidade:	10.943.685,00	2.370.224,28	604.319,79	2.974.544,07
TOTAL DA DESPESA :	10.943.685,00	2.370.224,28	604.319,79	2.974.544,07

VIDEIRA, 09/11/2011

JULIANE MARIA COLLE WARTHA
CONTADORA CRC.SC- 024.015/O-6

VILSO VANZ
PRESIDENTE

Associações de municípios

EGEM

Edital Nº 37.2011 - Chamamento para inscrição no Curso de Inscrição das Entidades

EDITAL Nº 37/2011

CHAMAMENTO PARA INSCRIÇÃO

CAPACITAÇÃO SOBRE O PROCESSO DE INSCRIÇÃO DAS ENTIDADES/ORGANIZAÇÕES

DE ASSISTÊNCIA SOCIAL NOS CONSELHOS MUNICIPAIS

1. OBJETIVO DO CURSO

Capacitar os conselheiros municipais de Assistência Social e entidades socioassistenciais sobre a inscrição das entidades e organizações de assistência social, sendo que o funcionamento destas entidades depende de prévia inscrição no respectivo Conselho Municipal de Assistência Social, além dos gestores e trabalhadores envolvidos com a política de assistência social.

2. PÚBLICO-ALVO

Conselheiros e Gestores Municipais de Assistência Social e demais interessados.

3. CALENDÁRIO

QUADRO I

Cidade/Local	Tubarão/SC Auditório da Associação dos Municípios da Região de Laguna AMUREL Rua Rio Branco, 67 Telefone: (48) 3626 5711
Período das inscrições	De 23/11/2011 a 06/12/2011
Vencimento do boleto de cobrança	06/12/2011
Homologação das inscrições	08/12/2011
Período de realização do curso	12/12/2011
Carga horária	10 horas/aulas
Quantidade de vagas	60

4. PROCEDIMENTOS PARA INSCRIÇÕES

QUADRO I - Dos Valores

Tipo de inscrição	Valor (por inscrição)
Servidores de municípios filiados à FECAM	R\$ 80,00
Demais participantes	R\$ 100,00

Forma de pagamento: Após a realização da inscrição por meio do site, será gerado um boleto bancário com vencimento para o dia constante no item 3.

Homologação da inscrição: A homologação da inscrição se dá por meio do pagamento do boleto bancário.

Dados para empenho: O boleto será gerado em nome da Escola de Gestão Pública Municipal.

CNPJ: 08.940.383/0001-90. Endereço: Rua Santos Saraiva, 1546.

Estreito - Florianópolis/SC

Telefone: 48 3221- 8800

Nota Fiscal: Após a realização do curso serão enviadas as notas fiscais pelos Correios, juntamente com os certificados de participação emitidos pela EGEM, para o endereço constante no cadastro informado no momento da inscrição no campo: "Dados para a emissão da nota fiscal".

Antes de efetuar o pagamento da taxa de inscrição, os participantes deverão estar cientes e concordar com as seguintes condições:

- As despesas com diárias e passagens caso necessite de deslocamento, correrão por conta do participante;
- Comprometer-se a frequentar todos os módulos do evento, ficando os organizadores desde já autorizados a cancelar sua inscrição em caso de ausência em um dos módulos, sem obrigação de devolução da taxa de compromisso de inscrição;
- No caso do cancelamento de inscrição ocorrer no primeiro dia do evento, será confirmada a inscrição do primeiro candidato da lista de espera automaticamente;
- Estar ciente de que no caso de cancelamento de inscrição após a data final para homologação, indicada no Calendário (Item 3 deste Edital), o valor da inscrição não será reembolsado.

5. PROGRAMAÇÃO

8h30 às 12h - Atual configuração da rede socioassistencial na perspectiva do SUAS e a responsabilidade do CMAS na sua fiscalização.

- Integração dos conselhos de assistência social com o órgão gestor da política de assistência social
- Reestruturação dos Conselhos Municipais de Assistência Social
- Composição
- Funcionamento
- Secretaria Executiva
- Atribuições e competências dos conselheiros municipais de assistência social em relação à Resolução 16/2010, que dispõe sobre a inscrição das entidades.
- Terminologia a ser utilizada
- Prazo da inscrição
- Planejamento do conselho
- Característica das entidades e organizações de assistência social
- Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais
- Serviços da Proteção Social Básica e Especial
- Critérios para a inscrição

13h às 17h

- Condições para a inscrição das entidades de assistência social
- Documentos que a entidade deve apresentar ao CMAS
- Análise do requerimento de inscrição e da documentação exigida
- Parecer quanto ao requerimento de inscrição
- Deliberação pelo conselho sobre a inscrição das entidades e programas, projetos, serviços e benefícios
- Cancelamento da inscrição
- Recursos das decisões de indeferimento e de cancelamento de inscrição
- Procedimento quanto do encerramento das atividades das entidades
- Controle social das entidades dos programas, projetos, serviços e benefícios inscritos nos conselhos
- Divulgação e participação
- Relação do conselho com órgão gestor para inclusão da entidade no cadastro nacional de entidades e organizações de assistência social

6. PALESTRANTE

JANICE MERIGO

Assistente Social. Mestre em Serviço Social pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Assistente Social da Federação Catarinense de Municípios - FECAM. Presidente e Conselheira Estadual de Assistência Social. Trabalhou como Assistente Social no município de Dionísio Cerqueira e da Palhoça/SC, na proteção especial de alta complexidade e no Município de Palhoça, na média complexidade com situações de violência. Docente do Curso de Serviço Social da UNISUL - Campus Florianópolis. Coordenadora e Docente do Curso de Pós-graduação em Gestão Social de Políticas Públicas. Docente do Curso de Pós-graduação em Políticas Públicas e Demandas Familiares.

DISPOSIÇÕES GERAIS

a) O material do curso será disponibilizado na página da EGEM na internet uma semana após a realização do curso, para que os participantes possam consultá-lo.

b) O curso terá certificado de participação emitido pela Escola de Gestão Pública Municipal - EGEM.

REALIZAÇÃO

Escola de Gestão Pública Municipal - EGEM

Qualquer divulgação e/ou alteração, caso houver, será por meio do portal da EGEM na Internet (www.egem.org.br)

FIQUE ATENTO!**7. ANEXOS**

Resolução nº 001/2009

O Presidente da Escola de Gestão Pública Municipal, no uso das atribuições estatutárias, atendendo o disposto no art. 17 do Estatuto Social,

RESOLVE:

Art. 1º As inscrições em cursos, capacitações e eventos realizados pela EGEM deverão ser efetivadas e seu pagamento quitado até 05 (cinco) dias antes da data marcada para a realização de cada evento.

§1º A não efetivação do pagamento acarretará na indisponibilidade de recebimento do material disponibilizado aos participantes, aquele que comparecer ao evento.

§2º A participação dos inscritos com o pagamento em aberto estará condicionada à capacidade física do local, considerada a demanda para o evento.

Art. 2º A EGEM reserva-se o direito de alterar os prazos estabelecidos, de acordo com as especificações de cada curso, capacitação e evento realizado.

Art. 3º Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

NORIVAL FIORIN
Prefeito de Luzerna
Presidente da EGEM

Consórcios

CIGA

Extrato Contrato 117 - Programa - São Bento do Sul

Extrato de Contrato nº 117/2011

Contrato de Programa - São Bento do Sul

CONTRATANTE: Município de São Bento do Sul

CNPJ: 86.051.398/0001-00

CONTRATO MUNICIPAL Nº: 325/2011

CNPJ: 09.427.503/0001-12

OBJETO: Celebração de Contrato de Programa entre o Município de São Bento do Sul e o Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal (CIGA) para a prestação de serviços de publicação de

atos oficiais expedidos pelos órgãos públicos do Município de São Bento do Sul no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina (DOM/SC), administrado pelo CIGA.

PREVISÃO LEGAL: Art. 24, inciso XXVI, da Lei nº 8.666/93 e art. 13 da Lei nº 11.107/05.

JUSTIFICATIVA: Constitui objeto do CIGA o desenvolvimento, implantação, capacitação, manutenção e suporte de sistemas, voltados para a relação governo-cidadão, que empreguem tecnologias da informação e comunicação aplicadas a um amplo arco das funções de governo, em especial a gestão administrativa e a relação do Poder Público com a sociedade civil, e que promovam o acesso a informações relevantes de governos, que implementem a provisão de serviços públicos pela web (internet e/ou intranet), promovam a inclusão digital, desenvolvam formas de acesso e comunicação com os gestores e induzam a modernização de rotinas e aumento de eficiência e eficácia da gestão pública municipal.

Nesse sentido deu-se a contratação do CIGA pelo Município de São Bento do Sul, a fim de que sejam publicados, por meio das ferramentas criadas pelo consórcio, os atos oficiais do Município.

VALOR: Conforme previsto no art. 8º da Lei nº 11.107/05, a definição de valores transferidos pelo Município ao CIGA serão definidos em Contrato de Rateio.

VIGÊNCIA: O presente contrato entrar em vigor na data de sua publicação, e vigorará enquanto o município for consorciado ao CIGA ou enquanto este existir.

São Bento do Sul, 10 de novembro de 2011.

EDINANDO BRUSTOLIN

Diretor Executivo do CIGA

Extrato Contrato 118 - Rateio - São Bento do Sul

Extrato de Contrato nº 118/2011

Contrato de Rateio - São Bento do Sul

CONTRATANTE: Município de São Bento do Sul

CNPJ: 86.051.398/0001-00

CONTRATO MUNICIPAL Nº: 326/2011

CONTRATADO: Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal

CNPJ: 09.427.503/0001-12

OBJETO: Celebração de Contrato de Rateio entre o Município de São Bento do Sul e o Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal (CIGA) para a entrega de recursos financeiros, em atendimento ao Contrato de Programa nº 325/2011.

PREVISÃO LEGAL: Art. 24, inciso XXVI, da Lei nº 8.666/93 e art. 8º da Lei nº 11.107/05.

JUSTIFICATIVA: Conforme previsto no art. 8º da Lei nº 11.107/05, a definição de valores transferidos pelo Município ao CIGA devem ser definidos em Contrato de Rateio.

VALOR: R\$ 1.008,00 (um mil e oito reais) por mês.

VIGÊNCIA: O presente contrato vigorará até 31 de dezembro de 2011.

São Bento do Sul, 10 de novembro de 2011.

EDINANDO BRUSTOLIN

Diretor Executivo do CIGA

Extrato de Contrato Administrativo Nº 115/2011

Extrato de Contrato Administrativo Nº 115/2011

Processo de Licitação Nº 05/2011

Dispensa de Licitação Nº 03/2011

OBJETO: Contratação de serviços relacionados à disponibilização de espaço físico para realização do Concurso Público do Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal, conforme Edital de Concurso Público CIGA nº 02/2011.

JUSTIFICATIVA: Para realização das provas do Concurso Público

(Edital de Concurso Público CIGA nº 02/2011) faz-se necessário a locação de salas junto a uma instituição de ensino, uma vez que nesta há estrutura adequada disponível.

PREVISÃO LEGAL: Art. 24, inciso II, da Lei nº 8.666/93.

CONTRATADO: ASSOCIAÇÃO DESPORTIVA DO INSTITUTO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO - ADIEE

CNPJ: 82.835.778/0001-85

VALOR: R\$ 1.420,00 (um mil e quatrocentos e vinte reais).

VIGÊNCIA: 06 de novembro de 2011, no período das 07h00min às 12h00min.

Florianópolis, 25 de outubro de 2011.

EDINANDO LUIZ BRUSTOLIN

Diretor Executivo do CIGA

Extrato de Contrato Administrativo Nº 116/2011

Extrato de Contrato Administrativo Nº 116/2011

Processo de Licitação Nº 07/2011

Dispensa de Licitação Nº 05/2011

OBJETO: Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de impressão gráfica, em condições especiais de segurança e sigilo, envolvendo manuseio, embalagem e entrega dos cadernos de provas e dos cartões-respostas relativos ao Concurso Público do Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal, conforme Edital de Concurso Público CIGA nº 02/2011.

JUSTIFICATIVA: A impressão das provas e dos cartões-respostas do Concurso Público (Edital de Concurso Público CIGA nº 02/2011) exige a contratação de empresa especializada em serviços de impressão gráfica.

PREVISÃO LEGAL: Art. 24, inciso II, da Lei nº 8.666/93.

CONTRATADO: RAFAEL FERNANDO BUSS - ME

CNPJ: 02.769.851/0001-29

VALOR: R\$ 1.592,00 (um mil e quinhentos e noventa e dois reais).

VIGÊNCIA: Período de 28 de outubro de 2011 a 01 de novembro de 2011.

Florianópolis, 28 de outubro de 2011.

EDINANDO LUIZ BRUSTOLIN

Diretor Executivo do CIGA

CIS/AMOSC

Resolução CIS 02 2011

RESOLUÇÃO Nº 02/2011

VILMAR FOPPA, Prefeito de Caxambu do Sul, Presidente do Consórcio Intermunicipal de Saúde do Oeste de Santa Catarina - CIS, no uso das atribuições conferidas pelos art. 17 e 27 do Estatuto Social:

R E S O L V E

Art. 1º Abrir um Crédito Adicional Suplementar no Orçamento de 2011 do Consórcio Intermunicipal de Saúde do Oeste de Santa Catarina - CIS no valor de R\$ 1.200.000,00 (um milhão duzentos mil reais), conforme descrição a seguir:

Órgão: 01.00 - Consórcio Intermunicipal de Saúde

Unidade Orçamentária: 01.01 - Secretaria Administrativa

Atividade: 2.001 - Manutenção das Atividades da Secretaria Administrativa

3.3.90.00 - Aplicações Diretas R\$ 50.000,00

Órgão: 01.00 - Consórcio Intermunicipal de Saúde

Unidade Orçamentária: 01.02 - Serviços Médicos Especializados

Atividade: 2.002 - Serviços Médicos Especializados

3.3.90.00 - Aplicações Diretas R\$ 1.150.000,00

Art. 2º Para fazer face as despesas provenientes do Crédito Adicional Suplementar de que trata o art. 1º, será utilizado o Excesso de Arrecadação do Exercício de 2011.

Art. 3º Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Chapecó, SC, 31 de outubro de 2011.

VILMAR FOPPA,

Prefeito de Caxambu do Sul,

Presidente do CIS.